

Relatório de Atividades e Contas – 2025

Documento aprovado em reunião de
Conselho de Administração no dia 16
de fevereiro de 2026 – ata n.º 236

Documento aprovado em
Assembleia Geral no dia 31 de
março de 2026 – ata n.º 57

Lisboa, 31 março 2026

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO

Título	Relatório de Atividades e Contas – 2025
ID	D1.0
Versão	V1.0
Tipo	Relatório
Nível de disseminação	Público
Data de conclusão	março 2026
Data de submissão	março 2026
Autor	DEPP e UFC
Suporte	Todos

LISTA DE ACRÓNIMOS

Acrónimo	Designação
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ACC	Autoconsumo Coletivo
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CER	Comunidades de Energia Renovável
CER_ECO.AP	Coordenadores de Energia e Recursos
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
ECO.AP	Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública
ELPPE	Estratégia Nacional de Longo Prazo para Combate à Pobreza Energética
ELPRE	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios
EnR	<i>European Energy Network</i>
EPBD	<i>Energy Performance of Buildings Directive</i>
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FITEC	Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular
GBC	Green Building Council
GER	Gestores de Energia e Recursos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia

Acrónimo	Designação
MEDENER	<i>Mediterranean Association of National Agencies for Energy Management</i>
MVC	Mercado Voluntário de Carbono
OLMC	Operador Logístico de Mudança de Comercializador
ORD	Operadores de Redes de Distribuição
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PED	Planos de Eficiência e Descarbonização
PNEC 2030	Plano Nacional de Energia e Clima
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PQ	Perito Qualificado
PREn	Planos de Racionalização dos Consumos de Energia
RAC	Relatório de Atividade e Contas
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REP	Relatórios de Execução e Progresso
RGPD	Regulamento Geral da Proteção de Dados
RNAE	Associação das Agências de Energia e Ambiente
RNC 2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
SCE	Sistema de Certificação Energética dos Edifícios
SEN	Sistema Elétrico Nacional
SGCIE	Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia
SNG	Sistema Nacional de Gás
SRI	<i>Smart Readiness Indicator</i>

Acrónimo	Designação
TGE	Técnico de Gestão de Energia
TIS	Técnico de Inspeção de Sistemas Técnicos
TRM	Técnico Responsável pela Instalação e Manutenção

ÍNDICE

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	2
LISTA DE ACRÓNIMOS	3
ÍNDICE	6
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE TABELAS	9
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	12
2. INTRODUÇÃO	23
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	24
3.1. INTEGRAÇÃO DE ÁREAS E RELAÇÃO COM A POLÍTICA PÚBLICA	24
3.1.1. <i>Gestão de sistemas e certificação</i>	24
3.1.2. <i>Apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas</i>	32
3.1.3. <i>Desenvolvimento e inovação</i>	46
3.2. APOSTA NO APOIO TÉCNICO, NA QUALIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	54
3.2.1. <i>Formação e qualificação</i>	54
3.2.2. <i>Educação e informação</i>	57
3.3. REFORÇO DA COOPERAÇÃO E REDES INSTITUCIONAIS	59
3.3.1. <i>Cooperação institucional</i>	59
3.3.2. <i>Dinamização de redes</i>	64
3.4. APROXIMAÇÃO À SOCIEDADE.....	69
3.5. CAPACITAÇÃO INTERNA E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	72
3.5.1. <i>Recrutamento e capacitação de valor acrescentado</i>	72
3.5.2. <i>Digitalização e sistemas de informação</i>	73
3.5.3. <i>Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte</i>	74
3.5.4. <i>Qualidade da gestão e dos processos</i>	75
3.6. OPERADOR LOGÍSTICO DE MUDANÇA DE COMERCIALIZADOR.....	80
3.7. EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A DGEG	82
4. MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	84
5. RECURSOS HUMANOS	97
6. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	104
6.1. PRINCIPAIS INDICADORES	104
6.2. RESULTADOS	107
6.3. RENDIMENTOS E GASTOS	110
6.4. FONTES DE FINANCIAMENTO	118
6.5. PLANO DE INVESTIMENTOS	122
6.6. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	127

6.7. DESEMPENHO ORÇAMENTAL	128
7. POSIÇÃO FINANCEIRA	133
7.1. ATIVO	133
7.2. FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO	135
7.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	137
7.4. DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	141
7.5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	143
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	144
9. SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	145
10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO	147
ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	148
ANEXO II – MISSÃO, VISÃO E VALORES	157
ANEXO III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	158
ANEXO IV – PILARES DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICOS	163
ANEXO V – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	166
ANEXO VI – QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL.....	168
ANEXO VII – ASSOCIADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O PATRIMÓNIO SOCIAL	171
ANEXO VIII – PARTICIPAÇÃO DA ADENE EM ENTIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA E REDES	175
ANEXO IX – RELATÓRIO DE PRÁTICAS DE BOM GOVERNO	177
ANEXO X – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	181
ANEXO XI – DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	182
ANEXO XII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	183
ANEXO XIII – RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	184
ANEXO XIV – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	185

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de classes energéticas e tipologias dos edifícios certificados em 2025.....	26
Figura 2 - Rendimentos de exploração	37
Figura 3 - Guias disponíveis no portal “Poupa Energia”	38
Figura 4 - Atividades da Rota da Energia	57
Figura 5 - Atividades de reforço da comunicação.....	71
Figura 6 - Momento de team building no encontro semestral da ADENE.....	71
Figura 7 - Atividades no âmbito do plano de responsabilidade social e ambiental.....	79
Figura 8 - Evolução de recursos humanos	97
Figura 9 - Número de colaboradores por género e habilitação literária	99
Figura 10 - Número de colaboradores por escalão etário	99
Figura 11 - Número de colaboradores por género e categoria profissional ..	100
Figura 12 - Evolução do número de horas de formação	101
Figura 13 - Evolução dos gastos com recursos humanos	101
Figura 14 - Rendimentos de exploração.....	104
Figura 15 - Rendimentos por eixo de reporte.....	105
Figura 16 - Fontes de financiamento (representatividade da certificação energética).....	105
Figura 17 - Indicadores económico-financeiros	107
Figura 18 – Resultado líquido	108
Figura 19 - Situação patrimonial	128
Figura 20 - Evolução do desempenho económico	145
Figura 21 - Estrutura organizacional ADENE	158
Figura 22 - Modelo conceptual ADENE.....	163
Figura 23 - Identificação de ODS com ligação direta e indireta às atividades da ADENE.....	167

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Monitorização dos objetivos estratégicos 2025	84
Tabela 2 – Evolução de pessoal ativo por tipologia de relação profissional....	98
Tabela 3 – Evolução do indicador “Equivalente a Tempo Integral” por eixo de reporte	102
Tabela 4 – Indicador “Equivalente a Tempo Integral” por área de atuação e eixo de reporte	103
Tabela 5 – Rácios	106
Tabela 6 – EBITDA.....	109
Tabela 7 – Rendimentos e gastos por eixo de reporte	111
Tabela 8 – Rendimentos e gastos totais.....	112
Tabela 9 – Rendimentos e gastos - Energia.....	114
Tabela 10 – Rendimentos e gastos – Hídrica	115
Tabela 11 – Rendimentos e gastos – OLMC.....	117
Tabela 12 – Fontes de financiamento	119
Tabela 13 – Investimentos realizados	122
Tabela 14 – Síntese da execução orçamental	129
Tabela 15 – Decomposição da receita	130
Tabela 16 – Decomposição da despesa.....	132
Tabela 17 – Balanço - Ativo.....	133
Tabela 18 – Balanço – fundo patrimonial e passivo.....	135
Tabela 19 – Demonstração dos resultados	138
Tabela 20 – Demonstração dos resultados por eixo de reporte	139
Tabela 21 – Demonstração alterações do património líquido	142
Tabela 22 – Demonstração de fluxos de caixa	143
Tabela 23 – Proposta de aplicação de resultados.....	144
Tabela 24 – Órgãos sociais ADENE, com Conselho de Administração	148
Tabela 25 – Remuneração dos órgãos sociais ADENE, com Conselho de Administração	152
Tabela 26 – Remuneração do Conselho de Administração.....	155
Tabela 27 – Encargos obrigatórios e benefícios sociais do Conselho de Administração	156
Tabela 28 – Associados ADENE e contribuição para o património social.....	171
Tabela 29 – Participação da ADENE em entidades de natureza associativa e redes.....	175

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 representou um momento decisivo de afirmação da ADENE como instituição central da transição energética e climática em Portugal. Num cenário de desafios globais marcado pela transformação regulatória e pela aceleração tecnológica, elevámos os padrões de exigência em todas as nossas áreas de atuação. Este foi um ano de superação. A maturidade institucional alcançada e o compromisso constante com o serviço público permitiram transformar ambição em resultados concretos, traduzindo-se numa taxa de **execução global de 127% dos objetivos estratégicos**.

Todas as áreas da Agência cresceram em escala, profundidade e impacto, consolidando a ADENE como uma referência nacional e europeia na eficiência energética, hídrica e na sustentabilidade das organizações.

Com o **Sistema de Certificação Energética dos Edifícios**, atingimos uma marca histórica com mais de 262 mil certificados registados, precisamente no ano em que o sistema assinalou o seu 18.º aniversário. Este duplo marco evidencia o papel estruturante que o SCE desempenha na descarbonização do edificado nacional. Paralelamente, no **Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia**, analisámos 161 Planos de Racionalização e realizámos 49 visitas técnicas, promovendo ganhos de eficiência reais no tecido empresarial. O **Roteiro da Indústria** promoveu 18 sessões de trabalho com associações setoriais para apoio à redução de consumos e descarbonização e lançou um questionário para identificar as reais necessidades das empresas rumo à transição energética.

A forte adesão aos nossos sistemas de classificação voluntária confirma a utilidade prática da nossa atuação. No setor residencial, o **portal casA+** destacou-se com mais de 9.400 novos pedidos de adesão e 841 solicitações de intervenção direta de proprietários, enquanto o **CLASSE+** emitiu perto de 13 mil etiquetas de eficiência.

Este dinamismo estendeu-se à mobilidade sustentável, onde o **MOVE+** classificou mais de 4 mil viaturas. A operacionalização da sua nova plataforma digital tornou o processo mais ágil e descentralizado, consolidando-o como a ferramenta de referência para a descarbonização de frotas.

Paralelamente, a atuação da ADENE avançou para novas fronteiras da sustentabilidade, nomeadamente na gestão de recursos e na circularidade. O referencial de eficiência hídrica **AQUA+** ultrapassou os 1.400 imóveis certificados e o sistema **eCIRCULAR** integrou 13 novas organizações, marcos que demonstram o nosso compromisso com uma economia mais eficiente, regenerativa e resiliente.

A inovação e a digitalização foram pilares da nossa modernização, com destaque para o lançamento do **Mercado Voluntário de Carbono** e a operacionalização da rede **Espaços Energia**. No plano da inclusão social, o início da implementação do **Observatório Nacional da Pobreza Energética** e a execução do respetivo Plano de Ação, no âmbito da **Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética**, garantiram que a transição energética em Portugal seja feita com justiça e sem deixar ninguém para trás. A participação de todos tem nas **Comunidades de Energia Renovável** uma nova forma de partilhar energia, tendo sido desenvolvidos 5 documentos de apoio a promotores e consumidores e realizadas 22 ações de capacitação em todo o País.

A comunicação e a literacia energética ganharam nova escala através da **Rota da Energia**, que percorreu 41 municípios envolvendo perto de 8.000 participantes. Também a **Academia ADENE** se afirmou como polo nacional de capacitação, com 75 ações, mais de 1.500 formandos e elevados níveis de satisfação, consolidando a capacitação e formação como pilar essencial da transição energética.

Contribuindo para uma decisão informada, o **Poupa Energia** apoiou mais de 200 mil consumidores a obter informação sobre o mercado liberalizado de eletricidade e gás natural e também na mudança de comercializador.

No plano institucional, reforçámos o nosso papel enquanto responsável pela **Coordenação Nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia** e mantivemos uma participação ativa em redes europeias de prestígio, como a EnR e a MEDENER, projetando a competência técnica nacional além-fronteiras.

Financeiramente, a ADENE encerrou o exercício com um **resultado líquido positivo de 2,6 milhões de euros**. O resultado alcançado é prova de uma gestão responsável e de uma estrutura preparada para o futuro. Este desempenho é particularmente relevante face ao investimento efetuado na modernização tecnológica e na valorização do nosso capital humano, hoje composto por 172 profissionais.

Num ano em que celebrámos o 25.º aniversário da ADENE, a transição energética assumiu para nós um significado renovado. O caminho percorrido em 2025 demonstrou maturidade, capacidade de execução e visão estratégica, atributos essenciais para liderar num setor em transformação acelerada.

Continuaremos a fazê-lo com conhecimento, com propósito e com aquilo que melhor define a nossa missão. Continuaremos a fazê-lo com a energia que transforma.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Atividades e Contas de 2025 configura o documento anual de prestação de contas, em cumprimento do artigo 23.º dos Estatutos da ADENE, e descreve o modo como foi prosseguida a missão da ADENE em linha com a liderança e visão estratégica da organização.

Neste contexto, sistematizam-se em seguida as principais atividades desenvolvidas no ano 2025.

Integração de áreas e relação com a política pública

Gestão de sistemas e certificação:

- registo de mais de duzentos e sessenta mil documentos no Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE);
- prossecução das atividades de verificação e melhoria da qualidade;
- prossecução das atividades de acompanhamento aos técnicos do SCE, incluindo realização de questionário de satisfação;
- celebração do 18.º aniversário do SCE;

- prossecução das atividades do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE);
- desenvolvimento de atividades para o reforço da capacitação dos grandes consumidores de energia;
- produção de materiais técnicos, nomeadamente linhas orientadoras para operação do SGCIE;

- prossecução da gestão do portal casA+ e disponibilização de novas funcionalidades;
- prossecução das atividades de controlo da qualidade às empresas aderentes;
- apoio na criação de critérios ambientais e climáticos para avaliação de imóveis;

- consolidação do modelo de sustentabilidade da etiquetagem energética CLASSE+;



CERTIFICAÇÃO
ENERGÉTICA
DOS EDIFÍCIOS

262.015 certificados registados
58 processos de verificação de qualidade
46 PQ reconhecidos
126 TRM reconhecidos
37 TGE reconhecidos
22 TIS reconhecidos
2.118 chamadas recebidas com questões associadas ao SCE
3.174 e-mails recebidos com questões associadas ao SCE
4,3 (em 5) grau de satisfação dos técnicos SCE com o apoio técnico prestado



sgcie SISTEMA DE GESTÃO
DOS CONSUMOS
INTENSIVOS DE ENERGIA

161 PRe analisados
311 REP analisados
49 visitas técnicas
1.372 registos de operadores até ao ano de referência
7 atividades de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*



9.402 pedidos de adesão
841 pedidos de intervenção solicitados pelos proprietários
15 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção, junto dos *stakeholders*



A EFICIÊNCIA TEM CLASSE

12.791 etiquetas emitidas

- prossecução das ações de controlo da qualidade das etiquetas emitidas e das empresas aderentes, e realização de visitas técnicas;
- apoio à 3.ª edição dos “Prémios Novoperfil - Janelas Eficientes”;
- desenvolvimento de iniciativas no âmbito do AQUA+ Residencial, AQUA+ Hotéis e AQUA+ Edifícios de Escritórios, incluindo ações de controlo da qualidade das classificações emitidas;
- Colaboração na definição de critérios de sustentabilidade, incluindo eficiência hídrica, a integrar na orientação técnica para atribuição de crédito a particulares, bem como na definição dos critérios de eficiência hídrica do aviso “Bairros mais sustentáveis”;
- Acompanhamento de estágios de alunos visando o desenvolvimento de boas práticas de eficiência hídrica e a expansão do âmbito do AQUA+ Comércio e Serviços;
- prossecução de processos de renovação e classificação no âmbito do MOVE+, incluindo frotas de ligeiros, de pesados de mercadorias e de passageiros;
- lançamento e otimização da nova plataforma informática de suporte à emissão das classificações de forma ágil e descentralizada pelos auditores reconhecidos;
- prossecução da atividade de parceria de comunicação “Prémio Frota Verde”, integrado nos Prémios *Fleet Magazine*;
- consolidação do sistema eCIRCULAR, através da emissão de classificações, e da capacitação de técnicos e auditores;
- realização de auditorias e reconhecimento de novos auditores;
- estabelecimento de sinergias e parcerias com entidades de referência, potenciando a adoção e uso do eCIRCULAR enquanto instrumento de promoção e afirmação da economia circular;

689 aderentes até ao ano de referência

1.091 ações de controlo da qualidade das etiquetas emitidas

31 visitas técnicas a empresas aderentes

23 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*



1.456 imóveis classificados

22 ações de controlo da qualidade das classificações

28 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto de *stakeholders*

38 novos gestores reconhecidos

15 novos auditores reconhecidos



4.052 viaturas classificadas

16 classificações de frota

9 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto de *stakeholders*

7 novos gestores reconhecidos

5 novos auditores reconhecidos



13 organizações classificadas

30 participantes na formação para auditores

15 auditores reconhecidos

19 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*

Apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas:

- participação em processos de consulta pública e resposta a solicitações externas;
- identificação e análise de instrumentos de política pública;
- divulgação externa do papel da ADENE na operacionalização de políticas públicas;
- prossecução da participação em grupos de trabalho, comissões consultivas e de acompanhamento, a nível nacional e internacional;
- prossecução da adaptação e atualização do portal, para melhoria da usabilidade;
- prossecução do desenvolvimento de conteúdos relacionados com faturas de energia e gás natural;
- desenvolvimento de atividades para implementação de novas funcionalidades, tais como georreferenciação para autoconsumo coletivo (ACC) e comunidades de energia renovável (CER), e simulador de comparação de créditos de instituições financeiras para a instalação de sistemas de energias renováveis;
- preparação e disponibilização de materiais de apoio, incluindo guia de apoio e ferramentas complementares;
- realização de adaptações do Barómetro ECO.AP;
- divulgação no website de instrumentos financeiros dedicados para a Administração Pública;
- dinamização de ações de informação, sensibilização e capacitação;

Apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas

58 respostas a solicitações externas e consultas públicas



96.839 simulações
201.787 visitas
936 pedidos de mudança de comercializador
131 €/ano de poupança média por mudança de tarifário através das simulações



861 entidades da Administração Pública registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
14.574 instalações registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
757 GER de entidades da Administração Pública registados no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
5 documentos técnicos de apoio a *stakeholders*
20.330 veículos registados no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
1.028 participantes em ações de capacitação, sensibilização e informação
58.530 sessões *website*

- apoio ao desenvolvimento de guias técnicos sobre mobilidade em condomínios urbanos e sobre autoconsumo, e publicação do manual de utilização do portal do autoconsumo coletivo;
- desenvolvimento de atividades de apoio à promoção de ações de capacitação de âmbito profissional;
- desenvolvimento de atividades de dinamização das CER na agricultura, incluindo rede de diálogo para a eficiência energética na agricultura;
- prossecução do apoio técnico e operacional à Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios (ELPRE);
- prossecução de atividades no âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética (ELPPE), incluindo a conclusão do plano de ação para o combate à pobreza energética 2025-2030;
- implementação e dinamização do Observatório Nacional da Pobreza Energética, incluindo a aferição da pobreza energética em Portugal;
- Criação do prémio LIGAR – Energia para todos;
- conclusão do estudo “Mobilidade sustentável no setor do turismo 2024”;
- prossecução de atividades para o desenvolvimento de um simulador de apoio à escolha de comercializadores de eletricidade para a mobilidade elétrica;
- apoio técnico externo a entidades responsáveis pela gestão de incentivos financeiros, nomeadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com destaque para Programa “Vale eficiência”, Programa de apoio a condomínios residenciais, Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis, Aviso “Apoio à concretização de CER e ACC”, Aviso “Eficiência energética em edifícios da administração pública central”, Aviso “Apoio à renovação e aumento do desempenho energético dos edifícios de serviços, e Aviso “Bairros mais sustentáveis/E-lar”;

Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo

12 ações de capacitação de equipas
10 ações de sensibilização
5 documentos técnicos de apoio a *stakeholders*

ELPRE

11 reuniões do grupo de coordenação

ELPPE

6 ações de capacitação de equipas
13 ações de sensibilização
6 documentos técnicos de apoio a *stakeholders*

Mobilidade sustentável

9 atividades que contribuem para a mobilidade sustentável

Programa Edifícios Mais Sustentáveis, promovido pelo Fundo Ambiental

97 % de resposta ao atendimento escrito e-balcão

- apoio ao desenvolvimento do Mercado Voluntário de Carbono (MVC), nomeadamente o evento de lançamento e a divulgação da primeira metodologia, desenvolvimento da plataforma de registo de projetos e créditos de carbono e dinamização das metodologias de carbono para diferentes tipologias de projetos;
- monitorização dos consumos de água do setor turístico, com participação no Pacto para a Água na Região do Algarve, e realização de atividades no âmbito do "Compromisso eficiência hídrica – Algarve;
- coordenação da Rede Espaço Energia e desenvolvimento de atividades relacionadas, incluindo o apoio à realização de sessão de lançamento pública, capacitação de técnicos, realização de visitas para verificação do funcionamento e apoio, entre outros;
- atividades no âmbito da transposição da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios e da relativa à promoção de energia de fontes renováveis;
- apoio ao desenvolvimento do Plano Social para a Ação Climática para efeitos de acesso ao Fundo Social para a Ação Climática.

Desenvolvimento e inovação:

- gestão e execução de projetos técnicos de inovação com financiamento europeu, incluindo a realização de reuniões de consórcio e a preparação de relatórios técnicos e financeiros;
- análise de oportunidades de financiamento externo, preparação e submissão de candidaturas a novos projetos;
- emissão de pareceres estratégicos, técnicos e de cooperação institucional.

Projetos de desenvolvimento e inovação

AgroSOL
AOFFTECH
Compliance Services
Concerted Action EPBD VI
ECHO
EPBD.wise
EPREL Services
High Quality Heat Pump Services
LEAPto11
meetMED II
ODYSSEE-MURE fit-4-55
ODYSSEE-MURE_EED
PLAN4COLD
REDI4HEAT
SaveEnergyTogether
smarTA
SMARTER4EU
SRI2MARKET

18 projetos financiados em gestão
3.091.302 € de financiamento da ADENE em projetos em gestão
12 candidaturas submetidas
42 % de sucesso candidaturas

Aposta no apoio técnico, na qualificação e informação ao cidadão

Formação e qualificação:

- prossecução das atividades de formação aos técnicos do SCE;
- realização de ações de formação à medida e transversais;
- apoio à formação no âmbito de outros sistemas geridos pela ADENE, como AQUA+, MOVE+, CLASSE+, eCIRCULAR e MVC;
- atividades de colaboração com o Centro Protocolar de Formação Profissional para a Transição Energética;
- reforço das atividades de comunicação e disseminação, incluindo publicação do novo website da Academia ADENE;
- Qualificação de verificadores no âmbito do MVC

Educação e informação:

- prossecução das atividades no âmbito da Rota da Energia, promovendo ações de capacitação a diferentes públicos-alvo, ativando uma presença no terreno e fomentando a proximidade com os cidadãos;
- realização da 3ª edição da "Escola de Verão";
- planeamento de ações nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- realização de workshops informativos e formativos para associações do setor industrial, no âmbito da eficiência energética;
- Conclusão da recolha de informação sobre o estado da arte da eficiência energética na indústria nacional, no âmbito do inquérito à indústria;
- Participação em eventos dinamizados pelas associações setoriais, inseridos no âmbito dos roteiros da descarbonização;
- atualização de dados, indicadores energéticos e documentos legislativos no portal do Observatório da Energia;



75 ações de formação total
1.578 formandos total
4,3 (em 5) nível de satisfação dos cursos
10 formadores internos

Formação no âmbito do SCE
23 ações de formação incluindo complementares
415 formandos
164 exames PQ
90 exames TGE
27 exames TIS

Formação à medida
10 ações de formação
267 formandos

Formação transversal
42 ações de formação
896 formandos

ROTA DA ENERGIA

7.952 participantes em ações
41 municípios abrangidos
224 ações de sensibilização
39 participantes na Escola de Verão



24 ações de apoio a empresas e associações empresariais
18 eventos para apoio a empresas e associações empresariais



1 estudos lançados
8 artigos desenvolvidos

- elaboração do anuário “Energia em Números”, edição de 2025;
- conclusão da coordenação do estudo sobre o potencial fotovoltaico em concessões de autoestradas em Portugal
- desenvolvimento de trabalhos para a reestruturação do portal.

Reforço da cooperação e redes institucionais

Cooperação institucional:

- prossecução das atividades de reforço e consolidação da cooperação institucional;
- participação em eventos nacionais e internacionais;
- participação em reuniões de articulação institucional, nacionais e internacionais, e em reuniões dos órgãos sociais de agências locais e regionais de energia e outras associações;
- planeamento de atividades para a implementação de programas de cooperação entre cidades portuguesas e cidades de países africanos lusófonos ou argentinos;
- acompanhamento e dinamização de protocolos.

Dinamização de redes:

- coordenação nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, e organização do 2.º encontro nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia;
- desenvolvimento e participação em atividades no âmbito da Rede *European Energy Network* (EnR), com destaque para as atividades de coordenação dos grupos de trabalho “*water-energy nexus*” e “*buildings*”;
- prossecução das atividades no âmbito da Rede *Mediterranean Association of National Agencies for Energy Management* (MEDENER).

Cooperação institucional

15 novos protocolos
59 ações desenvolvidas no âmbito de protocolos
114 eventos de cooperação institucional
35 representações no âmbito da cooperação institucional

Dinamização de redes

Coordenação nacional do Pacto de Autarcas

89 municípios com ações promovidas no âmbito da coordenação nacional
55 outros *stakeholders* envolvidos em ações promovidas no âmbito da coordenação nacional
29 eventos organizados e/ou com participação da ADENE

Rede EnR

54 reuniões

Rede MEDENER

62 reuniões

Twining envolvendo cidades portuguesas

1 missões realizadas

Aproximação à sociedade

Reforço da comunicação:

Aproximação à sociedade
524.359 alcance nos meios digitais

- reforço da comunicação e visibilidade da ADENE, com aposta em conteúdos apelativos;
- prossecução das iniciativas podcast “Toda a energia” com a Antena 1, “Minuto energia” com a RTP3, e a ADENE Talks”;
- elaboração de artigos técnicos, de opinião e entrevistas nos *media*;
- participação em diversos eventos externos, nacionais e internacionais, e apoio a eventos de projetos técnicos cofinanciados;
- desenvolvimento de ações de dinamização interna;
- desenvolvimento de atividades no âmbito da celebração do 25.º aniversário da ADENE.

1.879 publicações nos media
18 campanhas e planos de comunicação
132 ações de comunicação e divulgação da atuação da ADENE
10 ações de dinamização interna

Presença da ADENE nas redes sociais

10.883 subscritos na newsletter
5.930 seguidores no Facebook
23.904 seguidores no LinkedIn
1.479 seguidores no Instagram

Capacitação interna e desenvolvimento organizacional

Recrutamento e capacitação de valor acrescentado:

- lançamento de processos de recrutamento e seleção;
- melhoria contínua e reforço das competências técnicas, comportamentais e de gestão, através de ações de formação;
- prossecução da implementação do programa ESTRUTURAR PARA VALORIZA(RH);
- criação de programa de saúde mental e bem-estar;
- elaboração, revisão e publicação de políticas, processos e regulamentos de recursos humanos.

Recrutamento e seleção

172 colaboradores
20 admissões
6 saídas
126 % de implementação do Plano de Conciliação e Igualdade

Formação contínua

70 ações de formação contínua
7.319 horas total
167 colaboradores abrangidos
95 % colaboradores abrangidos
44 horas média de formação por colaborador abrangido

Digitalização e sistemas de informação:

- manutenção evolutiva e corretiva dos vários portais da ADENE;
- desenvolvimento, atualização, *redesign* e disponibilização de *websites*;
- prossecução das atividades de desenvolvimento da área de *business intelligence*;
- prossecução das atividades no âmbito dos sistemas de segurança, das infraestruturas e do apoio técnico e suporte.

Digitalização e sistemas de informação

99 % satisfação do trabalho realizado igual ou superior a 4
88 % de cumprimento dos prazos estimados
10.994 horas para implementação de melhorias nas plataformas da ADENE
232 % de cumprimento dos pedidos recebidos via *GitLab*

Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte:

- prossecução das atividades relacionadas com a tesouraria, contabilidade, orçamento, controlo de gestão, faturação e reporte;

Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte

12 dias de prazo médio de pagamento a fornecedores
20 dias de tempo médio de devolução de valores ao abrigo do Protocolo com a AREAM e Decreto-Lei n.º 101-D/2020

- acompanhamento da execução financeira e orçamental dos projetos e processos internos, incluindo reporte mensal;
- implementação contínua de procedimentos e ações para otimização/melhoria do reporte de informação e de execução financeira e orçamental;
- prossecução da implementação da solução de faturação eletrónica.

Qualidade da gestão e dos processos:

- prossecução das atividades de levantamento, desenho e acompanhamento de processos orientados para a qualidade;
- gestão do canal interno de denúncias e do canal de reclamações;
- controlo e regulação da conformidade do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD);
- elaboração do inventário de ativos e do relatório anual de incidentes;
- prossecução das atividades relativas a instrumentos de gestão;
- prossecução de atividades no âmbito de compras e fornecedores, e de apoio jurídico e *compliance*;
- implementação e dinamização do plano de responsabilidade social, incluindo componente ambiental;
- prossecução das atividades do Centro de Serviço a Clientes.

Qualidade da gestão e dos processos

97 % de processos de suporte descritos face aos processos identificados pelas áreas de suporte

100 % de inventariação dos processamentos periódicos de tratamento de dados pessoais
4 dias úteis de tempo médio de resposta aos pedidos internos de tratamento de dados pessoais

100 % de avaliação de risco para o inventário de ativos de sistemas de informação

95 % de resposta a reclamações no prazo igual ou inferior a 10 dias úteis

Compras e fornecedores

92 % de execução dos procedimentos de contratação pública
8 dias úteis de tempo médio de resposta a pedidos de apoio jurídico

Responsabilidade social e ambiental

91 % de execução do plano de responsabilidade social, incluindo componente ambiental

Centro de Serviço a Clientes

91 % de chamadas atendidas em 30 segundos após welcome message

0,9 % de abandono de chamadas após welcome message

0,2 dias úteis de tempo médio de resolução dos e-mails

68 % de resolução autónoma

8,2 (em 10) de nível de satisfação dos clientes

Operador logístico de mudança de comercializador (OLMC)

- prossecução das atividades de funcionamento do portal OLMC;

100 % de reportes submetidos à ERSE 2 dias antes do prazo

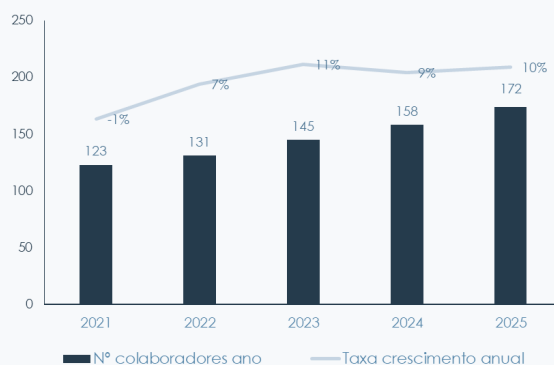
- integração entre o OLMC e o Gestor Integrado de Garantias, e outras entidades do Sistema Elétrico Nacional (SEN);
- prossecução das atividades relativas ao processamento massivo da elegibilidade da tarifa social.

Execução de Contrato-Programa com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- gestão operacional e fiscalização do funcionamento do SGCIE e realização de visitas técnicas para a verificação das metas de melhoria dos Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn);
- apoio à execução do Programa ECO.AP 2030;
- serviços de atendimento telefónico e outros;
- contributos para políticas públicas na área da transição energética.

Recursos humanos

- quadro de pessoal da ADENE a 31 de dezembro de 2025 constituído por 172 colaboradores;
- predominância do género feminino ao nível da distribuição de colaboradores por género (98 mulheres e 74 homens);
- equilibrada distribuição por cargos dirigentes (53% mulheres), refletindo o compromisso da ADENE com a igualdade de género no acesso a cargos de liderança;
- habilitações literárias predominantes de licenciados e detentores de mestrado;
- faixa etária predominante de 40 a 49 anos.



Execução financeira e orçamental

Financeira:

A ADENE terminou o ano de 2025 com um resultado líquido positivo de 2 651 mil euros, para o qual contribuiu o resultado da U-OLMC em 402 mil euros.

Em 2025, a ADENE reteve a proporção de 10% e 3%, sobre o montante recebido de certificados energéticos emitidos, para posterior entrega ao Fundo Ambiental e à DGEG. O montante retido no período de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, constitui passivo da ADENE, porquanto o pagamento será efetuado em 2026.

Constituição de imparidade, referente a 100% da dívida da DGEG, titulada pela fatura FA nº 2025/8, emitida a 19 de março de 2025, pelo valor de 400 mil euros, no âmbito do Contrato-Programa de 2024 e reversão de imparidades registadas sobre dívidas de clientes antigas, inicialmente classificadas como de cobrança duvidosa.

Orçamental:

O Orçamento do Estado para 2025 conferiu à ADENE uma dotação de despesa de 86.677 mil euros bem como uma receita de 86.977 mil euros, incluindo 58.000 mil euros, relativos a Ativos Financeiros. Expurgados desta rubrica, a dotação da despesa e da receita é de, respetivamente, 28.677 mil euros e 28.977 mil euros.

O orçamento inicial da despesa, foi sujeito à constituição de reserva no valor de 2.033 mil euros e a cativações de 7.815 mil euros. A ADENE solicitou a total descativação, a qual veio a ser aprovada em 23 de janeiro.

No decurso da execução, o orçamento da receita foi incrementado, via incorporação de saldos transitados em 5.958 mil euros e, o orçamento da despesa sujeito a cativação no agrupamento "01- Despesas com Pessoal, no montante de 2.080 mil euros. Deste montante, foi parcialmente repostado o montante de 1.101 mil euros, conforme despacho autorizador em 19 de novembro.

No que se refere à despesa, para uma dotação corrigida de 101.678 mil euros, foram pagos 92.762 mil euros. Verifica-se, assim, um grau de execução da despesa, tendo por base a dotação líquida de cativos, de 91,2%.

Importa referir que, do valor total executado em despesa, 73.000 mil euros são provenientes de aplicações em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC) em cumprimento do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO/2025).

2. INTRODUÇÃO

A ADENE tem por missão promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e suas interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições nestes domínios, e promover e realizar atividades de interesse público nas áreas do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade.

O presente Relatório de Atividade e Contas (RAC), referente ao ano de 2025, configura o documento anual de prestação de contas, em cumprimento do artigo 23.º dos Estatutos da ADENE, e integra o relatório de boas práticas de governo, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 24.º-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro.

Em 2025, a ADENE prosseguiu com as suas atividades no âmbito de diversos instrumentos de política pública, nomeadamente da estratégia nacional de longo prazo para o combate à pobreza energética 2023-2050, da estratégia de longo prazo para a renovação dos edifícios, do MVC, da rede Espaço Energia; do apoio a atividades no âmbito da transposição da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios, da eficiência energética, e da relativa à promoção de energia de fontes renováveis, entre outros instrumentos relevantes, contribuindo para a aceleração do desígnio da transição climática.

Refletindo a atual liderança e visão estratégica da organização, o presente RAC descreve o modo como foi prosseguida a missão ADENE e encontra-se estruturado de modo a refletir as atividades desenvolvidas, assentes nos seus pilares estratégicos e nas áreas de atuação, demonstrando mais um ano de superação e de transformação contínua para a ADENE

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. Integração de áreas e relação com a política pública

3.1.1. Gestão de sistemas e certificação

As linhas de ação para o ano de 2025 ao nível da gestão de sistemas e certificação passaram pela contínua operacionalização do quadro legal do desempenho energético dos edifícios e do apoio à operacionalização do SGCIE, assegurando a estabilidade das atividades de gestão corrente.

Em paralelo, prosseguiu-se com a consolidação dos sistemas de classificação existentes, num quadro de sustentabilidade, assentes no princípio da circularidade, da eficiência ambiental e económica e de finanças sustentáveis.

Neste enquadramento, registam-se as seguintes atividades:

- **Operacionalização do quadro legal relativo ao desempenho energético de edifícios**
 - Registado um aumento do número de **documentos registados** no [Sistema de Certificação Energética dos Edifícios](#) (SCE) (+5,0% que em período homólogo) resultante do aumento emissão da emissão de pré-certificados energéticos (+20% que em período homólogo), o que reflete a dinâmica no setor da promoção imobiliária, em particular ao nível da submissão de projetos nas entidades licenciadores. De igual modo, e refletindo a construção de edifícios, verifica-se igualmente um aumento (+19% que em período homólogo) dos certificados energéticos emitidos após a construção ou renovação de edifícios. Por oposição, os registos associados a edifícios existentes têm apresentado uma trajetória estável;
 - Ao nível do **acompanhamento dos técnicos do SCE**, verificou-se um decréscimo das chamadas telefónicas recebidas (-29,4% que no período homólogo), tendo sido igualmente verificado um decréscimo no que diz respeito aos *emails* recebidos (-24,3% que no período homólogo), materializando a estratégia levada a cabo nos últimos anos, tendo por premissa a assertividade e clareza na interação, em conjunto com a elaboração de documentação de apoio e da realização de sessões de esclarecimentos, visando a melhoria do conhecimento dos técnicos e, conseqüentemente, a

- o uma menor necessidade de recurso aos canais de apoio à prática profissional;
- o Realização de **questionário anual de satisfação** para técnicos;
- o Prossecução das atividades de **verificação e melhoria da qualidade**, através essencialmente do processamento de denúncias recebidas, não deixando de orientar a atividade no sentido de um acompanhamento mais eficaz, preventivo e próximo do trabalho dos técnicos do SCE;
- o Continuação do desenvolvimento de processos de gestão da **garantia da qualidade e tratamento dos dados** associados aos certificados energéticos, como fonte de informação no apoio à operacionalização e desenho de políticas públicas, bem como de mecanismos de financiamento;
- o Acompanhamento e monitorização da necessidade de **produção, atualização e disponibilização de novos materiais**, ferramentas, manuais e guias para orientação e apoio aos técnicos na sua atividade;
- o Prossecução do desenvolvimento do processo de **integração do SCE com os critérios técnicos de avaliação** para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas, e prossecução da integração com os reportes **Environmental, Social and Governance (ESG) por parte do setor bancário**, em alinhamento com a taxonomia da União Europeia;
- o **Atualização do portal SCE**, nomeadamente a opção de submissão dos relatórios de inspeção e a atualização *dos schema XML* para importação de certificados energéticos;
- o Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, nomeadamente no apoio prestado ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU, ao NORTE 2030 e à



SCE em 2025

262.015 certificados registados
66.365 projetos novos
13.272 projetos de reabilitação
18.002 edifícios concluídos novos
2.418 edifícios concluídos reabilitados
161.958 edifícios existentes
210.196.889 €/ano de poupança identificada nos documentos registados
58 processos de verificação de qualidade
38 PQ sujeitos a processos de verificação da qualidade
46 PQ reconhecidos
126 TRM reconhecidos
37 TGE reconhecidos
22 TIS reconhecidos
2.118 chamadas recebidas com questões associadas ao SCE
99 % chamadas respondidas no próprio dia
3.174 e-mails recebidos com questões associadas ao SCE
92 % e-mails respondidos no próprio dia
24 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*
4,3 (*em 5*) grau de satisfação dos técnicos SCE com o apoio técnico prestado

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) relativamente aos mecanismos de avaliação e monitorização de candidaturas, quer no âmbito do PRR quer nas verbas previstas no PT2030, incluindo sessão de esclarecimentos. Elaboração de **artigo técnico** para a AVAC Magazine, e **reforço da presença no LinkedIn do SCE** através de publicações regulares de *posts* e artigos com um aumento ao nível do envolvimento, por via de partilhas e comentários, dos mais de 2400 seguidores da página. De assinalar ainda a realização do 6º episódio da *ADENE Talks*, relativo ao desempenho energético dos edifícios;

- Participação em **iniciativas**, nomeadamente na XIII tarde técnica da Associação Nacional de Peritos Qualificados, na sessão específica realizada na feira internacional da construção Tektónica 2025, na conferência organizada pelo Diário Imobiliário sobre sustentabilidade no setor da construção, na Semana da Reabilitação Urbana do Porto, na conferência Ambiente e Sustentabilidade da OET, no congresso anual da ASAVAL - Associação das Sociedades de Avaliação e Avaliadores de Portugal, bem como na receção de diversas delegações estrangeiras;
- O ano de 2025 assinalou o **18.º aniversário do SCE**, um marco que confirma a maturidade e consolidação alcançadas pelo sistema, bem como o seu papel estruturante nas políticas públicas e na promoção da eficiência energética dos edifícios.

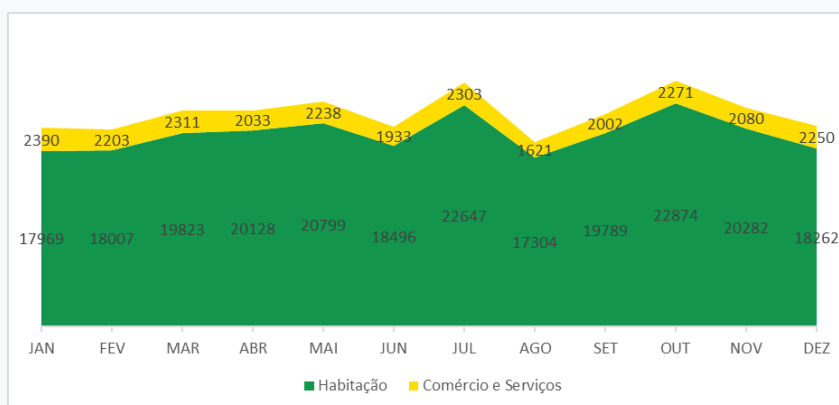


Figura 1 – Distribuição de classes energéticas e tipologias dos edifícios certificados em 2025

- **Operacionalização do [Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia \(SGCIE\)](#)**

- Análise de **Planos de Racionalização dos Consumos de Energia** (PREn) e de **Relatórios de Execução e Progresso** (REP);
- Realização de **visitas técnicas**;
- Análise de pedidos de **credenciação de técnicos auditores** e de **registos de operadores**;
- Prossecução das atividades de apoio à **atividade de fiscalização do SGCIE** pela DGEG;
- Continuação da preparação, em articulação com a DGEG, do envio faseado das **fichas de validação** das medidas de PREn;
- Conclusão do desenvolvimento das especificações funcionais para **modernização do portal do SGCIE**;
- Desenvolvimento de atividades para o **reforço da capacitação** dos grandes consumidores de energia, através da produção de materiais técnicos, nomeadamente **linhas orientadoras para a elaboração de relatórios** de auditoria energética e REP, e **linhas orientadoras para operação no SGCIE**, bem como a sua divulgação junto dos operadores e no portal do SGCIE;
- Realização de ações e **informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, nomeadamente realização de sessões de esclarecimento para técnicos reconhecidos e operadores.

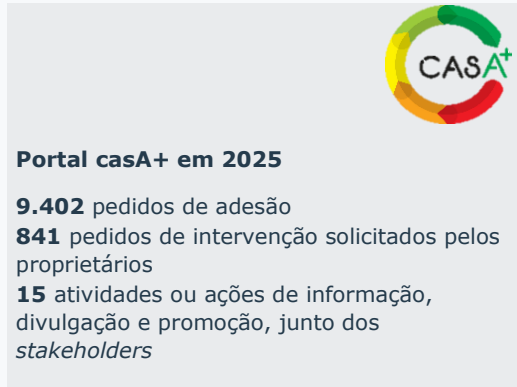


SGCIE em 2025

161 PREn analisados
311 REP analisados
 287 REP intermédios analisados
 24 REP finais analisados
49 visitas técnicas
261 ktep de potencial de economia de energia até ao ano de referência
190 tep de poupança média identificada por instalação até ao ano de referência
1.372 registos de operadores até ao ano de referência
7 atividades de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*
4,1 (*em 5*) de grau de satisfação dos técnicos e dos operadores com apoio técnico prestado

- **Afirmação do [portal casA+](#) como plataforma de referência para a melhoria do desempenho energético e do uso eficiente e sustentável de recursos nos edifícios:**

- **Gestão operacional** corrente do portal como ferramenta de promoção da eficiência energética das habitações e combate à pobreza energética;
- Apoio à criação de **critérios ambientais e climáticos na avaliação de imóveis e na**



Portal casA+ em 2025

- 9.402** pedidos de adesão
- 841** pedidos de intervenção solicitados pelos proprietários
- 15** atividades ou ações de informação, divulgação e promoção, junto dos *stakeholders*

- **capacitação dos avaliadores imobiliários** no âmbito da parceria com a Associação Nacional de Avaliadores Imobiliários para desenvolvimento de metodologia de avaliação de imóveis, incluindo apoio técnico especializado;
- Desenvolvimento de **melhorias no portal**, incluindo funcionalidades e experiência do utilizador;
- Elaboração e divulgação dos resultados do **inquérito ao consumidor** "Partilhe a sua experiência no portal casA+ 2025", visando a melhoria contínua do portal;
- Prossecução das atividades de **controlo de qualidade**, concretamente através da análise de 1.547 empresas aderentes;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção**, nomeadamente realização de ações junto de stakeholders, incluindo no webinar "casA+ na Rede Espaço Energia" e sessão Pacto de Autarcas sobre o Fundo Verde de Cascais, nos eventos da Rede *EU Peers* no âmbito da *European Sustainable Energy Week*, entre outros. Apoio à elaboração de artigos para a newsletter para a revista "O Instalador".

- **Promoção do sistema [CLASSE+](#) contribuindo para o reforço da eficiência energética e sustentabilidade das componentes passivas do edifício:**

- **Gestão operacional** corrente do sistema e consolidação da sustentabilidade da etiquetagem energética CLASSE+, renovando o ciclo de adesões do mercado para o subproduto "janelas" e reforçando o estatuto da iniciativa como referência no setor;

- Prossecução das atividades para o **alargamento da aplicação da etiqueta a novos produtos** (películas de controlo solar e isolamento térmico exterior) e de atualização da etiqueta energética para janelas;
- Promoção das atividades de **melhoria contínua do sistema**, com destaque para ações de controlo da



CLASSE+ em 2025

12.791 etiquetas emitidas
689 aderentes até ao ano de referência
1.091 ações de controlo da qualidade das etiquetas emitidas
31 visitas técnicas a empresas aderentes
23 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*

qualidade das etiquetas emitidas e das empresas aderentes, e realização de visitas técnicas, garantindo a melhoria contínua do sistema e a otimização da atividade;

- Prossecução do **desenvolvimento da nova plataforma** de emissão de etiquetas CLASSE+;
- Preparação do novo modelo e apoio na divulgação da "**3ª Edição dos Prémios Janelas Eficientes**", em articulação com a ANFAJE;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, incluindo workshops dirigidos às empresas com os temas "Novos aderentes" e "Marcação CE"; webinar para técnicos Espaço Energia. Apoio à elaboração de artigos para a revista "Novoperfil".

- **Consolidação e promoção da disseminação do sistema [AQUA+](#) levando mais longe a eficiência hídrica nos edifícios e cidades:**

- **Gestão operacional** corrente do sistema, resultando na emissão de classificações de frações AQUA+ Residencial, unidades de alojamento AQUA+ Hotéis e frações AQUA+ Escritórios;
- **Atualização do modelo de operação** do AQUA+ e divulgação das novas condições (a vigorar a partir de 2026);
- Desenvolvimento e entrada em produção da **plataforma informática de suporte à emissão das classificações** AQUA+;
- Arranque dos trabalhos técnicos de alargamento da metodologia AQUA+ à generalidade dos edifícios de comércio e serviços;
- Desenvolvimento e operacionalização do **modelo de quantificação de poupanças** do AQUA+ Comércio e Serviços,

- com parametrização para integração na plataforma de emissão de classificações;
- Prossecução de ações de **controlo da qualidade** das classificações emitidas, nomeadamente realização de auditorias acompanhadas, incluindo harmonização do processo de controlo de qualidade das auditorias acompanhadas para os diferentes sistemas de classificação;
- Prossecução do **roadmap de desenvolvimento** do sistema AQUA+, mantendo um processo participado de envolvimento e alargamento dos signatários da Rede de Compromisso AQUA+, bem como a integração de soluções e tecnologias inovadoras indutoras de eficiência hídrica na REDE TECH AQUA+;
- Colaboração com o Banco de Portugal na **definição de critérios de sustentabilidade**, incluindo eficiência hídrica, a integrar na orientação técnica para atribuição de crédito a particulares, bem como na definição dos critérios de eficiência hídrica do aviso “Bairros mais sustentáveis” do Fundo Ambiental;
- **Acompanhamento de estágios** de alunos na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Politécnico de Setúbal, ligados, respetivamente, ao desenvolvimento de boas práticas de eficiência hídrica e à expansão do âmbito do AQUA+ Comércio e Serviços;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** do AQUA+ junto de stakeholders, incluindo participação em eventos como o *webinar* em parceria com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, no curso da Ordem dos Engenheiros e da Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais de “Atualização sobre dimensionamento de redes de águas e esgotos em edifícios sustentáveis” entre outros. Apoio à elaboração de notícias e de artigos, tais como publicação de artigo na ADENE News e na revista “O Instalador”.



AQUA+ em 2025

1.456 imóveis classificados

22 ações de controlo da qualidade das classificações

28 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*

38 novos gestores reconhecidos

15 novos auditores reconhecidos

Potencial de poupança de água

6.304.065 L/ano média por imóvel classificado

40,4 ML/ano na totalidade dos imóveis classificados

11.865 €/ano médio por imóvel classificado

- **Promoção do sistema [MOVE+](#) e fomento da sua utilização como ferramenta de referência para a mobilidade sustentável:**

- Prossecução de **processos de renovação e classificação no âmbito do MOVE+**, incluindo frotas de ligeiros, de pesados de mercadorias e de passageiros;
- Prossecução das atividades de desenvolvimento do **MOVE+ Empresas**, que decorre da expansão do sistema às práticas de mobilidade das organizações, promovendo a eficiência e a sustentabilidade;
- Prossecução de atividades de **reconhecimento de novos auditores e gestores MOVE+**;
- Prossecução do desenvolvimento de novas **estratégias para mobilização e adesão** de entidades;
- Prossecução dos trabalhos e articulação com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. para o desenvolvimento de um **selo de mobilidade sustentável para eventos**;
- Lançamento e otimização da **nova plataforma informática de suporte à emissão das classificações** de forma ágil e descentralizada pelos auditores reconhecidos;
- Prossecução das atividades no âmbito de **parcerias de comunicação**, como o “Prémio Frota Verde”, integrado nos “Prémios Fleet Magazine”;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, incluindo a participação no programa “Minuto Energia”, na conferência “Desafios no setor automóvel e na mobilidade elétrica em 2025”, no evento “Seminário de Transporte Rodoviário (Passageiros e Mercadorias)”, no evento “Pesados com Pegada Leve”. Apoio à elaboração de artigo na revista “O Instalador”.



MOVE+ em 2025

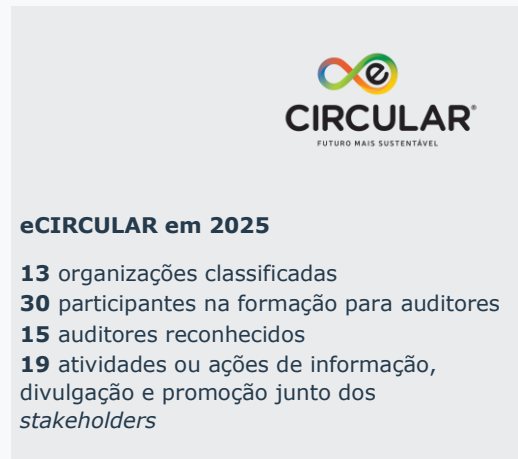
4.052 viaturas classificadas
16 classificações de frota
9 atividades ou ações de informação, divulgação e promoção junto dos *stakeholders*
7 novos gestores reconhecidos
5 novos auditores reconhecidos

Potencial de poupança na totalidade das frotas classificadas

13,3 ML/ano do consumo de combustível até ao ano de referência
20,4 M€/ano do consumo de combustível até ao ano de referência
32.282 tCO₂e de emissões evitadas até ao ano de referência
36 % de redução média do consumo específico de combustível até ao ano de referência
36 % de redução média das emissões específicas de CO₂

- **Consolidação e promoção do sistema [eCIRCULAR](#) contribuindo para a transição para uma economia circular e futuro mais sustentável**

- **Gestão operacional do sistema**, no primeiro ano em contexto de operação corrente;
- **Consolidação do sistema eCIRCULAR**, através da emissão de classificações, e da capacitação de técnicos e auditores;
- **Realização de auditorias** acompanhadas e reconhecimento de novos auditores eCIRCULAR;
- Preparação das peças de concurso para o desenvolvimento de **plataforma informática de suporte à emissão das classificações** de forma ágil e descentralizada pelos auditores reconhecidos;
- Desenvolvimento de **atividades para afirmação do sistema** enquanto ferramenta de apoio às políticas públicas, nomeadamente em sistemas de incentivos, planos ou estratégias relacionadas com a economia circular;
- Estabelecimento de **sinergias e parcerias** com entidades de referência, potenciando a adoção e uso do eCIRCULAR enquanto instrumento de promoção e afirmação da economia circular;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, nomeadamente participação no *webinar* realizado em parceria com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, no evento “Conversas circulares”, na sessão do evento ENERH2O “Indústria da água: oportunidades em contexto ibérico”, entre outros. Apoio à publicação de notícias e artigos, tais como publicação de artigos na *ADENE News* e na revista “O Instalador”.



3.1.2. Apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas

A ADENE prossegue e reforça a sua participação ativa no apoio ao desenho e monitorização de políticas públicas, num quadro de articulação e cooperação com as entidades responsáveis, em particular a DGEG, o Laboratório Nacional

de Energia e Geologia (LNEG), e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em linha com a sua finalidade de interesse público. Este apoio incide nas diferentes áreas temáticas da ADENE, tendo por base uma visão integradora, sustentável e de transição energética justa.

A ADENE prossegue ainda, numa lógica de melhoria contínua, ao acompanhamento e à gestão dos programas e iniciativas em curso, e apoia a operacionalização de novos que contribuam para o cumprimento dos objetivos e metas de política pública, em particular os estabelecidos no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050), no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), na ELPRE e na ELPPE.

Particular enfoque foi colocado na contínua operacionalização do ECO.AP 2030, no desenvolvimento do MVC, no apoio operacional à ELPPE, nas atividades de apoio para a transposição da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios e da relativa à promoção de energia de fontes renováveis, no apoio técnico externo a entidades responsáveis pela gestão de incentivos financeiro, e no reforço da participação em grupos de trabalho.

Neste enquadramento, registam-se as seguintes atividades de **apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas**:

- Participação em **processos de consulta pública e resposta a solicitações externas**;
- Identificação e **análise de instrumentos de política pública** relevantes para a missão da ADENE;
- Divulgação externa do **papel da ADENE na operacionalização de política pública** no âmbito de apresentações externas, entrevistas, artigos, entre outros veículos de informação;
- Prossecução de **contributos e participação em grupos de trabalho, comissões consultivas e de acompanhamento, a nível nacional e internacional**, com destaque para:
 - Comité de acompanhamento do Programa Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030;
 - Comité de acompanhamento do Programa Inovação e Transição Digital – COMPETE 2030;
 - Grupo de trabalho para identificação da metodologia para aferir anualmente as economias de energia para o horizonte 2021-2030;
 - Grupo de acompanhamento Plano Turismo + Sustentável 25-30;
 - Comissão Temática para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, no âmbito do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território da Direção-Geral do Território;
 - Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública – RePLAN;
 - Comissão Técnica 150 - Gestão ambiental, prossecução dos trabalhos das suas sub-comissões: roteiro nacional para a

Apoio ao desenho e à implementação de política pública em 2025

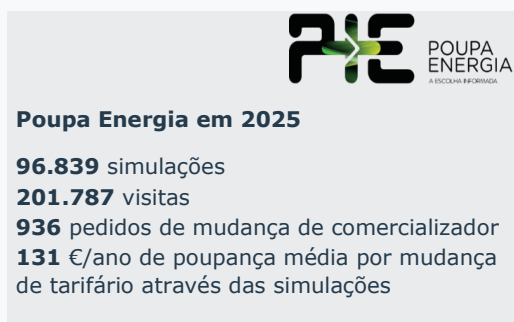
58 respostas a solicitações externas e consultas públicas

descarbonização da aviação e grupo de coordenação do PABS, contribuindo para a preparação da revisão do plano para o período 2026-2030;

- Comissão Técnica 184 - Gestão de energia, prossecução dos trabalhos no âmbito da normalização no domínio da gestão de energia, incluindo definição do plano de ação para 2025, conclusão da tradução e consolidação da ISO 50044:2019 sobre linhas orientadoras para avaliação económica e financeira, e início dos trabalhos de revisão da tradução da ISO 50006 sobre avaliação do desempenho energético.

- **Acompanhamento, gestão e promoção de novos desenvolvimentos no portal [Poupa Energia](#):**

- Conclusão da **adaptação e atualização do portal**, de forma a melhorar a sua usabilidade;
- Conclusão do desenvolvimento de atividades para a implementação de **novas**



- **funcionalidades**, tais como elaboração de especificação funcional para a implementação de simuladores simples, avançado e empresarial;
- Conclusão do desenvolvimento das funcionalidades de **georreferenciação para ACC e CER**, área reservada dos utilizadores e outros indicadores, assim como do **simulador de comparação de créditos** de instituições financeiras para a instalação de sistemas de energias renováveis;
- Conclusão do desenvolvimento da especificação funcional para apresentação em *dashboard* e *online* dos **indicadores de atividade** no portal;
- Prossecução do **desenvolvimento de conteúdos**, designadamente sobre financiamento;
- Elaboração de **brochuras informativas** sobre a fatura de energia elétrica e de gás natural;
- Publicação de **guias** para apoiar cidadãos e empresas na realização da simulação da fatura de energia e na instalação de projetos de autoconsumo, nomeadamente "Guia sobre os conteúdos do portal Poupa Energia e simulador"; "Guia do autoconsumo em condomínios" e "Guia explicativo do autoconsumo";

- Desenvolvimento de **ações de capacitação** para a antiga Agência para a Modernização Administrativa, no âmbito da utilização do portal nas lojas do cidadão e de **ações de esclarecimento**;
 - Elaboração dos relatórios trimestral e anual do portal.
- **Prosseção das atividades de dinamização da eficiência de recursos e descarbonização na administração pública, através da operacionalização do Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública (ECO.AP 2030):**
 - Realização de reuniões periódicas do **grupo de trabalho do ECO.AP 2030** (DGEG e APA);
 - Apoio à DGEG nas **atividades de fiscalização** e respetivo reporte;
 - Prosseção das atividades de **apoio às entidades públicas** na elaboração e melhoria dos **Planos de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030** (PED ECO.AP 2030), bem como avaliação da conformidade dos mesmos;
 - Elaboração e disponibilização do **modelo do PED ECO.AP 2030 para 26-27** e do **modelo de monitorização dos PED ECO.AP 2030**;
 - Arranque dos trabalhos de **análise dos PED ECO.AP 2030 para elaboração de relatórios automatizados**;
 - Conclusão da monitorização do **plano de eficiência ECO.AP 2030 da ADENE de 2022-2024**, e implementação do **plano PED ECO.AP 2030 de 2025-2027**;
 - Apoio na preparação de investimentos através de **contratos de gestão de eficiência energética**;
 - Preparação e **disponibilização de materiais de apoio**, nomeadamente o roteiro para a administração local no ECO.AP 2030, o guia com as principais atividades no Barómetro ECO.AP para os gestores de energia e recursos (GER), o modelo de despacho para os municípios, e linhas orientadoras para a



Programa ECO.AP 2030 em 2025

861 entidades da Administração Pública registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
14.574 instalações registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
757 GER de entidades da Administração Pública registados no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
5 documentos técnicos de apoio a *stakeholders*
20.330 veículos registados no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência
117 entidades com avaliação do desempenho de uso de materiais até ao ano de referência
50 % de áreas governativas com CER_ECO.AP
8 reportes de monitorização do ECO.AP/Barómetro ECO.AP
3 casos de sucesso divulgados
1.028 participantes em ações de capacitação, sensibilização e informação
58.530 sessões no *website*
39.995 utilizadores do *website*

implementação do ECO.AP 2030 para os coordenadores de energia e recursos (CER_ECO.AP);

- Realização de **ações de acompanhamento** junto dos CER_ECO.AP e entidades da administração pública para assegurar a designação dos GER e os respetivos registos no Barómetro;
- Prossecução dos trabalhos de elaboração de **guia de boas práticas de eficiência de recursos** na administração pública;
- Divulgação de **instrumentos de financiamento** para a administração pública no website do ECO.AP;
- Prossecução das adaptações do **Barómetro ECO.AP** ao ECO.AP 2030, incluindo análise da base de dados com elaboração de **modelo relacional do Barómetro ECO.AP** para elaboração de relatórios, e continuação do desenvolvimento do **manual técnico** do Barómetro ECO.AP;
- Arranque dos trabalhos de interligação do Barómetro ECO.AP ao **portal ECO@Saúde**;
- Conclusão da atualização dos **questionários de avaliação do desempenho do uso de materiais**, referentes a 2024, e disponibilização aos GER;
- Prossecução dos trabalhos de **monitorização do ECO.AP 2030**, incluindo a elaboração disponibilização de e do relatório de monitorização do Barómetro ECO.AP referente a 2024;
- Prossecução dos trabalhos com os **operadores da rede de distribuição (ORD)**, bem como a ESTAMO, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública - eSPap, para recolha automatizada dos consumos de energia elétrica, gás natural, edifícios públicos, água e frotas;
- Prossecução do desenvolvimento de **protocolos ou outros instrumentos** para estabelecer os requisitos relacionais entre o Barómetro ECO.AP e as entidades gestoras das bases de dados necessárias, designadamente a E-REDES, Floene, REN Portgás, Sonorgás e ERSAR;
- Prossecução do desenvolvimento de atividades e monitorização do **plano de ação resultante do exercício de revisão de despesa pública**;
- Realização de **ações de informação, sensibilização e capacitação**, destacando ações para a administração local, em articulação com a Rede Cidades pelo Clima, AREANATEjo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, participação em webinar promovido pelo Instituto Politécnico de Beja, realização de edições do curso de Gestão de Energia e Recursos no ISCTE, realização de ações de sensibilização para os trabalhadores do Cencal e ainda a dinamização de ações de capacitação sobre o Barómetro ECO.AP, os PED ECO.AP 2030 e os questionários dos materiais;

- Dinamização de **ações de comunicação e divulgação**, nomeadamente através do website e do LinkedIn, com destaque para as publicações no âmbito da rúbrica “ECO.AP à lupa” e disponibilização de artigos novo menu “ECOMunicar”. Partilha de três **casos de sucessos** através da dinamização de ações nas respetivas entidades.



Figura 2 - Rendimentos de exploração

- **Apoio à disseminação das Comunidades de Energia Renovável (CER) e ao Autoconsumo Coletivo (ACC):**

- Prossecução da elaboração de **guias técnicos** sobre mobilidade em condomínios urbanos e sobre autoconsumo, conclusão e publicação no portal do Poupa Energia do **manual de utilização do portal do autoconsumo coletivo**, desenvolvidos em colaboração com a E-REDES e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE);
- Conclusão da colaboração com a DGEG para o desenvolvimento de **guia de suporte à plataforma de gestão dos processos de licenciamento** de autoconsumo individual, ACC e CER;
- Desenvolvimento de atividades de apoio à promoção de **ações de capacitação de âmbito profissional**, e articulação com a

CER e ACC em 2025

- 12** ações de capacitação de equipas
- 10** ações de sensibilização
- 5** documentos técnicos de apoio a *stakeholders*

Academia ADENE, E-REDES e ERSE, no âmbito de **ações de formação**¹;

- Desenvolvimento de atividades de **apoio técnico à implementação prática de ACC e CER** com municípios, agências de energia, comunidades intermunicipais, associações profissionais, comercializadores de energia e agentes profissionais;
- Prossecução de atividades de **dinamização das CER na agricultura**, incluindo a conclusão do modelo de implementação do autoconsumo na agricultura e do levantamento de informação sobre boas práticas e legislação aplicada em países europeus;
- Prossecução da elaboração de **guia de boas práticas em agrovoltaico**;
- **Participação em grupos de trabalho** para discussão e análise de novas tecnologias e licenciamento de projetos de autoconsumo;
- Prossecução da **rede de diálogo** para a eficiência energética na agricultura, através de contactos com Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Évora e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção**.



Figura 3 - Guias disponíveis no portal "Poupa Energia"

- **Apoio operacional à implementação da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios (ELPRE):**

- Conclusão das atividades de **recolha de informação** relativa às ações e medidas mapeadas nas fichas de execução, e do preenchimento das fichas com as ações a decorrer;
- **Atualização** dos *dashboards* de objetivos e indicadores de progresso de monitorização da ELPRE;

ELPRE em 2025

11 reuniões do grupo de coordenação

¹ Ver atividades descritas na área de atuação formação e qualificação.

- Conclusão da articulação com a Associação Portuguesa de Bancos sobre o modelo de **reporte por parte das instituições de crédito**, relativo a financiamento para renovação energética de edifícios;
 - Desenvolvimento do **8º relatório de progresso**;
 - Participação em **reuniões do grupo de coordenação**.
- **Apoio operacional à implementação da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética (ELPPE):**
 - Conclusão e publicação do **plano de ação para o combate à pobreza energética 2025-2030** (PACPE 2025-2030);
 - Desenvolvimento de **atividades de apoio técnico e operacional** para a criação, implementação e dinamização do [Observatório Nacional da Pobreza Energética](#), nomeadamente:
 - Dinamização da comissão consultiva;
 - Apoio ao **desenvolvimento de conteúdos** para a integração da temática “pobreza energética” no portal “Mais Transparência” da Agência para a Modernização Administrativa;
 - Prossecução da obtenção e avaliação de **indicadores de monitorização**, com o apoio do Instituto Nacional de Estatística e ERSE, para aferição da pobreza energética em Portugal, incluindo atualização do indicador índice de literacia energética;
 - Conclusão do desenvolvimento do índice de vulnerabilidade à pobreza energética e do apoio à análise do inquérito às despesas das famílias 2022/2023;
 - Conclusão das **ferramentas** “mapa da pobreza energética”, e “atlas da pobreza energética”;
 - Apoio ao desenvolvimento de **instrumento financeiro para combater a pobreza energética**, em colaboração com Agência para o Clima e Banco de Fomento;
 - Prossecução dos trabalhos para o lançamento de estudo sobre a relação entre pobreza energética, rendimentos e conforto;
 - Criação do prémio LIGAR – Energia para todos;
 - Elaboração de **publicações** relativas à temática da pobreza energética;
 - Apoio à implementação das **medidas preconizadas no PNEC 2030** no âmbito da pobreza energética e respetiva monitorização, por via do apoio facultado no âmbito do programa “Vale Eficiência”,

ELPPE em 2025

6 ações de capacitação de equipas
 13 ações de sensibilização
 6 documentos técnicos de apoio a stakeholders

- do aviso “E-lar” e do instrumento de financiamento para combater a pobreza energética;
- Participação no **grupo de coordenação de pobreza energética e consumidores vulneráveis**, promovido pela Comissão Europeia;
 - Participação em **reuniões com diferentes stakeholders** para identificação de ações que possam ser replicadas com sucesso, e com a AD&C no âmbito do Fundo Social para a Ação Climática, de forma a articular este instrumento financeiro com o previsto na ELPPE;
 - Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção**.
- **Apoio à implementação da [Rede Espaço Energia](#):**

Cabendo à ADENE a coordenação da Rede Espaço Energia, que constitui uma reforma do PRR, foram desenvolvidas as atividades que se descrevem em seguida.

 - Apoio à realização de **sessão de lançamento pública** da rede e apresentação do *website* e plataforma digital;
 - Articulação com a ANMP, RNAE e CNIS na coordenação da rede, através da realização de reuniões de acompanhamento;
 - Análise e registo de **expressões de interesse** à participação na rede que permitiu o apoio à operacionalização de uma rede com 117 aderentes;
 - Cooperação no reforço das ações de acompanhamento da produção e entrega dos **materiais de comunicação e identidade visual**;
 - **Participação na inauguração** de 7 Espaços Energia, com a presença da Ministra do Ambiente e Energia e dos Secretários de Estado Adjunto e da Energia, e do Ambiente, reforçando a visibilidade institucional da iniciativa;
 - Realização de **visitas para verificação do funcionamento e apoio** à totalidade balcões Espaço Energia com respetivo relatório de visitas e análise dos resultados;
 - Prossecução da colaboração nas atividades de **capacitação de técnicos Espaço Energia**;
 - Desenvolvimento de 31 **fichas informativas de apoio** aos serviços da rede;
 - Elaboração do **relatório relativo ao cumprimento das metas** 21.10 e 21.11 do PRR, relativas à formação de técnicos Espaço Energia e à operacionalização de balcões;
 - Gestão do do **Aviso 01/2025**, do Fundo Ambiental, para apoio à implementação dos espaços energia, com **avaliação** de 123 **candidaturas** e apoio à contratualização e atribuição de apoio financeiro antecipado aos projetos aprovados;
 - Reforço de **ações de informação, divulgação e promoção** junto de *stakeholders*, incluindo participação no programa

“Minuto Energia”, no Global Green Action Day, na sessão “Espaço para +Mobilidade” no âmbito da semana europeia da mobilidade 2025, entre outros.

- **Plano nacional para a literacia energética:**

- **Coordenação dos trabalhos** para a elaboração do plano nacional da literacia energética, visando fomentar uma sociedade mais informada, crítica e participativa na forma como produz e consome energia, transformando o conhecimento em capacidade de decisão e em ações sustentáveis.

- **Apoio à disseminação de boas-práticas no âmbito da mobilidade sustentável:**

- Conclusão do **estudo “Mobilidade sustentável no setor do turismo 2024”** que monitoriza as práticas de mobilidade adotadas por empreendimentos turísticos e alojamentos locais em Portugal;
- Prossecução do desenvolvimento de **simulador de apoio à escolha de comercializadores de eletricidade para mobilidade elétrica**, incluindo o alinhamento com as bases de dados públicas da ERSE e da MOBI.E, com pontos de carregamento;
- Prossecução da **elaboração de conteúdos sobre mobilidade sustentável** para capacitação de estudantes universitários e técnicos Espaço Energia, visando promover boas práticas e influenciar os comportamentos da comunidade escolar, cidadãos e organizações.
- Dinamização de atividades na semana europeia da mobilidade 2025.

Mobilidade sustentável em 2025

9 atividades que contribuem para a mobilidade sustentável

- **Apoio ao desenvolvimento e operacionalização do [mercado voluntário de carbono](#) (MVC):**

- Apoio ao **evento de lançamento** do MVC focado na plataforma de registo de projetos e créditos de carbono e divulgação da primeira metodologia;
- Prossecução do desenvolvimento da **plataforma de registo de projetos e créditos** de carbono;
- Apoio à elaboração e dinamização das **metodologias de carbono**, para diferentes tipologias de projetos, tais como novas florestações, reflorestação e gestão florestal melhorada;

- Realização de **ações de informação, divulgação e promoção**, nomeadamente a participação no *workshop* "Roteiro de descarbonização do metal Portugal" e no ciclo de workshops "Floresta: O Capital Natural"; nos eventos "Rumo ao Net Zero: soluções de base natural para a captura de CO₂", "Carbono e biodiversidade: mecanismos de mercado para financiar a natureza e o clima", "V Simpósio Nacional da Castanha" e "Agroglobal 2025"; e no programa "Minuto Energia.
- **Atividades no âmbito do apoio à transposição da Diretiva relativa à promoção de energia de fontes renováveis:**
 - Conclusão do apoio à elaboração de propostas legislativas no âmbito da integração no grupo de trabalho.
- **Atividades no âmbito da transposição da diretiva de eficiência energética (EED):**
 - **Coordenação do grupo de trabalho** para a transposição da EED, promovendo a articulação entre os vários representantes do setor, incluindo o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, DGEG e ERSE;
 - Prossecução dos trabalhos para a **elaboração de propostas técnicas e legislativas**, incluindo a análise dos contributos recebidos em sede de consulta pública e produção do relatório da consulta pública.
- **Atividades no âmbito da transposição da diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios (EPBD):**
 - Realização de reuniões e elaboração de **propostas técnicas e legislativas**, no âmbito do grupo de trabalho criado para a transposição da EPBD, incluindo a versão *draft* do projeto de diploma de transposição da EPBD;
 - Conclusão de versão *draft* do **Plano Nacional de Renovação dos Edifícios**;
 - Acompanhamento técnico e reforço da participação da ADENE no respetivo **Comité da Comissão Europeia**.
- **Monitorização dos consumos de água do setor turístico, no âmbito da situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca:**
 - Continuidade dos trabalhos no âmbito da participação no **Pacto para a Água na Região do Algarve**, em particular no eixo do setor do turismo, com a realização de atividades no âmbito do **"Compromisso eficiência hídrica – Algarve"** envolvendo a

- gestão da [plataforma “compromisso com a eficiência hídrica”](#), no âmbito do selo *Save Water*, para monitorização dos consumos dos empreendimentos turísticos da região do Algarve e apoio aos aderentes;
- Prossecução dos trabalhos do **alargamento ao rent-a-car e à animação turística**;
 - Desenvolvimento de proposta de novo protocolo com o Fundo Ambiental no âmbito do alargamento do Compromisso com a Eficiência Hídrica;
 - Continuação dos trabalhos de **simplificação da plataforma** para agilização da adesão do alojamento local e potenciação da adesão dos empreendimentos turísticos;
 - Elaboração de 6 **relatórios de monitorização** e de relatório de progresso relativo ao protocolo com o Fundo Ambiental;
 - Participação em **ações de divulgação** junto das entidades de empreendimentos turísticos e alojamento local, nomeadamente a realização de *webinar* em parceria com Região de Turismo do Algarve e Turismo de Portugal, I.P.
- **Apoio ao programa nacional para apoio ao setor da fruta e dos produtos hortícolas, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal:**
 - Emissão de **pareceres técnicos** e avaliação de projetos, relativos a projetos de energias renováveis e de eficiência energética, no âmbito do protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
 - **Apoio ao desenvolvimento do Plano Social para o Clima:**
 - **Apoio à elaboração do plano** para efeitos de acesso ao Fundo Social para o Clima, com destaque para o desenvolvimento de medidas para as áreas dos edifícios e mobilidade;
 - Participação nas **reuniões do grupo de trabalho**, com vista à definição das linhas gerais futuras do fundo;
 - Participação nas **reuniões com a Comissão Europeia**, no âmbito do acompanhamento do desenvolvimento do plano.
 - **Desenvolvimento de trabalhos para a criação de um Green Building Council (GBC) em Portugal:**
 - Definição do alinhamento do conceito de GBC em Portugal, após realização de reuniões com World GBC, Irish GBC, GBC Espana, Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, GreenLab e Vanguard Properties, incluindo o desenvolvimento de plano estratégico e de estatutos;
 - Realização de reuniões com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários para apresentação e validação do plano estratégico do GBC em Portugal.

- **Apoio técnico externo a entidades responsáveis pela gestão de incentivos financeiros**

- **Portugal 2030:**

- Prossecução da colaboração com a AD&C na identificação de sinergias entre os sistemas de classificação da ADENE e os requisitos ambientais no âmbito do *tagging* climático aplicável ao financiamento.

- **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR):**

- Programa Vale eficiência (PVEI e PVE II):
- Apoio à prestação de esclarecimentos via e-balcão e *call center*;
- Apoio à operacionalização da plataforma *online*;
- Elaboração de *dashboard* e de relatórios de progresso;
- Apoio à realização de sessões de capacitação e formação de facilitadores administrativos à Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE, e de facilitadores técnicos à Associação das Agências de Energia e Ambiente (RNAE);
- Apoio técnico ao Fundo Ambiental, incluindo na avaliação de candidaturas e na disseminação e nas sessões esclarecimentos.

Programa Vale eficiência, promovido pelo Fundo Ambiental, em 2025

99 % de resposta ao atendimento escrito e-balcão

- **Programa de apoio a condomínios residenciais - PACR:**

- Apoio à prestação de esclarecimentos via e-balcão;
- Coordenação, acompanhamento e monitorização dos trabalhos de avaliação técnica de candidaturas desenvolvidos pelas equipas de avaliação;
- Apoio à análise de reclamações, reavaliação de candidaturas e emissão de pareceres;
- Apoio à operacionalização da plataforma, nomeadamente no módulo de avaliação técnica;
- Elaboração de *dashboard* de reporte e de relatórios de progresso.

Programa de apoio a condomínios residenciais, promovido pelo Fundo Ambiental, em 2025

99 % de resposta ao atendimento escrito e-balcão

- **Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis:**

- Apoio à prestação de esclarecimentos via e-balcão;
 - Realização de sessões de formação e esclarecimentos para as equipas de avaliação técnica contratadas;
 - Apoio técnico no âmbito da análise a pedidos de alteração de dados, reclamações e reanálise de candidaturas, e acompanhamento das ações de verificação técnica;
 - Prossecução da revisão dos procedimentos de avaliação técnica;
 - Apoio na disseminação de informação e nas sessões esclarecimentos;
 - Elaboração de *dashboard* de reporte e de relatórios de progresso.
- Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis, promovido pelo Fundo Ambiental, em 2025**
97 % de resposta ao atendimento escrito e-balcão
- **Aviso “Apoio à concretização de CER e ACC”:**
 - Apoio técnico, preparação de documentação e prestação de esclarecimentos via e-balcão no âmbito dos avisos I e II;
 - Apoio técnico no âmbito da análise e emissão de pareceres de processos provenientes de reclamações, e reanálise de candidaturas;
 - Acompanhamento e monitorização dos trabalhos de avaliação técnica.
 - **Aviso “Eficiência energética em edifícios da administração pública central”:**
 - Acompanhamento e apoio no que concerne à validação dos requisitos relacionados com o Programa ECO.AP 2030, nomeadamente existência de PED ECO.AP 2030, por parte de beneficiários.
 - **Aviso “Apoio à renovação e aumento do desempenho energético dos edifícios de serviços”:**
 - Apoio à prestação de esclarecimentos;
 - Apoio técnico na monitorização e acompanhamento dos trabalhos de avaliação técnica das candidaturas;
 - Elaboração de *dashboard* de reporte e de relatórios de progresso.

- **Aviso “Bairros mais sustentáveis/E-lar”:**
- Apoio à prestação de esclarecimentos via e-balcão;
- Apoio técnico na preparação e desenvolvimento dos avisos publicados;
- Apoio técnico na comunicação e disseminação de sessões de esclarecimento.

3.1.3. Desenvolvimento e inovação

Na área de desenvolvimento e inovação, prosseguiu-se a concretização de um conjunto de projetos europeus financiados, incidindo sobre diferentes áreas temáticas e vertentes de atuação da ADENE, numa lógica de aproveitamento de sinergias e de maximização da replicabilidade. Continuou a promover-se, designadamente, através de candidaturas a financiamento externo, como a principal fonte de receita, o desenvolvimento de novos projetos técnicos que contribuem para alavancar e melhorar os sistemas geridos pela ADENE, bem como as atividades de formação, qualificação, educação, informação e outros programas e iniciativas a cargo desta Agência.

Adicionalmente, e tirando partido de sinergias entre alguns projetos, foram desenvolvidas atividades para potenciar a utilização da informação obtida em prol do conhecimento e do acompanhamento e apoio à decisão em matéria de política pública.

A participação em grupos de trabalho técnicos de âmbito nacional e internacional continuou a ser fomentada, garantindo a constante atualização do conhecimento no contexto nacional e internacional.

Neste enquadramento, registam-se as seguintes atividades de **desenvolvimento e gestão de [projetos técnicos de inovação](#)**:

- **AgroSQL**, início do projeto em junho de 2025. Participação nas reuniões do consórcio e realização de reuniões de gestão para definir funcionamento, estruturação de atividades, cronograma e responsabilidades técnicas e financeiras. Realização de reuniões com a Universidade de Évora (parceiro português) para alinhamento técnico e estratégico dos trabalhos a desenvolver no âmbito do piloto nacional a implementar no Alentejo, bem como para identificação preliminar das responsabilidades da ADENE na componente estratégica do piloto. Organização de visita técnica ao projeto de agrovoltaico no Instituto Superior de Agronomia, visando a partilha de boas práticas e lições aprendidas. Levantamento de recursos e iniciativas para contributos ao relatório de diagnóstico e estado da arte das explorações agrovoltaicas na União Europeia. Preparação do manual de boas práticas do agrovoltaico.

Desenvolvimento e inovação em 2025

18 projetos financiados em gestão
3.091.302 € de financiamento da ADENE em projetos em gestão

- **AOFFTECH**, início do projeto em julho de 2025. Estruturação das atividades do projeto, responsabilidades e calendário. Participação na primeira reunião de consórcio e na reunião de arranque oficial do projeto.
- **Compliance Services**, organização da reunião de consórcio que decorreu em Lisboa. Preparação de conteúdos sobre *ecodesign* e etiquetagem energética para máquinas de secar roupa e para *smartphones* e *tablets*. Prossecução do desenvolvimento da plataforma de *e-learning*, incluindo a publicação dos módulos dedicados à política de produto (fornecedores e distribuidores), máquinas de secar roupa (fornecedores e distribuidores) e *smartphones* e *tablets* (distribuidores) em inglês. Lançamento da *homepage* da plataforma de *e-learning* em inglês e em cinco outros idiomas, incluindo português. Ao nível da comunicação, foi preparado e divulgado um comunicado sobre os novos requisitos de *ecodesign* e etiquetagem energética, incluindo os aplicáveis a *smartphones* e *tablets*. Foram organizados vários *webinars* dirigidos a fornecedores e distribuidores sobre os requisitos de *ecodesign* e etiquetagem energética de máquinas de secar roupa, *smartphones* e *tablets* e aquecedores de ambiente locais. Elaboração do índice do guia para distribuidores e fornecedores. Tradução de recursos desenvolvidos, como o *website* do projeto, folhetos e guias destinados a fornecedores e distribuidores.
- **Concerted Action Energy Performance of Buildings Directive VI**, preparação de sessões sobre utilização de passaportes de renovação com vista à transformação de edifícios em edifícios com emissões nulas e sobre os custos de certificação energética, a realizar na reunião plenária em Dublin.
- **ECHO**, arranque operacional do projeto em janeiro de 2025. Participação nas reuniões de consórcio. Elaboração de contributos para o plano de gestão do projeto, nomeadamente nas tarefas lideradas pela ADENE, para os planos de envolvimento de *stakeholders*, a definição de “bases estratégicas para os centros de excelência para as comunidades de energia do ECHO” e “capacitação e *networking*”. Definição do conceito e bases estratégicas para o centro de excelência em Portugal. Preparação e apresentação da proposta de definição do conceito preliminar para o *hub* português, que terá a liderança da ADENE. Elaboração de fluxograma para o processo de constituição das comunidades de ACC e CER. Planeamento do estabelecimento de plataformas colaborativas nos países parceiros (Grécia, Portugal e Turquia), incluindo a elaboração de ferramenta de identificação e validação de plataformas existentes, a análise de contributos, e o planeamento faseado do projeto. Mapeamento de atores-chave em Portugal para levantamento de informação através

de questionários. Análise dos questionários e conclusão dos contributos para o relatório de desenvolvimento estratégico e *benchmarking* do hub de excelência, incluindo identificação de necessidades regionais, oportunidades, barreiras, atores-chave e boas práticas na área das comunidades de energia. Iniciou-se também a elaboração do plano de formação para comunidades de energia com base nas necessidades identificadas nas atividades anteriores. Foram identificadas comunidades de energia piloto e serviços a desenvolver para as apoiar.

- **EPBD.wise**, participação nas reuniões do consórcio com organização da que ocorreu em Lisboa. Elaboração dos guias de recomendações políticas para a implementação de sistemas de certificação energética no âmbito da transposição da EPBD na Hungria, Polónia, Grécia e Bulgária, incluindo incorporação de recomendações de *stakeholders*. Apresentação dos resultados dos documentos com orientações políticas, em eventos sobre passaportes de renovação e certificação energética, que contaram com a participação de representantes da Comissão Europeia. Contributos e revisão do relatório que estabelece as boas práticas de monitorização, reporte e avaliação de políticas públicas para certificados energéticos e do relatório com aspetos legais associados à implementação da EPBD. Conclusão da 2ª ronda dos *policy forums* em cada país foco (formatos online e presencial), sendo a ADENE responsável pela coordenação dos eventos, elaboração de materiais para participantes, e apresentação da componente relacionada com certificados energéticos. Preparação dos conceitos para os planos de replicação. Foram ainda elaborados os relatórios técnicos e financeiros de progresso.
- **EPREL Services**, participação nas reuniões de consórcio. Foram apresentados contributos para o plano de comunicação do projeto, bem como para a análise da situação de referência da EPREL - Base de Dados de Produtos Europeia. Análise dos resultados dos questionários dirigidos a consumidores, distribuidores, entidades com responsabilidade em políticas públicas ou compras públicas e fornecedores, e apresentação das conclusões na reunião de consórcio na Polónia. Apoio à definição das especificações técnicas para o desenvolvimento de ferramentas de apoio à operacionalização e monitorização da EPREL, assegurando o cumprimento dos requisitos do projeto e requisitos relativos ao procedimento de contratação pública. Elaboração da proposta de índice para o guia orientador para entidades responsáveis por compras públicas ecológicas e por políticas públicas. No domínio da comunicação foram definidos canais de comunicação adequados a diferentes agentes de mercado, e identificação de distribuidores portugueses para testes de *crowdsourcing* de informação.

- **High Quality Heat Pump Services**, arranque do projeto em setembro de 2025 e participação na reunião de arranque, em setembro. Preparação do *template* para o levantamento do estado de arte nos países participantes, relativamente ao modelo de venda de calor, com recurso a bombas de calor, em edifícios multifamiliares e escritórios, incluindo a identificação de barreiras técnicas, económicas e jurídicas que dificultam a adoção de contratos de prestação de serviços de venda de calor. Desenvolvimento de questionário-tipo e guião para as entrevistas a dirigir aos agentes-chave, identificados pelos países participantes, com vista à obtenção de contributos para robustecer o referido levantamento. Organização da 1ª reunião com agentes nacionais, em Lisboa. Levantamento do estado de arte em Portugal, incluindo a concretização de contactos e entrevistas com os agentes-chave identificados.
- **LEAPto11**, participação na reunião de consórcio e 2º *Steering Committee* do projeto. Aferição do progresso dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da atividade relacionada com auditorias energéticas e sistemas de gestão de energia, do artigo 8.º da EED. Participação nas reuniões sobre o progresso dos trabalhos sobre a implementação do artigo 11.º da EED, organizadas pela agência de energia italiana. Participação na reunião destinada a projetos na área de indústria, organizada pela *European Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency - CINEA*. Realização da primeira reunião do observatório nacional do projeto, para discussão de estratégias para o sucesso da implementação da transposição do artigo 11º da EED em Portugal. Participação na conferência *Energy Evaluation Europe 2025*, com apresentação de poster sobre a metodologia de realização de auditorias de recursos. Participação na conferência BEHAVE 2025, com a apresentação da metodologia de realização de auditorias de recursos. Realização de auditorias-piloto de recursos à Polopiqué Acabamentos, PRIMUS Cerâmica, Central de Cervejas e cristalaria Crisal, com elaboração e entrega dos respetivos relatórios de auditoria. Dinamização e participação na sessão de apresentação do trabalho realizado no âmbito da atividade relacionada com a definição de uma metodologia de auditoria de recursos, e sua aplicação a casos de estudo reais, liderada pela ADENE, com elaboração e entrega do relatório correspondente.
- **meetMED II**, desenvolvimento e operacionalização das atividades lideradas pela ADENE, nomeadamente no âmbito das relacionadas com ação concertada para a eficiência energética nos edifícios, com destaque para a conclusão do entregável final da atividade "*Concerted action on energy efficiency in buildings*"; implementação de um barómetro de prioridades energéticas; conclusão da aplicação da metodologia nexus água-energia aos edifícios-piloto da Argélia, Jordânia e Marrocos; conclusão da recolha da informação e dados para as *case study factsheets*

dos 14 municípios participantes na atividade; e organização da visita à Jordânia. Desenvolvimento de ações e materiais de comunicação para disseminação da ferramenta desenvolvida, com destaque para vídeo promocional; conclusão dos materiais a desenvolver para a campanha de divulgação e formação nas escolas e para a campanha direcionada aos técnicos da rede MEDENER. Realização de reuniões de acompanhamento dos municípios participantes, de sessões de clarificação e *webinars* sobre a metodologia nexus água-energia; para recolha de contributos com os parceiros envolvidos; e do evento final do projeto. De destacar o encerramento do projeto em junho, a submissão do relatório de atividades desenvolvidas no período 2020-2025 e a prestação de esclarecimentos adicionais até outubro.

- **meetMED III**, participação na preparação da proposta de tópicos e atividades a desenvolver pelo consórcio de agências de energia, coordenado pelo MEDENER, no período 2026-2029, e confirmação pela equipa de gestão do projeto da assinatura do contrato com a Comissão Europeia.
- **ODYSSEE-MURE fit-4-55**, conclusão do projeto em março, com organização da última reunião de projeto em Lisboa. Conclusão do perfil do país relativo ao ano de 2022. Revisão da base de dados MURE e preparação de publicação para as redes sociais.
- **ODYSSEE-MURE EED**, início do projeto, com participação na reunião de arranque e planeamento das tarefas de preparação da recolha de dados. Atualização da base de dados *Odyssee* com os dados relativos a 2023. Elaboração da 1ª atualização das fichas de medidas MURE. Atualização do perfil do país com base em dados de 2023. Definição do programa e início dos preparativos do *webinar*, a realizar em 2026, sobre pobreza energética e com foco na estratégia portuguesa.
- **PLAN4COLD**, como coordenadora do projeto, organização de quatro reuniões de consórcio, da reunião do *European Advisory Board* e de reuniões mensais com os líderes dos vários grupos de trabalho. Realização das primeiras reuniões presenciais com os Municípios apoiados pela ADENE (Évora, Guimarães, Loulé e Vila Real) e respetivos parceiros locais. Caracterização do sector do aquecimento e arrefecimento (dados, políticas, boas práticas, etc.) dos municípios apoiados, que incluiu a realização de questionários a *stakeholders*, elaboração de fichas de dados em colaboração com os representantes locais e publicação dos respetivos relatórios com a análise preliminar de cada cidade e dos recursos existentes. Aplicação teste de várias ferramentas de apoio à elaboração dos planos locais de aquecimento e arrefecimento à cidade de Loulé.

Contribuição e revisão de vários entregáveis técnicos: envolvimento dos parceiros locais e estabelecimento de cenário de referência para a procura de aquecimento e arrefecimento, mapeamento das ferramentas existentes para a caracterização e estudo das necessidades de aquecimento e arrefecimento locais e guia prático para definição de planos locais de aquecimento e arrefecimento. Prossecução da análise dos dados nacionais do SCE e do Instituto Nacional de Estatística relativos à caracterização do parque habitacional dos municípios em análise. Elaboração, contribuição e revisão de vários entregáveis de gestão e comunicação: 1º relatório de progresso técnico (mês 1 ao mês 9), relatório relativo aos indicadores de desempenho do projeto, *data management manual*, pacote de materiais de divulgação do projeto, primeiro e segundo relatório de monitorização das atividades de comunicação, 1º vídeo do projeto e estratégia de exploração, replicação e sustentabilidade. Apresentação do projeto em diversas iniciativas: *Contractors day* do programa LIFE, webinar com o projeto REDI4HEAT, workshop com o Pacto dos Autarcas, webinar com o projeto *Connect Heat*, webinar com o projeto Clear HP, workshop com o projeto *Urban regenerative water avant-garde(n)*, sessões do projeto LIFE CAP PT e participação no stand da Comissão Europeia no *Smart City Expo World Congress 2025*. Publicação de dois artigos em revistas da especialidade e de vários *posts* nas redes sociais da ADENE e do projeto.

- **REDI4HEAT**, conclusão do projeto em setembro, envolvendo a participação na última reunião de consórcio e conferência final, incluindo apresentação das atividades lideradas pela ADENE. Conclusão do plano de ação para a descarbonização do setor do aquecimento e arrefecimento, tendo em Portugal sido incluídas medidas de âmbito nacional, regional e local, com foco nos setores residencial e não residencial. Conclusão da metodologia de avaliação de documentos estratégicos e de planeamento setorial, de âmbito local/regional, estratégias nacionais para a descarbonização do setor do aquecimento e arrefecimento e do “*policy tracker*”, ferramenta para pesquisa sobre o estado da transposição das diretivas das energias renováveis, da eficiência energética, e de desempenho energético de edifícios nos 5 Estados-Membros do consórcio. Organização de três sessões de capacitação dirigidas a decisores e técnicos de autarquias locais, sobre pobreza energética, comunidades de energia renovável e planos locais de aquecimento e arrefecimento, e de uma visita de estudo. Participação em dois *webinars*, um para *stakeholders* dos Países Baixos, sobre recursos e ferramentas disponibilizados na plataforma *online* e recomendações para a avaliação de políticas para o setor do aquecimento e arrefecimento, e outro organizado pela *European Heat Pump Association*, sobre replicação da metodologia e recursos do projeto. Apresentação de resultados na conferência *Energy Evaluation Europe 2025* em setembro em Berlim e publicação de dois artigos “*The decarbonisation of heating*”

and cooling following EU directives” na revista “Energies” e “The Energy behind integrating renewables” na revista “EU Research”.

- **SaveEnergyTogether**, conclusão do plano de ação para a região-piloto de Braga, com foco nos bairros de habitação municipal, e planeamento das atividades da campanha de sensibilização, em colaboração com a Câmara Municipal de Braga e outros *stakeholders*. Lançamento do *hub* nacional, com conteúdos sobre iniciativas realizadas e recursos diversos sobre os temas da eficiência energética, pobreza energética, serviços e apoios disponíveis para o cidadão. Prossecução das iniciativas previstas no âmbito da campanha para bairros municipais da região-piloto de Braga, incluindo a realização de sessões de literacia energética para moradores e alunos do 1º ciclo. Participação em duas ações de capacitação dirigidas a parceiros do consórcio e *stakeholders* das regiões-piloto, sobre abordagem a municípios e pobreza energética. Preparação de *templates* para a monitorização das iniciativas e avaliação do respetivo impacte. Tradução, revisão e impressão de materiais de comunicação, incluindo folheto de apresentação e dicas de poupança de eletricidade, aquecimento, arrefecimento e água. Entrega de dispositivos eficientes para poupança de eletricidade e aumento do conforto térmico em casa aos participantes. Preparação e organização da 5ª reunião de consórcio, em Lisboa. Prossecução das sessões de literacia energética destinadas a alunos do 2º e 3º ciclos e público em geral, integradas no programa da Semana da Circularidade, organizada pela Câmara Municipal de Braga. Realização de visitas porta-a-porta, dirigidas aos residentes dos bairros de habitação municipal, em colaboração com a empresa municipal responsável pela gestão dos apoios sociais à habitação - BragaHabit, para promoção da literacia energética.
- **SmarTA**, para além da gestão e coordenação do projeto, com a participação nas reuniões periódicas do consórcio, e registar a finalização e partilha com os parceiros para análise o entregável sobre o desenvolvimento de ferramentas de apoio para a avaliação de projetos de eficiência energética e de energias renováveis. Paralelamente, deram-se início aos trabalhos de assistência técnica previstos, incluindo atividades de assistência técnica a entidades como Câmara Municipal de Penacova, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Câmara Municipal de Torres Vedras, exército português, bem como atividades de divulgação através de dinamização do seminário SmarTA, que decorreu no Instituto Superior de Agronomia.
- **SMARTER4EU**, conclusão da análise dos elementos enviados pelas entidades-piloto (Matosinhos Habitat, Gaiurb e Domus Social), preenchimento dos respetivos certificados de classificação do sistema

SMARTER, e elaboração e envio dos relatórios correspondentes. Participação em sessão *online* destinada a entidades do setor bancário e financeiro, organizada pelo parceiro de projeto *Enersave*. Participação na reunião de consórcio e evento final do projeto, em Madrid. Destaca-se a conclusão do projeto em maio.

- **SRI2MARKET**, conclusão do projeto, com organização do evento, em Lisboa. Revisão dos conteúdos da plataforma de *e-learning* e acompanhamento de formandos, mais de 190 inscritos, com o esclarecimento de dúvidas, apoio na angariação de edifícios para avaliação, e avaliações das análises submetidas pelos formandos. Tratamento e partilha de dados de avaliações *Smart Readiness Indicator (SRI)* em Portugal com grupo de trabalho da plataforma da Comissão Europeia. Elaboração da secção de questões frequentes da plataforma de cálculo da ferramenta de simulação rápida do *SRI* e de medidas de melhoria. Prossecução da análise de resultados da fase de testes, atualização do roteiro *SRI* em Portugal, e conclusão do relatório de envolvimento de *stakeholders*. Organização do *webinar* e reunião com painel de especialistas nacionais, elaboração de poster para o *Cluster Habitat*, e participação nos dois eventos finais internacionais do projeto: conferência *Sustainable Places 2025* que decorreu em Milão e *SRI Joint Event* (Bruxelas com participação online). Elaboração de artigo para a newsletter *EnR smart buildings & smart readiness*. Ações de comunicação e cooperação com entidades do setor em articulação com o ECO.AP para aplicação da metodologia em edifícios públicos, e divulgação das ferramentas do projeto (plataforma *e-learning* e ferramenta de cálculo), incluindo a disponibilização no portefólio de formação e disseminação na *newsletter* da Academia ADENE. Elaborados os respetivos relatórios técnico e financeiro.

- **Promoção de ações inovadoras com potencial de incorporação interna, submissão de candidaturas e desenvolvimento de novos projetos:**
 - Conclusão da prospeção de oportunidades para o desenvolvimento de uma **ação concertada** que contribua para os objetivos europeus na área da **indústria**;
 - **Projetos internos:**
 - **Economia azul**, conclusão de estudo no âmbito das energias renováveis oceânicas identificando os principais atores e cadeia de valor associada à implementação de projetos *offshore* em Portugal, identificando vantagens e vulnerabilidades;
 - **Indústria verde**, continuação dos trabalhos para o desenvolvimento de documento de apoio à elaboração de estratégia industrial verde com o objetivo de avaliar os

desafios nacionais do setor e identificar oportunidades da indústria nacional, nomeadamente nos setores de difícil descarbonização;

- **Edifício para o futuro**, prossecução do processo de transformação do edifício da ADENE situado em Alfragide num edifício demonstrativo de boas práticas de sustentabilidade, incorporando objetivos para o seu uso enquanto local de partilha e inovação para a economia verde e para a transição climática, com o estudo de opções (reabilitação), definição de possíveis usos e fins, e proposta de conceitos/iniciativa e soluções/tecnologias passíveis de demonstração no projeto.

- **No âmbito do desenvolvimento de novos projetos:**

- Análise de **oportunidades de financiamento** externo para submissão de candidaturas ao abrigo dos programas Horizonte Europa, Interreg e LIFE, incluindo o apoio à elaboração e submissão de candidaturas;
- **Emissão de pareceres** estratégicos, técnicos e de cooperação institucional para avaliação da integração da ADENE em novos projetos externos, e para avaliação de emissão de cartas de apoio solicitadas por entidades nacionais e europeias.

Desenvolvimento e inovação em 2025

12 candidaturas submetidas
5 projetos aprovados com financiamento
42 % de sucesso de candidaturas

3.2. Aposta no apoio técnico, na qualificação e informação ao cidadão

3.2.1. Formação e qualificação

A ADENE consolida o seu posicionamento ao nível do desenvolvimento de competências e certificação de técnicos, através da [Academia ADENE](#). Neste sentido, procede-se continuamente à revisão da atual oferta formativa com diversificação e adaptação dos conteúdos programáticos, respondendo às necessidades do mercado.

Foi reforçada a proximidade entre a Academia ADENE e os profissionais e as empresas, as associações e as ordens profissionais.

Neste contexto, destacam-se as seguintes atividades ao nível das **áreas formativas e de qualificação**:

- Formação e qualificação **no âmbito do SCE:**

- Realização de **ações de formação** para Peritos Qualificados (PQ)-I e PQ-II, Técnicos de Gestão de Energia (TGE), Técnicos de Inspeção de Sistemas Técnicos (TIS) e Técnicos Responsáveis pela Instalação e Manutenção (TRM);

- Realização de **ações de formação complementares** no âmbito de simulação dinâmica de edifícios, sistemas fotovoltaicos, ventilação, sistemas de

automatização e controlo e reabilitação energética de edifícios;

- Realização das **atividades de exames, pré-registo para acesso à categoria profissional e reconhecimento** de PQ, TGE, TRM e TIS;
- Reforço das **atividades de qualificação de técnicos**, contribuindo para a sua valorização no mercado e um maior reconhecimento da qualidade dos seus serviços, nomeadamente através da realização de ações de formação complementar e melhoria dos conteúdos formativos.

- Formação **à medida:**

- Realização de **ações de formação** no âmbito da certificação energética de edifícios, eficiência energética em edifícios, e da descarbonização na indústria;
- **Lançamento de novos cursos** de formação, nomeadamente no âmbito do comissionamento de sistemas técnicos em edifícios, descarbonização na indústria.



Academia ADENE em 2025

75 ações de formação total
1.578 formandos total
4,3 (em 5) nível de satisfação dos cursos
10 formadores internos

Formação no âmbito do SCE

23 ações de formação incluindo complementares
415 formandos
164 exames PQ
90 exames TGE
27 exames TIS

Formação à medida

10 ações de formação
267 formandos

Formação transversal

42 ações de formação
896 formandos

- Formação **transversal**:
 - Realização de **ações de formação** sobre sistemas fotovoltaicos para autoconsumo, licenciamento de autoconsumo coletivo, reabilitação energética em edifícios residenciais, certificação internacional em construção sustentável, descarbonização e gestão de energia na indústria, gestão de energia na indústria, e qualificação de auditores da ISO 50001;
 - Lançamento de **novos cursos**, nomeadamente no âmbito do *Building Information Modeling*;
 - Realização de *webinars* para reforço de competências de **técnicos da Rede Espaço Energia**;
 - Formação no âmbito de outros **sistemas geridos pela ADENE**, nomeadamente AQUA+, MOVE+, Classe+, eCIRCULAR e MVC.

- Prossecução da **revisão da atual oferta formativa** com diversificação e adaptação dos conteúdos programáticos, respondendo às necessidades do mercado, concretamente através do desenvolvimento de conteúdos para o exame de verificador do MVC;
- Implementação do sistema de qualificação de verificadores do Mercado Voluntário de Carbono;
- **Colaboração com entidades** para o desenvolvimento de novos cursos, nomeadamente para formações destinadas a instaladores de sistemas de isolamento térmico pelo exterior e de películas de controlo solar, e com **entidades certificadoras** de competências profissionais e com a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho - DGERT, promovendo a certificação de técnicos e a valorização das suas competências profissionais, incluindo a identificação em bolsas públicas;
- Prossecução do apoio à operacionalização do **Centro Protocolar de Formação Profissional para a Transição Energética**;
- Reforço das **atividades de comunicação e disseminação**, incluindo publicação de newsletters, junto de cerca de 3.000 subscritores, e publicação nas redes sociais da oferta formativa disponível;
- Publicação do **novo website da Academia ADENE** e a revisão da respetiva imagem, melhorando a usabilidade e acesso à informação.

3.2.2. Educação e informação

A ADENE reforçou o trabalho de promoção da informação ao cidadão, e da literacia no domínio da eficiência energética e hídrica, energia renovável, sustentabilidade, circularidade e mobilidade, fomentando escolhas conscientes e mais sustentáveis, e contribuindo para combater a pobreza energética e reduzir a vulnerabilidade dos consumidores.

Neste contexto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Rota da Energia:**

- **Realização de ações de sensibilização** em 41 municípios, incluindo as Regiões Autónomas, nomeadamente:
 - **217** sessões para **escolas**, abrangendo **7.690** participantes;
 - **3** sessões para **entidades/empresas**, abrangendo **84** participantes;
 - **4** sessões para **cidadãos**, abrangendo **178** participantes.
- Prossecução do desenvolvimento de **conteúdos formativos**, incluindo **vídeos informativos** sobre a adoção de ações sustentáveis;
- Revisão e **melhoria de conteúdos** didáticos para escolas, empresas e cidadãos;
- Prossecução de **atividades com entidades parceiras** para dinamização da Rota da Energia;
- Conclusão do projeto "*Citizen support services for the low-carbon energy transition: a social practice approach*", no âmbito da colaboração com a **Universidade de Oxford**;
- Planeamento de ações **formação/educação** nos **PALOP**;
- Realização da 3.^a edição da iniciativa "**Escola de Verão**", que abrangeu 39 alunos do ensino secundário;
- **Participação em eventos**, nomeadamente na formação de professores da Águas do Tejo Atlântico, semana da sustentabilidade, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, VI Feira de Educação, Ciência e Tecnologia de Ponte de Lima, entre outros.

ROTA DA ENERGIA

Rota da Energia em 2025

7.952 participantes em ações

41 municípios abrangidos

224 ações de sensibilização

39 participantes na Escola de Verão



Figura 4 - Atividades da Rota da Energia

- **Roteiro da Indústria: da teoria à eficiência**



- Realização de **workshops informativos e formativos** para associações do setor industrial, no âmbito da eficiência energética;
- Conclusão da recolha de informação sobre o **estado da arte da eficiência energética na indústria nacional**, no âmbito do inquérito à indústria;
- Participação em eventos dinamizados pelas associações setoriais, inseridos no âmbito dos roteiros da descarbonização financiados pelo PRR.

- **Observatório da Energia:**

- Prossecução da **atualização de dados, indicadores energéticos, documentos legislativos** e introdução de novos indicadores;
- Prossecução de atividades de desenvolvimento do **Observatório Ibérico de Energia**, um portal de partilha de indicadores energéticos ibéricos, em articulação com o *Instituto para la Diversificación y Ahorro de la Energía*;
- Conclusão e lançamento do anuário “**Energia em Números**”, edição de 2025, em colaboração com a DGEG;
- Conclusão da coordenação do **estudo sobre o potencial fotovoltaico em concessões de autoestradas em Portugal**;
- Prossecução dos trabalhos para o lançamento do **estudo sobre empregos e competências verdes**;
- Prossecução da **reestruturação do portal**, incluindo desenvolvimento de *power BI* com dados municipais do consumo de energia e emissões;
- Reforço das **atividades de comunicação e disseminação**, incluindo a elaboração de notícias para jornais *online* e artigos para as revistas “O Electricista” e “Renováveis Magazine”.



OBSERVATÓRIO
DA ENERGIA

Observatório da Energia em 2025

1 estudos lançados

8 artigos desenvolvidos

2.708 dados inseridos no portal

3.3. Reforço da cooperação e redes institucionais

3.3.1. Cooperação institucional

A ADENE continuou a apostar nas novas parcerias de cooperação com parceiros públicos e privados, reforçando a consciencialização pública sobre a transição energética e climática, promovendo a adoção de comportamentos eficientes e a democratização do acesso à energia, de modo a consolidar a imagem junto de decisores políticos, dos cidadãos e setores estratégicos na transformação energética. De notar a celebração de novos protocolos, a dinamização de atividades no âmbito dos protocolos existentes e a participação em eventos nacionais e internacionais.

Salientam-se as seguintes atividades de **cooperação institucional**:

- Participação em **reuniões institucionais**, nomeadamente com: Agência Internacional de Energia sobre o evento de lançamento da versão portuguesa do relatório “*IEA Financing Clean Energy in Africa*” e sobre a organização de uma sessão conjunta na COP30 dedicada ao relatório “*Financing Electricity*

Access in Africa” e apoio da ADENE na respetiva tradução; Ministério da Energia da Roménia sobre pobreza energética; *Instituto para la Diversificación y el Ahorro de la Energía* sobre a tarifa social de energia e a preparação do protocolo de colaboração com vista à criação do

Observatório Ibérico da Energia; *Global Renewables Alliance* sobre a participação da ADENE na “Lisbon Future Dialogue Conference”; organização da conferência EVEx 2025 com a participação e apoio da ADENE; Associação Lusófona de Energias Renováveis sobre o apoio e participação na II Conferência de Energia da CPLP; visitas técnicas às empresas PROCREDIT e INTERBANK no âmbito da missão à América Latina; Universidade Eduardo Mondlane, SNV Netherlands (programa BRILHO), Girl MOVE e Embaixada de Portugal em Maputo com vista à prospeção de parceiros para a iniciativa Rota da Energia PALOP, no âmbito da missão a Moçambique; *Agency for Natural Resources and Energy, New Energy and Industrial Technology Development Organization* - NEDO e o *Renewable Energy Institute*, assim como a participação em sessões na Expo OSAKA 2025 e na Japan Energy Summit 2025, no âmbito da missão ao Japão; Empresa de Desenvolvimento Mineiro para avaliação de sinergias para a promoção de projetos de ACC/CER e captura e sequestro de carbono; Direção Geral de Educação no âmbito da iniciativa Rota da Energia; Worten para a identificação de oportunidades de colaboração na promoção da eficiência energética ao consumidor; Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia - DNICE de Cabo Verde e Agência para a Cooperação e Desenvolvimento do Luxemburgo - LuxDev, sobre participação na 1.ª edição da Conferência Internacional de Energia a realizar na cidade da Praia; Empresa de Pesquisa Energética - EPE do Brasil para partilha de informação sobre

Cooperação institucional em 2025

15 novos protocolos

59 ações desenvolvidas no âmbito dos protocolos

114 eventos de cooperação institucional

35 representações no âmbito da cooperação institucional

ACC/CER e celebração de um protocolo de colaboração; Último Recurso sobre possível colaboração e participação no evento “*Paving the Way to COP30*” e DGM Events sobre possível apoio e participação no evento *Energy Mediterranean Exhibition & Congress 2026*. Destaque ainda para as reuniões efetuadas com a Academia das Ciências de Lisboa, a Associação Lusófona de Energias Renováveis - ALER, a Oficina das Energias da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o National Center for Sustainable Energy - NCSE da República da Moldávia, em concertação com a Unidade TAIEX da DG ENEST da Comissão Europeia, tendo por enquadramento a colaboração em eventos e iniciativas de interesse comum;

- Participação em **reuniões dos órgãos sociais** das agências locais e regionais de energia, designadamente da AGENEAL (dissolução e liquidação em 5 de março de 2025), AMESEIXAL, ENERDURA, ENERGAIA, Lisboa E-Nova e S.ENERGIA, e das associações CBE, APE, MEDENER e eseia;
- Participação no Conselho de Administração do Fundo para Responder Perdas e Danos, criado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em representação de Portugal;
- Apoio à avaliação de prémios de sustentabilidade no setor do imobiliário, promovidos pela “Magazine Imobiliário” e pela “Vida Imobiliária”; e entrega dos prémios nacionais de reabilitação urbana 2025, cabendo à ADENE a avaliação dos melhores projetos na categoria de sustentabilidade;
- Prossecução do **reforço e consolidação da cooperação**, com destaque para a receção de delegações do *Armenian Renewable Resources and Energy Efficiency Fund*; *Cyprus Employers & Industrialists Federation*; Câmara de Comércio de Shenzhen (China); EXEx Lisboa 2025; empresa SuxSolar e representantes da província de Santa Fé e da embaixada da Argentina em Portugal; empresa estatal filipina *Bases Conversion and Development Authority* - BCDA; representantes do governo da Sérvia no âmbito do projeto europeu PLAC IV; empresa ECOM Energia (Brasil); e da *Yangtze River Delta Integration Demonstration Zone* (China). Foi assegurada a presença da ADENE na receção no “Dia Nacional do Japão”, na residência oficial do Embaixador do Japão em Portugal; a participação em reuniões da *WEC Med Cross-regional Collaboration Initiative*, do Comité Executivo da *IEA Cities TCP* e da *IEA Portugal Energy Policy Review*; assim como a organização das missões à América Latina (Peru e Equador), ao Japão e a Moçambique com vista à celebração de protocolos de colaboração e integração da *task force* nacional responsável pelo desenvolvimento de atividades para dinamização da programação do Pavilhão de Portugal na COP30, no âmbito da qual a ADENE garantiu a organização de uma sessão conjunta ADENE-IEA sobre o relatório “*Financing Electricity Access in Africa*” e a participação em sessão “*From Resources to Climate Action: Science-Based Pathways for Energy and Material Transition*” organizada pelo LNEG;
- Participação em **programas de educação ambiental** da Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação - ABAAE, nomeadamente na Comissão Nacional ECOXXI, com a avaliação do indicador 18 do Programa Bandeira Verde ECOXXI 2025 relativo a “valorização do papel da energia na gestão municipal”, em colaboração com RNAE, e com a revisão do indicador

para 2026 de forma a ter em conta novas medidas e programas em curso, designadamente para refletir e valorizar a participação dos municípios na Rede Espaço Energia e no Programa ECO.AP, e nas Comissões Nacionais dos Programas Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente, no âmbito da educação e comunicação para o ambiente e sustentabilidade;

- Coordenação do programa **ADENE +Próxima**, iniciativa que tem como objetivo partilhar experiências e conhecer o trabalho desenvolvido no setor da energia, tendo sido realizadas visitas ao Centro Ibérico de Investigação em Armazenamento de Energia - CIIAE em Cáceres; ao Grupo Águas de Portugal; ao Grupo Mercadona; à CER de Agra do Amial no Porto e à ACC da Greenvolt Comunidades no Centro de Distribuição da Longa Vida em Matosinhos; à CS Wind Portugal e à Administração do Porto de Aveiro; às fábricas Otiima e Kozowood do Grupo Vangard e Gallo Vidro do Grupo Vidrala; ao Instituto de Investigação RAIZ e ao Complexo Industrial de Cacia da The Navigator Company, ao Monte do Pasto em Cuba e a edifícios com soluções construtivas inovadoras do Grupo Casais, com o BUILT CoLAB, entre outras.
- **Acompanhamento e dinamização dos protocolos**, com destaque para as seguintes atividades:

Assinatura de protocolos, nomeadamente com:

- ENTRAJUDA, no âmbito da colaboração na campanha do projeto ENERGÉTICO SOCIAL;
- Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas - PLANAPP, no âmbito de ações de apoio ao desenho, implementação e monitorização de políticas públicas na área da energia e clima;
- *Organización Latinoamericana de Energía* - OLADE, no âmbito da promoção da eficiência energética e energias renováveis e de partilha de boas práticas nos países ibero-americanos;
- *Centro de Conservación de Energía y del Ambiente* - CENERGIA, no âmbito da capacitação, sensibilização e partilha de conhecimento no setor da energia entre Portugal e Perú, com foco na eficiência energética e energias renováveis;
- *Center for Innovation, Technology and Policy Research* - IN+, no âmbito da colaboração em iniciativas de ação climática local integradas nas atividades de coordenação nacional do Pacto de Autarcas;
- *NOVA School of Business and Economics*, no âmbito do desenvolvimento de iniciativas académicas "Field Labs", enquadradas no mestrado em desenvolvimento internacional e políticas públicas;
- TecMinho, para o desenvolvimento de formações BIM no portfolio da Academia ADENE;
- Empresa de Pesquisa Energética - EPE do Brasil, no âmbito da troca de conhecimentos e metodologias e do desenvolvimento

de projetos nos domínios da ação climática, sustentabilidade, energias renováveis e eficiência dos recursos;

- Universidade Eduardo Mondlane - UEM, no âmbito da colaboração em iniciativas e projetos que visem explorar o papel das instituições de conhecimento na promoção da eficiência de recursos, da capacitação técnica e da literacia energética;
- SDSN Portugal, no âmbito da integração da ADENE como parceiro da rede SDSN Portugal;
- Direção-Geral da Política do Mar - DGPM, no âmbito da economia azul e das energias renováveis oceânicas;

Dinamização e execução dos protocolos, nomeadamente com:

- Fundação Galp, no âmbito do programa educativo "Esperança e Jacinto" e na atualização das atividades prioritárias previstas no Plano de Ação para o ano em vigência;
- *Energy and Water Agency* – EWA, de Malta, com a realização de uma visita técnica e auditoria e certificação de dois pilotos no âmbito da transferência de conhecimentos e formação sobre o sistema de classificação AQUA+ e a coorganização de uma "MED Energy Talk" (iniciativa MEDENER) sobre o nexus água-energia;
- RNAE, no âmbito da preparação de sessões de capacitação do Pacto de Autarcas e na avaliação conjunta do indicador 18 do programa ECOXXI – Municípios no percurso para a sustentabilidade da ABAAE;
- Korea Energy Agency - KEA, no âmbito do plano de ação 2025, incluindo uma missão do diretor executivo da KEA a Portugal, a participação da ADENE na 2025 WCE, a participação da ADENE em sessão organizada pela KEA no Pavilhão da República da Coreia na COP30, a participação da KEA em sessão da BEHAVE 2025 a convite da ADENE e a realização de três reuniões do grupo de trabalho do protocolo;
- Business as Nature, através da adesão da ADENE à *Women & Climate Global Coalition*, do apoio à organização e participação no evento do respetivo lançamento na COP30, e da contribuição para a elaboração e subscrição da Declaração "Mulheres pela Transição Energética";
- ENTRAJUDA, no âmbito da atualização da Plataforma "Energético" e no desenvolvimento do Plano de Ação de colaboração entre o eCIRCULAR e o Banco de Bens Doados;
- NOVA SBE, no acompanhamento de alunos no desenvolvimento de teses de mestrado no âmbito dos Field Labs;
- IN+ do IST, no desenvolvimento conjunto do projeto "Passaporte Climático para as Cidades";
- CENERGÍA, visando a adaptação e tradução de oferta formativa da ADENE na área da eficiência energética na indústria;

- Realização de reuniões de trabalho com o SEBRAE e a Organización Latinoamericana y Caribeña de Energía (OLACDE, anterior OLADE) durante a COP30, no sentido de identificar ações para os planos de ação 2026 dos respetivos protocolos de cooperação.
- Apoio à dinamização e promoção da **cooperação institucional no âmbito de projetos** nacionais e europeus cofinanciados, incluindo a participação na Comunidade de Prática do projeto ENTRACK; a revisão da publicação "Papel dos Municípios na Transição Energética" do projeto JustWind4ALL; a revisão do *policy note* sobre financiamento da transição energética na habitação, enquadrado no projeto RAISE-PT; a revisão da ficha informativa sobre o Pacto de Autarcas global e europeu e participação em entrevista e apresentações do projeto *Towards Net Zero Cities* da NOVA-SBE com a Fundação REPSOL.

Destacam-se as seguintes atividades no quadro da representação institucional e no âmbito da participação em **eventos nacionais e internacionais**:

- Sessão do grupo de trabalho "Edifícios e Energia", Rede Cidades pelo Clima, em Torres Vedras;
- 3º workshop "Bairros Neutros em Carbono e Resilientes em Ação", Câmara Municipal de Lisboa, em Lisboa;
- 4º Diálogo sobre o Clima e Energia, associação ZERO, no Seixal;
- Conferência Rede Cidades Pelo Clima | *Cities Leading the way towards Climate Neutrality*, em Matosinhos;
- Sessão de capacitação *OwnYourSECAP*, em Cascais;
- EUI & URBACT *Infosessions*, em Lisboa;
- Semana das Cidades e Regiões da Europa, em Bruxelas;
- Evento *Annual Covenant of Mayors – Europe*, em Bruxelas;
- Evento "Iniciativa Urbana Europeia | EUI Ações Inovadoras", em Lisboa;
- *IEA Global Energy Review 2025 Launch Event*, IEA, online;
- Evento "Segurança energética em Portugal" com a APE, no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Energia, em Lisboa;
- II Conferência de Energia da CPLP, em Lisboa;
- Evento "*Lisbon Future Dialogue Conference 2025*";
- Conferência "*PERÚ ENERGÍA 2025*", em Lima, Peru;
- *Policy session "From local to national: strategies and tools for sustainable energy and climate action"*, no âmbito EUSEW 2025, online;
- *Webinar* de lançamento da versão portuguesa do relatório "*IEA Financing Clean Energy in Africa*", coorganizado com a IAE;
- *IEA 10th Annual Global Conference on Energy Efficiency*, incluindo mesa-redonda ministerial, na sessão temática "*Efficiency Meets the Grid*" organizada pelo eceee, e reunião com Fatih Birol, IEA;
- Sessão "*Unlocking the Power of the Ocean*", no Pavilhão de Portugal, na EXPO 2025 Osaka;
- Sessão "*Beyond the grid: The role of batteries in sustainable energy*

- *solutions*” na Japan Energy Summit & Exhibition 2025;
- EVEx Brasil 2025 - *Natal Energy Experience*, no Brasil;
- *16th Clean Energy Ministerial Meeting (CEM16)* e *World Climate Energy Expo 2025*, em Busan, República da Coreia;
- EVEx Lisboa 2025, em Lisboa, e EVEx Online 2025;
- Conferência LEX Africa, em Maputo, Moçambique.

3.3.2. Dinamização de redes

A ADENE apostou na consolidação de um papel ativo nas atuais redes de parceiros, com particular destaque para a coordenação nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, com a implementação de plano de ação e capacitação para os *stakeholders* envolvidos. O envolvimento na EnR, na MEDENER, na RNAE, e na promoção de novas parcerias em rede, a nível nacional e internacional, representam também atividades a destacar.

A dinamização de redes e parcerias permitem a operacionalização de instrumentos de política pública como o RNC 2050, o PNEC 2030, a ELPRE, a ELPPE, entre outros.

Dinamização de Redes em 2025

Coordenação nacional do Pacto de Autarcas

89 municípios com ações promovidas no âmbito da coordenação nacional

55 outros *stakeholders* envolvidos em ações promovidas no âmbito da coordenação nacional

29 eventos organizados e/ou com participação da ADENE

Rede EnR

54 reuniões

Rede MEDENER

62 reuniões

Twinning envolvendo cidades portuguesas

1 missões realizadas

No âmbito da **dinamização de redes existentes**, foram promovidas as seguintes atividades:

- **Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia:**
 - **Coordenação nacional** do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, em estreita articulação com o *Covenant of Mayors – Europe Office* e os *stakeholders* envolvidos na iniciativa em Portugal;
 - Implementação do **plano de ação**, incluindo a colaboração com o LNEG para a disponibilização de informação sobre as emissões dos municípios; desenvolvimento de *benchmarking* das várias plataformas disponíveis de suporte à elaboração de inventários de emissões de gases com efeito de estufa, e início da análise funcional e do levantamento de requisitos para a disponibilização da informação relevante a nível municipal no Observatório da Energia;
 - Implementação do **plano de capacitação**, através da realização de ações que abrangeram cerca de 240 participantes de 88 municípios, 4 empresas municipais, 7 agências de energia, 9 CCDR, CIM e AM, 2 universidades e 5 empresas, associações ou outras entidades;

- Desenvolvimento e operacionalização de ações específicas, tais como orientação estratégica e aconselhamento técnico aos signatários e às autarquias dispostas a aderir ao pacto, em concertação com ações associadas à elaboração e implementação dos **planos municipais de ação climática**, previstos na Lei de Bases do Clima;
 - Estabelecimento de uma **rede de stakeholders** a nível nacional para o desenvolvimento de ações que contribuam para os objetivos do Pacto de Autarcas, nomeadamente a articulação com a RNAE para a organização de sessões de capacitação em todo o país; a integração do Conselho Consultivo da Rede Cidades pelo Clima e do Conselho Local de Acompanhamento da Ação Climática de Loulé; a adesão à rede *adapt.local*; e a participação na 3.ª reunião da Comissão Temática Desenvolvimento Urbano Sustentável;
 - Organização do **2.º Encontro Nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia**, de forma coordenada com a *EnR Thinking Group Meeting*, em que participaram cerca de 238 pessoas de 129 entidades, incluindo 74 participantes de 28 autarquias, bem como representantes de 9 agências de energia locais e 10 agências nacionais de energia da rede EnR, 5 CCDR e CIM, 20 entidades da Administração Pública e Academia e 57 outras (empresas, associações, cooperativas, ordens profissionais, entre outros).
- **Rede European Energy Network (EnR):**
 - Participação nas reuniões da *EnR Troika Plus 2025* e na *EnR M76 Regular and Full Meeting*, em Dublin; e na organização da reunião de diretores executivos da EnR Troika Plus 2025 com a DG ENER da Comissão Europeia;
 - Apoio à elaboração da estratégia da rede para o triénio 2025-2027, e participação na equipa de avaliação da adesão da *Agency for Energy Efficiency of Albania*;
 - Organização e participação na *EnR M77 Regular Meeting* e no *Energy Poverty & Health workshop*, em Amesterdão;
 - Organização e participação na *EnR Thinking Group Meeting 2025*, em Lisboa;
 - Organização da sessão "*Favoriser l'action climatique locale par le biais des agences nationales de l'énergie*", na 26ª edição das *Assises Européennes de la Transition Énergétique*;
 - Participação e apoio à organização da *8th European Conference on Behaviour Change and Energy Efficiency - BEHAVE 2025*, nomeadamente em reuniões e atividades das respetivas Comissões Organizadora e Científica, incluindo a participação na equipa de avaliadores dos *abstracts* submetidos à BEHAVE call for proposals;
 - Participação nos **grupos de trabalho** da Rede, colaborando no desenvolvimento das atividades individuais, em particular nas reuniões realizadas, com destaque para:

- Grupo de trabalho "**behaviour change**": apoio na preparação, recolha e análise de dados de um questionário europeu dirigido às associações setoriais de apoio a PME, em articulação com o grupo de trabalho "*industry and enterprises*", participação na redação do relatório resultante e apoio na organização da sessão de apresentação durante a BEHAVE 2025; integração do *Best Practice Catalogue sub-committee* incluindo a atualização do catálogo de boas práticas EnR, com a respetiva recolha e análise de dados, edição e publicação do relatório.
- Grupo de trabalho "**industry and enterprises**": apoio à submissão de candidatura para a realização de sessão na *European Sustainable Energy Week Policy Conference 2025*; participação na tarefa conjunta com o grupo de trabalho "behaviour change" para produção de relatório assente no inquérito às associações empresariais de pequenas e médias empresas, com o objetivo de compreender a relevância de fatores comportamentais nas medidas de eficiência energética.
- Grupo de trabalho "**labelling & ecodesign**": apresentação do projeto EPREL Services.
- Grupo de trabalho "**renewable energy**": desenvolvimento de atividades sobre agrovoltaiico e offshore, com o objetivo de criar sinergias entre agências, partilha de conhecimento, uniformização de projetos e identificação de melhorias legislativas;
- Grupo de trabalho "**energy efficiency**": participação na identificação de tópicos de trabalho em 2025 e colaboração na articulação do coordenador da agência de energia grega com outros grupos de trabalho;
- Grupo de trabalho "**water-energy nexus**":
 - Participação no *webinar "Water-Energy Nexus in the Mediterranean Region"*, no âmbito do projeto meetMED; e na MED ENERGY TALK "*Water-Energy Nexus*" para apresentar os pilotos de calibração AQUA+ Hotels em Malta;
 - Participação na reunião do grupo de trabalho "*Buildings*" para explorar a realização de evento conjunto entre os dois grupos.
 - Acompanhamento de auditorias a 2 hotéis em Malta e emissão da classificação AQUA+ Hotéis no âmbito do protocolo de colaboração ADENE-EWA.
- Coordenação do grupo de trabalho "**buildings**", envolvendo:
 - Organização de reunião sobre metodologias de cálculo do stock de edifícios nacionais e Planos Nacionais de Renovação de Edifícios;

- Elaboração de relatórios de progresso;
- Realização de inquérito a membros do grupo, análise e apresentação de resultados, sobre o papel das agências de energia nos planos nacionais de renovação de edifícios, e definição de tópico prioritário;
- Realização de reunião sobre reescalonamento dos certificados energéticos, os edifícios com emissões nulas e os planos nacionais de renovação dos edifícios;
- Elaboração de artigos para a newsletter da EnR, sobre eletrificação do setor do aquecimento e [inteligência nos edifícios](#);
- Prossecução da avaliação de eventos conjuntos com o grupo de trabalho water-energy nexus.
- Coordenação da *task force* "**local climate action**", envolvendo:
 - Definição de calendarização das atividades e *stakeholders* a envolver até ao final de 2025;
 - Organização de 6 sessões de partilha de boas práticas entre as agências da rede EnR;
 - Atualização do relatório "*Energy agencies and local climate action*" alargando o universo de agências EnR envolvidas;
 - Organização em Lisboa, de forma coordenada com o 2.º Encontro Nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, da *EnR Thinking Group Meeting 2025* sob o mote "*Supporting Local Climate Action to meet global targets*", com foco no trabalho desenvolvido pela *task force*, nomeadamente apresentação do relatório "*Energy agencies and local climate action*";
 - Participação na *task force* "**start-ups and innovation**", coordenada pela agência de energia alemã, nomeadamente nas reuniões e nos trabalhos preliminares da *task force*.

- **Rede Mediterranean Association of National Agencies for Energy Management (MEDENER):**

- Acompanhamento das atividades de gestão geral da rede desenvolvidas pela Secretária-Geral do MEDENER, no quadro da participação da ADENE no *MEDENER Board of Directors*;
- Reforço da posição da ADENE junto da rede MEDENER, nomeadamente através do desenvolvimento e conclusão de atividades do projeto meetMED II, elaboração do respetivo relatório final e preparação da proposta meetMED III (2026-2029);
- Apoio à organização e implementação de atividades paralelas da rede MEDENER, tais como a iniciativa "*MED Energy Talks*", incluindo

organização de *webinar* sobre o nexus água-energia, em parceria com a agência de energia de Malta; e participação na identificação de oportunidades de colaboração da rede no *H2 Mechanism da EU Energy & Raw Materials Platform*.

- **European Council for an Energy Efficient Economy (ecee):**

- Adesão ao ecee, na qualidade de membro e integrando o *board of directors* desde abril de 2025;
- Participação na reunião do *board of directors*, na assembleia geral e no evento paralelo "*Efficiency Meets the Grid*", organizado por ocasião da IEA 10th Annual Global Conference on Energy Efficiency;
- Participação nas *board of directors meetings*, incluindo organização da realizada em Carcavelos;
- Tradução para português dos *policy guides* "*Leveraging energy efficiency to combat energy poverty in the EU*" (2024) e "*Electrification and energy efficiency: cornerstones of industrial decarbonization*" (2025);
- Colaboração na organização dos eventos ecee *Zero Carbon Industry* e ecee *Summer Study*, que terão lugar em 2026.

- **EU Forum for Boosting Energy Efficient Behaviour:**

- Participação nas reuniões regulares do consórcio, nomeadamente com a DG-ENER da Comissão Europeia;
- Mapeamento de iniciativas nacionais e europeias de promoção de alterações comportamentais para a eficiência energética;
- Recolha de materiais existentes para constituição de repositório europeu;
- Identificação de potenciais atores nacionais a participar nas formações e na criação de uma rede nacional de *Friends of the Forum*;
- Realização de um evento nacional de apresentação do fórum aos municípios, agências de energia e outros atores interessados, integrado no 2.º Encontro do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia.

No âmbito da **criação de novas redes**, foram promovidas as seguintes atividades:

- Assinado Acordo de Parceria para integração da ADENE como membro na *Sustainable Development Solutions Network* – Portugal;
- Estabelecimento de contactos preliminares com a representação permanente de Timor-Leste junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Fomento da criação e dinamização da "Rede de Energia da Comunidade dos CPLP" e da implementação da Rota de Energia PALOP;
- Apoio à criação de uma rede de parceria que contribua para o planeamento e implementação da ação climática local, reunindo

- atores das várias tipologias de organizações com responsabilidades na conceção e execução de estratégias, planos e medidas de ação climática, a nível nacional e local, nomeadamente através da integração do Conselho Consultivo das Cidades pelo Clima, adesão à rede adapt.local como Associado Auxiliar, integração do Conselho Local de acompanhamento da ação climática de Loulé, entre outras;
- Avaliação das oportunidades, níveis de envolvimento e compromissos da ADENE em assumir a representação técnica nacional, enquanto ponto focal operacional, da participação de Portugal na IEA *Clean Energy Ministerial*, nomeadamente a participação ativa, durante um período experimental, em duas iniciativas entre as seguintes opções: “*Industrial Deep Decarbonisation*” - IDDI, na área da Indústria, “*Super-efficient Equipment and Appliance Deployment*” - SEAD, na área dos Edifícios e “*Empowering People*” - EPI ou “*Sustainable Lifestyles, Fairness and Access to Clean Energy Technologies*”, na área do empoderamento da sociedade.

3.4. Aproximação à sociedade

Com o compromisso de apoiar a transição energética e climática em Portugal, o **reforço da comunicação e da visibilidade** da ADENE visou uma crescente aproximação à sociedade e uma maior visibilidade e replicabilidade dos resultados obtidos, inspirando as próximas gerações e consolidando o papel da ADENE. A comunicação como principal ferramenta para impulsionar esta transformação, passou pela prossecução da aposta em conteúdos apelativos e publicações, o que se traduziu num elevado alcance nos meios digitais e nas diversas redes sociais.

Reforço da comunicação em 2024

524.359 alcance nos meios digitais
1.879 publicações nos *media*
18 campanhas e planos de comunicação
132 ações de comunicação e divulgação da atuação da ADENE
10 ações de dinamização interna

Presença da ADENE nas redes sociais

10.883 subscritos na *newsletter*
5.930 seguidores no *Facebook*
23.904 seguidores no *LinkedIn*
1.479 seguidores no *Instagram*

Desta forma, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

- Prossecução de atividades para o **reforço da presença da ADENE** nas redes sociais e publicação de *newsletters*, com destaque para as ADENE *News* sobre os 25 anos ADENE, energia solar, eficiência energética, mobilidade, transição energética, CER, economia circular, sustentabilidade na água e pobreza energética, entre outras
- Reforço das atividades relacionadas com **campanhas digitais**, sendo que se destacam as efemérides tais como o dia mundial dos direitos do consumidor, da eficiência energética, da energia, da terra, da água, do ambiente. entre outros;
- Desenvolvimento das primeiras **campanhas** pagas para o Prémio Ligar – Energia para Todos e para cursos da Academia ADENE;

- Elaboração de **artigos técnicos, de opinião e entrevistas** nos *media* e em fóruns internacionais, com destaque para a revista Vida Imobiliária, O Eletricista, Público Imobiliário, Edifícios e Energia, Renováveis Magazine, revista Poder Local do Diário de Notícias, Ambiente Magazine, Instalador, Novo Perfil, Magazine Imobiliário, revista *Energies*/MDPI, revista *Aspetos*, *European Files*, Jornal Económico, Expresso, Dinheiro Vivo, *Human Resources*, nos podcast do Jornal de Negócios e Academycamente da Universidade Autónoma de Lisboa, e reportagem da TVI, entre outros;
- Participação em diversos **eventos externos**, nacionais e internacionais, incluindo o apoio a eventos de projetos técnicos cofinanciados, sendo que se destacam as conferências "Agrovoltaico na Península Ibérica: Inovação para um Futuro Sustentável", "A Sustentabilidade encarece a construção?", "Dia Nacional da Sustentabilidade", 10.ª conferência plenária do Conselho Local de Acompanhamento da Ação Climática e "VI Conferência da Promoção Imobiliária em Portugal", a "XII Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa"; o prémio "Inovação Tektónica 2025"; e os eventos "Funchal Climate Week", "Renewable Gases at the Heart of the Energy Transition: EU and Portuguese perspectives", "ESG e o Futuro da Água", "EVEx Brasil", "16th Clean Energy Ministerial", 6.ª conferência da Promoção Imobiliária em Portugal da APPII e VI, Evento promovido pela Coordenação Nacional da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, II Conferência de Energia da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2.ª edição da conferência *Green Shapers* "Da Transição Energética ao Financiamento Verde", conferência "Dia Nacional da Sustentabilidade, COP 30 Brasil, entre outros;
- Desenvolvimento de **campanhas e planos estratégicos de comunicação e marketing**, incluindo a vertente digital, inseridas na atualização do plano estratégico de comunicação e marketing, por forma a dar resposta a todas as necessidades da ADENE, sendo que se destaca a elaboração da estratégia digital da ADENE; as campanhas referentes à Rede Espaço Energia, ao lançamento do novo portal Poupa Energia, o novo site da Academia ADENE, lançamento do Energia em Números divulgação da Escola de Verão; conferência "25 anos de energia para o futuro", Semana Europeia da Mobilidade, Evento Pacto Autarcas, Prémio LIGAR – Energia para todos, lançamento do MVC, conferência 25 anos de energia para o futuro, lançamento do novo site ADENE;
- Prossecução das iniciativas podcast "Toda a energia" com a Antena 1, "Minuto energia" com a RTP3, e a ADENE *Talks*;
- Desenvolvimento de atividades no âmbito da **celebração do 25.º aniversário da ADENE**, nomeadamente a: conferência "25 anos de energia para o futuro";
- Desenvolvimento da reestruturação do **website ADENE**.

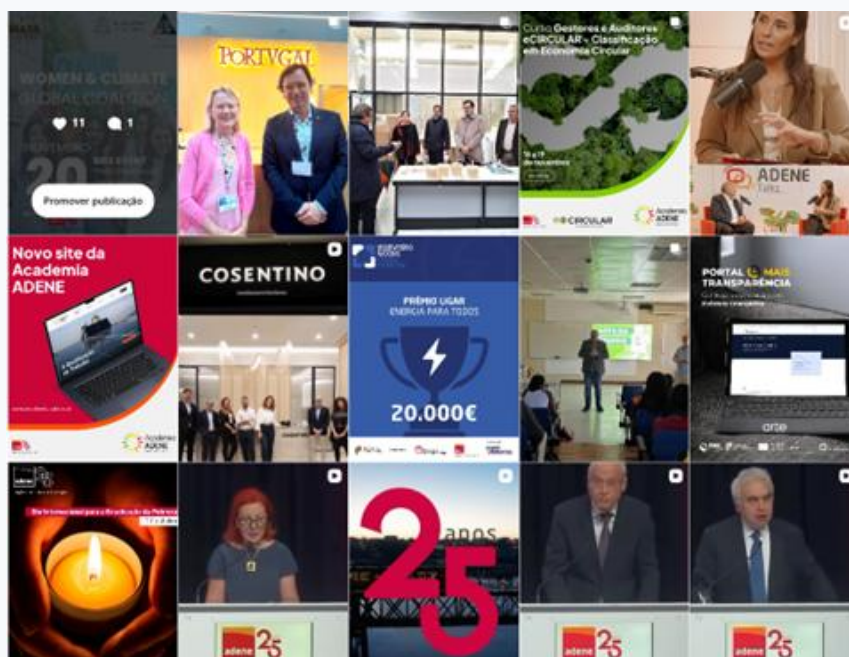


Figura 5 - Atividades de reforço da comunicação

A nível da **dinamização interna**, destaca-se:

- Dinamização dos encontros semestrais da ADENE, incluindo *team building*
- Atividades do dia do pai e “agentes de mudança”;
- Atividades no âmbito da semana europeia da mobilidade;
- Encontro de Natal;
- Newsletters de entradas e saídas;
- Encontro ADENE pós conferência.



Figura 6 - Momento de team building no encontro semestral da ADENE

3.5. Capacitação interna e desenvolvimento organizacional

3.5.1. Recrutamento e capacitação de valor acrescentado

No sentido da dotação da ADENE de recursos humanos altamente qualificados e adaptados à sua missão e necessidades emergentes e, numa lógica de melhoria contínua, foram feitas as seguintes atividades na área dos **recursos humanos**:

- Lançamento de processos de recrutamento, seleção e **admissão de colaboradores/as**;
- Melhoria contínua e reforço das competências técnicas, comportamentais e de gestão foram asseguradas através de **formação contínua**, em que
- se destacam a realização de ações de formação sobre desenvolvimento sustentável, gestão de recursos humanos, língua inglesa, políticas públicas, folha de cálculo e base de dados, literacia financeira, segurança e saúde no trabalho, formação pedagógica de formadores, comunicação institucional inclusiva, entre outras;
- Prossecução da implementação e revisão do **plano de igualdade, inclusão e não discriminação, do sistema de gestão de desempenho**, e do **programa “Estruturar para Valoriza (RH)”**;
- Desenvolvimento de atividades no âmbito da **melhoria de processos** de forma a garantir uma maior capacidade de resposta às várias necessidades;
 - Elaboração, revisão e publicação de **políticas, processos e regulamentos** de recursos humanos, de forma a garantir maior transparência, clareza, motivação e retenção de colaboradores, nomeadamente a revisão do regulamento interno de deslocações em serviço e ajudas de custo, e elaboração de proposta de regulamento sobre telecomunicações e aquisição de telemóveis, e do novo código de conduta;
- Realização do segundo **campo de férias da Páscoa** para crianças filhas de colaboradores/as, em parceria com o Pavilhão do Conhecimento, como promoção da **política de conciliação**;

Recrutamento e capacitação de valor acrescentado em 2025

20 admissões
6 saídas
172 colaboradores
5 % de saídas
275 % de reposição do *headcount*
48 dias de tempo médio de recrutamento
29 dias de tempo médio de resposta de admissão
126 % de implementação do Plano de Conciliação e Igualdade

Formação contínua em 2025

70 ações de formação contínua
7.319 horas total
167 colaboradores abrangidos
95 % colaboradores abrangidos
44 horas média de formação por colaborador abrangido

- Prossecução do processo de criação do **Programa de Saúde Mental e Bem-estar Organizacional**, em que se pretende fomentar um ambiente organizacional saudável e a conciliação da vida profissional e pessoal, aumentando a comunicação assertiva e positiva e a prevenção de *burnout*;
 - Prossecução do desenvolvimento e implementação de **ferramentas, metodologias e práticas de comunicação interna** para potenciar a transferência de conhecimento interno e partilha de experiências, procurando proporcionar sinergias e possibilitar um clima de compromisso e altos níveis de motivação, nomeadamente através da realização de *teambuildings* durante os encontros semestrais da ADENE; e do apoio à realização das sessões internas “Todos Somos ADENE”;
- Elaboração de **newsletter** de entrada e saída de colaboradores.

3.5.2. Digitalização e sistemas de informação

A atuação da ADENE está alinhada com diversas iniciativas nacionais, através da aposta na digitalização de processos, em melhores ferramentas de teletrabalho e no reforço das plataformas digitais ao serviço do cidadão. Para tal, a sua atuação é alicerçada em tecnologias digitais e sistemas de informação robustos, num quadro de eficiência, fiabilidade e segurança dos dados e da informação, procurando a máxima valorização dos mesmos em prol do interesse público. Neste enquadramento, registam-se as seguintes atividades:

Ao nível da **digitalização**:

- **Manutenção evolutiva e corretiva** dos vários portais da ADENE, com particular destaque para a implementação de *features*, resolução de *bugs*, e desenvolvimentos no âmbito dos portais [SCE](#), [SGCIE](#), [CLASSE+](#) e [Barómetro ECO.AP](#), entre outros;
- Desenvolvimento de atividades de **modernização tecnológica**, arranque de projetos estratégicos e estabilização de sistemas;
- Desenvolvimento ou redesign dos websites: [redeespacoenergia.pt](#), [poupaenergia.pt](#), [academia.adene.pt](#), [onpe.pt](#), [mvcarbono.pt](#);
- Melhoria da **segurança, estabilidade e performance** das soluções.

Digitalização e sistemas de informação em 2025

99 % satisfação do trabalho realizado igual ou superior a 4
88 % de cumprimento dos prazos estimados
2 atividades/projetos implementados relacionados com segurança informática
10.994 horas para implementação de melhorias nas plataformas da ADENE
232 % de cumprimento dos pedidos recebidos via *GitLab*

Ao nível dos **sistemas de informação**:

- Prossecução das atividades de desenvolvimento da área de **business intelligence**, designadamente ao nível da manutenção dos relatórios de acompanhamento dos vários avisos geridos pelo Fundo Ambiental, desenvolvimento e atualização de *dashboard* de monitorização do ECO.AP, SCE SGCIE, OLMC, entre outros;
- **Gestão e análise de dados**, sendo que se destacam a manutenção e o enriquecimento dos dados na base de dados réplica do SCE, adaptação e melhoria da solução para utilização dos dados do Barómetro ECO.AP e do PPE, e o apoio à análise das bases de dados de informação financeira necessárias para a criação de *dashboards* de gestão;
- Conclusão dos trabalhos para implementação da **faturação eletrónica**, nomeadamente com a adaptação das ligações com o portal de pagamentos e entre este e o Primavera;
- Estudo e testes para a **criação de novos relatórios de informação** financeira e orçamental complementares aos já disponibilizados.

Ao nível dos **sistemas de segurança, das infraestruturas e do apoio técnico e suporte:**

- Prossecução das atividades de **apoio técnico** e de **suporte**;
- Continuação dos testes de intrusão e resolução de vulnerabilidade por forma a garantir a **segurança da infraestrutura dos portais institucionais** da ADENE;
- **Gestão ao nível da segurança**, de acessos e de infraestruturas de *datacenters* (atual e futuro), de portais e da rede;
- Prossecução dos trabalhos de **migração/criação de ambientes** no âmbito do *datacenter cloud*, nomeadamente para os novos portais do Classe+, MVC, portais institucionais, entre outros;
- Gestão e evolução do **sistema de monitorização com inteligência artificial** que visa obter informação de atividades suspeitas na rede e permitir o bloqueio de forma proativa;
- Gestão, atualização e monitorização dos sistemas de **firewall da ADENE** e de gestão de acessos;
- Conclusão da 1ª fase de aquisição de equipamentos destinados à **atualização e modernização do parque tecnológico** da ADENE.

3.5.3. Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte

O enquadramento orçamental da ADENE representa uma oportunidade para o **aperfeiçoamento dos processos de controlo e reporte orçamental e financeiro** sendo que, numa lógica de **melhoria contínua**, registam-se as seguintes atividades:

- Prossecução das atividades relacionadas com a **tesouraria, contabilidade, orçamento, controlo de gestão, faturação e**

reporte, incluindo a elaboração de novo regulamento do fundo de maneiio;

- Acompanhamento da **execução financeira e orçamental**, dos projetos e processos internos, incluindo reporte mensal;
- Desenvolvimento e monitorização contínua dos **procedimentos de controlo interno e ações para otimização/melhoria do reporte de informação e de execução financeira e orçamental**, incluindo a criação de novo mapa de controlo orçamental por fases da despesa, a elaboração de procedimentos operacionais e contabilísticos, e novas parametrizações para acolher o controlo de pagamentos às entidades apoiadas no âmbito do aviso dos espaços energia;
- Desenvolvimento de atividades para a **melhoria no controlo mensal das contas correntes de clientes e fornecedores** com o objetivo de redução do prazo médio de pagamento a fornecedores
- Desenvolvimento de funcionalidade que permita o **controlo orçamental por projeto**, e fase de conclusão dos trabalhos de implementação da solução de faturação eletrónica;
- Articulação com o Revisor Oficial de Contas para realização de auditoria intercalar, da qual resultou o **primeiro relatório de acompanhamento semestral**, bem como outras matérias de carácter contabilístico;
- Encerramento da contabilidade do exercício findo em 2025;
- Elaboração do orçamento de despesa e receita para o ano de 2025, e respetiva submissão.

Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte em 2025

12 dias de prazo médio de pagamento a fornecedores

12 reportes mensais da execução orçamental e financeira ao Conselho de Administração, Direções e Unidades

1 dias de tempo médio para emissão de faturas solicitadas pelas Direções e Unidades

20 dias de tempo médio de devolução de valores ao abrigo do Protocolo com a AREAM e Decreto-Lei n.º 101-D/2020

3.5.4. Qualidade da gestão e dos processos

A ADENE desenvolve as suas atividades num quadro de melhoria contínua da qualidade da gestão e dos processos, em benefício da eficiência e da redução de custos administrativos, facilitando a tomada de decisão. Este desígnio é alicerçado em sistemas de gestão e tratamento de dados melhorados, num processo de adaptação contínua ao contexto estatutário e legislativo e, da adoção de instrumentos e modelos de gestão orientados para a qualidade e a excelência.

Ao nível da **qualidade da gestão e dos processos** destacam-se as seguintes atividades realizadas:

- Prossecução do levantamento, desenho e acompanhamento de **processos internos orientados para a qualidade**;
- Prossecução do desenvolvimento do **manual de procedimentos** associados ao sistema de controlo interno da ADENE;
- Gestão do **canal interno de denúncias** e do **canal de reclamações** da ADENE;
- Prossecução de atividades para a futura implementação do **sistema de gestão documental e arquivo eletrónico**;
- Desenvolvimento de atividades para a definição da **Política da Qualidade** da ADENE com base nas normas ISO e, em particular, as atividades para o cumprimento da ISO 9001:2015, numa perspetiva de gestão pela qualidade;
- Elaboração da **política de sustentabilidade** da ADENE e do **relatório de sustentabilidade 2024**;
- Prossecução das atividades para a constituição de um **repositório/catálogo de documentação técnica** acessível ao universo de colaboradores/as da Agência (normas ISO, publicações e livros técnicos);
- Prossecução da melhoria do **repositório de informação interna**, através do recurso a plataformas eletrónicas;
- Identificação de **oportunidades de melhoria** e desenvolvimento de soluções inovadoras nas práticas de gestão e desenvolvimento organizacional, numa perspetiva de benchmarking com outros organismos, nacionais e internacionais, e entidades congéneres;
- Conceção, desenvolvimento e implementação de programas de **desenvolvimento organizacional**;
- Conclusão de atividades para a operacionalização do **Conselho de Administração Sombra**, incluindo a sua constituição;
- Prossecução do desenvolvimento da atualização dos registos das atividades de **tratamento de dados**;
- Acompanhamento do cumprimento das **políticas de privacidade e proteção de dados**;
- Prossecução da **inventariação dos processamentos periódicos** de tratamento de dados pessoais;
- Controlo e regulação da conformidade do **RGPD**, incluindo acompanhamento da avaliação do impacto;
- Elaboração do inventário de ativos e do **relatório anual de incidentes**;
- Prossecução de atividades no âmbito do **registo de projetos e processos**, nomeadamente a conclusão a conclusão da atualização de formulário interno e inventário, e fluxos de processos e planeamento da

Qualidade da gestão e dos processos em 2025

97 % de processos de suporte descritos face aos processos identificados pelas áreas de suporte

100 % de inventariação dos processamentos periódicos de tratamento de dados pessoais

4 dias úteis de tempo médio de resposta aos pedidos internos de tratamento de dados pessoais

100 % de avaliação de risco para o inventário de ativos de sistemas de informação

95 % de resposta a reclamações no prazo igual ou inferior a 10 dias úteis

implementação das recomendações e oportunidades de melhoria resultantes;

- Prossecução das atividades relativas a **instrumentos de gestão da ADENE** como o relatório de atividades e contas 2024, os relatórios de execução orçamental trimestrais de 2025, o plano de atividades e orçamento para 2026, a política de gestão de risco, o relatório intercalar de 2025 relativo ao Plano de Prevenção de Riscos, entre outros.

No âmbito das atividades das **compras e fornecedores**, destacam-se:

- Apoio às Direções/Unidades no cumprimento dos seus **processos de contratação pública** e respetiva execução contratual;
- Elaboração de **138 processos de contratação pública e celebração de 387 contratos**;
- Comunicação de **232 relatórios de formação de contrato, 286 relatórios de execução de contratos, 7 modificações de contratos e 2 comunicações de não celebração de contratos**, no portal dos contratos públicos (BASE.Gov);
- Preparação e instrução de **1 pedido de autorização de encargos plurianuais** com submissão à Secretaria-Geral do Governo e **1 pedido de reescalonamento de compromissos plurianuais**;
- Preparação e instrução de **1 processo de fiscalização prévia de contratos** pelo Tribunal de Contas, e outras interações, que culminaram com a concessão de visto em 15 de outubro de 2025;
- Elaboração e emissão de **198 relatórios de apoio à execução contratual**.

Compras e fornecedores em 2025

92 % de execução dos procedimentos de contratação pública

8 dias úteis de tempo médio de resposta a pedidos de apoio jurídico

100 % de contratos de CCP celebrados publicados no Base.Gov

98 % de relatório de execução de contratos publicados no Base.Gov

No âmbito das atividades de **apoio jurídico e compliance**, destacam-se:

- Apoio jurídico e *compliance* em resposta às **necessidades levantadas** pelas Direções/Unidades, designadamente no âmbito das atividades da Rede Espaço Energia, do MVC, do ECO.AP 2030, do Classe+, do SCE;
- Preparação e revisão de **minutas de protocolos, de portarias e de acordos**, incluindo protocolos com instituições de ensino, congéneres da ADENE e outras instituições;
- Preparação e revisão de **contratos de cooperação horizontal e contratos-programa**, designadamente com a DGEG e o Fundo Ambiental;
- **Assessoria jurídica aos órgãos sociais** da ADENE;

- Acompanhamento do processo de **registo de marcas** junto do Instituto Europeu da Propriedade Industrial, com destaque para o ECO.AP 2030, o ONPE-PT e a nova imagem da ADENE;
- Participação e prestação de **apoio jurídico à comissão de gestão da segurança da informação** e ao responsável pelo cumprimento normativo;
- Partilha interna em formato semanal de **informação jurídica relevante**, incluindo resumo do objeto dos diplomas divulgados.

No âmbito dos **recursos materiais**, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Manutenção da frota** e demais serviços de apoio necessários à execução das atividades correntes;
- **Agendamento de viagens e alojamentos**;
- Prossecução de atividades no âmbito da manutenção, gestão e inventariação do **mobiliário**;
- Preparação da logística associada à **mudança de instalações/sede** da ADENE;
- Prossecução de atividades no âmbito da **melhoria de processos de forma** a garantir uma maior capacidade de resposta às várias necessidades.

No âmbito da **responsabilidade social e ambiental**, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Prossecução da dinamização do **plano de responsabilidade social**, incluindo componente ambiental, nomeadamente o desenvolvimento das seguintes atividades por eixo de intervenção:

- **Pessoal:**

- Reestruturação da iniciativa de **job shadowing**, incluindo a realização de ajustes na sequência do piloto implementado, para lançamento da iniciativa em 2026;
- Desenvolvimento da iniciativa de **transição ativa (soft-retirement)**, direcionado para colaboradores/as em aproximação à idade de reforma, que tem como objetivo fomentar a transmissão de conhecimento e possibilitar a participação facultativa no plano de responsabilidade social;
- Prossecução do estabelecimento de **novos protocolos** para benefício dos colaboradores, nomeadamente uma parceria estabelecida com a

Responsabilidade social e ambiental em 2025
91 % de execução do plano de responsabilidade social, incluindo componente ambiental

associação de trabalhadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.

- **Organizacional:**

- Prossecução da incorporação dos princípios e temáticas de **responsabilidade social nos planos internos** da ADENE;
- Elaboração da **estratégia de compras públicas sustentáveis**, com critérios de valorização ecológicos e sociais.

- **Social:**

- Operacionalização de **atividades específicas** com organizações sociais, nomeadamente com a Associação Pedalar Sem Idade Portugal, Associação Portuguesa contra a Leucemia, CRESCER, Fundação AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P., entre outros.

- **Ambiental:**

- Realização de reuniões com organizações e associações ambientais, tais como com a Associação Portuguesa de Educação Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para o desenvolvimento de futuras **atividades de compensação e reequilíbrio ambiental**;
- Realização de uma visita exploratória com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., à Mata Nacional da Machada, para aferição de possibilidades de desenvolvimento de atividades de **compensação de impacto ambiental**, onde foi apresentada uma proposta de atividade conjunta para conservação da mata;
- Revisão dos materiais armazenados para aferição de possibilidades de **reutilização e ou doação a organizações sociais**.



Figura 7 - Atividades no âmbito do plano de responsabilidade social e ambiental

No âmbito do **Centro de Serviço a Clientes**, destacam-se as seguintes atividades:

- Apoio de primeira linha nos **canais telefónico, email e chat**, incluindo do Operador Logístico de Mudança de Comercializador
- **Novo contrato** de prestação de serviços de *Contact Center*;
- Prossecução da monitorização do **plano de melhoria do serviço** e avaliação dos níveis do mesmo;
- Atingiu-se o **service level** a 30 seg de 91 %, superior ao objetivo definido de 80 %, e uma taxa de abandono de chamadas de 0,9 %, inferior ao objetivo definido de 5%, resultado do profissionalismo de excelência;
- O **tempo médio de resolução dos emails** recebidos foi de 3 dias, sendo que neste tempo se inclui o tratamento efetuado por outras áreas da ADENE, sempre que necessário. No caso dos emails tratados exclusivamente pelo Centro de Serviço a Clientes, o tempo médio de resolução foi de 0,2 dias.

Centro de Serviço a Clientes em 2025

91 % de chamadas atendidas em 30 segundos após *welcome message*
0,9 % de abandono de chamadas após *welcome message*
0,2 dias úteis de tempo médio de resolução dos e-mails
68 % de resolução autónoma
8,2 (em 10) de nível de satisfação dos clientes
24.170 interações recebidas via chamadas telefónicas ou *chat*
14.232 interações recebidas via e-mails

3.6. Operador Logístico de Mudança de Comercializador

Salientam-se as seguintes atividades realizadas no âmbito do OLMC:

- **Funcionamento do portal OLMC**
 - Prossecução das atividades de suporte à operação do portal, incluindo o planeamento e implementação de melhorias ao funcionamento do mesmo no setor do gás e eletricidade;
 - O mercado do SEN representou cerca de 83% da atividade do portal, com cerca de 7,8 milhões de pedidos iniciados em 2025, por comparação com o mercado do sistema nacional de gás (SNG), com cerca de 1,6 milhões de pedidos;
 - Prossecução das atividades de melhoria contínua da qualidade de dados partilhados com os ORD-eletricidade e ORD-gás, e comercializadores;

OLMC em 2025

100 % de reportes submetidos à ERSE 2 dias antes do prazo
100 % média de faturação emitida a comercializadores até ao 10º dia útil do mês

- Preparação e implementação de processos de validação e sincronização de informação entre ORD-gás e OLMC, em simultâneo com a migração de sistemas que se verificou durante o ano de 2025 nos ORD do grupo Floene;
- Prossecução da articulação com a E-REDES relativamente ao funcionamento do portal de gestão de processo de mudança de comercializador – eletricidade (em modo leitura), dado que o sistema alojado na E-REDES será descomissionado em 2026. Preparação do backup de informação para eventual recuperação de informação, caso necessário;
- Conclusão dos trabalhos no âmbito da contratação de serviços de manutenção do portal, com a obtenção do visto do Tribunal de Contas em outubro, tendo o serviço iniciado em novembro.

- **Alterações regulamentares SEN/SNG**

- Apoio ao controlo da faturação e pagamentos dos serviços OLMC (SEN e SNG) aos comercializadores, e implementação de mecanismos de avaliação de cumprimentos dos requisitos regulamentares;
- Atualização dos tarifários da prestação dos serviços do OLMC aos comercializadores do SEN, em janeiro de 2025, e do SNG em outubro de 2025, decorrentes da revisão anual da ERSE;
- Prossecução de atividades com os agentes do mercado SNG para articulação e implementação de alterações ao portal OLMC, decorrentes de regulamentação da ERSE e de melhorias acordadas com comercializadores e ORD, que se preveem ser implementadas em 2026;
- Implementação dos mecanismos de reporte da atividade do OLMC, nomeadamente nos modelos de previsão de mudanças de comercializador com base nas mudanças ativadas e na análise do modelo de repartição da atividade do OLMC pelos setores do gás e eletricidade.

- **Acompanhamento do processo de corte de operações ORD Floene**

- Apoio à preparação e realização das atividades de recuperação dos processos de mudança, no início do processo de corte de sistemas da Floene, pela implementação de novos sistemas de suporte;
- Apoio à Floene na comunicação e articulação com comercializadores do SEN e SNG, nomeadamente em atividades de recuperação de processos recusados devido a ausência de resposta dos ORD Floene;
- Apoio à Floene na recuperação de processos/estado dos pontos de entrega que ficaram com inconsistências entre o portal OLMC e os novos sistemas da Floene.

- **Integração entre OLMC e Gestor Integrado de Garantias**
 - Conclusão do processo de integração entre OLMC e Gestor Integrado de Garantias, com entrada em produção em março de 2025, e posterior monitorização do seu funcionamento.

- **Processamento massivo da elegibilidade da tarifa social**
 - Realização das atividades decorrentes dos processamentos mensais de aferição da elegibilidade da tarifa social de energia;
 - Elaboração de respostas a pedidos de informação da DGEG relativos a reclamações de consumidores;
 - Análise de controlo e monitorização da elegibilidade para a atribuição e retirada da tarifa social, para verificação da conformidade operacional dos ORD;
 - Análise e implementação de novas ferramentas/processos de partilha de informação entre DGEG e OLMC, no contexto do tratamento de reclamações de consumidores à DGEG.

3.7. Execução do contrato-programa com a DGEG

O n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, prevê que a ADENE, no desenvolvimento de atividades de serviço público, possa ser financiada, nomeadamente, através do estabelecimento de contratos-programa, celebrados com organismos públicos com atribuições nas áreas do ambiente e da energia e outras entidades concessionárias de serviços públicos. Neste sentido, decorre há já vários anos uma estreita colaboração entre a DGEG e a ADENE, tendo permitido até à data operacionalizar um conjunto significativo de atividades e projetos de interesse público associados à prossecução da política energética nacional.

No âmbito da execução do contrato-programa com a DGEG foram desenvolvidas atividades no âmbito de:

- Gestão operacional e fiscalização do funcionamento do SGCIE, e na realização de visitas técnicas para a verificação das metas de melhoria dos PREn;
- Apoio à execução do Programa ECO.AP 2030;
- Serviços de atendimento telefónico e outros;
- Contributos para políticas públicas na área da transição energética, nomeadamente a promoção da eficiência energética, das CER e do combate e mitigação da pobreza energética.

4. MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo por base a missão, a visão, os valores e o modelo conceptual da ADENE, iniciou-se a análise do sistema de monitorização da execução da ADENE, através nomeadamente de objetivos estratégicos e operacionais que visam o acompanhamento e a melhoria continua das atividades.

Verifica-se que a **execução ano de 2025 ficou acima do estabelecido** como objetivo, tendo-se fixado em **127%**.

Os quadros seguintes apresentam, de uma forma esquemática, a **execução de cada um dos indicadores** estabelecidos para os objetivos estratégicos e operacionais mais relevantes para a ADENE.

Tabela 1 – Monitorização dos objetivos estratégicos 2025

Objetivos estratégicos	
OE.1	Contribuir para a implementação da política energética e climática nacionais e suas interfaces com outras políticas setoriais, bem como para a política de eficiência hídrica, em linha com os objetivos estratégicos do RNC 2050 e do PNEC 2030
OE.2	Contribuir para o reforço da qualificação e valorização de técnicos bem como para o aumento da literacia, nos domínios da energia, da eficiência hídrica e de recursos
OE.3	Promover novas parcerias estratégicas nacionais e internacionais e consolidar as existentes com vista ao reforço da cooperação e redes institucionais
OE.4	Fomentar a aproximação à sociedade e uma maior visibilidade dos resultados da atuação da ADENE
OE.5	Promover o desenvolvimento de recursos, sistemas e ferramentas adequados para a prossecução das atividades da ADENE

OE.1 - Contribuir para a implementação da política energética e climática nacionais e suas interfaces com outras políticas setoriais, bem como para a política de eficiência hídrica, em linha com os objetivos estratégicos do RNC 2050 e do PNEC 2030

Objetivos operacionais

GC.1.1	Otimizar a gestão do SCE e o seu reconhecimento					Tx Realização Média	57%
	Indicador	Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
GC.1.1.1	Nº certificados registados	#	262.015	N/A	N/A	N/A	N/A
GC.1.1.2	Nº processos de verificação da qualidade	#	58	840	7%	Não Atingiu	-93%
GC.1.1.3	Grau de satisfação dos técnicos SCE com apoio técnico prestado	#	4,3	4,0	107%	Superou	7%
GC.1.2	Otimizar a gestão operacional do SGCIE, promovendo a gestão energética sustentável junto dos grandes consumidores					Tx Realização Média	99%
	Indicador	Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
GC.1.2.1	Nº PREN analisados	#	161	96	168%	Superou	68%
GC.1.2.2	Nº REP analisados	#	311	1 007	31%	Não Atingiu	-69%
GC.1.2.3	Nº visitas técnicas	#	49	50	98%	Não Atingiu	-2%
GC.1.3	Promover o desenvolvimento e consolidação dos sistemas voluntários de classificação					Tx Realização Média	108%

Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
GC.1.3.1	Nº etiquetas emitidas pelo CLASSE+	#	124.791	100.000	125%	Superou	25%
GC.1.3.6	Nº imóveis classificados pelo AQUA+	#	1.456	625	233%	Superou	133%
GC.1.3.12	Nº viaturas classificadas pelo MOVE+	#	4.052	7.000	58%	Não Atingiu	-42%
GC.1.3.20	Nº pedidos de adesão no portal casA+	#	9.402	10.000	94%	Não Atingiu	-6%
GC.1.3.23	Nº de organizações classificadas pelo eCIRCULAR	#	13	40	33%	Não Atingiu	-68%
AP.1.1	Desenvolver e apoiar o desenho e a implementação de instrumentos, programas e iniciativas de política pública					Tx Realização Média	80%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
AP.1.1.1	Nº respostas a solicitações externas e consultas públicas	#	58	N/A	N/A	N/A	N/A
AP.1.1.2	Nº simulações no Poupa Energia	#	96.839	120.000	81%	Não Atingiu	-19%
AP.1.1.7	Nº ações de capacitação de equipas no âmbito do ACC e CER	#	12	12	100%	Atingiu	0%
AP.1.1.10	Nº ações de capacitação de equipas no âmbito da pobreza energética	#	6	10	60%	Não Atingiu	-40%

AP.1.2 Promover a melhoria contínua do apoio operacional à execução do ECO.AP 2030						Tx Realização Média	139%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
AP.1.2.1	Nº entidades registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência	#	861	850	101%	Superou	1%
AP.1.2.2	Nº instalações registadas no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência	#	14.574	15.000	97%	Não Atingiu	-3%
AP.1.2.3	Nº GER registados no Barómetro ECO.AP até ao ano de referência	#	757	700	108%	Superou	8%
AP.1.2.4	Nº documentos técnicos de apoio a <i>stakeholders</i>	#	5	2	250%	Superou	150%
AP.1.3 Apoiar a operacionalização da ELPRE						Tx Realização Média	0%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
AP.1.3.1	Nº relatórios de progresso para apoio à monitorização da ELPRE	#	0	2	0%	Não Atingiu	-100%
DI.1.1 Fomentar o desenvolvimento de projetos nacionais e internacionais						Tx Realização Média	136%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio

DI.1.1.1	Nº candidaturas submetidas	#	12	7	171%	Superou	71%
DI.1.1.2	Nº projetos financiados em gestão	#	18	16	113%	Superou	13%
DI.1.1.3	Financiamento da ADENE em projetos em gestão	€	3.091.302	2.500.000	124%	Superou	24%
OL.1.1	Promover a melhoria contínua da atividade de OLMC no âmbito do SEN e do SNG					Tx Realização Média	105%
	Indicador	Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
OL.1.1.1	Taxa de reportes submetidos à ERSE 2 dias antes do prazo	%	100%	95%	105%	Superou	5%

OE.2 - Contribuir para o reforço da qualificação e valorização de técnicos bem como para o aumento da literacia, nos domínios da energia, da eficiência hídrica e de recursos

Objetivos operacionais

FQ.1.1 Reforçar as atividades de qualificação de técnicos, consequente valorização no mercado e maior reconhecimento da qualidade dos seus serviços						Tx Realização Média	111%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
FQ.1.1.1	Nº ações de formação da Academia	#	75	67	112%	Superou	12%
FQ.1.1.2	Nº formandos da Academia	#	1.578	804	196%	Superou	96%
FQ.1.1.3	Nº ações de formação no âmbito do SCE	#	23	28	82%	Não Atingiu	-18%
FQ.1.1.4	Nº formandos no âmbito do SCE	#	415	336	124%	Superou	24%
FQ.1.1.5	Grau de satisfação dos cursos da Academia	#	4,32	4,20	103%	Superou	3%
FQ.1.1.6	Nº PQ reconhecidos	#	46	35	131%	Superou	31%
FQ.1.1.7	Nº TRM reconhecidos	#	126	100	126%	Superou	26%
FQ.1.1.8	Nº TGE reconhecidos	#	37	40	93%	Não Atingiu	-8%
FQ.1.1.9	Nº TIS reconhecidos	#	22	60	37%	Não Atingiu	-63%
EI.1.1 Potenciar o aumento da literacia nos domínios da energia, da eficiência hídrica e de recursos						Tx Realização Média	108%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio

EI.1.1.1	Nº participantes em ações da Rota da Energia	#	7.952	9.000	88%	Não Atingiu	-12%
EI.1.1.2	Nº Municípios abrangidos pela Rota da Energia	#	41	40	103%	Superou	2%
EI.1.1.6	Nº artigos desenvolvidos no âmbito do Observatório da Energia	#	8	6	133%	Superou	33%

OE.3 - Promover novas parcerias estratégicas nacionais e internacionais e consolidar as existentes com vista ao reforço da cooperação e redes institucionais

Objetivos operacionais

CI.1.1 Prosecução, reforço e consolidação da cooperação com <i>stakeholders</i> de referência						Tx Realização Média	102%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
CI.1.1.1	Nº novos protocolos de cooperação institucional estabelecidos	#	15	20	75%	Não Atingiu	-25%
CI.1.1.2	Nº ações desenvolvidas no âmbito dos protocolos em vigor	#	59	50	118%	Superou	18%
CI.1.1.3	Nº eventos de cooperação institucional	#	114	100	114%	Superou	14%
DR.1.2 Coordenação Nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia						Tx Realização Média	89%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
DR.1.2.1	N.º municípios com ações promovidas no âmbito da Coordenação Nacional do Pacto de Autarcas	#	89	100	89%	Não Atingiu	-11%
DR.1.3 <i>Twinning</i> envolvendo cidades portuguesas						Tx Realização Média	0%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio

DR.1.3.1	Nº municípios abrangidos no âmbito da geminção envolvendo cidades portuguesas	#	0	8	0%	Não Atingiu	-100%
-----------------	--	---	---	---	----	-------------	-------

OE.4 - Fomentar a aproximação à sociedade e uma maior visibilidade dos resultados da atuação da ADENE**Objetivos operacionais**

RC.1.1 Reforçar a divulgação de informação ao cidadão						Tx Realização Média	301%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
RC.1.1.1	Alcance nos meios digitais	#	524.359	110.000	477%	Superou	377%
RC.1.1.2	Nº publicações nos <i>media</i>	#	1.879	1.500	125%	Superou	25%

OE.5 - Promover o desenvolvimento de recursos, sistemas e ferramentas adequados para a prossecução das atividades da ADENE

Objetivos operacionais

RV.1.1 Promover a consolidação de competências técnicas, comportamentais e de gestão						Tx Realização Média	193%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
RV.1.1.1	Média de horas de formação por colaborador	horas	44	40	109%	Não Atingiu	9%
RV.1.1.2	Taxa de saídas	%	5%	10%	215%	Superou	115%
RV.1.1.3	Taxa de reposição do <i>headcount</i>	%	275%	95%	289%	Superou	189%
RV.1.1.4	Taxa de implementação do Plano de Conciliação e Igualdade	%	126%	80%	158%	Superou	58%
QP.1.1 Adotar instrumentos e modelos que promovam a melhoria contínua da gestão e dos processos						Tx Realização Média	69%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
QP.1.1.1	Taxa de utilizadores do Sistema de Gestão Documental	%	0%	95%	0%	Não Atingiu	-100%
QP.1.1.2	Taxa de processos de suporte descritos face aos processos identificados pelas áreas de suporte	%	97%	90%	108%	Superou	8%
QP.1.1.3	Taxa de inventariação dos processamentos periódicos de tratamento de dados pessoais	%	100%	100%	100%	Atingiu	0%
QP.1.2 Promover a melhoria contínua da gestão do Centro de Serviço a Clientes da ADENE						Tx Realização Média	348%

Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
QP.1.2.1	Taxa de chamadas atendidas em 30 segundos após <i>welcome message</i>	%	91%	80%	114%	Superou	14%
QP.1.2.2	Taxa de abandono de chamadas após <i>welcome message</i>	%	1%	5%	581%	Superou	481%
SO.1.1 Aumentar o aperfeiçoamento dos processos de controlo e reporte orçamental e financeiro						Tx Realização Média	243%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
SO.1.1.1	Prazo médio de pagamento a fornecedores	dias	12	30	243%	Superou	143%
DS.1.1 Reforçar a digitalização de processos e ferramentas de gestão interna						Tx Realização Média	110%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
DS.1.1.1	Nível de satisfação do trabalho realizado igual ou superior a 4	%	99%	85%	116%	Superou	16%
DS.1.1.2	Taxa de cumprimento dos prazos estimados	%	88%	85%	104%	Superou	4%
DS.1.2 Desenvolver e promover a melhoria contínua das plataformas e outros recursos digitais ao serviço do cidadão						Tx Realização Média	137%
Indicador		Unid.	Realizado 2025	Meta 2025	Grau de realização (%)	Classificação	Desvio
DS.1.2.1	Nº horas para implementação de melhorias nas plataformas da ADENE	horas	10 994	8 000	137%	Superou	37%

5. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2025 foi pautado pela consolidação e reforço da gestão de recursos humanos, através da prossecução da implementação do **programa ESTRUTURAR PARA VALORIZA(RH)**, procurando-se reconhecer e cativar o mérito e a qualidade do desempenho, garantindo confiança e transição sustentável para o futuro das equipas, sem esquecer intervenções de progressão de carreira.

Até 31 de dezembro de 2025, ingressaram na ADENE 20 colaboradores, e saíram 6 colaboradores.

Assim, a 31 de dezembro, o quadro de pessoal era constituído por 172 colaboradores ao serviço da ADENE com vínculo contratual e 5 colaboradores com vínculo contratual que se encontram temporariamente suspensos por cedência por interesse público/comissão de serviço externa a outros organismos públicos, nomeação ou licença sem vencimento sem termo.

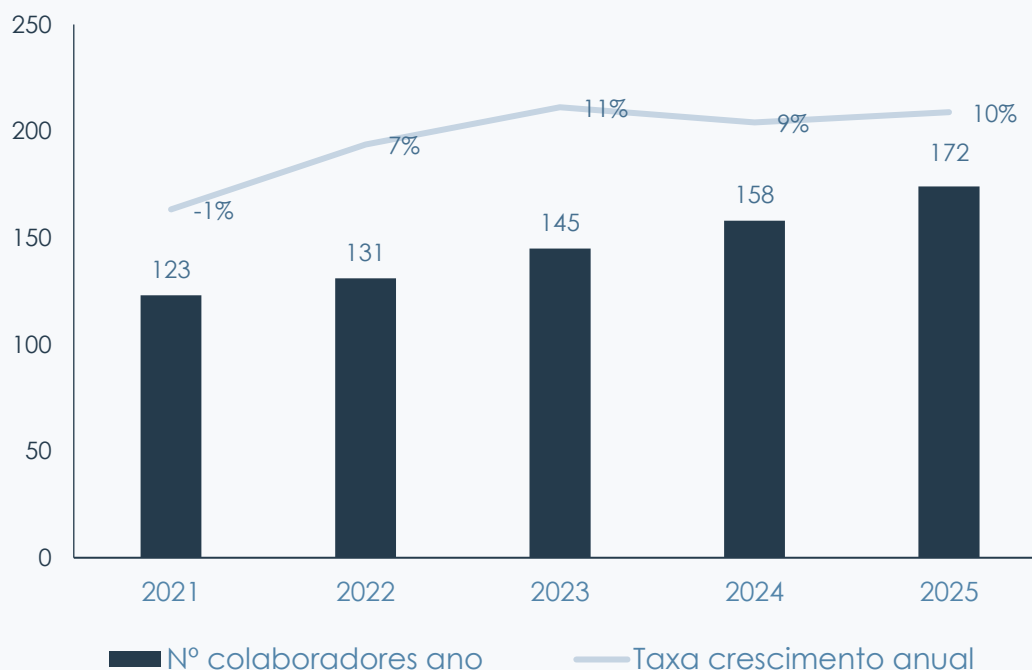


Figura 8 - Evolução de recursos humanos

Tabela 2 – Evolução de pessoal ativo por tipologia de relação profissional

Tipologia de relação profissional ¹	2024	2025			Variação		Execução (2025 vs PAO)	
	31 dez	Admissões	Saídas	31 dez	2025 vs 2024	Dif. %	PAO 2025	Dif %
Sem termo	143	17	4	158	15	10%	168	-6%
Termo certo	3	2	0	2	-1	-33%	5	-60%
Termo Incerto	6	4	3	6	0	0%	7	-14%
Comissão serviço ²	0	0	0	0	0	0%	0	0%
Cedência por interesse público ³	6	2	2	6	0	0%	9	-33%
Estágio/bolsa	0	0	0	0	0	0%	1	-100%
TOTAL n.º pessoas ao serviço ⁴	158	25	9	172	14	9%	190	-9%
LSV sem termo ⁵	2	0	2	2	0	0%	3	-33%
Em exercício de cargos de Administração ⁶	3	0	0	3	0	0%	3	0%
TOTAL	160	25	11	174	14	9%	193	-10%

- 1) A tipologia de relação profissional prevista em Plano de Atividades e Orçamento (PAO) pode ser alterada para contrato sem termo sempre que se verificarem os pressupostos obrigatórios do Código de Trabalho relativamente ao assegurar de necessidades permanentes de trabalho, ou ser alterado o termo certo ou incerto, dependendo do enquadramento específico enquadrável no Código de Trabalho. O mesmo se aplica a Comissões de Serviço;
- 2) Contratos de Comissão de Serviço que não tenham como pressuposto um contrato de trabalho sem termo antes e/ou após o contrato de comissão de serviço;
- 3) Colaboradores em cedência por utilidade pública por parte de Organismos Públicos;
- 4) Neste inclui-se as pessoas ao serviço com contrato de trabalho, que segue as definições de registo do SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado, bem como as Bolsas ao abrigo do Regulamento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Estágios Profissionais e Estágios Curriculares;
- 5) Colaboradores com vínculo contratual à ADENE, mas que se encontra temporariamente suspenso por Cedência por Interesse Público/Comissão de Serviço Externa a outros Organismos Públicos, Nomeação ou Licença sem Vencimento sem termo;
- 6) Dois elementos atualmente em exercício de cargo de Administração, pertencem aos quadros da ADENE.

Verifica-se uma predominância de colaboradores do género feminino ao nível da **distribuição de colaboradores por género**, a 31 de dezembro de 2025, a ADENE contava com 172 colaboradores, dos quais 98 eram mulheres e 74 homens. No que respeita às **habilitações literárias**, há um evidente predomínio de licenciados e detentores de mestrado.

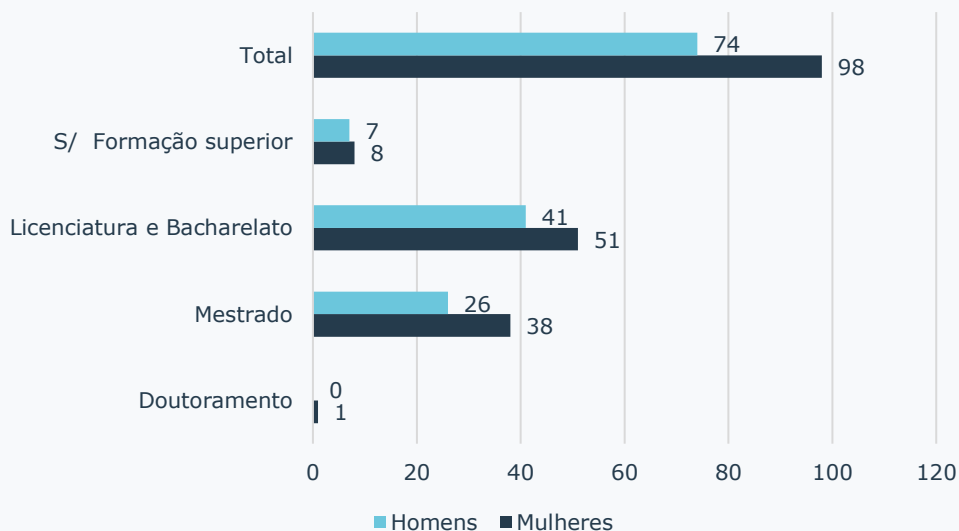


Figura 9 - Número de colaboradores por gênero e habilitação literária

Em termos de **distribuição etária**, a média de idade era de 44 anos, aproximadamente. Note-se que, embora as equipas fossem multigeracionais, apenas 32 % dos colaboradores tinham idade acima dos 50 anos, evidenciando um predomínio dos escalões etários mais jovens.

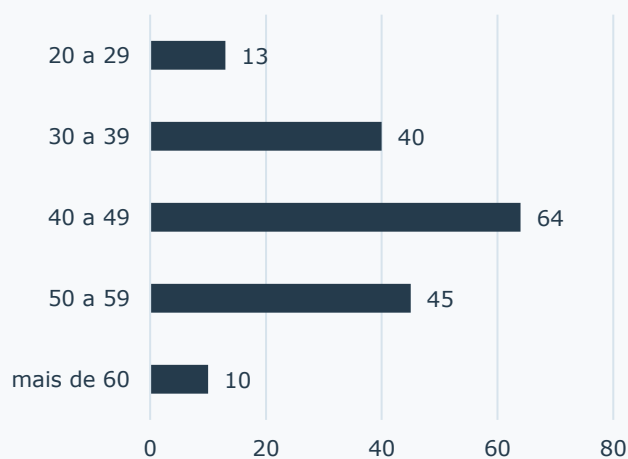


Figura 10 - Número de colaboradores por escalão etário

Ao nível da **distribuição por categoria profissional**, a 31 de dezembro de 2025, a distribuição de mulheres e homens em cargos dirigentes, era equilibrada, é possível observar que há 13 cargos de chefias de primeira linha e 21 cargos de chefias de segunda linha, dos quais 53% são ocupados por mulheres, refletindo o compromisso da ADENE com a igualdade de gênero no acesso a cargos de liderança.

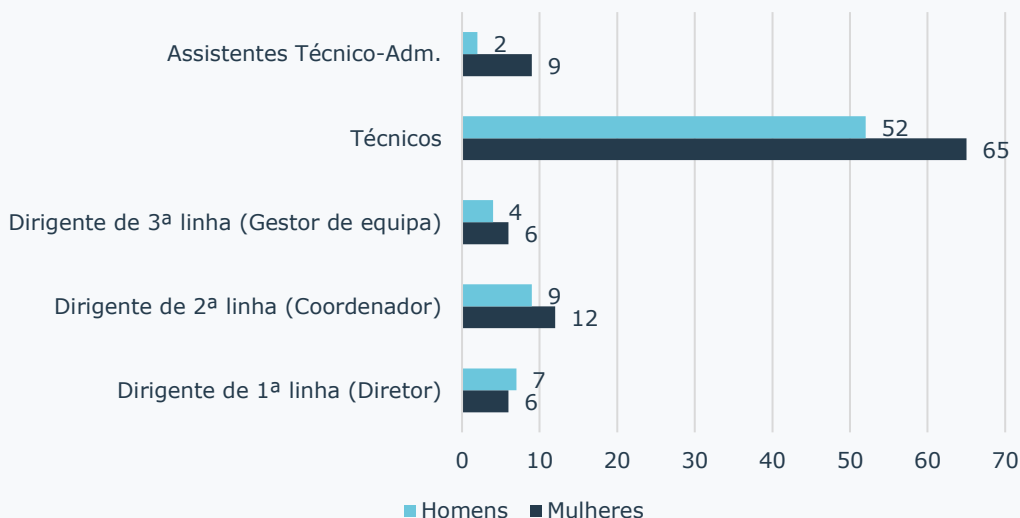


Figura 11 - Número de colaboradores por gênero e categoria profissional

Relativamente ao **sistema de gestão de desempenho**, foram cumpridas todas as fases da avaliação de 2024, e a intercalar de 2025.

Em 2025 foram fomentadas, não só **oportunidades de desenvolvimento através de processos de mobilidade entre Direções/Unidades**, mas também em termos de **aperfeiçoamento das competências funcionais e pessoais**.

Foi realizado um levantamento das necessidades de formação interna, resultantes da aplicação do diagnóstico de necessidades de formação e ainda da informação que advém do próprio sistema de gestão de desempenho.

Neste enquadramento, a ADENE **promoveu 70 ações de formação**, proporcionando oportunidades de formação a 167 colaboradores no total do ano 2025, correspondendo a **7.319 horas**. Estas ações abrangeram grande parte dos colaboradores, cerca de 95 %, perfazendo uma média de formação de 44 horas por colaborador abrangido, e 42,5 horas pelos colaboradores totais da ADENE.

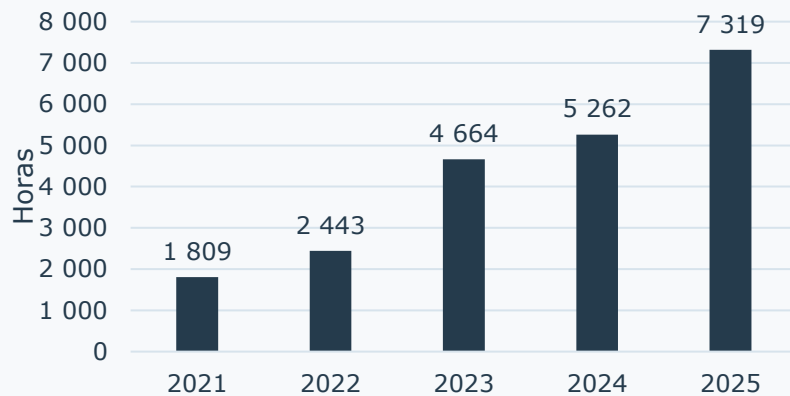


Figura 12 - Evolução do número de horas de formação

Em matéria de **saúde e segurança no trabalho**, a ADENE assegurou as adequadas condições de trabalho e fez uma gestão preventiva dos riscos associados ao desempenho da atividade e às instalações.

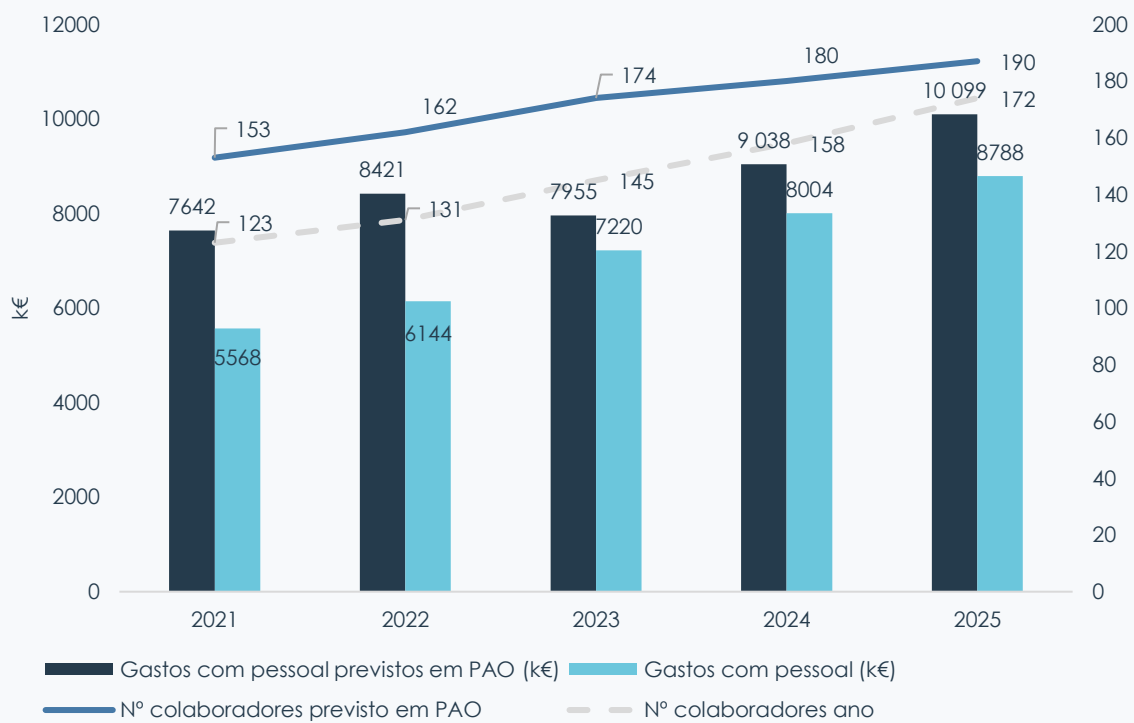


Figura 13 - Evolução dos gastos com recursos humanos

No que respeita ao indicador Equivalente a Tempo Integral - ETI, verifica-se o predomínio das horas alocadas a atividades no eixo de reporte Energia, em particular ao pilar estratégico de atuação “Integração de áreas e relação com política pública”.

De entre as áreas de atuação com alocação mais relevante de recursos humanos, destacam-se as enquadráveis em gestão de sistemas e certificação, apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas, e qualidade da gestão e dos processos.

Tabela 3 – Evolução do indicador “Equivalente a Tempo Integral” por eixo de reporte²

	Energia			Hídrica			OLMC			Suporte			Total		
	PAO	Executado 2025	% Execução	PAO	Executado 2025	% Execução	PAO	Executado 2025	% Execução	PAO	Executado 2025	% Execução	PAO	Executado 2025	% Execução
	1	2	$3=(2/1)*100$	4	5	$6=(5/4)*100$	7	8	$9=(8/7)*100$	10	11	$12=(11/10)*100$	13	14	$15=(14/13)*100$
Atividades ADENE	134,5	86,9	65%	2,9	2,6	90%	11,3	8,2	73%	41,4	53,0	128%	190,1	150,7	79%
CP DGEG	0	11,3	8,4%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	11,3	5,9%
CP APA	0	0	0,0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0,0	0,0%
Total	134,5	98,2	73%	2,90	2,6	90%	11,3	8,2	73%	41,4	53,0	128%	190,1	162,0	85%

² Devido aos contratos de trabalho dos colaboradores da ADENE estarem divididos entre a obrigação de trabalho 7.5 horas/dia e 8 horas/dia, os cálculos de ETI tendo por base as horas trabalhadas, resultam num número total geral não inteiro. Os valores incluídos na tabela têm em conta as entradas e saídas de colaboradores ao longo do período em análise.

Tabela 4 – Indicador “Equivalente a Tempo Integral” por área de atuação e eixo de reporte

Áreas de atuação	Energia	Hídrica	OLMC	Suporte
Integração de áreas e relação com a política pública	84,2	2,6	8,2	0,0
Gestão de sistemas e certificação	44,9	2,6	0,0	0,0
Apoio ao desenho e à implementação de políticas públicas	28,9	0,0	8,2	0,0
Desenvolvimento e inovação	10,4	0,0	0,0	0,0
Aposta no apoio técnico, na qualificação e informação ao cidadão	10,4	0,0	0,0	0,0
Formação e qualificação	5,4	0,0	0,0	0,0
Educação e informação	5,0	0,0	0,0	0,0
Reforço da cooperação e redes institucionais	3,6	0,0	0,0	0,0
Cooperação institucional	3,6	0,0	0,0	0,0
Dinamização de redes	0,0	0,0	0,0	0,0
Aproximação à sociedade	0,0	0,0	0,0	7,5
Reforço da comunicação	0,0	0,0	0,0	7,5
Capacitação interna e desenvolvimento organizacional	0,0	0,0	0,0	45,5
Recrutamento e capacitação de valor acrescentado	0,0	0,0	0,0	7,3
Qualidade da gestão e dos processos	0,0	0,0	0,0	28,0
Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte	0,0	0,0	0,0	5,6
Digitalização e sistemas de informação	0,0	0,0	0,0	4,6
Total	98,2	2,6	8,2	53,0

6. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.1. Principais indicadores

Em 2025, os rendimentos de exploração totalizam 14.897 mil euros, representando um aumento de 440 mil euros (cerca de 3,0%) face aos 14.456 mil euros registados em 2024 o que resulta, quer do aumento verificado nas vendas e serviços prestados (+3,1%), quer no aumento dos subsídios à exploração (+2,5%). Este crescimento, embora positivo, fica abaixo do valor estimado em plano de atividades onde se previam rendimentos de exploração num total de 19.613 mil euros.

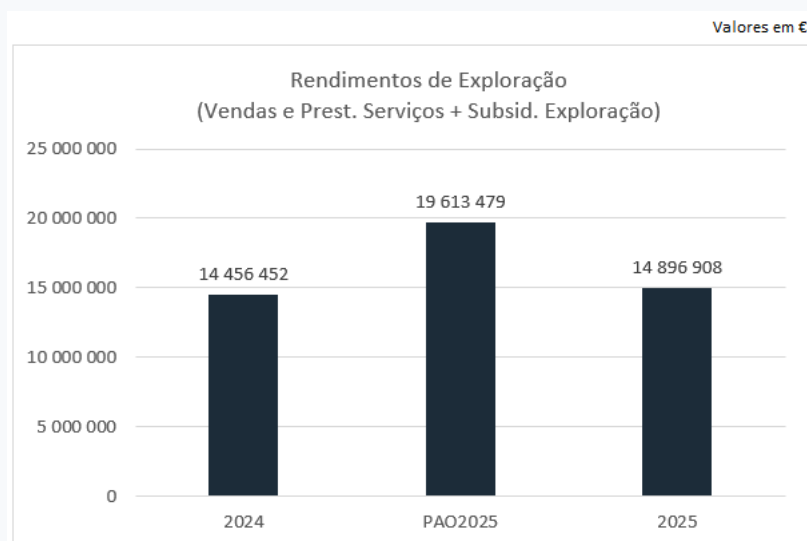


Figura 14 - Rendimentos de exploração

Em termos relativos, o eixo de reporte Energia representa cerca de 87,8% dos rendimentos totais da ADENE, ligeiramente abaixo do estimado em plano de atividades. O eixo de reporte Hídrica e o OLMC têm um peso relativo de 0,6% e 11,6%, respetivamente, registando-se um ligeiro aumento relativamente ao peso relativo em plano de atividades.

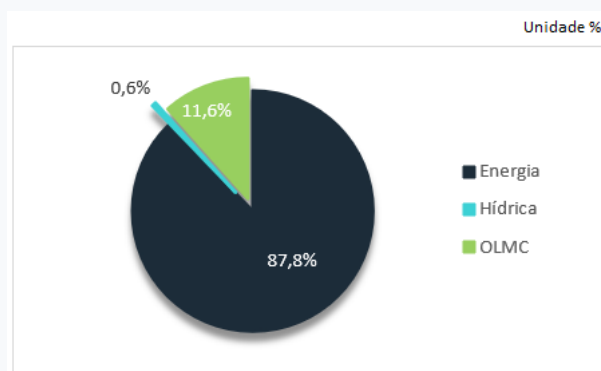


Figura 15 - Rendimentos por eixo de reporte

A análise das fontes de financiamento no período 2022–2025 evidencia a predominância consistente da Certificação Energética, que se mantém como a principal origem de receitas, registando um crescimento gradual e sustentado ao longo de todo o período, passando de 10,26 milhões de euros, em 2022, para 11,34 milhões de euros em 2025.

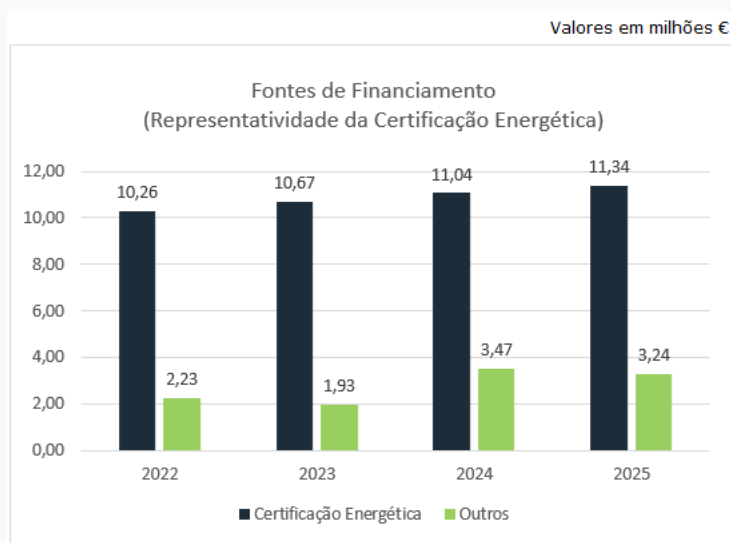


Figura 16 - Fontes de financiamento (representatividade da certificação energética)

Esta evolução reflete a estabilidade e maturidade estrutural desta fonte de financiamento. Em contraste, a rubrica outros, onde se inclui o SGIE, as diferentes classificações voluntárias, a Academia ADENE e outras prestações de serviços, apresenta um comportamento mais volátil, com uma redução em 2023, seguida de um aumento significativo em 2024 e uma ligeira correção em 2025, embora permanecendo claramente abaixo do peso da Certificação

Energética. No seu conjunto, os dados demonstram um reforço global do financiamento, fortemente suportado pela Certificação Energética.

A evolução dos principais rácios financeiros entre 2024 e 2025 permite avaliar a evolução da situação financeira da ADENE, nomeadamente no que respeita à solvabilidade, autonomia financeira e liquidez e evidencia uma ligeira redução da robustez financeira, mantendo-se, contudo, uma situação globalmente equilibrada.

Tabela 5 – Rácios

Rácios	Valores em unid.	
	2024	2025
Solvabilidade	1,23	1,11
Autonomia Financeira	0,55	0,53
Liquidez Geral	7,48	5,40

Notas:
Solvabilidade = Capital próprio / Passivo total
Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo
Liquidez Geral = Ativo corrente/ Passivo corrente

O rácio de **solvabilidade**, calculado como a relação entre o capital próprio e o passivo total, registou um valor de 1,23 em 2024, diminuindo para 1,11 em 2025. Apesar da redução verificada, o rácio mantém-se superior à unidade, evidenciando que os capitais próprios continuam a ser suficientes para fazer face ao total do passivo, ainda que com uma margem de segurança ligeiramente inferior à do exercício anterior.

No que se refere à **autonomia financeira**, o rácio passou de 0,55 em 2024 para 0,53 em 2025, refletindo uma diminuição marginal do peso do capital próprio no financiamento do ativo. Não obstante esta evolução, os valores apresentados continuam a revelar uma estrutura financeira equilibrada, com um nível de dependência de capitais alheios considerado adequado.

Relativamente à **liquidez geral**, o rácio reduziu-se de 7,48 em 2024 para 5,40 em 2025. Apesar da descida, o indicador mantém-se em níveis bastante confortáveis, demonstrando que os ativos correntes são suficientes para satisfazer os compromissos de curto prazo.

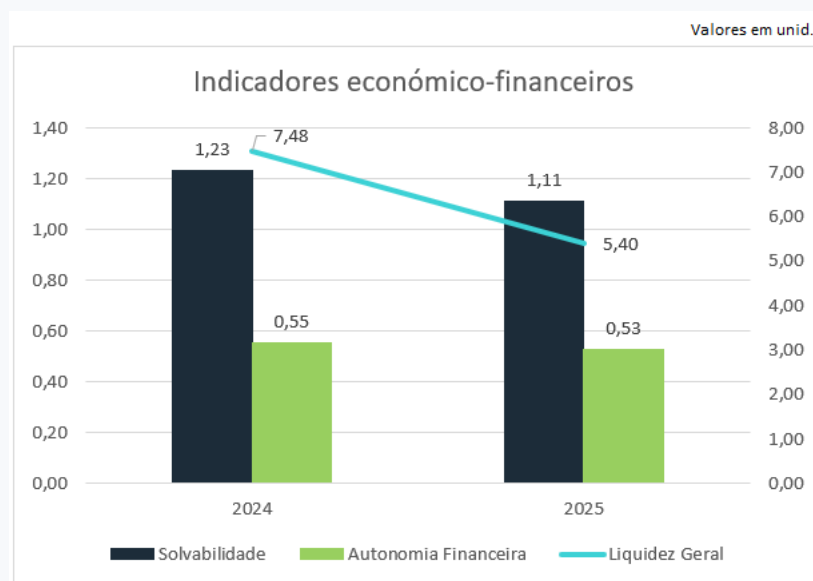


Figura 17 - Indicadores económico-financeiros

Em síntese, apesar de uma ligeira deterioração dos rácios financeiros em 2025 face a 2024, a ADENE mantém uma posição financeira globalmente sólida, não se identificando riscos relevantes ao nível da solvabilidade ou da liquidez.

6.2. Resultados

A análise da evolução do resultado líquido evidencia uma tendência de diminuição ao longo do período em análise, refletindo uma redução progressiva do excedente gerado pela atividade da ADENE.

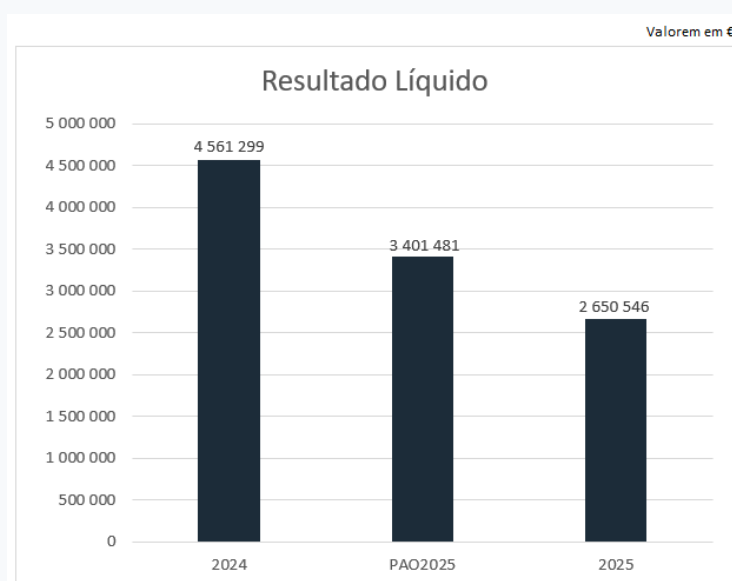


Figura 18 – Resultado líquido

No exercício de 2024, o resultado líquido ascendeu a 4.561 mil euros, constituindo um nível de desempenho económico elevado. Em plano de atividades, encontra-se previsto um resultado líquido de 3.401 mil euros, traduzindo já uma expectativa de redução face ao exercício anterior. Contudo, o resultado efetivamente alcançado em 2025, no montante de 2.651 mil euros, ficou abaixo do valor previsto em plano de atividades, confirmando um desvio negativo face às previsões iniciais.

Esta evolução revela um abrandamento da capacidade de geração de resultados, que poderá estar associado a fatores como o aumento dos custos operacionais, a redução de proveitos ou opções estratégicas assumidas ao longo do exercício.

Apesar da redução registada, importa salientar que o resultado líquido se mantém positivo em todos os períodos considerados, o que demonstra a continuidade da capacidade da ADENE para gerar excedentes e sustentar a sua atividade.

O gráfico evidencia uma tendência decrescente do EBITDA ao longo do período analisado, refletindo uma redução da capacidade de geração de resultados operacionais.

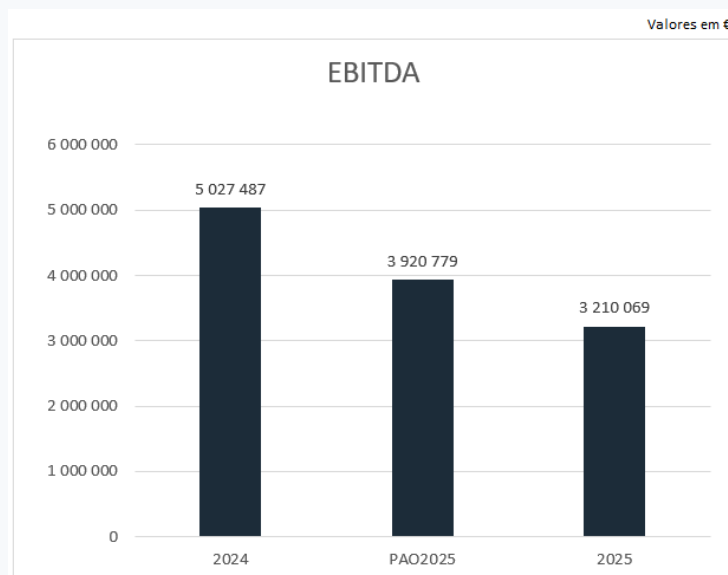


Tabela 6 – EBITDA

Em 2024, o EBITDA ascendeu a 5.027 mil euros, constituindo o valor mais elevado do período. Em plano de atividades, encontra-se previsto um EBITDA de 3.921 mil euros, que já traduz uma expectativa de redução face ao exercício anterior. No entanto, o valor efetivamente apurado em 2025, no montante de 3.210 mil euros, ficou abaixo do valor previsto em plano de atividades, confirmando um desvio negativo face às previsões iniciais.

Esta evolução evidencia um abrandamento do desempenho operacional, podendo estar associada ao aumento dos custos operacionais, à redução dos proveitos da atividade principal ou a alterações no modelo de funcionamento da ADENE.

Apesar da redução observada, o EBITDA mantém-se positivo em todos os períodos, o que demonstra que a entidade continua a gerar resultados operacionais suficientes para sustentar a sua atividade corrente.

6.3. Rendimentos e gastos

Em 2025, o total de rendimentos de prestação de serviços e subsídios à exploração da ADENE, foi de 14.897 mil euros, representando um aumento de cerca de 3,0% comparativamente ao ano de 2024. Em relação, ao previsto em plano de atividades, o total de rendimentos de prestação de serviços e subsídios à exploração apresentou uma variação negativa de cerca de 24,0%.

Em comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento no valor dos fornecimentos e serviços externos em cerca de 27,7%, decorrente da formalização do contrato de arrendamento das novas instalações e pagamento de caução, no valor de 225 mil euros e em resultado do aumento da componente de formação e de publicidade, com o objetivo de reforçar o posicionamento da ADENE e fortalecer relações com parceiros.

Relativamente aos gastos com o pessoal, registou-se um crescimento de 9,8% em comparação com o ano de 2024, consequência da consolidação e reforço da gestão de recursos humanos, nomeadamente justificado pelo aumento líquido de 14 colaboradores.

No que respeita à rubrica de outros rendimentos verificou-se uma variação negativa de 43,2%, em comparação com o ano de 2024. A contribuir para esta variação estão os contratos com o Fundo Ambiental, dos quais resultaram rendimentos de cerca de 786 mil euros (1.087 mil, em 2024), e o Contrato-Programa com a DGEG do qual resultaram rendimentos de cerca de 776 mil euros (793 mil euros, em 2024).

Em relação ao Fundo Ambiental, os rendimentos registados, foram os que decorrem dos protocolos de cooperação técnica e financeira que foram celebrados e que se detalham da seguinte forma:

- Observatório Nacional da Pobreza Energética, vigente de 12/12/2024 a 31/12/2025, com um orçamento de 200 mil euros;
- Mercado Voluntário de Carbono, vigente de 05/01/2024 a 31/12/2026, com um orçamento de 380 mil euros;
- Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve, vigente de 20/02/2024 a 31/12/2025, com um orçamento de 120 mil euros;
- Apoio à Gestão (prestação de serviços ao Fundo Ambiental no âmbito de diversos contratos no âmbito da Componente 13 e 21 do Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente, no âmbito da eficiência energética em edifícios e das Comunidades de Energia Renováveis).

Também na rubrica de outros gastos e perdas, se observa uma redução de 56,9% face ao ano de 2024.

Em 2025, as depreciações, ascenderam ao montante de 552 mil euros, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização, da Demonstração de Resultados.

Comparativamente ao ano de 2024, as depreciações registaram uma variação positiva de 19,7%.

Tabela 7 – Rendimentos e gastos por eixo de reporte

Rendimentos e Gastos	Valores em €				
	2025		2024	Δ	
	Executado (1)	PAO (2)	Executado (3)	Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
ENERGIA					
Rendimentos	14 604 451,35	18 877 381,20	14 507 561,88	-22,6%	0,7%
Gastos	-12 185 460,15	-15 187 899,78	-10 209 504,58	-19,8%	19,4%
Resultado	2 418 991,20	3 689 481,42	4 298 057,30	-34,4%	-43,7%
HÍDRICA					
Rendimentos	94 364,86	92 434,04	83 141,37	2,1%	13,5%
Gastos	-265 200,35	-296 072,44	-339 360,11	-10,4%	-21,9%
Resultado	-170 835,49	-203 638,40	-256 218,74	-16,1%	-33,3%
OLMC					
Rendimentos	1 928 185,78	1 867 370,23	2 912 918,60	3,3%	-33,8%
Gastos	-1 525 795,90	-1 951 731,92	-2 393 457,96	-21,8%	-36,3%
Resultado	402 389,88	-84 361,69	519 460,64	>-300%	-22,5%
TOTAL					
Rendimentos	16 627 001,99	20 837 185,47	17 503 621,85	-20,2%	-5,0%
Gastos	-13 976 456,40	-17 435 704,14	-12 942 322,65	-19,8%	8,0%
Resultado	2 650 545,59	3 401 481,33	4 561 299,20	-22,1%	-41,9%

No eixo de reporte Energia, comparativamente ao ano de 2024, verificou-se um aumento de 0,7% nos rendimentos e um aumento de 19,4% nos gastos totais. Comparativamente ao previsto em plano de atividades, observa-se uma redução nos rendimentos (-22,6%) e, uma redução nos gastos (-19,8%). Em termos relativos, no eixo de reporte Energia, ao nível de rendimentos, verificou-se um aumento do seu peso relativo no total da ADENE, contribuindo com 87,8% para esse total. Na componente de gastos, verificou-se igualmente um aumento do seu peso relativo no total da estrutura de gastos da ADENE contribuindo com 87,2% para este total. Em 2024, o contributo foi de 78,9%. Sendo o eixo que agrega a maioria das atividades desenvolvidas pela ADENE, é também o que mais contribuiu, tanto para os rendimentos, como para os gastos e, conseqüentemente, para os resultados.

No eixo de reporte Hídrica, comparativamente ao ano de 2024, verificou-se um aumento de 13,5% nos rendimentos e uma redução de 21,9% nos gastos totais. Este aumento dos rendimentos está relacionado com a Resolução do Conselho

de Ministros (RCM) n.º 26-A/2024, de 20 de fevereiro, relativa à incumbência que foi atribuída à ADENE no âmbito da monitorização dos consumos de água do setor turístico no Algarve – Compromisso de Eficiência Hídrica do Algarve, financiado pelo Fundo Ambiental. Comparativamente ao previsto em plano de atividades, verifica-se igualmente um aumento nos rendimentos e uma redução nos gastos de 2,1% e de 10,4%, respetivamente. Em termos relativos, no eixo de reporte Hídrica, os rendimentos, mantiveram-se em linha com o verificado em 2024, contudo ao nível dos gastos, verificou-se uma redução do seu peso no total da ADENE, contribuindo respetivamente com 0,6% e 1,9% para este total. Em 2024, o contributo foi de 0,5% e 2,6%, respetivamente.

No eixo de reporte OLMC, comparativamente ao ano de 2024, verificou-se uma redução de 33,8% nos rendimentos, resultado de em 2024, na sequência da publicação da ERSE, ter sido efetuado ajustamento aos rendimentos de exercícios anteriores no valor de 152 mil euros (gás natural) e 911 mil euros (eletricidade), em conformidade com a nova metodologia de registo de réditos. Em 2025, foram registados rendimentos no gás natural no valor de 508 mil euros e de 1.420 mil euros na eletricidade.

Na rubrica de gastos, a redução verificada de 36,3% é também resultado dos ajustes efetuados em resultado da publicação da ERSE. Foram registados gastos no gás natural no valor de 240 mil euros e de 1.286 mil euros na eletricidade. Na rubrica de outros gastos, os valores de 2024, referem-se, quase na sua totalidade, ao ajuste de gastos relativos a exercícios anteriores, no valor de 171 mil euros para o gás natural e de 691 mil euros para a eletricidade, em conformidade com a nova metodologia de registo de réditos.

Tabela 8 – Rendimentos e gastos totais

Rendimentos e gastos - Total	2025		2024	Δ	
	Executado	PAO	Executado	Exec vs PAO	2025 vs 2024
	(1)	(2)	(3)	(1-2)/(2)	(1-3)/(3)
Rendimentos	14 896 908,33	19 613 479,36	14 456 452,33	-24,0%	3,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	-4 085 178,13	-6 345 020,96	-3 199 317,77	-35,6%	27,7%
Gastos com Pessoal	-8 787 618,39	-10 400 000,00	-8 002 561,86	-15,5%	9,8%
Depreciações	-552 335,87	-516 797,87	-461 603,35	6,9%	19,7%
Outros rendimentos	1 730 093,66	1 223 706,10	3 047 169,52	41,4%	-43,2%
Outros gastos	-551 324,01	-173 885,30	-1 278 839,67	217,1%	-56,9%
Resultado	2 650 545,59	3 401 481,33	4 561 299,20	-22,1%	-41,9%

Os rendimentos da ADENE registaram um crescimento de 3,0%, comparativamente ao ano de 2024. Este crescimento é explicado pelo aumento verificado na rubrica de prestação de serviços, nomeadamente pelo aumento dos rendimentos provenientes da certificação energética de edifícios, SGCI, Academia ADENE e pelo aumento verificado na rubrica de subsídios à exploração justificado pelo aumento dos rendimentos provenientes dos projetos

cofinanciados pelo programa LIFE. Comparativamente ao previsto em plano de atividades, o total de rendimentos de prestação de serviços e subsídios à exploração apresentou uma variação negativa de cerca de 24,0%, face ao estimado, justificada, nomeadamente, pela execução da Classificação Voluntária, pela execução dos projetos cofinanciados pelos programas H2020 e ENI e pelo Fundo Ambiental.

No que diz respeito aos gastos, nos fornecimentos e serviços externos verificou-se um aumento de cerca de 27,7%, comparativamente ao ano de 2024, fruto da elevada execução que tentou recuperar o atraso verificado em 2024 devido à limitação orçamental (cativações) existente durante o primeiro semestre desse ano. Comparativamente ao valor estimado em plano de atividades, verifica-se uma redução de 35,6%.

Na rubrica de gastos com pessoal, o incremento registado de 9,8%, em comparação com 2024 é consequência da consolidação e reforço da gestão de recursos humanos em resultado da implementação do programa ESTRUTURAR PARA VALORIZA(RH) e ao recrutamento de novos colaboradores. Em 2025, os gastos com pessoal apresentaram um valor de cerca de 8.788 mil euros o que representa uma redução de 15,5% face ao estimado em plano de atividades. Em 2025, o número de colaboradores da ADENE foi inferior ao previsto em plano de atividades.

A evolução das depreciações apresenta uma variação positiva de cerca de 19,7%, face ao ano de 2024, em resultado da concretização do plano de investimentos previsto em plano de atividades, fazendo com que o montante das depreciações dos novos investimentos seja superior às depreciações dos ativos em fim de vida.

Na rubrica de outros rendimentos e gastos, comparativamente ao ano de 2024, verificou-se um resultado positivo de cerca de 1.178 mil euros que representa uma redução de 590 mil euros face a 2024. Esta variação é explicada pelos rendimentos do OLMC, nomeadamente em resultado da publicação, pela ERSE, dos Proveitos e Ajustamentos, em 2024, relativos ao ajuste de rendimentos de exercícios anteriores, em conformidade com a nova metodologia de registo de réditos e pelos rendimentos provenientes dos contratos com o Fundo Ambiental.

Tabela 9 – Rendimentos e gastos - Energia

Rendimentos e Gastos - Energia	Valores em €				
	2025		2024	Δ	
	Executado (1)	PAO (2)	Executado (3)	Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
Rendimentos	12 945 533,33	17 711 867,36	12 547 893,73	-26,9%	3,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	-3 453 803,98	-5 300 865,81	-2 532 815,24	-34,8%	36,4%
Gastos com Pessoal	-7 899 702,52	-9 431 785,66	-7 061 399,71	-16,2%	11,9%
Depreciações	-318 802,18	-285 206,94	-201 828,02	11,8%	58,0%
Outros rendimentos	1 658 918,02	1 165 513,84	1 959 668,15	42,3%	-15,3%
Outros gastos	-513 151,47	-170 041,36	-413 461,61	201,8%	24,1%
Resultado	2 418 991,20	3 689 481,43	4 298 057,30	-34,4%	-43,7%

Os rendimentos das atividades agregadas no eixo de reporte Energia, que incluem as vendas e prestações de serviços e os subsídios à exploração, cresceram cerca de 3,2% face ao ano de 2024.

As atividades que mais contribuíram para os rendimentos deste segmento foram a Certificação Energética de Edifícios, o Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia, os sistemas de classificação voluntária e a Academia ADENE. Ao nível dos subsídios à exploração, destaca-se a contribuição dos projetos cofinanciados pelos programas LIFE e ENI. Comparativamente ao previsto em plano de atividades, o total de rendimentos, no eixo energia, apresentou uma variação negativa de cerca de 26,9%. Este desvio é justificado, essencialmente, por uma execução inferior ao previsto, da Certificação Energética.

No que diz respeito aos gastos, nos fornecimentos e serviços externos verificou-se um crescimento de cerca de 36,4%, comparativamente ao ano de 2024, fruto da maior execução de despesa, uma vez que é o eixo que agrega a maioria das atividades da ADENE. No mesmo sentido dos rendimentos, também se verificou uma variação negativa nos fornecimentos e serviços externos comparativamente ao valor estimado em plano de atividades.

Na rubrica de gastos com pessoal, o incremento registado de 11,9%, em comparação com 2024, é consequência da consolidação e reforço da gestão de recursos humanos, através da prossecução do programa ESTRUTURAR PARA VALORIZA(RH) e, ao recrutamento de novos colaboradores. Em 2025, os gastos com pessoal apresentaram um valor de 7.900 mil euros o que representa uma redução de 16,2% face ao estimado em plano de atividades. Em 2025, o número de colaboradores da ADENE, no eixo de Energia, foi inferior ao previsto em plano de atividades.

A evolução das depreciações apresenta uma variação positiva de cerca de 58% face ao ano de 2024, em resultado de uma maior concretização do Plano de Investimentos previsto em plano de atividades.

Na rubrica de outros rendimentos e gastos verificou-se um resultado positivo de cerca de 1.659 mil euros que representa um aumento de 42,3% relativamente ao que estava estimado em plano de atividades. Esta variação é explicada pelos rendimentos provenientes do contrato-programa com a DGEG, que ficou acima do estimado em plano de atividades.

Esta evolução de rendimentos e de gastos, traduziu-se num resultado positivo de cerca de 2.419 mil euros, neste eixo de reporte.

Tabela 10 – Rendimentos e gastos – Hídrica

Rendimentos e Gastos - Hídrica	Valores em €				
	2025		2024	Δ	
	Executado (1)	PAO (2)	Executado (3)	Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
Rendimentos	34 730,00	34 440,00	58 891,60	0,8%	-41,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	-43 022,72	-78 551,58	-56 075,54	-45,2%	-23,3%
Gastos com Pessoal	-186 404,91	-192 335,68	-257 337,92	-3,1%	-27,6%
Depreciações	-35 233,94	-24 825,90	-22 150,47	41,9%	59,1%
Outros rendimentos	59 634,86	57 994,04	24 249,77	2,8%	145,9%
Outros gastos	-538,78	-359,27	-3 796,18	50,0%	-85,8%
Resultado	-170 835,49	-203 638,39	-256 218,74	-16,1%	-33,3%

Em 2025, os rendimentos associados ao eixo de reporte Hídrica resultaram essencialmente da emissão de classificações AQUA+, agora nas três vertentes (residencial, hotéis e escritórios) e ao Compromisso com a Eficiência Hídrica, no âmbito do Protocolo com o Fundo Ambiental. No caso do AQUA+, o foco da atividade da ADENE foi o desenvolvimento da nova plataforma digital, que trará certamente uma maior agilidade processual com benefícios para o sistema. Neste contexto de elevado esforço nas atividades de desenvolvimento, os resultados da operação em 2025 decorreram do normal funcionamento do mercado, bastante fragmentado pela diversidade de instrumentos disponíveis e pouco estimulado pela ausência de financiamento público dedicado à eficiência hídrica nos edifícios. No que se refere ao Compromisso com a Eficiência Hídrica, os trabalhos decorreram de forma regular durante o ano de 2025, embora num contexto de alguma indefinição quanto ao enquadramento da iniciativa. Durante o ano de 2025, o foco da ADENE tem estado na preparação de futuros projetos, designadamente, no âmbito da Estratégia Água que Une e no alargamento do Compromisso com a Eficiência Hídrica.

Os rendimentos das atividades agregadas no eixo de reporte Hídrica, decresceram 41,0%, face ao ano de 2024, apesar dos rendimentos do AQUA+ estarem alinhados com o previsto em plano de atividades e terem tido um aumento face a 2024. Este decréscimo deve-se ao término do projeto B-WaterSmart em agosto de 2024 e da ausência de projetos de inovação cujo foco seja a água, não obstante alguns dos projetos em curso (ex., meetMed e Leap4SME) em curso incluírem esta dimensão.

No que diz respeito aos gastos, nos fornecimentos e serviços externos verificou-se um decréscimo de cerca de 23,3%, comparativamente ao ano de 2024, fruto do término do projeto B-WaterSmart em 2024.

Relativamente aos Gastos com Pessoal, também aqui se observa uma variação negativa, tanto face ao plano de atividades como ao ano de 2024, esta variação deve-se ao fato de não ter sido possível concretizar a contratação de recursos humanos prevista em plano de atividades, bem como, uma colaboradora entrou de baixa em novembro de 2025.

A evolução das depreciações apresenta uma variação positiva substancial em relação ao ano de 2024, resultado do investimento na plataforma AQUA+, com o desenvolvimento de novas funcionalidades, estando em linha com o previsto no plano de atividades, para atender às necessidades de desenvolvimento da plataforma AQUA+.

No que respeita à rubrica de outros rendimentos, verifica-se uma variação positiva relativamente a 2024, uma vez que, por um lado, em 2024, os rendimentos com o Contrato-Programa da APA que contribuíram para esta rubrica foram os provenientes das atividades no âmbito do "Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água", por outro lado, em 2025, os rendimentos que contribuíram para esta rubrica foram os provenientes das atividades no âmbito do Fundo Ambiental.

Esta evolução de rendimentos e de gastos, traduziu-se num resultado negativo de cerca de 171 mil euros neste eixo de reporte.

Tabela 11 – Rendimentos e gastos – OLMC

Rendimentos e Gastos - OLMC	2025				2024			Δ	
	Executado				Executado			Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
	GN	EL	GN + EL (1)	PAO (2)	GN	EL	GN + EL (3)		
Rendimentos	499 840,00	1 416 805,00	1 916 645,00	1 867 172,00	486 037,00	1 363 630,00	1 849 667,00	2,6%	3,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-91 705,83	-496 645,60	-588 351,43	-968 529,88	-122 085,69	-488 341,30	-610 426,99	-39,3%	-3,6%
Gastos com Pessoal	-109 343,92	-592 167,04	-701 510,96	-775 878,66	-136 764,86	-547 059,37	-683 824,23	-9,6%	2,6%
Depreciações	-38 193,49	-160 106,26	-198 299,75	-206 765,02	-47 524,97	-190 099,89	-237 624,86	-4,1%	-16,5%
Outros rendimentos	8 226,20	3 314,58	11 540,78	198,23	152 056,72	911 194,88	1 063 251,60	>300%	-98,9%
Outros gastos	-875,32	-36 758,44	-37 633,76	-558,37	-170 934,15	-690 647,73	-861 581,88	>300%	-95,6%
Resultado	267 947,64	134 442,24	402 389,88	-84 361,70	160 784,05	358 676,59	519 460,64	>>300%	-22,5%

Os rendimentos das atividades agregadas no eixo de reporte OLMC cresceram cerca de 3,6% face ao ano de 2024. No ano de 2025, foram regularizados os Ajustes de Rendimentos relativos a exercícios anteriores na sequência da comunicação da ERSE dos valores de Proveitos Ajustados em euros com a publicação das Tarifas 2026 para o setor da eletricidade (exercício de 2023) e das Tarifas 2026/2027 para o setor do gás (exercícios 2023 e 2024), tendo em consideração a nova metodologia de registo de proveitos implementada a partir de 2023. Após o processo de regularização concluído em 2024 na sua quase totalidade, estes ajustamentos passaram a ter anualmente valores menos significativos.

No que respeita à rubrica de fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma redução de cerca de 3,6%, comparativamente ao ano de 2024, e também uma redução de 39,3% relativamente ao plano de atividades. Este decréscimo deve-se a atrasos na contratação do Concurso Público Internacional para operação, suporte e manutenção evolutiva do Portal OLMC pelo período de 3 anos, que só foi concluído em 2025, com início de contrato em novembro, bem como a assunção dos custos de operação do Portal GPMC-EL em modo de leitura em cerca de 60 mil euros previstos para 2025, não se verificaram, resultando num desvio negativo face ao plano de atividades.

Relativamente aos gastos com pessoal, em 2025, os gastos com pessoal apresentaram um valor de cerca de 702 mil euros o que representa uma redução de 9,6% face ao estimado em plano de atividades. Manteve-se a estrutura organizacional do OLMC de 2024, tendo o volume de trabalho prestado pela equipa dedicada ao OLMC e pelos recursos humanos de suporte ter sido inferior ao previsto por não se ter concretizado o recrutamento planeado no PAO OLMC de 2025.

Na rubrica depreciações, comparativamente ao valor estimado em plano de atividades, verificou-se uma redução de cerca de 4,1%, em resultado da reformulação de Processos do Portal OLMC, dada a indefinição e o atraso nas previsíveis alterações regulamentares nos procedimentos de mudança de comercializador de Gás e Eletricidade, foi diferido para os anos subsequentes (2026, 2027 e 2028) um conjunto de serviços de implementação e desenvolvimento resultantes da análise e reformulação destes procedimentos e

dos processos tecnológicos, com um impacto de cerca de 100 mil euros diferidos de 2025 para os anos subsequentes.

Na rubrica de outros rendimentos e gastos, comparativamente ao ano de 2024, verificou-se um forte crescimento. Os custos de apoio jurídico, serviços de auditoria às contas OLMC, Teste de Vulnerabilidade e os serviços de Auditoria solicitados pela ERSE aos procedimentos de Mudança de Comercializador, verificaram-se gastos inferiores ao previsto para 2025, na sua totalidade em gastos com apoio jurídico. Relativamente ao *Service Desk*, dado que se corrigiu a imputação dos custos de disponibilidade para 1,8 ETI, verificou-se uma redução face ao previsto em PAO de 2025.

Esta evolução de rendimentos e de gastos, traduziu-se num resultado positivo de cerca de 400 mil euros, neste eixo de reporte.

6.4. Fontes de financiamento

No que respeita à Prestação de Serviços, no eixo de reporte Energia, a Certificação Energética dos Edifícios, mantém-se como a principal fonte de financiamento da ADENE, com um peso representativo de cerca de 68,3% no total da receita. Comparativamente ao ano de 2024, a receita proveniente da Certificação Energética dos Edifícios teve um incremento de cerca de 2,8%, crescendo em 5,3% a representatividade no peso total dos rendimentos da ADENE.

Tabela 12 – Fontes de financiamento

Fontes de Financiamento	2025					2024					Δ	
	Executado	% no Total de Rend.	PAO	% no Total de Rend.	% Execução do PAO	Executado	% no Total de Rend.	vs PAO	vs 2024			
Energia	14 587 785,68	87,8%	18 869 881,19	90,6%	77,3%	14 506 700,15	82,9%	-4 282 095,51	81 085,53			
SCE	11 343 398,71	68,3%	14 228 767,41	68,3%	79,7%	11 038 365,15	63,1%	-2 885 368,70	305 033,56			
SGCIE	103 122,00	0,6%	154 065,04	0,7%	66,9%	82 864,00	0,5%	-50 943,04	20 258,00			
Classificação Voluntária	376 547,50	2,3%	578 285,00	2,8%	65,1%	453 393,00	2,6%	-201 737,50	-76 845,50			
Academia Adene	483 985,24	2,9%	708 000,00	3,4%	68,4%	404 390,00	2,3%	-224 014,76	79 595,24			
Outras Prestações de Serviços	9 900,00	0,1%	2 400,00	0,0%	>300%	7 860,00	0,0%	7 500,00	2 040,00			
H2020	55 966,58	0,3%	0,00	0,0%		113 286,88	0,6%	55 966,58	-57 320,30			
INTERREG Atlantica Area	24 185,79	0,1%	0,00	0,0%		0,00	0,0%	24 185,79	24 185,79			
INTERREG Europe	15 363,50	0,1%	0,00	0,0%		0,00	0,0%	15 363,50	15 363,50			
LIFE	495 407,75	3,0%	668 231,58	3,2%	74,1%	381 324,34	2,2%	-172 823,83	114 083,41			
ENI	30 409,15	0,2%	18 883,69	0,1%	161,0%	56 875,28	0,3%	11 525,46	-26 466,13			
Outros Subs. Exploração	547,11	0,0%	13 919,39	0,1%	3,9%	9 535,08	0,1%	-13 372,28	-8 987,97			
Fundo Ambiental	786 426,65	4,7%	750 000,00	3,6%	104,9%	1 087 355,07	6,2%	36 426,65	-300 928,42			
Protocolo AREAM	86 078,25	0,5%	0,00	0,0%		77 824,18	0,4%	86 078,25	8 254,07			
Contrato-Programa APA	0,00	0,0%	167 230,23	0,8%	0,0%	0,00	0,0%	-167 230,23	0,00			
Contrato-Programa DGEG	776 447,45	4,7%	470 000,00	2,3%	165,2%	793 627,17	4,5%	306 447,45	-17 179,72			
Outros	0,00	0,0%	1 110 098,85	5,3%	0,0%	0,00	0,0%	-1 110 098,85	0,00			
Hídrica	94 364,86	0,6%	92 434,04	0,4%	102,1%	83 141,37	0,5%	1 930,82	11 223,49			
Prest serviços - Classificação Voluntária	34 730,00	0,2%	34 440,00	0,2%	100,8%	13 050,00	0,1%	290,00	21 680,00			
Subs. Exploração - INTERREG SUDOE	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,00	0,0%	0,00	0,00			
Subs. Exploração - H2020	0,00	0,0%	0,00	0,0%		45 841,60	0,3%	0,00	-45 841,60			
Contrato-Programa APA	0,00	0,0%	31 769,77	0,2%	0,0%	12 792,70	0,1%	-31 769,77	-12 792,70			
Fundo Ambiental	53 958,23	0,3%	0,00	0,0%		0,00	0,0%	53 958,23	53 958,23			
Outros rendimentos	5 676,63	0,0%	26 224,27	0,1%	21,6%	11 457,07	0,1%	-20 547,64	-5 780,44			
U-OLMC	1 928 185,78	11,6%	1 867 370,23	9,0%	103,3%	2 912 918,60	16,6%	60 815,55	-984 732,82			
Proveitos Permitidos - EL	1 416 805,00	8,5%	1 348 710,00	6,5%	105,0%	1 363 630,00	7,8%	68 095,00	53 175,00			
Proveitos Permitidos - GN	499 840,00	3,0%	518 462,00	2,5%	96,4%	486 037,00	2,8%	-18 622,00	13 803,00			
Ajuste de Proveitos Permitidos de anos anteriores - EL	3 314,58	0,0%	0,00	0,0%		911 194,88	5,2%	3 314,58	-907 880,30			
Ajuste de Proveitos Permitidos de anos anteriores - GN	8 226,20	0,0%	0,00	0,0%		152 056,72	0,9%	8 226,20	-143 830,52			
Outros rendimentos	0,00	0,0%	198,23	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	-198,23	0,00			
Total	16 610 336,32	100%	20 829 685,46	100%	80%	17 502 760,12	100%	-4 219 349,14	-892 423,80			

Em 2025, a Energia representa um total de 87,8% dos rendimentos totais da ADENE, ligeiramente abaixo do estimado no plano de atividades.

Os rendimentos de taxas do atual SGCIE registaram uma subida de 24,4%, comparativamente com o ano de 2024. No entanto, observa-se uma variação negativa de 33,1% face ao PAO, consequência de que, em PAO, terem sido consideradas verbas associadas à entrada em vigor do novo SGCIE, situação que não veio a acontecer.

No que respeita aos sistemas de classificação voluntária, destaca-se o peso relativo da receita associada ao CLASSE+ (86,6%), no total de rendimentos da classificação voluntária, comparativamente com os rendimentos obtidos pelo portal casA+ (7,2%), pelo MOVE+ (4,1%) e, pelo eCIRCULAR (2,1%).

Relativamente ao valor executado em 2025, verifica-se um decréscimo em relação ao previsto em plano de atividades, em cerca de 34,9%, essencialmente devido a uma variação negativa de 92,1% no eCIRCULAR. Comparativamente ao ano de 2024, observa-se um decréscimo de 16,9% resultado de uma variação negativa de 18,4% no CLASSE+.

Relativamente aos rendimentos do CLASSE+ e portal casA+, o desempenho ficou abaixo do previsto. Este desvio resulta, principalmente, da ausência de novos avisos de financiamento público no domínio da renovação energética de

edifícios, os quais, em anos anteriores, estimularam significativamente a adesão de empresas. Na falta desses instrumentos de incentivo, verificou-se uma redução da procura, com impacto direto na receita projetada.

No que diz respeito ao eCIRCULAR, esperava-se que fosse impulsionado em 2025 com a publicação do Plano de Ação para a Economia Circular PAEC 2030 que se esperava ter ocorrido em 2024 (a consulta pública decorreu entre setembro/outubro de 2023). No entanto, em fevereiro de 2026 o PAEC 2030 ainda aguarda publicação. Neste contexto, o ano de 2025, primeiro ano do sistema em mercado, pautou-se por um nível de adesão inferior ao previsto. Em relação ao MOVE+, pese embora o aumento da faturação em relação ao ano anterior, a limitação da capacidade da equipa interna, com indisponibilidade (por licença, durante metade do ano) da colaboradora alocada ao MOVE+, levou a resultado anual aquém do objetivo.

No que se refere à prestação de serviços e rendimentos da Academia ADENE, no ano de 2025 verifica-se uma execução 31,6% inferior ao valor previsto em PAO. Embora se tenha registado uma manutenção da procura por cursos relacionados com a eficiência energética em edifícios e formação SCE, verificou-se uma procura inferior por formação nas áreas da Indústria, Eficiência Hídrica, Certificação Internacional e Mobilidade. Importa, no entanto, destacar que o valor global da prestação de serviços e rendimentos da Academia ADENE cresceu 19,7% de 2024 para 2025. Foram também realizadas um conjunto de atividades de apoio a outras áreas de atuação da ADENE que não se traduzem em rendimento direto apesar de alocarem os respetivos recursos, nomeadamente, em formação no âmbito do Programa Vale Eficiência, transposição da diretiva das renováveis, desenvolvimento dos exames no âmbito do MVC, formação de técnicos Espaço Energia, entre outras.

Relativamente aos Subsídios à Exploração, comparativamente ao ano de 2024, verifica-se uma redução dos rendimentos provenientes dos projetos cofinanciados pelo programa H2020, fruto do término dos projetos iBROAD2EPC e *Bundle Up Next*, no decorrer do ano de 2024, estando apenas em execução o projeto ECHO, que teve início no final de 2024. Em contrapartida, o programa LIFE, que tem vindo a substituir o programa H2020, registou um notável crescimento comparativamente a 2024, em cerca de 30%. Isto é consequência da continuação da execução dos projetos que transitaram de 2022 (REDI4Heat, SRI2MARKET, *Odyssey Mure fit-4-55*, CA EPBD 6), 2023 (SMARTER4EU, *Compliance Services*, LEAPto11, EPBD Wise, Save Energy Together) e 2024 (Plan4COLD, SmartTA, EPREL Services) e ainda dos projetos que iniciaram a

sua execução em 2025. O projeto Odyssee-Mure-EED, que iniciou a sua execução em junho e o projeto HQ Heatpump Services, que iniciou a execução no último trimestre de 2025, vieram também contribuir para esta variação positiva.

Nos outros financiamentos da Comissão Europeia, estão incluídos os rendimentos dos projetos meetMED II e EU4BEE, cofinanciados pelo ENI - European Neighbourhood Instrument, o projeto Agrosol, cofinanciado pelo programa Interreg SUDOE, cuja execução teve início em junho de 2025, e o projeto AOFTECH, cofinanciado pelo programa Interreg Atlantic, que teve o seu início em setembro de 2025.

Em 2025, o Fundo Ambiental, enquanto fonte de financiamento, apresentou uma faturação de cerca de 786 mil euros, em resultado de: Serviços técnicos prestados para a gestão e operacionalização dos avisos do Fundo Ambiental, nomeadamente atividades de apoio à implementação dos programas PAEMS/PACR - Edifícios Residenciais e edifícios de serviços; Atividades para a implementação do Mercado Voluntário de Carbono (plataforma de registo, Estudos e Metodologias, atividades de divulgação e de apoio); Ações para a criação e implementação do Observatório Nacional da Pobreza Energética, entre as quais se inserem a criação do website próprio, desenvolvimento e implementação do modelo de espaço cidadão energia e estabelecimento de um quadro de capacitação técnica no combate à pobreza energética; Desenvolvimento das atividades de apoio à constituição e operação inicial dos Espaços Energia, gestão de avaliação de processos de candidatura; Atividades de apoio à implementação das atividades das Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo e programa Vale Eficiência. As atividades realizadas são faturadas anualmente após a prestação dos serviços. Os valores de execução financeira variam consoante a execução das atividades, em resultado dos gastos efetivamente incorridos em igual período, gerando uma margem líquida nula (ressarcimento de gastos).

Igualmente, na rubrica de outros rendimentos, o valor associado ao Contrato-Programa com a DGEG está em linha com o valor de 2024, o que mostra uma linha de continuidade da cooperação entre a ADENE e a DGEG no que respeita ao desenvolvimento de atividades de interesse público a realizar pela ADENE, no âmbito da concretização de objetivos de política energética estabelecidos pelo Governo.

No que respeita à Prestação de Serviços, no eixo de reporte Hídrica, e no âmbito do sistema de classificação voluntária, o AQUA+, tem um peso relativo de 36,8% no total de rendimentos. Comparativamente ao valor previsto em plano

de atividades, verifica-se um alinhamento com uma ligeira variação positiva. Comparativamente ao valor executado em 2024, observa-se um acentuado crescimento de rendimentos, em resultado do aumento do número de classificações emitidas pelo afirmar do referencial AQUA+ no mercado. Em 2025, a Hídrica, representa um total de 0,6% dos rendimentos totais da ADENE. No que respeita aos Subsídios à Exploração, em 2025 não houve projetos o que gerou uma evolução negativa de rendimentos face a 2024, ano que terminou a execução do projeto B-WaterSmart.

6.5. Plano de investimentos

Os eixos de reporte que mais contribuíram para o investimento total no ano de 2025 foram a Energia com um peso relativo de 51,2%, o Suporte com 28,0%, e o OLMC com 12,7%. O eixo de reporte Hídrica, teve um contributo de apenas 8,1% para o investimento total.

Tabela 13 – Investimentos realizados

Investimento Total	Valores em €				
	2025		2024	Δ	
	Executado (1)	PAO (2)	Executado (3)	Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
Energia	289 358,97	866 227,24	390 868,77	-66,6%	-26,0%
Apoio ao desenho e Implementação de Políticas Públicas	36 337,72	90 868,00	58 354,57	-60,0%	-37,7%
Desenvolvimento e Inovação	6 626,63	24 390,24	23 796,81	-72,8%	-72,2%
Educação e Informação	23 716,68	40 000,00	0,00	-40,7%	
Formação e Qualificação	20 000,00	0,00	6 000,00		233,3%
Gestão de Sistemas e Certificação	202 677,94	710 969,00	302 717,39	-71,5%	-33,0%
Hídrica	45 904,70	76 317,58	52 208,06	-39,9%	-12,1%
Desenvolvimento e Inovação	0,00	0,00	2 477,61		-100,0%
Gestão de Sistemas e Certificação	45 904,70	76 317,58	49 730,45	-39,9%	-7,7%
U-OLMC	71 587,50	195 121,95	160 137,50	-63,3%	-55,3%
Suporte	157 907,45	324 833,33	21 927,00	-51,4%	>300%
Digitalização e Sistemas de Informação	157 907,45	241 500,00	21 927,00	-34,6%	>300%
Instalações e Recursos Materiais	0,00	0,00	0,00		
Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte	0,00	0,00	0,00		
Qualidade da Gestão e dos Processos	0,00	33 333,33	0,00	-100,0%	
Recrutamento e capacitação de valor acrescentado	0,00	50 000,00	0,00	-100,0%	
Total Investimento	564 758,62	1 462 500,10	625 141,33	-61,4%	-9,7%

Em 2025, o investimento em ativos tangíveis apresenta um peso relativo de 28,3% e o investimento em ativos intangíveis apresenta um peso relativo de 71,7%, face ao investimento total. Em termos comparativos, em 2024, o investimento em ativos tangíveis apresentou um peso relativo de 0,5% e o investimento em ativos intangíveis apresentou um peso relativo de 99,5%, face ao investimento total nesse ano. Tendo em conta o investimento estimado em plano de atividades, o investimento total realizado ficou aquém do previsto (-

61,4%), em resultado dos atrasos verificados nos procedimentos de contratação pública e em alguns casos pela decisão de não contratação. Este desvio é igualmente explicado pelos investimentos não concretizados na área de atuação Gestão de Sistemas e Certificação do eixo de reporte Energia, em resultado dos atrasos verificados em alguns procedimentos de contratação pública relacionados com o investimento previsto realizar no âmbito da transposição da EPBD.

No eixo de reporte **Energia**, a área de atuação Gestão de Sistemas e Certificação, foi a área com o maior contributo para o investimento neste eixo de reporte. Os investimentos previstos, em plano de atividades, nesta área de atuação, estão maioritariamente relacionados com o investimento previsto realizar no âmbito da transposição da EPBD. Esse investimento consiste na análise, preparação e proposta de revisão metodológica do SCE, aquisição de software, desenvolvimento de ferramenta de cálculo, manutenção, desenvolvimento e atualização da plataforma, num valor estimado de 424 mil euros. As verbas registadas em sede de plano de atividades, foram estimadas considerando uma versão preliminar do planeamento das tarefas e atividades associadas ao processo de transposição da EPBD para a legislação nacional. Este investimento não chegou a concretizar-se. Assim, e após a atualização do planeamento das várias tarefas que concorrem para esse fim, prevê-se que as verbas indicadas possam ser alocadas apenas no decorrer do ano de 2026, podendo, relativamente a algumas delas, nem se verificar a necessidade da sua execução.

No que respeita ao SGCIE, o investimento previsto no valor de 37,5 mil euros para o desenvolvimento informático e aplicacional de uma parcela da nova plataforma do SGCIE, não se concretizou. Este investimento estava previsto ser efetuado partindo do princípio que o “novo” SGCIE já estivesse legislado no corrente ano. Não tendo sido publicada legislação neste âmbito, este investimento acabou por não se concretizar em 2025.

O investimento executado no âmbito do Mercado Voluntário de Carbono, ascende a cerca de 107 mil euros. Este investimento está relacionado com os serviços de desenvolvimento da plataforma de registo do Mercado Voluntário de Carbono, que permita o registo de projetos e de créditos de carbono, no âmbito das incumbências previstas para a ADENE, no final do ano de 2024.

Ainda nesta área de atuação, inclui-se o investimento previsto para o desenvolvimento, atualização e manutenção evolutiva da plataforma de emissão de etiquetas CLASSE+. Em 2025, foi concluído o desenvolvimento da nova plataforma CLASSE+, colocada em produção em meados de dezembro. O

processo sofreu um atraso de cerca de dois meses face ao previsto, o que impossibilitou a execução das atividades de manutenção evolutiva e corretiva planeadas para este ano. Foi, contudo, executada a totalidade do desenvolvimento previsto, incluindo o módulo adicional "Isolamentos – ETICS", que inicialmente não estava contemplado nesta fase. Este desenvolvimento extra, possível devido à disponibilidade do adjudicatário, justificou o desvio entre valores previstos e executados e explica a menor execução global do contrato no primeiro ano de disponibilização da plataforma.

Nesta área, há ainda a destacar o investimento, previsto em plano de atividades, no valor de 18 mil euros, relativo a desenvolvimentos e melhorias adicionais na plataforma MOVE+, como sejam a inserção do MOVE+ Pesados de Passageiros ou MOVE+ Empresas. A plataforma MOVE+, foi inicialmente desenvolvida para o MOVE+ Ligeiros, sendo fundamental o desenvolvimento de funcionalidades adicionais para que esta plataforma possa acomodar a expansão das metodologias já lançadas, MOVE+ Pesados de Mercadorias e MOVE+ Pesados de Passageiros. O valor de investimento, de cerca de 7 mil euros, está relacionado com os desenvolvimentos à medida previstos sobre a plataforma do MOVE+.

Na área de atuação **desenvolvimento e inovação**, no âmbito do projeto *Compliance Services*, cofinanciado pelo programa LIFE, a ADENE lidera o desenvolvimento de conteúdos e recursos para educação e formação, incluindo a criação de uma plataforma de *e-learning* para disponibilização dos materiais formativos. No decorrer do ano de 2025, o investimento realizado no valor de cerca de 6 mil euros, corresponde à execução dos módulos de criação e manutenção evolutiva do módulo adicional "Tumble Dryer" e ao desenvolvimento parcial do módulo adicional "Smartphones". Embora, em plano de atividades, estivesse inicialmente previsto um investimento de 24 mil euros, a execução foi ajustada em virtude de atrasos na publicação da regulamentação europeia relevante para os conteúdos formativos, o que condicionou o desenvolvimento integral dos módulos planeados, ficando o remanescente previsto para eventual execução numa fase posterior.

Na área de atuação **apoio ao desenho e implementação de políticas públicas**, o investimento previsto no valor de cerca de 16 mil euros, é referente a novas funcionalidades do Poupa Energia dentro da funcionalidade para mudança de tarifário. O investimento realizado de cerca de 5 mil euros relativo ao Lote 2 – Poupa Energia (parte A – Novas funcionalidades), respeita a trabalhos executados relativos ao Simulador Residencial do Portal Poupa Energia, com vista a melhorar a interação do consumidor com o simulador, nomeadamente, através da disponibilização das

ofertas de mercado regulado para comparação. Este investimento acabou por não ocorrer na sua totalidade, tal como previsto, uma vez que o prestador de serviços não chegou a concluir a entrega de todas as funcionalidades. Prevê-se que tal só venha a ocorrer no decorrer do ano de 2026.

Na área de atuação **formação e qualificação**, no ano de 2025, foi realizado um investimento de cerca de 20 mil euros, não previsto em plano de atividades de 2025. Este investimento está relacionado com a plataforma de gestão de formação da Academia ADENE, e corresponde à execução de valores previstos no plano de atividades do ano anterior, mas que não foram executados, devido a atrasos na execução dos trabalhos pelo prestador de serviços.

Na área de atuação **educação e informação**, em plano de atividades, encontra-se prevista a realização de um investimento total no valor de cerca de 40 mil euros com vista, quer à aquisição de serviços para a reformulação do *site* do Observatório da Energia (28 mil euros), quer para a respetiva manutenção evolutiva (12 mil euros). O investimento realizado (22 mil euros), no âmbito da reformulação do *site*, corresponde à entrega dos *deliverables* Energia em números, Políticas Públicas e Destaque. O investimento realizado no valor de cerca de mil euros, está relacionado com os serviços prestados relativos à componente de manutenção evolutiva do *site*.

No eixo de reporte **Hídrica**, na área de atuação gestão de sistemas e certificação, teve um decréscimo de 39,9%, este deveu-se à necessidade de ajustes na execução do contrato com o prestador de serviços responsável pelo desenvolvimento da plataforma AQUA+. Este ajuste está relacionado com o desenvolvimento da plataforma Compromisso com a Eficiência Hídrica, que foi uma resposta à situação de seca no Algarve.

No plano de investimentos, o **OLMC** continua a ser uma das áreas com maior investimento, representando 12,7% do total de investimentos, na sua totalidade investimentos intangíveis associados ao ativo "Portal OLMC". Comparativamente a 2024, verifica-se uma variação negativa de 55,3% no investimento total. A concretização de processos de contratação e de regularização de contratação pública limitou a execução de investimento durante o ano de 2025 ao mínimo das necessidades urgentes e inadiáveis, no valor de 72 mil euros, tendo-se conseguido, no entanto, utilizar a capacidade prevista de investimento para realizar atividades de manutenção do Portal OLMC e iniciar um novo contrato de Operação, Suporte e Manutenção Evolutiva do Portal OLMC no final do ano de 2025, com custos mensais superiores, mas maior capacidade de atuação e, sobretudo, de prevenção de funcionamento do Portal OLMC. No que respeita à reformulação e uniformização de processos do Portal

OLMC, em plano de atividades para o ano de 2025, estava previsto um investimento no valor de 81 mil euros, contudo dada a indefinição e o atraso nas previsíveis alterações regulamentares nos procedimentos de mudança de comercializador de Gás e Eletricidade, foram diferidos para os anos subsequentes (2026, 2027 e 2028) um conjunto de serviços de implementação e desenvolvimento resultantes da análise e reformulação destes procedimentos e dos processos tecnológicos.

No **suporte**, na área de atuação, **qualidade da gestão dos processos**, o investimento previsto no valor de cerca de 33 mil euros, está relacionado com a implementação de um sistema de gestão documental. Em janeiro de 2025, o Conselho de Administração determinou que fosse efetuada uma revisão e robustecimento dos documentos/peças relativos a este procedimento e, houve ainda, a necessidade de levar a cabo uma atualização de valores junto dos fornecedores que tinham respondido aos e-mails de consulta de preços. Na sequência de alguns atrasos no procedimento de Contratação Pública, estima-se que este investimento só venha a ocorrer no início de 2026.

Na área de atuação **recrutamento e capacitação de valor acrescentado**, em plano de atividades, foi previsto um investimento no montante de 50 mil euros, com vista à criação de um novo portal do colaborador, que não chegou a realizar-se, dado que houve a necessidade de se proceder à reavaliação das prioridades estratégicas dentro desta área de atuação, bem como à revisão das definições dos requisitos técnicos para a realização das consultas a fornecedores. Foram consultados diversos fornecedores, mas, até à data, as propostas apresentadas não satisfizeram os requisitos técnicos estabelecidos. Prevê-se que este investimento só venha a ser realizado em 2026.

Na área de atuação **digitalização e sistemas de informação**, em plano de atividades, foi previsto um investimento total de cerca de 242 mil euros, em ativos tangíveis. Deste total, cerca de 100 mil euros destinavam-se à renovação dos equipamentos do *datacenter*. Por atrasos no processo de Contratação Pública prevê-se que este investimento só venha a realizar-se no início do ano de 2026.

Relativamente ao investimento realizado, no valor de cerca de 154 mil euros, para a aquisição de computadores portáteis, monitores e carregadores com vista à renovação do parque informático da ADENE e à substituição dos computadores portáteis em fim de vida, no final do primeiro trimestre, concluiu-se a contratação do fornecimento dos computadores portáteis destinados à renovação de equipamentos já com a garantia expirada.

Este investimento estava previsto para o final de 2024, mas por dificuldades de contratação, a entrega dos equipamentos só foi possível no decorrer do segundo trimestre.

Em plano de atividades, foi previsto, igualmente um investimento no valor de cerca de 50 mil euros, não executado, relativo à aquisição de servidores, *switches*, *VM Ware*, com vista à substituição do parque atual. Por atrasos na Contratação Pública e por se verificar uma elevada flutuação dos preços dos componentes informáticos não foi possível efetuar o lançamento do Concurso no decorrer do ano de 2025. Prevê-se que este lançamento venha a ocorrer apenas no primeiro trimestre do ano de 2026.

6.6. Situação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, os fundos patrimoniais da ADENE ascendem a 41.883 mil euros, representando um aumento face ao ano anterior, de 2.436 mil euros, explicado pela incorporação do resultado líquido de 2024, ainda que atenuado pela redução de resultado líquido obtido em 2025.

O ativo líquido apresenta um aumento de 8.069 mil euros, quando comparado com o ano anterior, em resultado do aumento das aplicações financeiras de curto prazo.

Releva-se ainda o aumento do passivo, explicado pelo valor de 3.000 mil euros, recebido do Fundo Ambiental, para fazer face aos pagamentos de apoios para a operacionalização dos Espaços Energia e ainda pelo facto de não terem sido entregues no ano, os valores retidos, no âmbito do SCE, a favor do Fundo Ambiental e DGEG.

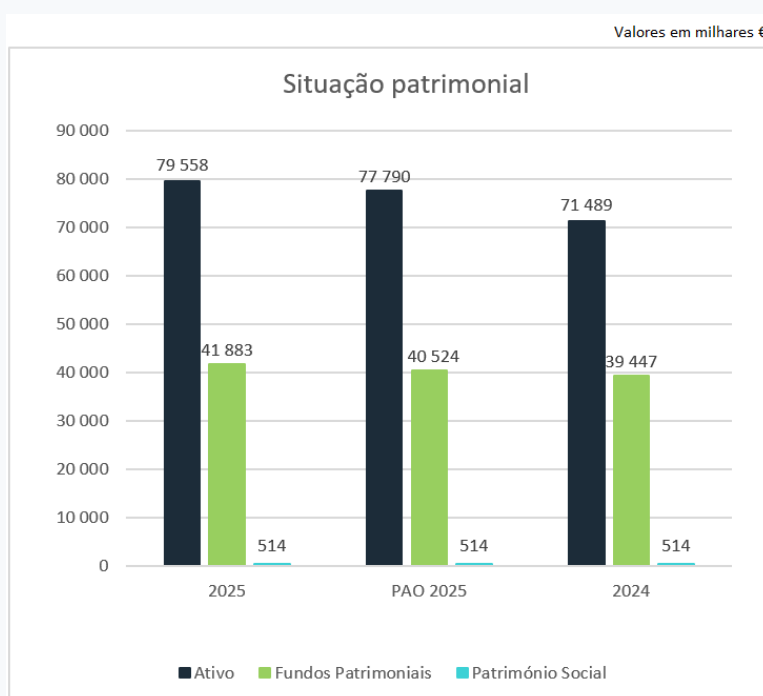


Figura 19 - Situação patrimonial

6.7. Desempenho orçamental

O Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro, conferiu à ADENE uma dotação de despesa de 86.677 mil euros bem como uma receita de 86.977 mil euros. Estes valores estão sobrevalorizados, pelo montante de 58.000 mil euros, relativos a Ativos Financeiros. Expurgados desta rubrica, a dotação da despesa e da receita é de, respetivamente, 28.677 mil euros e 28.977 mil euros.

O orçamento inicial da despesa, foi sujeito à constituição de reserva no valor de 2.033 mil euros e a cativações de 7.815 mil euros, que incidiram no agrupamento "02 - Aquisição de Bens e Serviços". A pedido da ADENE, e por despacho datado de 23 de janeiro, da então Senhora Secretária de Estado da Energia, foi reposta a totalidade dos valores cativados.

No decurso da execução, o orçamento da receita foi incrementado, via incorporação de saldos transitados em 5.958 mil euros e, o orçamento da despesa sujeito a cativação no agrupamento "01 - Despesas com Pessoal, no montante de 2.080 mil euros. Deste montante, foi parcialmente reposto o montante de 1.101 mil euros, conforme despacho de autorização do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Energia, datado de 19 de novembro.

No que se refere à despesa, para uma dotação corrigida de 101.678 mil euros, foram pagos 92.762 mil euros. Verifica-se, assim, um grau de execução da despesa, tendo por base a dotação líquida de cativos, de 91,2%.

Importa referir que, do valor total executado em despesa, 73.000 mil euros são provenientes de aplicações em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC) em cumprimento do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO/2025). Pela especificidade desta aplicação de fundos, que surge contida no valor da despesa executada, optámos por expurgar o valor correspondente no quadro abaixo.

Tabela 14 – Síntese da execução orçamental

							Valores em €
Receita			Despesa				Pag/Rec. % (8)=(6)/(2)
Previsão (1)	Recebimentos (2)	Grau exec.% (3)=(2)/(1)	Dotação Bruta (4)	Cativos (5)	Pagamentos (6)	Grau exec.% (7)=(6)/((4)-(5))	
29 843 787,00	23 557 745,98	78,9%	28 677 866,00	3 088 968,87	19 761 619,91	77,2%	

O valor do saldo de gerência, apurado no final de 2025, decorrente da diferença entre a receita e a despesa (incluindo ativos financeiros) é de 754 mil euros, valor ao qual se soma o saldo de gerência da responsabilidade de terceiros de 592 mil euros, com a desagregação que se apresenta:

Saldos referentes à atividade da ADENE, no valor de 754 mil euros, que se decompõe da seguinte forma:

- (i) Fundos europeus, transitados e do próprio ano, no valor de 77 mil euros;
- (ii) Receitas próprias, transitadas e do próprio ano, no valor de 677 mil euros.

Caso não tivesse sido efetuada a aplicação financeira (CEDIC), os valores transitados, e do próprio ano, seriam:

- (i) Fundos europeus, valor de 2.077 mil euros;
- (ii) Receitas próprias, no valor de 71.677 mil euros.

Saldos pertencentes a terceiros no valor de 592 mil euros, que se traduzem da seguinte forma:

- Valores retidos, em conformidade com o artigo 28º do Decreto-Lei nº 101-D, de 7 de dezembro: (i) Fundo Ambiental, no valor de 1.521 mil euros; (ii) DGEG, no valor de 446 mil euros;

- Valores retidos, em conformidade com o artigo 28º Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril: DGEG, no valor de 0,8 mil euros;
- Diferença entre os valores recebidos e entregues, em conformidade com o Decreto Legislativo Regional nº 23/2021/M, de 30 de agosto: (i) AREAM, no valor de 23 mil euros;
- Pagamento de 1.400 mil euros, referente à aplicação em CEDIC, efetuada com recurso a disponibilidades pertencentes a terceiros.

Relativamente à receita, e decorrente da análise ao quadro infra, verifica-se que a arrecadação de receita superou em 14,0% o valor do ano anterior.

O acréscimo na Fonte de Financiamento 513 (receitas próprias) é fruto do recebimento, de 3.000 mil euros, com origem no Fundo Ambiental, destinado às entidades beneficiárias, cujo pagamento será efetuado pela ADENE, na qualidade de coordenadora do apoio à operacionalização dos Espaços Energia.

Na Fonte de Financiamento 482 (fundos europeus), o acréscimo de receita recebida é mais acentuado, ainda que em termos absolutos não tenha tanta expressão. Este acréscimo decorre da aprovação de novas candidaturas a projetos cofinanciados, cujo adiantamento é recebido, aquando da contratualização da operação.

Tabela 15 – Decomposição da receita

Decomposição da Receita	Receita		Variação (3)=((1)-(2))/(2)
	2025 (1)	2024 (2)	
	Receitas Próprias	22 423 975,22	19 900 013,44
Fundos Europeus	732 770,76	416 931,54	75,8%
Sub-total	23 156 745,98	20 316 944,98	14,0%
Saldo de gerencia			
da ADENE	753 803,33	5 957 677,26	-87,3%
de terceiros	592 123,75	-1 248 358,26	-147,4%
Total	24 502 673,06	25 026 263,98	-2,1%

O decréscimo significativo do saldo de gerência, é justificado pelo aumento do valor aplicado em CEDIC, quer com recurso a montantes pertencentes à ADENE, quer com recurso a fundos alheios.

Com referência à despesa, verifica-se um aumento significativo na execução suportada em receitas próprias, sendo em valor absoluto de 4.312 mil euros. Este acréscimo é justificado, da seguinte forma:

- Despesas com pessoal, com acréscimo de 937 mil euros, justificado pelo aumento líquido de 14 colaboradores;
- Aquisições de bens e serviços, com acréscimo de 1.115 mil euros, decorrente da formalização do contrato de arrendamento das novas instalações e pagamento de caução, no valor de 225 mil euros; aumento da componente de formação e de publicidade, com o objetivo de reforçar o posicionamento da ADENE e fortalecer relações com parceiros.
Comporta, ainda, o aumento da aquisição de licenças informáticas para assegurar a continuidade das operações e dar resposta a necessidades técnicas, bem como ao desenvolvimento gráfico e implementação para as novas instalações e o aumento relativo à aquisição de serviços para apoio à organização da conferência de Energia da CPLP;
- Transferências e subsídios, decorre dos pagamentos efetuados às entidades beneficiárias do apoio à operacionalização dos Espaços Energia;
- Outras despesas correntes, cuja variação é justificada pela regularização contabilística, da entrega ao Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC), ocorrida em 2024. O montante entregue ao FITEC, foi considerado, na sua totalidade como uma operação de tesouraria de pagamento. No entanto, analisada a decomposição do saldo de operações de tesouraria, verificou-se que os montantes retidos, no período de 1 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2019, constituíram saldo de tesouraria, não qualificado como operação de tesouraria de recebimento, pelo que o respetivo montante se constituiu como operação orçamental.

Tabela 16 – Decomposição da despesa

Valores em €

Decomposição da Despesa	Despesa		Variação
	2025	2024	
	(1)	(2)	(3)=((1)-(2))/(2)
Receitas Próprias	19 680 305,82	15 368 325,58	28,1%
Despesas com pessoal	8 666 536,60	7 729 409,17	12,1%
Aquisição bens e serviços	4 638 114,16	3 522 850,99	31,7%
Transferências e subsídios concedidos	778 756,32	0,00	-
Outras despesas correntes	4 753 414,73	3 167 219,90	50,1%
Despesas de capital	843 484,01	948 845,52	-11,1%
Fundos Europeus	81 314,09	77 588,37	4,8%
Sub-total	19 761 619,91	15 445 913,95	27,9%
Ativos Financeiros	73 000 000,00	64 000 000,00	14,1%
Total	93 605 103,92	80 394 759,47	16,4%

7. POSIÇÃO FINANCEIRA

7.1. Ativo

Relativamente ao ano anterior, o total do balanço sofreu um acréscimo de 11,3% nas rubricas do Ativo correspondendo a mais 8.069 mil euros.

Tabela 17 – Balanço - Ativo

Balanço	Períodos		Variação 2025/ 2024	
	31/12/2025	31/12/2024	€	%
Valores em €				
ATIVO				
Ativo não Corrente				
Ativos fixos tangíveis	356 989,16	362 375,71	-5 386,55	-1,5%
Ativos intangíveis	1 030 067,81	1 012 258,51	17 809,30	1,8%
Participações financeiras	25 576,91	26 030,30	-453,39	-1,7%
Outros ativos financeiros	91 419,85	89 219,38	2 200,47	2,5%
	1 504 053,73	1 489 883,90	14 169,83	1,0%
Ativo Corrente				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	981 514,86	550 233,74	431 281,12	78,4%
Clientes, Contribuintes e Utentes	116 230,11	142 064,68	-25 834,57	-18,2%
Estados e outros entes Públicos	0,00	0,00	0,00	-
Outras contas a receber	1 171 312,07	567 977,31	603 334,76	106,2%
Diferimentos	39 150,13	29 233,70	9 916,43	33,9%
Outros ativos financeiros	74 400 000,00	64 000 000,00	10 400 000,00	16,3%
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	-
Caixa e Depósitos bancários	1 345 927,08	4 709 319,02	-3 363 391,94	-71,4%
	78 054 134,25	69 998 828,45	8 055 305,80	11,5%
Total do Ativo	79 558 187,98	71 488 712,35	8 069 475,63	11,3%

Para o aumento, contribuíram as seguintes rubricas:

Ativo não corrente

- Ativos intangíveis: contribuíram para o acréscimo o desenvolvimento de uma nova plataforma de emissão de etiquetas CLASSE+, bem como desenvolvimento da plataforma de registo do Mercado Voluntário de Carbono;
- Outros ativos financeiros: referem à participação no Fundo de Compensação do Trabalho, cujas contribuições obrigatórias cessaram, permitindo o resgate, até ao final de 2026, do respetivo saldo para utilização na formação profissional dos colaboradores, habitação ou outros fins. O valor inscrito em balanço foi apurado segundo o seu justo valor.

Ativo corrente

- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis: o valor a receber relativamente aos projetos cofinanciados decresceu significativamente, quando comparado com o ano transato (207 mil euros em 2025 e 550 mil euros em 2024). Apesar deste decréscimo, motivado pelos rendimentos imputados a adiantamentos já recebidos, verifica-se que o aumento da rubrica tem origem, no montante de 774 mil euros, atribuído às entidades beneficiárias dos apoios, no âmbito do Aviso nº 1/2025 – Operacionalização dos Espaços Energia. Estes pagamentos, foram efetuados a título de adiantamento, prevendo-se, que em 2026, as entidades apresentem despesa, a qual, depois de validada pela ADENE, regularizará os respetivos adiantamentos.
- Outras contas a receber: o valor estabelecido com a DGEG, no âmbito do Contrato-Programa, para o ano de 2025, foi de 400 mil euros, tendo a ADENE incorrido, efetivamente em custos na ordem dos 776 mil euros. Há expectativa do ressarcimento, do valor total, sujeito à autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.
- Outros ativos financeiros: de acordo com o n.º 8 do artigo 96.º do Decreto-Lei nº 13-A/2025, de 10 de março, o Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), E.P, até ao último dia útil do ano, determina e executa a aplicação em CEDIC de disponibilidades de tesouraria, com maturidade no primeiro dia útil do ano seguinte. O valor constituído em CEDIC, foi substancialmente superior ao ano transato, pela capacidade, da ADENE, de gerar excedentes de tesouraria (cerca de 3.800 mil euros, em 2025). Em contrapartida, o valor em depósitos à ordem é inferior.

Para a diminuição, contribuíram as seguintes rubricas:

Ativo corrente

- Clientes, contribuintes e utentes: ainda que em termos absolutos, a diferença não seja significativa, é relevante referir que, no decurso do ano, foram revertidas as imparidades registadas sobre dívidas de clientes antigas (mais de 5 anos), classificadas como de cobrança duvidosa. Por outro lado, foi constituída imparidade, no valor de 400 mil euros, relativa à fatura FA nº 2025/8, emitida a 19 de março de 2025, no âmbito do Contrato-Programa de 2024. Optou-se por registar uma imparidade de 100%, tendo em conta que ainda se encontra em dívida a FA nº 2020/3, emitida a 4 de março de 2020, no valor de 250 mil euros. Com referência

a 31 de dezembro de 2025, a DGEG era devedora da importância de 650 mil euros.

- Caixa e depósitos bancários, a diminuição desta rubrica é naturalmente justificada pelo acréscimo da aplicação de excedentes de tesouraria em CEDIC.

7.2. Fundo patrimonial e passivo

Relativamente ao ano anterior, o total do património líquido sofreu um acréscimo de 6,2%, correspondendo a mais 2.435 mil euros e o passivo sofreu um acréscimo de 17,6%, correspondendo a mais 5.634 mil euros.

Tabela 18 – Balanço – fundo patrimonial e passivo

Balanço	Períodos		Variação 2025/ 2024	
	31/12/2025	31/12/2024	€	%
	Valores em €			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património	514 000,00	514 000,00	0,00	0,0%
Outros instrumentos de Capital Próprio	226 362,00	226 362,00	0,00	0,0%
Reservas	36 821 217,65	32 259 918,45	4 561 299,20	14,1%
Resultados Transitados	1 022 489,85	1 237 501,37	-215 011,52	-17,4%
Outras Variações no Património Líquido	648 237,60	648 237,60	0,00	0,0%
Resultado Líquido do Período	2 650 545,59	4 561 299,20	-1 910 753,61	-41,9%
Total do Património Líquido	41 882 852,69	39 447 318,62	2 435 534,07	6,2%
PASSIVO				
Passivo não Corrente				
Provisões	68 803,04	85 030,26	-16 227,22	-19,1%
Diferimentos	23 151 649,90	22 598 768,98	552 880,92	2,4%
	23 220 452,94	22 683 799,24	536 653,70	2,4%
Passivo Corrente				
Credores por transferências e subsídios obtidos	322 766,90	279 984,89	42 782,01	15,3%
Fornecedores	66 613,38	22 118,09	44 495,29	201,2%
Estado e outros entes públicos	330 825,88	377 980,95	-47 155,07	-12,5%
Financiamentos obtidos	1 683,18	4 493,47	-2 810,29	-62,5%
Outras contas a pagar	3 757 886,74	1 907 695,53	1 850 191,21	97,0%
Diferimentos	9 975 106,27	6 765 321,56	3 209 784,71	47,4%
	14 454 882,35	9 357 594,49	5 097 287,86	54,5%
Total do Passivo	37 675 335,29	32 041 393,73	5 633 941,56	17,6%
Total do Património Líquido e do Passivo	79 558 187,98	71 488 712,35	8 069 475,63	11,3%

Para o aumento, contribuíram as seguintes rubricas:

Património líquido

Reservas: aplicação em reservas, do resultado líquido, obtido no ano de 2024, conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral, realizada a 28 de março de 2025 (ata nº 52).

Passivo não corrente

Diferimentos: a ADENE tem responsabilidades na gestão e manutenção do Sistema de Certificação Energética de Edifícios, até ao período máximo de 10 anos para cada um dos CE emitidos, pelo que é de vital importância assegurar que as receitas arrecadadas com a emissão das taxas de certificação sejam repartidas ao longo do período de validade de cada certificado. Esta rubrica reflete o efeito da sustentabilidade de médio e longo prazo. O seu acréscimo está relacionado com o aumento das receitas decorrentes da emissão de certificados energéticos.

Passivo corrente

Fornecedores: o aumento do saldo reflete o aumento dos montantes faturados no final do ano, cujo pagamento não foi possível efetuar, em cumprimento da data-limite de pagamentos, estabelecida no n. 3 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Decreto Execução Orçamental para 2025). A ADENE não tem pagamentos em atraso.

Outras contas a pagar: refere ao valor a repartir anualmente pelo Fundo Ambiental e pela DGEG, na proporção de 10% e 3%, sobre o montante recebido de certificados energéticos emitidos. Em 2024, foi concretizada a entrega desses montantes, relativos ao período de dezembro de 2023 a novembro de 2024. O valor apurado no período de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, apenas será entregue em 2026.

Diferimentos: Nesta rubrica inclui-se o valor de 3.000 mil euros, recebidos do Fundo Ambiental, para suportar os pagamentos de apoios, às entidades elegíveis, no âmbito do Aviso nº 1/2025 – Operacionalização dos Espaços Energia. O montante já pago, de 759 mil euros, respeita a adiantamentos atribuídos às entidades, não se constituindo como rendimento da ADENE.

Para a redução, contribuíram as seguintes rubricas:

Passivo não corrente

Provisões, por via da redução da probabilidade de desfecho desfavorável de um dos processos judiciais, instaurados junto do Tribunal do Trabalho.

7.3. Demonstração dos resultados

No exercício de 2025, foi apurado um resultado líquido positivo de 2.650 mil euros.

Face a 2024, o resultado líquido registou uma diminuição de cerca de 42%, explicada pelo efeito combinado dos seguintes fatores:

(i) diminuição de 1.337 mil euros na rubrica “Outros rendimentos”, decorrente sobretudo da redução, face a 2024, do registo de Proveitos GN e EL, apurados de acordo com a metodologia de reconhecimento baseada nos Proveitos Permitidos de cada ano e nos subsequentes ajustamentos efetuados em períodos posteriores;

(ii) aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos no montante de 886 mil euros;

(iii) aumento dos gastos com o pessoal no montante de 785 mil euros, essencialmente devido ao reforço do quadro de pessoal, e ao conseqüente acréscimo dos encargos salariais e contributivos associados.

Tabela 19 – Demonstração dos resultados

Valores em €

Descrição	2025				2024	
	Executado	PAO	Var. %	% Execução	Acumulado	Var. %
	(1)	(2)	(1-2)/(2)	(1)/(2)	(3)	(1-3)/(3)
Vendas e serviços prestados	14 275 028,45	18 912 444,70	-24,5%	75,5%	13 849 589,15	3,1%
Subsídios à exploração	621 879,88	701 034,66	-11,3%	88,7%	606 863,18	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	-4 085 178,13	-6 345 020,96	-35,6%	64,4%	-3 199 317,77	27,7%
Gastos com o pessoal	-8 787 618,39	-10 400 000,00	-15,5%	84,5%	-8 002 561,86	9,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-400 797,00	0,00	0%	0%	-250 392,53	60,1%
Provisões (aumentos/ reduções)	16 227,22	0,00	0%	0%	-82 769,38	-119,6%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/ reversões)	888,75	0,00	0%	0%	108,85	>300%
Reduções/ Aumentos de justo valor	2 200,47	0,00	0%	0%	-2 106,90	-204,4%
Outros rendimentos	1 698 938,40	1 216 206,10	39,7%	139,7%	3 036 822,15	-44,1%
Outros gastos	-131 501,13	-163 885,30	-0,20	0,80	-928 747,91	-85,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 210 068,52	3 920 779,20	-18,1%	81,9%	5 027 486,98	-36,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-552 335,87	-516 797,87	6,9%	106,9%	-461 603,35	19,7%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0%	0%	0,00	0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 657 732,65	3 403 981,33	-21,9%	78,1%	4 565 883,63	-41,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 492,22	7 500,00	-53,4%	46,6%	9 664,44	-63,9%
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0%	0%	0,00	0%
Resultado antes de impostos	2 661 224,87	3 411 481,33	-22,0%	78,0%	4 575 548,07	-41,8%
Imposto sobre rendimento do período	-10 679,28	-10 000,00	6,8%	106,8%	-14 248,87	-25,1%
Resultado líquido do período	2 650 545,59	3 401 481,33	-22,1%	77,9%	4 561 299,20	-41,9%

Tabela 20 – Demonstração dos resultados por eixo de reporte

Valores em €

Descrição	2025				2024
	Global	Energia	Hídrica	U-OLMC	
Vendas e serviços prestados	14 275 028,45	12 323 653,45	34 730,00	1 916 645,00	13 849 589,15
Subsídios à exploração	621 879,88	621 879,88	0,00	0,00	606 863,18
Fornecimentos e serviços externos	-4 085 178,13	-3 453 803,98	-43 022,72	-588 351,43	-3 199 317,77
Gastos com o pessoal	-8 787 618,39	-7 899 702,52	-186 404,91	-701 510,96	-8 002 561,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-400 797,00	-400 797,00	0,00	0,00	-250 392,53
Provisões (aumentos/ reduções)	16 227,22	16 227,22	0,00	0,00	-82 769,38
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/ reversões)	888,75	888,75	0,00	0,00	108,85
Reduções/ Aumentos de justo valor	2 200,47	2 200,47	0,00	0,00	-2 106,90
Outros rendimentos	1 698 938,40	1 627 762,76	59 634,86	11 540,78	3 036 822,15
Outros gastos	-131 501,13	-93 328,59	-538,78	-37 633,76	-928 747,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 210 068,52	2 744 980,44	-135 601,55	600 689,63	5 027 486,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-552 335,87	-318 802,18	-35 233,94	-198 299,75	-461 603,35
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/ reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 657 732,65	2 426 178,26	-170 835,49	402 389,88	4 565 883,63
Juros e rendimentos similares obtidos	3 492,22	3 492,22	0,00	0,00	9 664,44
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	2 661 224,87	2 429 670,48	-170 835,49	402 389,88	4 575 548,07
Imposto sobre rendimento do período	-10 679,28	-10 679,28	0,00	0,00	-14 248,87
Resultado líquido do período	2 650 545,59	2 418 991,20	-170 835,49	402 389,88	4 561 299,20

Energia

O eixo da **Energia** continua a assumir um papel claramente dominante no desempenho económico da ADENE em 2025, concentrando a maior parte da faturação e do resultado. Com vendas e serviços prestados de 12.323 mil euros, este segmento representa a espinha dorsal da atividade, assegurando um resultado líquido de 2.419 mil euros.

Apesar deste contributo positivo, o desempenho ficou significativamente pressionado pelo aumento dos custos operacionais, em particular:

- Fornecimentos e serviços externos, que atingiram 3.453 mil euros;
- Gastos com o pessoal, que ascenderam a 7.900 mil euros.

Como consequência, observa-se assim uma redução da margem operacional, evidenciada pela quebra do EBITDA e do resultado operacional face a 2024. Ainda assim, a área de Energia mantém-se robusta e estruturalmente rentável, sendo essencial para a sustentabilidade financeira global.

Hídrica

O eixo de reporte Hídrica apresenta um resultado líquido negativo de 171 mil euros. A faturação é residual (34,7 mil euros), o que limita fortemente a capacidade de absorção dos custos fixos associados à operação.

U-OLMC-OLMC

A U-OLMC apresenta-se como um contributo importante, com vendas de 1.917 mil euros e um resultado líquido positivo de 402 mil euros. Este desempenho confirma a viabilidade económica da unidade, apesar da sua menor escala face à Energia. -OLMC apresenta-se como um contributo

A estrutura de custos é significativa, destacando-se:

- Fornecimentos e serviços externos que atingiram 588 mil euros;
- Gastos com o pessoal que ascenderam a 702 mil euros.

Mesmo num contexto de custos elevados, a UOLMC consegue gerar resultado positivo, o que evidencia uma boa capacidade de geração de valor e um potencial de consolidação como área complementar estratégica. -OLMC consegue gerar resultado positivo, o que evidencia

7.4. Demonstração alterações do património líquido

Em 2025, o património líquido cresceu de forma consistente, encerrando o exercício em 41.882 mil euros, o que representa um aumento de 2.435 mil euros (+6,17%) face ao início do ano.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 2.650 mil euros, traduzindo-se numa diminuição de 1.910 mil euros (-41,89%) comparativamente a 2024.

As reservas aumentaram em 4.561 mil euros, totalizando 36.821 mil euros, refletindo a aplicação dos resultados do exercício anterior.

Por sua vez, os resultados transitados diminuíram em 215 mil euros, passando de 1.237 mil euros para 1.022 mil euros, em resultado da correção retrospectiva de um erro material relativo ao reconhecimento excessivo de rendimentos associados a projetos financiados por fundos europeus em exercícios anteriores, nos termos da NCRF 4.

Nos termos da Ata n.º 55, em reunião da Assembleia Geral realizada em 31 de julho de 2025, foi deliberada, por unanimidade, a exclusão da entidade Elusa, Lda. e a admissão da entidade *S317 Consulting, S.A.*, não tendo esta alteração produzido qualquer impacto no valor do património social.

Este desempenho evidencia uma estrutura financeira sólida e uma gestão prudente, reforçando as bases para o desenvolvimento sustentado da atividade futura.

Tabela 21 – Demonstração alterações do patrimônio líquido

Valores em €

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										TOTAL
		Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamen tos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	514 000,00	0,00	226 362,00	0,00	32 259 918,45	1 237 501,37	0,00	0,00	648 237,60	4 561 299,20	39 447 318,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-215 011,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-215 011,52
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	4 561 299,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 561 299,20	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	4 561 299,20	-215 011,52	0,00	0,00	0,00	-4 561 299,20	-215 011,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										2 650 545,59	2 650 545,59
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)										-1 910 753,61	2 435 534,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital/patrimônio		1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		-1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 000,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	514 000,00	0,00	226 362,00	0,00	36 821 217,65	1 022 489,85	0,00	0,00	648 237,60	2 650 545,59	41 882 852,69

7.5. Demonstração de fluxos de caixa

A ADENE apresenta um fluxo de caixa operacional positivo de 7.636 mil euros (195 mil euros em 2024). O aumento face ao ano anterior é explicado, sobretudo, pelo pagamento extraordinário efetuado em 2024 ao FITEC, no montante de 5.369 mil euros, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 86-C/2016, de 29 de dezembro. No final de 2025, a ADENE procedeu ainda à subscrição de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo no montante de 74.400 mil euros (64.000 mil euros em 2024), com maturidade de dois dias.

Tabela 22 – Demonstração de fluxos de caixa

Fluxos de caixa		2025 (1)	PAO 2025 (2)	2024 (3)	Variações %	
					2025 vs PAO (4)={(1)-(2)}/(2)	2025 vs 2024 (5)={(1)-(3)}/(3)
Fluxos de caixa das actividades operacionais						
Recebimentos de clientes	+	19 413 759,27	24 646 682,59	19 111 469,40	-21%	2%
Pagamentos a fornecedores	-	-4 956 534,43	-7 483 726,13	-3 970 727,40	-34%	25%
Pagamentos ao pessoal	-	-7 032 661,33	-9 237 000,00	-6 265 340,63	-24%	12%
Caixa gerada pelas operações	+/-	7 424 563,51	7 925 956,46	8 875 401,37	-6%	-16%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-12 137,34	-10 000,00	-6 004,04	21%	102%
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	223 575,28	-531 061,37	-8 673 918,06	-142%	-103%
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	7 636 001,45	7 384 895,09	195 479,27	3%	3806%
Fluxos de caixa das actividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Activos fixos tangíveis	-	-196 371,38	-297 045,00	-3 135,00	-34%	6164%
Activos intangíveis	-	-410 006,45	-1 487 685,13	-622 006,33	-72%	-34%
Investimentos financeiros	-	-74 400 000,00	-58 000 000,00	-64 000 000,00	28%	16%
Outros activos	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Recebimentos provenientes de:						
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Investimentos financeiros	+	64 000 000,00	50 000 000,00	55 000 000,00	28%	16%
Outros ativos	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Juros e rendimentos similares	+	6 984,44	14 500,00	15 430,56	-52%	-55%
Dividendos	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-10 999 393,39	-9 770 230,13	-9 609 710,77	13%	2%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Doações	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Juros e gastos similares	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Dividendos	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	-3 363 391,94	-2 385 335,04	-9 414 231,50	41%	-64%
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 709 319,02	19 053 577,16	14 123 550,52	-75%	-67%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1 345 927,08	16 668 242,12	4 709 319,02	-92%	254%

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2025 a ADENE registou um resultado líquido positivo de 2.650 mil euros, gerado essencialmente pelos resultados das atividades na área da Energia.

Tendo em consideração a origem dos resultados, propõe o Conselho de Administração, à Assembleia Geral, a aplicação dos resultados do exercício de acordo com o ponto abaixo:

a) Transferência integral do resultado líquido obtido no período, para a conta de reservas, de acordo com a distribuição constante na tabela seguinte:

Tabela 23 – Proposta de aplicação de resultados

Proposta de aplicação de resultados	
	Valores em €
	2025
De Resultado Líquido do Exercício	2 650 545,59
Para Reservas	
Reservas Energia	2 418 991,20
Reservas Hídrica	-170 835,49
Reservas U-OLMC	402 389,88

9. SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Desempenho económico

A ADENE apresenta, ao longo dos anos, uma tendência de equilíbrio sustentável, com a consequente variação orçamental positiva.

A atividade da ADENE em 2025 conduziu a um resultado líquido de 2.651 mil euros e a um EBITDA de 2.658 mil euros, que representa 18% (35% em 2024) dos rendimentos de exploração (serviços prestados e subsídios à exploração).

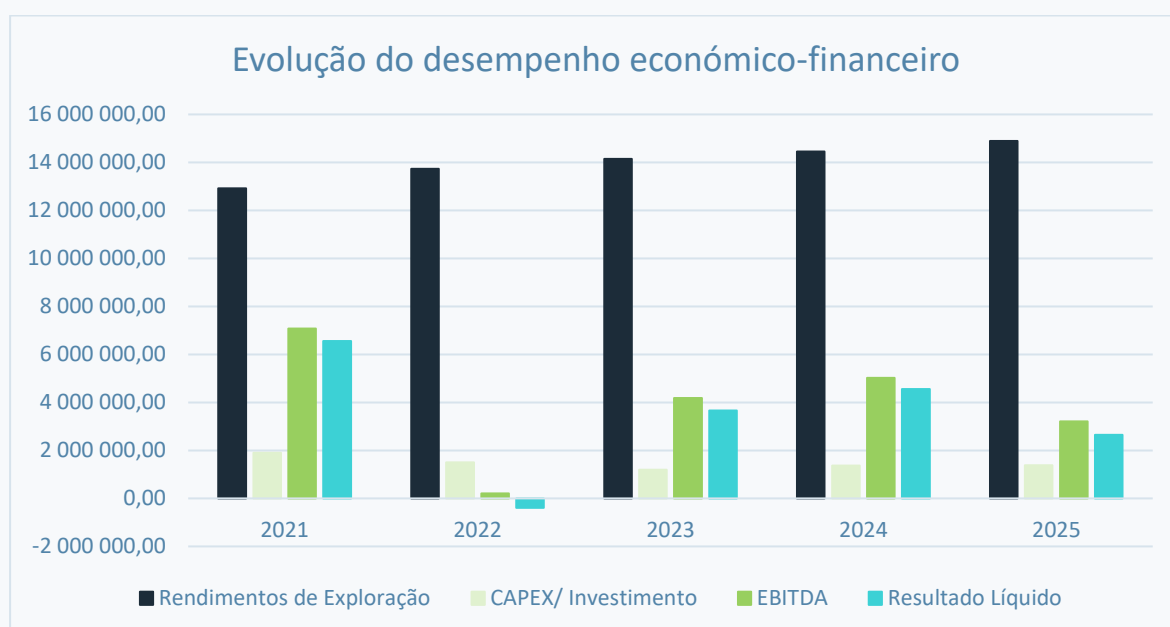


Figura 20 - Evolução do desempenho económico

Desempenho ambiental e social

A sustentabilidade está na base da missão da ADENE e faz parte do seu *modus operandi*, pelo que todas as atividades são planeadas e executadas em linha com princípios de preservação do ambiente, de eficiência de recursos e de adequada gestão de resíduos, bem como de bem-estar social. Através do seu [plano de responsabilidade social](#), incluindo componente ambiental, a ADENE procura apoiar o desenvolvimento de iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental, que contribuam para o desenvolvimento

sustentável e o bem-estar social, promovidas diretamente ou em parceria com entidades externas.

Neste enquadramento, em 2025 foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas, sendo que se destacam a prossecução da implementação e monitorização do **Plano de Eficiência ECO.AP 2030 da ADENE**, contribuindo para a melhoria da eficiência do uso dos recursos.

Na **componente social**, destaca-se a continuação da implementação do programa de voluntariado em articulação com a Associação Pedalar Sem Idade Portugal e com a Associação Portuguesa contra a Leucemia, com a realização de uma ação de formação para os voluntários da ADENE e realização do primeiro passeio para utentes da casa de acolhimento da Associação Portuguesa contra a Leucemia. Realização de atividades de apoio a organizações sociais, como a associação CRESCER, através de apoio técnico ao projeto "POWGEN" (formação profissional de migrantes na área das energias renováveis e eficiência energética), a realização de uma ação de sensibilização para colaboradores da ADENE sobre a ação desta associação e pessoas em situação de sem abrigo e uma recolha de doações para os utentes da associação; a Fundação AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, no âmbito de atividades relacionadas com o MOVE+; Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P., com a realização de duas dádivas de sangue com a participação de 16 colaboradores da ADENE. A realização destas atividades é um espelho de como a ADENE procura contribuir para o desenvolvimento ambiental, social e bem-estar de todos, incluindo das comunidades com as quais interage.

10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO

- Na Certificação Legal de Contas, referente ao exercício de 2023, consta a seguinte ênfase:

"Na conta 59 – "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" está relevado um saldo credor, no valor de € 648.237,60 decorrente de uma redução do Fundo Patrimonial Social (Património/Capital), deliberada em Assembleia Geral extraordinária, de 17 de outubro de 2017 (ata n.º 35). Tal deliberação não tem acolhimento em nenhum dos pressupostos constantes do Código das Sociedades Comerciais (Art.º 94.º), de aplicação subsidiária à ADENE, pelo que se trata de uma deliberação anulável, nos termos do art.º 58.º do mesmo diploma. Sem prejuízo do prazo previsto para a anulação da deliberação se ter esgotado entendemos que, por se tratar de uma redução do Fundo Patrimonial Social (Capital) não justificada, a mesma deverá ser revertida."

- Para sustentar esta ênfase, a ADENE solicitou um parecer jurídico, que veio a ser emitido a 25 de janeiro de 2025 e, que na sua conclusão, refere:

"A inexistência de partilha de lucros nas Associações justifica a ausência de reservas obrigatórias legais, de onde decorre que não houve a violação de qualquer norma legal de carácter imperativo ao registar-se contabilisticamente parte da quantia correspondente ao Património Social noutra rubrica. No limite, estar-se-ia perante uma violação dos estatutos que, contudo, apenas mencionam a obrigação mínima de contribuição por cada associado do valor de EUR 1.000 e de os organismos públicos atuantes diretamente no domínio da política energética e no setor da energia tutelados pelo membro do Governo responsável pela área da energia deterem, conjuntamente, mais de metade da contribuição para o património social."

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da ADENE na vigência do Conselho de Administração em funções em 2025 são identificados na tabela abaixo.

Tabela 24 – Órgãos sociais ADENE, com Conselho de Administração

ADENE		Mandato
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Artur Reis Lami	01/08/2023 - 31/07/2026
Primeiro Secretário	Manuel Allen Valença	01/08/2023 - 31/07/2026
Segundo Secretário	Madalena Coelho da Rocha	01/08/2023 - 31/07/2026
Conselho Fiscal		
Presidente	Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC) ³	01/08/2023 - 31/07/2026
Vogal	Filipe Campos Silva	01/08/2023 - 31/07/2026
Vogal	(aguarda nomeação pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em cumprimento do disposto no artigo 22.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação)	
Conselho de Administração		
Presidente⁴	Nelson Lage	01/08/2023 - 31/07/2026
Vice-Presidente⁵	Bruno Veloso	01/08/2023 - 31/07/2026
Vice-Presidente	Ana Paula Rodrigues	01/08/2023 - 31/07/2026

³ Nos termos dos Estatutos da ADENE o Presidente do Conselho Fiscal é o ROC.

⁴ Constitui a Direção Executiva da U-OLMC nos termos do nº1 do artigo 30º-B dos Estatutos da ADENE.

⁵ Constitui a Direção Executiva da U-OLMC nos termos do nº1 do artigo 30º-B dos Estatutos da ADENE.

ADENE		Mandato
Vogal não executivo	Teresa Ponce de Leão	01/08/2023 - 31/07/2026
Vogal não executivo	Bruno Sousa	29/12/2023 - 31/07/2026
Conselho Consultivo		
(órgão estatutário nunca constituído, prevê-se a sua constituição durante o triénio 2024-2026)		

Por deliberação da Assembleia Geral da ADENE de 27/07/2023, conforme lavrado na sua ata n.º 50, o mandato dos membros dos órgãos sociais da ADENE (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), considerando que estes iniciaram as suas funções no dia 1 de agosto de 2023, e foram eleitos para um mandato de 3 anos, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da ADENE em vigor, terá o seu termo a 31/07/2026, ou seja, decorridos 3 anos desde o seu início efetivo.

Por deliberação da Assembleia Geral da ADENE de 29/12/2023, conforme lavrado na sua ata n.º 51, procedeu-se à designação do novo vogal não executivo, passando a assumir estas funções o Dr. Bruno Sousa.

Os elementos curriculares do Conselho de Administração são apresentados em seguida:

- **Nelson Lage, Presidente**

Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, com mestrado executivo em Gestão e Desenvolvimento de Liderança, pela *Católica Lisbon School of Business Economics*. Tem mais de 15 anos de experiência no setor público nas áreas de energia, inovação e relações internacionais.

Foi Adjunto e Chefe de Gabinete em Substituição no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia no XXII Governo Constitucional, bem como Adjunto do Secretário de Estado da Energia do XXI Governo Constitucional. Foi Assessor do Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico no XVII e Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado de Energia e Inovação no XVIII Governos Constitucionais. Foi membro da *Task Force*

Ministerial “Compromisso para o Crescimento Verde” no XIX Governo Constitucional, responsável pela área da comunicação e internacionalização.

Integrou os quadros da ADENE em 2011, tendo desempenhado funções de gestor no PNAEE-FEE, bem como também foi gestor de comunicação e marketing, assessor de relações internacionais da Direção-Geral e coordenador do CINERGIA, Centro de Informação Energia.

É atualmente, em regime de *pro bono*, diretor executivo do *REACH ALLIANCE Global Network* e membro do Conselho de Administração da *Foundation Alliance of Civilizations*.

- **Bruno Veloso, Vice-Presidente**

Doutorando em Sistemas Energéticos e Alterações Climáticas na Universidade de Aveiro e Mestre em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações, pela Universidade de Aveiro.

Foi assessor do Conselho de Administração da ADENE.

Foi Membro da Comissão Executiva do Fundo de Apoio à Inovação e Presidente da Assembleia de Participantes do Fundo de Capital de Risco FAI Portugal Ventures Energias.

Foi Engenheiro de Telecomunicações e quadro superior na Vodafone Portugal, Comunicações pessoais, S.A. e Consultor da Empresa *Justbit*, desenvolvendo a sua atividade profissional na PT Inovação, onde realizou o seu estágio profissional nos Serviços de Engenharia e Gestão.

Foi ainda Deputado à Assembleia da República na X Legislatura.

- **Ana Paula Rodrigues, Vice-Presidente**

Licenciada em engenharia do ambiente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL) com uma pós-graduação em Gestão de Sistemas Ambientais pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Com mais de 25 anos de experiência nas áreas do ambiente e da ação climática foi entre 2022 e 2023 Diretora do Departamento de Alterações Climática da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. Entre 2017 e 2022 foi assessora do Ministro com a tutela do Ambiente e da Ação Climática para as áreas das políticas de clima e energia, tendo acompanhado também a área comunitária e internacional deste ministério. Ao longo da sua vida profissional desempenhou diversos cargos de gestão e coordenação de projetos na área do ambiente e da

ação climática, tendo sido assessora do Conselho Diretivo da APA, gestora de projeto sénior e coordenadora adjunta no Secretariado Técnico do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas e Fundo Português de Carbono. Foi assessora do Secretário de Estado do Ambiente do XVII Governo Constitucional (2007), Auditora Ambiental Adjunta do Ministério do Equipamento Social, entre 2000 e 2007, e técnica superior na Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA, S. A.), entre 1995 e 2000.

- **Teresa Ponce de Leão, Vogal não executiva**

Doutorada em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Universidade do Porto (FEUP), docente da FEUP e Investigadora Sénior do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência do Porto e Presidente do Conselho Diretivo do LNEG desde 2009 e Presidente do Conselho de Administração da Associação Portuguesa de Veículos Elétricos desde 2016.

Foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (2004-2019), Vice-Presidente da ADENE (2011-2016), Presidente do *EuroGeoSurveys* (2016-2018).

Membro fundador da *European Energy Research Alliance* e membro do Comité Executivo, Vice-Presidente da *European Sustainable Energy Innovation Alliance*, representante nacional no *Committee of Energy Research and Technology da International Energy Agency*, membro e relator do Grupo Consultivo para a Educação e Ensino em energia, membro e relator do Grupo Consultivo do Roteiro Integrado H2020 e H2020 sobre as infraestruturas de investigação, incluindo e-infraestruturas. Membro do Conselho Consultivo da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, membro do *EU High Level Group of European Innovation Partnership on Raw Materials* (até 2018) e Vice-Presidente do *Expert Group on Resource Management of United Nations*.

- **Bruno Sousa, Vogal não executivo**

Licenciado em Direito, pela Universidade Lusófona do Porto, foi Subdiretor-geral na Direção-Geral de Energia e Geologia entre 2023 e 2024.

Desempenhou funções de conselheiro técnico no núcleo energia na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia entre 2019 e 2023. Esteve no Gabinete do Secretário de Estado da Energia, no Ministério do Ambiente e da Transição Energética entre 2018 e 2019, do XXI Governo Constitucional, como técnico especialista.

Desempenhou ainda as funções de técnico superior, jurista, na Secretaria -Geral da Economia (2015-2017). Assessor jurídico, no Estado-Maior do Exército (2013-2015); assessor jurídico, na Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército Português (2011-2013) e assessor jurídico, na Repartição de Abonos da Direção de Serviços de Pessoal do Exército Português (2009-2011).

Apresenta-se na tabela abaixo a informação relativa à remuneração dos órgãos sociais da ADENE, sob vigência do Conselho de Administração atual.

Tabela 25 – Remuneração dos órgãos sociais ADENE, com Conselho de Administração

Órgão social	Remuneração anual	Encargos obrigatórios	Outros
Mesa da Assembleia	1.957,07 €		-
Conselho Fiscal	927,03 €		46.255,94 €
Conselho de Administração	284.541,45 €	61.153,37 €	-

O Estatuto Remuneratório Órgãos Estatutários ADENE (aprovado por deliberação da Assembleia Geral de 31/07/2020, lavrada na sua ata n.º 41, na sua atual redação aprovada por deliberação da Assembleia Geral de 29/12/2020, doravante “Estatuto Remuneratório”) e os princípios de exclusividade, deveres, avaliação de desempenho, responsabilidade, ética e boas práticas a observar pelos órgãos Estatutários da ADENE deve ter por referência os valores mensais de remuneração e os princípios definidos no Estatuto do Gestor Público aplicável ao setor público empresarial do Estado no que respeita aos Órgãos de Gestão, adaptados à realidade da ADENE, nomeadamente e sem excluir, as regras aplicáveis às remunerações e todos os benefícios atribuídos aos seus colaboradores no âmbito do estabelecido no Código do Trabalho, aplicável à ADENE por força do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, as quais devem ser aplicadas aos membros do Órgão de Gestão da ADENE em igualdade de circunstâncias, incluindo subsídios de férias, de Natal ou equivalentes, e a sua contratualização em contratos de mandato de gestão (cfr. ponto 1) do Estatuto Remuneratório Órgãos Estatutários ADENE.

As regras para a fixação da remuneração dos membros dos Órgãos de Gestão encontram-se previstas no ponto 4 do Estatuto Remuneratório, não se lhes sendo aplicável o estatuto do Gestor Público (aprovado pelo Decreto Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação) na medida em que a ADENE

não está incluída no setor empresarial do Estado e, como tal, não se lhe aplicam os regimes remuneratórios e os limites em vigor para outras entidades sujeitas ao controlo público, competindo à sua Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, fixar um regime remuneratório adequado.

A Assembleia Geral, por deliberação de 31/07/2020, lavrada na sua ata n.º 41, constituiu e elegeu uma Comissão de Remunerações composta pelo Presidente do Conselho Fiscal, por inerência, e pelo representante do associado APA e o representante do associado GALP, ao abrigo do disposto no ponto 10 do Estatuto Remuneratório. A remuneração dos atuais membros do Órgão de Gestão foi aprovada por deliberação da Assembleia Geral de 31/07/2020, lavrada na sua ata n.º 42. A determinação da classificação da ADENE tem por base a tabela de classificação que divide em 3 grupos (A, B e C) as entidades do setor empresarial do Estado constante da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 16/2012, na sua atual redação, e é realizada em função da média ponderada da pontuação atribuída em cada um dos indicadores, tendo em consideração os indicadores de "Contributo do esforço financeiro público para o resultado operacional", "Volume de emprego", "Ativo líquido" e "Volume de negócios" (cfr. ponto 3 do Estatuto Remuneratório). O apuramento desta classificação, à data, posiciona a ADENE como integrando o grupo C, com as remunerações mensais para seu Órgão de Gestão previstas no ponto 4 do Estatuto Remuneratório. Nos termos da alínea c. do ponto 10) do Estatuto Remuneratório, considerando os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público e demais boas práticas aplicáveis, a Comissão de Remunerações estabelece critérios objetivos com a aprovação dos Planos de Atividades e Orçamento, avalia e propõe à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão do exercício e/ou mandato aos membros do Órgão de Gestão. Os membros do Órgão de Gestão atualmente em funções renunciaram à atribuição de prémios de gestão.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma remuneração fixa por cada reunião em que estejam presentes, pelo exercício da sua atividade em tempo parcial, aprovado por deliberação da Assembleia Geral de 31 de julho de 2020, em sede da sua 42.ª reunião, em cumprimento do disposto no ponto 8) do Estatuto Remuneratório, atualmente em vigor.

Através de *email* dirigido à Unidade de Gestão de Recursos da ADENE, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral, renunciou à respetiva remuneração, pelo que não a auferirá.

Pelo exercício de Presidente do Conselho Fiscal e de Revisor Oficial de Contas, a Assembleia Geral deliberou em 31 de julho de 2020, em sede da sua 42.ª reunião, atribuir ao Presidente do Conselho Fiscal o valor pago a tempo parcial

em 12 prestações mensais, em cumprimento do disposto nos pontos 8) e 9) do Estatuto Remuneratório.

Os dois Vogais do Conselho Fiscal (apenas um foi eleito até à presente data⁶) auferem uma remuneração fixa por cada reunião em que estejam presentes, pelo exercício da sua atividade em tempo parcial, conforme aprovado por deliberação da Assembleia Geral de 31 de julho de 2020, em sede da sua 42.^a reunião, em cumprimento do disposto no ponto 8) do Estatuto Remuneratório.

Com a entrada em funções do atual Conselho de Administração, o número de membros executivos foi reduzido de cinco para três membros, passando a existir 2 vogais não executivos.

Os membros executivos do Conselho de Administração (Presidente e Vice-Presidentes) auferem as remunerações pelo exercício a tempo inteiro e exclusivo das suas funções, conforme previsto no ponto 4) e subalínea i. do ponto 7) do Estatuto Remuneratório.

Os membros não executivos do Conselho de Administração (Vogais) auferem uma remuneração fixa por cada reunião em que estejam presentes, pelo exercício da sua atividade em tempo parcial, nos termos do ponto 4) e da subalínea iii. do ponto 7) do Estatuto Remuneratório. À presente data, ambos os Vogais não executivos do Conselho de Administração, eleitos para o mandato em curso, renunciaram à referida remuneração, pelo que não a auferem.

Os membros do Conselho de Administração não usufruem de nenhuma atribuição de viatura em particular para a atividade profissional da ADENE.

⁶ O segundo vogal do Conselho Fiscal não foi eleito durante a 42.^o reunião da Assembleia Geral porque o mesmo deve ser designado sob proposta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o que até à presente data ainda não ocorreu.

Tabela 26 – Remuneração do Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação e aprovação de Remuneração		Remuneração mensal bruta (€)			Remuneração Anual (€)		
			Forma	Data	Remuneração Base	Despesas de Representação	Total	Fixa	Variável ⁷	Total
2020/2023 2023/2026	Presidente	Nelson Lage	AG	01/08/2020	5 022,08 €	2 008,83 €	7 030,91 €	97 940,00 €	6 730,72 €	104 670,72 €
2022/2023 2023/2026	Vice-Presidente	Bruno Veloso	AG	01/07/2022	4 519,87 €	1 807,95 €	6 327,82 €	88 146,57 €	1363,63 €	89 510,20 €
2023/2026	Vice-Presidente	Ana Paula Rodrigues	AG	01/05/2023	4 519,87 €	1 807,95 €	6 327,82 €	88 146,57 €	2 213,96 €	90 360,53 €
							TOTAL	275 233,14 €	10 308,31 €	284 541,45 €

⁷ Os valores de remuneração variável aqui identificados incluem somente valores associados a ajudas de custo e despesas de deslocações em viatura própria recebidas nos termos legais pelos membros dos Órgãos Sociais.

Tabela 27 – Encargos obrigatórios e benefícios sociais do Conselho de Administração

Conselho de Administração	Encargos obrigatórios e benefícios sociais (€) ⁸							
	Valor do subsídio de refeição		Regime de proteção social		Medicina no trabalho	Seguro de vida	Seguro de saúde	Outros
	Diário	Encargo anual	Segurança social/CGA	Encargo anual	Encargo anual	Encargo anual	Encargo anual	Encargo anual
Nelson Lage	10,2	1 440,60 €	22,30%	21 840,00 €	23,75 €	0,00	785,32 €	0
Bruno Veloso	10,2	1 999,80 €	22,30%	19 656,69 €	23,75 €	0,00	785,32 €	0
Ana Paula Rodrigues	10,2	1 858,69 €	22,30%	19 656,69 €	23,75 €	0,00	785,32 €	0
TOTAL	30,6	5 299,09 €		61 153,37 €	71,25	0,00	2 355,96	0,00

⁸ Aos membros do Conselho de Administração aplicam-se todos os Encargos Obrigatórios legalmente previstos decorrentes das remunerações aprovadas em Assembleia Geral e em conformidade com os seus contratos de mandato de gestão, tendo por esta via acesso aos benefícios atribuídos de forma transversal e idêntica a todos os colaboradores da ADENE, designadamente, mas não excluindo, seguro de saúde ou subsídio de mobilidade, entre outros. Os membros do CA não usufruem de nenhuma viatura da ADENE para uso pessoal.

ANEXO II – MISSÃO, VISÃO E VALORES

A ADENE tem como **Missão** o desenvolvimento de atividades de interesse público na área da energia e suas interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições neste domínio, incluindo a eficiência energética na mobilidade e a eficiência hídrica.

A ADENE tem como **Visão** ser uma instituição agregadora que mobiliza e dinamiza a aplicação da política pública, parceira de excelência do setor empresarial e associativo, próxima do cidadão, contribuindo para reforçar o posicionamento de Portugal na linha da frente da descarbonização e da transição energética.

Os **Valores da ADENE**, redesenhados com a colaboração de toda a organização, são:

- **Cooperação:** Valorizamos o trabalho coletivo e a rede de parceiros institucionais, integrando e conciliando perspetivas e visões complementares, promovendo a colaboração e a cooperação com os diferentes *stakeholders* para a prossecução de objetivos comuns.
- **Inovação:** Promovemos a partilha de conhecimento, dinamizamos e fomentamos alterações comportamentais, criando mais valor para a sociedade.
- **Referência:** Somos uma entidade de referência com um papel determinante para a transição energética e acrescentamos confiança nos nossos resultados, garantindo os mais elevados padrões de ética e de qualidade, aplicando rigor e competência em todas as áreas em que atuamos, através dos nossos profissionais de excelência.

Sustentabilidade: Criamos impacto na sociedade através de ações e ideias inovadoras na procura de soluções de eficiência para a descarbonização, contribuindo para o reforço da sustentabilidade ambiental, social e económica.

ANEXO III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ADENE consolida a sua estratégia e visão, evidenciando a capacidade de prosseguir as suas atividades com clareza e transparência, reforçando as suas dimensões técnicas, de cooperação institucional, de literacia energética e climática, e de comunicação, na prossecução dos seus objetivos e mantendo a sua utilidade no que diz respeito à prossecução da política pública.



Figura 21 - Estrutura organizacional ADENE

Destacam-se as competências das Direções/Unidades:

DIREÇÕES TÉCNICAS E APOIO FUNCIONAL

Direção de Sustentabilidade e Mobilidade (DSM)

A DSM é responsável pelo desenvolvimento de atividades na área da sustentabilidade, da eficiência hídrica, da economia circular, do mercado de carbono e da mobilidade sustentável. Neste âmbito, é responsável pelo desenvolvimento, consolidação e gestão de sistemas de classificação voluntários (CLASSE+, AQUA+ e eCIRCULAR) e de instrumentos e iniciativas inovadores (portal casA+) que estimulem a adoção de práticas mais sustentáveis pelas organizações e pelos cidadãos, especialmente nas áreas da eficiência energética, hídrica e do uso de recursos e da economia circular, assentes numa abordagem de inovação para a sustentabilidade. É igualmente responsável por promover uma mobilidade mais eficiente e sustentável, designadamente através de sistemas de classificação voluntários (MOVE+) e da disponibilização de informação que suporte melhores decisões do consumidor e de entidades públicas ou privadas. Cabe ainda assegurar um conjunto de atividades de operacionalização do MVC e de coordenação da Rede Espaço Energia, em articulação com outras áreas da ADENE.

Direção de Edifícios e Eficiência de Recursos (DEER)

A DEER é responsável por assegurar atividades que visam promover a descarbonização do setor dos edifícios, gerindo e promovendo a certificação energética e apoiando as estratégias de renovação do edificado, bem como as iniciativas nacionais e europeias neste domínio, sendo ainda responsável pelo desenvolvimento do sistema de gestão e certificação legalmente atribuído à ADENE na área dos edifícios (SCE). A DEER apoia igualmente a utilização eficiente de recursos, quer através da operacionalização do Programa ECO.AP2030 bem como de outras iniciativas conexas.

Direção de Indústria e Transição Energética (DITE)

A DITE é responsável por fomentar a produção de energia descentralizada, com a promoção dos projetos de autoconsumo e comunidades de energia renovável, apoiando consumidores e promotores na transição energética, assegurando a inclusão de todos os cidadãos. Através do portal Poupa Energia, desenvolve ações sobre o mercado de eletricidade e gás natural, agilizando o processo de mudança de comercializador com base numa escolha informada. É ainda responsável pela gestão operacional legalmente atribuída à ADENE na área da indústria, no âmbito do SGCIE e promove ações junto dos vários setores de atividade industrial, incluindo através do Roteiro da Indústria. Desenvolve ainda atividades no âmbito das energias renováveis da economia azul, contribuindo assim para a indústria nacional deste importante setor.

Direção de Estratégia, Políticas e Projetos (DEPP)

A DEPP é responsável por assegurar a abordagem integrada do trabalho desenvolvido, garantindo o alinhamento com a estratégia de médio-longo prazo para o posicionamento da ADENE. É ainda responsável pelo suporte funcional ao desenho do planeamento estratégico, pelo apoio ao desenho e monitorização de políticas públicas, em estreita articulação com as restantes Direções, e ainda pelo desenvolvimento, execução e gestão de projetos técnicos de inovação, cofinanciados, de cariz nacional e internacional, associados às diversas áreas temáticas da ADENE.

Direção de Formação, Informação e Educação (DFIE)

A DFIE é responsável por promover a formação, informação, capacitação e sensibilização para a transição energética e climática e a promoção da sustentabilidade junto dos cidadãos, empresas e outras organizações. É ainda responsável pela gestão da Academia ADENE, focando a sua atuação no desenvolvimento de competências nas várias áreas temáticas necessárias à transição climática, apostando na criação de competências verdes através da formação, destacando-se a formação de técnicos qualificados. É também responsável pela realização de estudos e pela divulgação de informação sobre energia, designadamente através do Observatório da Energia e pela capacitação para a literacia energética e climática, junto dos cidadãos, das escolas, universidades, associações e outras entidades parceiras.

Direção de Cooperação e Relações Institucionais (DCRI)

A DCRI é responsável por promover as relações institucionais da ADENE, baseadas no diálogo ativo, eficaz e continuado com outras organizações, em particular entidades públicas e associações do setor da energia e do ambiente, e fomentar a colaboração e cooperação institucionais, a nível nacional e internacional, através do estabelecimento de acordos e da concretização de parcerias em todas as áreas de atividade da ADENE. É ainda responsável pela Coordenação do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia.

UNIDADES DE SUPORTE E OUTRAS

Unidade Financeira e de Controlo (UFC)

A UFC é responsável pelas atividades relacionadas com a sua missão de contabilidade, orçamento, tesouraria e controlo de gestão, bem como pelo apoio às restantes Direções/Unidades no acompanhamento do reporte financeiro dos projetos cofinanciados, e restantes atividades internas. Sistematiza, ainda, a informação para interação com DGO, INE, Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Energia, Secretaria de Estado da Energia, Tribunal de Contas.

Unidade Jurídica e de Compliance (UJC)

A UJC é responsável por assegurar, através da área Jurídica, o apoio jurídico transversal a toda a atividade da ADENE. Tem ainda concentrada a sua atividade em matéria de direito regulatório da energia, no que diz respeito à preparação de contributos para legislação do setor.

A UJC integra a área das Compras, responsável pela tramitação dos processos de contratação pública, em conformidade com as regras jurídico-orçamentais a que a ADENE se encontra atualmente sujeita.

A UJC acompanha as interações da ADENE perante entidades administrativas e judiciais para efeitos de registo comercial, de marcas, entre outros.

Unidade de Sistemas e Tecnologias de Informação (USTI)

A USTI é responsável por promover e executar a transformação digital da ADENE, incluindo a definição e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação essenciais à sua atividade. Realiza igualmente o desenvolvimento e suporte à operação dos diversos serviços, portais e sistemas de informação da ADENE. É a Unidade que garante também o apoio informático à desmaterialização de processos e ao estabelecimento de vias para trabalho remoto.

Unidade de Gestão de Recursos (UGR)

A UGR é responsável por dinamizar um clima de elevada motivação e desempenho, atraindo, desenvolvendo e retendo recursos humanos qualificados e adequados à missão da ADENE. Assegura também a gestão da saúde e segurança no trabalho, o respeito pelas normas e regulamentos aplicáveis, a promoção de formação contínua, a criação de um ambiente saudável de trabalho, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, a transparência e a equidade no desenvolvimento da sua atividade. Promove ainda a implementação e melhoria contínua de procedimentos para assegurar uma gestão eficiente dos bens e recursos e garante a logística associada a instalações e recursos materiais, fomentando um ambiente de trabalho colaborativo e integrado, essencial para o sucesso global da organização.

Unidade de Comunicação e Marketing (UCM)

A UCM é responsável pela comunicação interna e externa, dando a conhecer o trabalho da ADENE junto do grande público, potenciando a aproximação ao consumidor. É ainda responsável por reforçar a presença da ADENE na imprensa tradicional, nas redes sociais e junto dos seus parceiros, bem como estar na linha da frente na organização e promoção de eventos, parcerias e de políticas públicas.

Gabinete de Apoio à Gestão (GAG)

O GAG é responsável por prestar apoio técnico especializado aos órgãos de direção, no exercício das suas competências, no âmbito do reforço da qualidade da gestão interna, do desenvolvimento organizacional, do contacto com o cidadão, e da responsabilidade social.

Apoio Técnico Externo

O ATE é responsável pelo apoio técnico a programas de apoio ou financiamento em matéria de eficiência energética e outras áreas técnicas em que possua capacidade técnica, dando resposta a solicitações externas de apoio.

Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC)

A Unidade OLMC é responsável por garantir transitoriamente a atividade operacional de Gestão dos Processos de Mudança de Comercializador – de eletricidade (SEN) e de gás (SNG), através da disponibilização de uma plataforma informática (portal OLMC) de serviço partilhado que lhes permite garantir o cumprimento das diretivas e regulamentos da ERSE relativos à mudança de comercializador de eletricidade e de gás. É ainda responsável pela gestão e manutenção da plataforma eletrónica de logística de mudança de comercializador e por assegurar a prestação de informação à ERSE até à atribuição da licença de OLMC e de agregador, nos termos do disposto no artigo 153.º e no artigo 292.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

ANEXO IV – PILARES DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICOS

De acordo com a Visão da ADENE, foram definidos cinco pilares estratégicos, consolidados através do desenvolvimento de atividades no âmbito das suas diversas áreas de atuação e que contribuem para o reforço do posicionamento da Agência e para o robustecimento das suas seis áreas temáticas de trabalho.



Figura 22 - Modelo conceitual ADENE

Os seguintes objetivos constituem a gênese de cada pilar estratégico:

- **Integração de áreas e relação com a política pública:** consolidar e melhorar as áreas *core* já existentes na ADENE ligadas à certificação e classificação, continuando a capacitá-la nas áreas da eficiência energética, da eficiência hídrica, da economia circular e da mobilidade, garantido a sustentabilidade; desenvolver e colaborar na elaboração, implementação e monitorização de novas medidas de política pública (ex., CER e produção descentralizada, edifícios sustentáveis e pobreza energética) e no reforço dos programas já em funcionamento (como o Programa ECO.AP 2030); potenciar a transferência de conhecimento, a partir da participação aproveitando relações institucionais já existentes e estabelecendo novas parcerias.

- **Aposta no apoio técnico, na qualificação e informação ao cidadão:** reforçar a excelência da Academia ADENE na formação e qualificação de técnicos, realizar ações de divulgação e sensibilização relacionadas com as diversas áreas de política pública em que a ADENE participa; promover ações de educação e literacia energética para o público em geral junto de escolas, associações e outras entidades com quem se estabeleçam parcerias, usando a Rota da Energia como meio fulcral de intervenção; preparar ações e estudos no âmbito do Observatório da Energia, potenciando o tratamento de dados e a sua disponibilização pública.
- **Reforço da cooperação e redes institucionais:** criar parcerias estratégicas – nacionais e internacionais, melhorar a cooperação e as redes já existentes com as entidades do meio académico e científico, confederações empresariais, instituições de inovação, autarquias, agências de energia locais/regionais e as tutelas da energia e ambiente; reforço da cooperação com os PALOP e dinamização das redes internacionais e apoio em eventos.
- **Aproximação à sociedade:** potenciar os benefícios da atuação da ADENE e a prossecução do interesse público através de uma presença efetiva junto da comunidade e de uma comunicação assertiva e eficaz.
- **Capacitação interna e desenvolvimento organizacional:** fomentar uma atuação de excelência, através da continuidade no recrutamento de técnicos com elevado valor acrescentado e da capacitação do corpo técnico, de processos e sistemas de informação robustos, de um sistema orçamental e de reporte ágil e eficaz, bem como da melhoria da qualidade, responsabilidade e transparência da gestão em linha com as boas práticas de boa governação.

Os pilares estratégicos e o desenvolvimento das diversas áreas de atuação concorrem para o desenvolvimento das seguintes áreas temáticas:

- **Eficiência energética:** fomentar a aplicação do princípio da Eficiência Energética primeiro a edifícios, processos intensivos em energia e produtos, como via prioritária para a descarbonização;
- **Eficiência hídrica:** contribuir para a resiliência hídrica do país, através de referenciais e sistemas baseados na reutilização e no uso eficiente da água em edifícios, processos e produtos, partindo do *nexus* água-energia;
- **Energias renováveis:** contribuir para a transição energética, apoiando o reforço do autoconsumo e das CER e da promoção da diversificação de fontes de energia renovável;
- **Consumidores e pobreza energética:** reforçar a participação ativa e informada dos consumidores no mercado da energia e contribuir para a constituição de CER e para o combate à pobreza energética;
- **Economia circular:** contribuir para a resiliência ambiental e económica do país, através de critérios de circularidade aplicáveis a processos e produtos, consumidores de recursos energéticos, hídricos e materiais;

- **Mobilidade:** potencializar a descarbonização da mobilidade, através da criação de sistemas e referenciais para frotas eficientes e para a mobilidade sustentável.

É pretendido que o conjunto das atividades a desenvolver seja executado de **forma integrada**⁹, potenciando sinergias, através de processos, projetos, programas ou iniciativas que concorram simultaneamente para os objetivos de diferentes áreas de atuação e pilares estratégicos, concorrendo para o desenvolvimento e consolidação das áreas temáticas em que a ADENE atua.

⁹ Seguindo o conceito de *smart integration*

ANEXO V – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 ODS, que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos até 2030. Esta agenda constitui um plano de ação comum para as pessoas e para o planeta, assente em três elementos interligados: crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental. As prioridades definidas para 2030 incidem em áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, procurando assegurar que “ninguém fica para trás”. Constituem uma oportunidade ímpar para apoiar um modelo de crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, fazendo face à emergência climática, à perda de biodiversidade e às desigualdades e assimetrias sociais.

Os ODS e as suas metas têm uma natureza universal, sendo aplicados a nível nacional, de acordo com as capacidades e contextos de desenvolvimento de cada país. A sua monitorização está a cargo da Organização das Nações Unidas. No contexto europeu, a Comissão Europeia assume os ODS como parte integrante das suas diretrizes e políticas e estes desempenham um papel central na formulação de políticas de ação internas e externas.

A ADENE, enquanto entidade de referência na transição energética e parceira da sustentabilidade, contribui ativamente para o cumprimento dos ODS através das suas áreas de atuação. O alinhamento com os ODS é estratégico e estruturante.

Por forma a trabalhar a integração dos ODS na estratégia corporativa, é necessário compreendê-los, identificar prioridades e objetivos, definir o modo de integração dos ODS na estratégia, bem como reportar e comunicar, interna e externamente, informações relacionadas com a temática. Neste contexto, a ADENE identificou que a sua atividade contribui diretamente para 11 dos 17 ODS, sendo que contribui de forma indireta para mais 4 ODS.

Com a adesão à Aliança ODS Portugal, a ADENE integra uma rede de diálogo e cooperação, possibilitando a capacitação do corpo técnico e o reconhecimento nacional e internacional das iniciativas desenvolvidas para o cumprimento dos ODS aplicáveis e relacionados com a atividade da ADENE.

A ADENE aprovou, em 2025, uma política de sustentabilidade alinhada com os ODS e que estabelece um conjunto de princípios e linhas orientadoras nas dimensões ESG, que está na base desta estratégia e que constituirá um dos pilares desta Agência para os próximos anos. Foi elaborado o primeiro relatório de sustentabilidade, referente ao ano de 2024, em linha com as melhores práticas europeias e internacionais. Ainda no mesmo ano deu-se início à elaboração da estratégia de sustentabilidade 2030, do primeiro plano de ação para 2026-2027, e da estratégia de compras sustentáveis da ADENE.
















ODS com ligação direta às atividades ADENE	ODS com ligação indireta às atividades ADENE
 Erradicar a pobreza	 Saúde e qualidade
 Educação de qualidade	 Reduzir as desigualdades
 Igualdade de género	 Proteger a vida terrestre
 Água Potável e saneamento	 Parcerias para a implementação dos objetivos
 Energias renováveis e acessíveis	
 Trabalho digno e crescimento económico	
 Indústria, inovação e infraestruturas	
 Cidades e comunidades sustentáveis	
 Produção e consumo sustentáveis	
 Ação Climática	
 Paz, justiça e instituições eficazes	

Figura 23 - Identificação de ODS com ligação direta e indireta às atividades da ADENE

ANEXO VI – QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL

A ADENE é uma pessoa coletiva de tipo associativo, com estatuto de utilidade pública, que se rege pelo disposto no Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, pelos respetivos estatutos e, supletivamente, pelas normas referentes às associações em geral, especialmente o disposto nos artigos 157.º a 184.º do Código Civil.

A ADENE tem por missão promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e seus interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições nestes domínios, bem como promover e realizar atividades de interesse público nas áreas do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade (cf. artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação), encontrando-se algumas das suas atribuições e competências previstas nos referidos diplomas específicos.

A ADENE é a entidade gestora do SCE (cf. artigos 26.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, que estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o SCE, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944), e a entidade gestora operacional do SGCIE (cf. artigo 3.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, na sua atual redação).

A ADENE exerce ainda a atividade de OLMC no âmbito do SEN e do SNG, nos termos do disposto no artigo 292.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

Nos termos da RCM n.º 104/2020, de 24 de novembro, na sua redação atual, que aprovou o Programa ECO.AP 2030, a ADENE assegura o apoio operacional à execução deste Programa, em articulação com as entidades coordenadoras (a DGEG e a APA), nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro.

Nos termos do disposto no n.º 3 da RCM n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro, que aprovou a ELPRE, a ADENE integra o grupo de coordenação da ELPRE, criado pelo Despacho n.º 5172/2021, de 21 de maio, sob coordenação da DGEG, a quem presta apoio técnico e operacional, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

A ADENE é entidade responsável por, em articulação com as demais agências de energia e outros agentes locais, assegurar o apoio na dinamização, promoção do autoconsumo, bem como na capacitação, informação e esclarecimentos aos autoconsumidores e promotores do autoconsumo, o que acarreta, nomeadamente, a obrigação de a ADENE disponibilizar guias e manuais de apoio, de desenvolver uma ferramenta informática de simulação e de estabelecer uma linha de apoio dedicada aos interessados no autoconsumo, nos termos do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

O Decreto-Lei n.º 57-B/2022, de 6 setembro, que veio permitir o regresso dos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ ao regime de tarifas reguladas de venda de gás natural, até 31 de dezembro de 2025, incumbiu a ADENE, entre outras entidades, de disponibilizar no respetivo sítio na Internet informação clara e simples sobre o procedimento a adotar pelos referidos clientes que pretendam aderir ao regime de tarifa regulada de venda de gás natural, nos termos do disposto no n.º 4 do seu artigo 2.º.

Em janeiro de 2024, através da RCM n.º 11/2024, de 8 de janeiro, foi aprovada a ELPPE 2023-2050 cuja principal meta é erradicar a pobreza energética. Foi igualmente criado o ONPE-PT, que tem como missão acompanhar a evolução da pobreza energética a nível nacional. Nos termos do Despacho n.º 1335/2024, a ADENE assume um papel de destaque no âmbito do ONPE-PT com a Presidência do Conselho Consultivo e a Vice-Presidência do Conselho Diretivo. Juntamente com a DGEG, a ADENE garantirá uma atuação estratégica na luta contra a pobreza energética, colaborando ativamente na definição de indicadores, propostas de políticas, articulação entre áreas de política pública e implementação de ações descentralizadas.

Através do Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro, foi instituído o MVC em Portugal com o objetivo de promover a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa através da criação de um mercado onde empresas e outras entidades possam adquirir créditos de carbono gerados por projetos de redução de emissões ou sequestro de carbono. Nos termos daquele diploma, à ADENE compete o desenvolvimento e gestão da plataforma de registo de projetos e de créditos de carbono e o acompanhamento e monitorização do mercado. A ADENE é, assim, um parceiro fundamental para o sucesso do MVC em Portugal, contribuindo para a promoção de ações de mitigação das alterações climáticas e para o desenvolvimento de um MVC credível e sustentável.

A ADENE foi ainda incumbida de efetuar a monitorização dos consumos e implementação de um selo de eficiência hídrica aplicável aos empreendimentos turísticos que ateste a efetiva redução do consumo de água e o compromisso das empresas com a implementação de medidas de eficiência hídrica que contribuam para a poupança e gestão sustentável da água no âmbito da RCM n.º 26-A/2024, de 20 de fevereiro, que reconhece a situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta.

Adicionalmente, no âmbito do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), aprovado em 5 de fevereiro de 2024, através da RCM n.º 23/2024, foi estabelecido o sistema voluntário AQUA+ como fonte de informação para a métrica de desempenho de captação doméstica total estimada.

No âmbito do Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, que regula a criação e o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia, foi criada uma rede de promotores dos Espaços Energia no qual a ADENE assumiu a coordenação. Nessa sequência foi publicado o Aviso n.º 01/2025 do Fundo Ambiental, de 29 de janeiro, cuja, operacionalização foi incumbida à ADENE, para apoiar

financeiramente a constituição e operação inicial de balcões “Espaço Energia”, no quadro da reforma RP-C21-r44 (REPowerEU) do PRR. A ADENE assumiu a função de entidade coordenadora e operacionalizadora do Aviso.

O património social da ADENE é constituído pelas contribuições dos associados, no valor total realizado de 514 mil euros. Deste valor, 76,46% (393 mil euros) pertencem a entidades públicas, sendo a DGEG, o LNEG, a Direção-Geral da Economia - DGE e a APA os detentores das maiores participações. As restantes entidades públicas detêm pequenas participações, sendo o remanescente património social detido por entidades privadas. Os associados públicos e privados participam nas reuniões da Assembleia Geral, mas não intervêm diretamente na gestão da ADENE.

O financiamento da atividade da ADENE é assegurado, em larga medida, pelos “valores de registo” pagos no âmbito dos sistemas públicos dos quais é entidade gestora ou exerce funções de gestão *ex vi legis* (o SCE e o SGCIE), por contratos-programa com entidades públicas (Fundo Ambiental e DGEG) e pelos rendimentos provenientes da atividade de OLMC. Acrescem ainda como fontes de financiamento as verbas ao abrigo da aprovação de candidaturas da ADENE, como beneficiária principal ou como copromotora ou parceira, a programas nacionais e internacionais de atribuição de incentivos nas suas áreas de atuação.

ANEXO VII – ASSOCIADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O PATRIMÓNIO SOCIAL

Tabela 28 – Associados ADENE e contribuição para o património social

Acrónimo	Nome completo	Âmbito de atuação	Contribuinte	Unidades de Participação	Capital subscrito	Participação
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	Administração Pública	600.076.610	129	129.000 €	25,10%
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.	Administração Pública	508.424.780	127	127.000 €	24,71%
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas	Administração Pública	600.082.580	60	60.000 €	11,67%
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	Administração Pública	510.306.324	60	60.000 €	11,67%
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.	Administração Pública	501.389.660	13	13.000 €	2,53%
CCRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Administração Pública	600.074.404	2	2.000 €	0,39%
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Administração Pública	501.413.197	1	1.000 €	0,19%
AMP	Área Metropolitana do Porto	Administração Pública	502.823.305	1	1.000 €	0,19%
CBE	Centro da Biomassa para a Energia	Administração Pública	502.360.984	5	5.000 €	0,97%
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade	Suporte Científico-Tecnológico, promovendo a Melhoria Contínua, a Inovação e a Segurança de Pessoas e Bens, na Indústria e Serviços, com presença e vocação internacional garantindo a sua Sustentabilidade e o Desenvolvimento dos seus Colaboradores	500.140.022	2	2.000 €	0,39%
ITeCons	Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	Investigação e transferência de tecnologia em Ciências da Construção, com ênfase em	507.487.648	1	1.000 €	0,19%

Acrónimo	Nome completo	Âmbito de atuação	Contribuinte	Unidades de Participação	Capital subscrito	Participação
	para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade	questões de Energia, Ambiente e Sustentabilidade				
EDP	EDP Energias de Portugal, S.A.	Assegura a produção, distribuição e venda de energia elétrica em Portugal Continental	500.697.256	50	50.000 €	9,73%
GALP	Galp Energia, SGPS, S.A.	Grupo integrado de produtos petrolíferos e gás natural, com atividades que se estendem desde a exploração e produção de petróleo e gás natural, à refinação e distribuição de produtos petrolíferos, à distribuição e venda de gás natural e à geração de energia elétrica	504.499.777	49	49.000 €	9,53%
CE A Lord	Cooperativa de Electrificação A Lord, C.R.L.	Tem como missão a construção e beneficiação de uma rede de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, para iluminação e força motriz, nas condições gerais e particulares estabelecidas pela concessão dada pela Câmara Municipal de Paredes, em 13 de novembro de 1934, e também a compra e distribuição da respetiva energia dentro e fora da área de concessão	501.390.120	1	1.000 €	0,19%
CE Loureiro	Cooperativa Eléctrica de Loureiro, C.R.L.	A sua missão é assegurar aos seus cooperantes um serviço que responda às suas necessidades e expectativas relativamente ao fornecimento de energia, de uma forma fiável e obedecendo a elevados critérios de segurança, regulamentados por lei	501.109.439	1	1.000 €	0,19%
CE SSN	Cooperativa Eléctrica São Simão de Novais, C.R.L.	Tem, por concessão atribuída pela Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, a responsabilidade pela distribuição de energia elétrica em baixa tensão, em regime de exclusividade, em várias freguesias	500.971.064	1	1.000 €	0,19%
Elergone	Elergone Energia Lda.	Empresa de referência no setor da energia, que visa satisfazer as necessidades dos clientes em diversas vertentes: preço de mercado, eficiência de consumos, consultadoria, engenharia e projetos de implementação de soluções de energias	508.625.521	1	1.000 €	0,19%

Acrónimo	Nome completo	Âmbito de atuação	Contribuinte	Unidades de Participação	Capital subscrito	Participação
		renováveis, acompanhadas de soluções financeiras que as viabilizem				
Sonorgás	SONORGÁS - Sociedade de Gás do Norte, S.A.	Faz parte do Grupo Dourogás, exercendo a sua atividade no setor do Gás Natural	503.264.113	1	1.000 €	0,19%
Endesa	ENDESA Energia, S.A.	Multinacional do setor energético, tendo como principais áreas de negócio a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e de comercialização de gás natural	980.245.974	1	1.000 €	0,19%
Tagusgás	Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Empresa concessionária para a distribuição de gás natural em 20 concelhos das regiões do Alto Alentejo, Centro e Ribatejo	503.956.538	1	1.000 €	0,19%
Lusíadaenergia	LUSÍADA - Lusíadaenergia, S.A.	Opera no mercado nacional com a marca Luzigás é uma empresa de origem Portuguesa, maioritariamente detida pela Gestmaja SGPS 1S.A	513.816.666	1	1.000 €	0,19%
CEPSA	CEPSA Portuguesa Petróleos, S.A.	Tem um papel-chave em atividades de: exploração e produção de petróleo e gás natural, refinação, transporte e comercialização de derivados petrolíferos e de gás, petroquímica, cogeração, comercialização de biocombustíveis e de energia elétrica	500.513.295	1	1.000 €	0,19%
Iberdrola	Iberdrola Clientes Portugal Unipessoal, Lda.	É o maior produtor de energias renováveis da Europa e dos EUA, uma das cinco maiores companhias elétricas do mundo e o líder mundial em energia eólica	502.124.083	1	1.000 €	0,19%
A CELER	Cooperativa de Electrificação de Rebordosa, C.R.L.	Cooperativa de distribuição e comercialização de energia elétrica dentro da área da concessão	501.120.009	1	1.000 €	0,19%
CEVE	Cooperativa Elétrica do Vale D'Este	Tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica em baixa tensão, e está sediada na freguesia do Louro do concelho de Vila Nova de Famalicão. A sua área de concessão cobre globalmente 6.000 hectares abrangendo 14 freguesias rurais, 9 do concelho de Vila Nova de Famalicão e 5 do concelho de Barcelos	500.960.577	1	1.000 €	0,19%

Acrónimo	Nome completo	Âmbito de atuação	Contribuinte	Unidades de Participação	Capital subscrito	Participação
PH Energia	PH Energia, Lda.	Comercializadora de energia elétrica	513.239.731	1	1.000 €	0,19%
S 317 Consulting	S 317 Consulting, SA.	Elaboração de projetos, estudos, consultoria e demais serviços no domínio da engenharia e da consultoria em matérias de energia, água e saneamento, ambiente, economia e gestão, social e financeira	513560491	1	1.000 €	0,19%
TOTAL				514	514.000 €	100%

ANEXO VIII – PARTICIPAÇÃO DA ADENE EM ENTIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA E REDES

A ADENE participa em redes de agências nacionais de energia, agências regionais e municipais de energia portuguesas e outras entidades de natureza associativa.

A EnR é uma rede voluntária de agências nacionais de energia da Europa que visa promover as energias sustentáveis e disseminar boas práticas. Reunindo 24 agências da UE e fora dela, a rede incentiva a cooperação entre os membros e os principais atores europeus em assuntos relativos à eficiência energética e energias renováveis.

O MEDENER reúne 12 agências nacionais de energia da bacia do Mediterrâneo, responsáveis pela promoção da eficiência energética e energias renováveis, dois elementos fundamentais para o sucesso da transição energética.

Com as agências regionais e municipais de energia portuguesas e com a RNAE são dinamizadas e realizadas iniciativas e atividades de interesse comum. A ADENE é associada da AdEPorto, AGENEAL, AMESEIXAL, AREA Alto Minho, ARECBA, ENERAREA, ENERDURA, ENERGAIA, Lisboa E-Nova e S. ENERGIA.

Tabela 29 – Participação da ADENE em entidades de natureza associativa e redes

Acrónimo	Nome completo
AdEPorto	Agência de Energia do Porto
AGENEAL	Agência Municipal de Energia de Almada
AMESEIXAL	Agência Municipal de Energia do Seixal
-	Cluster Habitat Sustentável, sem sigla
APE	Associação Portuguesa da Energia
AREA Alto Minho	Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho
ARECBA	Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo
CBE	Centro da Biomassa para a Energia
eceee	<i>European Council for an Energy Efficient Economy</i>
ENERAREA	Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
ENERDURA	Agência Regional de Energia da Alta Estremadura
ENERGAIA	Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto
EnR	<i>European Energy Network</i>

Acrónimo	Nome completo
eseia	<i>European Sustainable Energy Innovation Alliance</i>
Itecons	Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade
Lisboa E-Nova	Agência de Energia e Ambiente de Lisboa
MEDENER	<i>Mediterranean Association of National Agencies for Energy Management</i>
S.ENERGIA	Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete

ANEXO IX – RELATÓRIO DE PRÁTICAS DE BOM GOVERNO

Para os efeitos do n.º 1 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, cumpre referir o seguinte:

- a) A identificação dos **associados e a respetiva contribuição para o património social** está disponível no Anexo VII – Associados e contribuição para o património social parte integrante do presente Relatório, sendo divulgados após a sua aprovação em Assembleia Geral no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> **sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)”**;
- b) A identificação da **participação em quaisquer entidades de natureza associativa** está disponível no Anexo VIII – Participação da ADENE e no Anexo XII – Anexo às demonstrações financeiras ao presente Relatório, identificando adicionalmente as participações sem contribuições para os seus Fundos Patrimoniais, com e sem pagamentos de quotizações anuais para funcionamento das mesmas. Esta informação é parte integrante do presente Relatório, sendo divulgada após a sua aprovação em Assembleia Geral no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> **sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)” e em “Participações da ADENE em entidades de natureza associativa e redes”**;
- c) A identificação de **prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades** está disponível no anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados constante do Anexo XII – Anexo às demonstrações ao presente Relatório, sendo disponibilizados após a sua aprovação em Assembleia Geral no ***website da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)”***;
- d) O detalhe do **grau de execução dos objetivos fixados**, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar, são apresentados no presente relatório, essencialmente nos capítulos Atividades desenvolvidas, Monitorização dos objetivos estratégicos e

Desempenho económico-financeiro, **disponibilizado no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)” após a sua aprovação em Assembleia Geral, bem como na designação “Relatórios de Execução Orçamental Trimestrais (REOT)”;**

- e) Os Planos de Atividades e Orçamento** (anuais e plurianuais), os Planos de Investimento e Fontes de Financiamento (ambos incluídos no primeiro) são disponibilizados após a sua aprovação em Assembleia Geral no ***website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Planos de Atividades e Orçamento (PAO)”;**
- f) Os documentos anuais de prestação de contas** (RAC, incluindo todos os seus anexos, nomeadamente a certificação legal de contas e o parecer do Conselho Fiscal) são disponibilizados após a sua aprovação em Assembleia Geral no ***website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)”;**
- g) Os Relatórios de Execução Orçamental Trimestrais** (REOT), são disponibilizados conjuntamente e após a emissão do respetivo parecer do Conselho Fiscal no ***website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Execução Orçamental Trimestrais (REOT)”;** O REOT relativo ao 4º trimestre é autonomizado no RAC e disponibilizado no mesmo local;
- h) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais**, designadamente do órgão de administração, constam do Anexo I – Identificação e remuneração dos órgãos sociais **ao presente Relatório, disponibilizado no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)” e em “Órgãos Sociais”;** as respetivas remunerações e outros benefícios constam do Anexo I – Identificação e remuneração dos órgãos sociais ao presente Relatório, disponibilizado **no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)”.**

Para os efeitos do n.º2 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, a informação anual ao membro do Governo responsável pelas áreas da energia e do ambiente é efetuada com o envio formal do presente RAC após a sua aprovação em Assembleia Geral, o qual contém o modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. A disponibilização desta informação ao público em geral é efetuada com a publicação do RAC no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação "Relatórios de Atividades e Contas (RAC)".

Para os efeitos do n.º3 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, as atividades da ADENE estão desde 2006 a ser geridas por centros de custo, tendo esta metodologia sido progressivamente melhorada e adaptada às necessidades de gestão e de reporte da ADENE, sendo as mesmas refletidas desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, nos vários instrumentos de gestão (REOT, RAC e PAO) e após a reclassificação da ADENE como Entidade Pública Reclassificada em 2019, o que se traduz noutra contexto orçamental e num conjunto de novas obrigações que exigem mudanças várias na esfera financeira, de procedimentos internos e de reporte.

Para os efeitos do n.º4 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, a ADENE cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, sendo que o "Plano de Prevenção de Riscos", aprovado pelo Conselho de Administração, é disponibilizado no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação "Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas". Estão igualmente disponíveis os relatórios de execução anuais do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Para os efeitos do n.º5 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, o Código de ética e de conduta da ADENE está disponibilizado no *website* da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação "Código de ética e de conduta", contemplando os exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Este instrumento de gestão da ADENE está disponível na sua *intranet*, disponível a todos os colaboradores, devendo ser o mesmo objeto de aprendizagem por todos os seus novos colaboradores no seu processo de integração interna. As partes interessadas da ADENE terão acesso ao mesmo através da disponibilização deste no acesso ao *website* acima referido.

Para os efeitos do n.º6 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, a apresentação anual das boas práticas de governo da ADENE é feita aquando

da apresentação do RAC, através do presente anexo que contém a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no artigo referenciado, tal como descrito no presente anexo.

Para os efeitos do n.º7 do art.º 24-D do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, o Órgão de Fiscalização tem apreciado o cumprimento destas obrigações desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, no seu parecer anual ao RAC, os quais podem ser consultados no site da ADENE em <https://www.adene.pt/a-adene/> sob a designação “Relatórios de Atividades e Contas (RAC)”.

ANEXO X – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A ADENE não efetuou negócios com os seus Administradores.

Não ocorreu qualquer alteração das participações dos Associados no património social da ADENE, para além das identificadas no presente Relatório, nas respetivas demonstrações financeiras e nos respetivos Anexos.

Encerramento de contas Lisboa, 16 de fevereiro de 2026.

O Conselho de Administração,

Nelson Lage
Presidente

Bruno Veloso
Vice-Presidente

Ana Paula Rodrigues
Vice-Presidente

ANEXO XII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO XIII – RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

ANEXO XIV – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Demonstrações Orçamentais de 2025

fevereiro de 2026



Adene

Agência para a Energia

Demonstração do Desempenho Orçamental

Rub.	Recebimentos	Fontes de Financiamento			Total	N-1
		Receitas Próprias	Fundos Comunitários	Fundos Alheios		
	Saldo da Gerência Anterior	4 531 687,86 €	1 425 989,40 €	- 1 248 358,24 €	4 709 319,02 €	14 123 550,52 €
	Operações Orçamentais (1)	4 531 687,86 €	1 425 989,40 €	- €	5 957 677,26 €	10 086 646,23 €
	Operações de Tesouraria (A)	- €	- €	- 1 248 358,24 €	1 248 358,24 €	4 036 904,29 €
	Receita Corrente	22 824 135,41 €	732 770,76 €	- €	23 556 906,17 €	20 315 268,51 €
R3	Taxas	15 288 522,07 €	- €	- €	15 288 522,07 €	14 543 466,86 €
R4	Juros-Sociedades Financeiras	6 984,44 €	- €	- €	6 984,44 €	15 430,56 €
R512	Transferências - AC - Outras entidades	3 401 000,00 €	- €	- €	3 401 000,00 €	700 000,00 €
R52	Transferências - Exterior - UE	- €	732 770,76 €	- €	732 770,76 €	416 931,54 €
R6	Venda de bens e Serviços	4 125 237,20 €	- €	- €	4 125 237,20 €	4 639 439,55 €
R7	Outras receitas correntes	1 391,70 €	- €	- €	1 391,70 €	- €
R10	Outras receitas de capital	1 000,00 €	- €	- €	1 000,00 €	- €
	Receita Capital	- €	- €	- €	- €	- €
R8	Venda de Bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €
	Receita Efetiva (2)	22 824 135,41 €	732 770,76 €	- €	23 556 906,17 €	20 315 268,51 €
	Receita Não Efetiva (3)	64 000 839,81 €	- €	- €	64 000 839,81 €	55 001 676,47 €
R12	Ativos Financeiros	64 000 000,00 €	- €	- €	64 000 000,00 €	55 000 000,00 €
R11	RNAP	839,81 €	- €	- €	839,81 €	1 676,47 €
	Total (4)=(1)+(2)+(3)	91 356 663,08 €	2 158 760,16 €	- €	93 515 423,24 €	85 403 591,21 €
	Operações de Tesouraria (B)			3 622 257,33 €	3 622 257,33 €	2 618 263,17 €

Rub.	Pagamentos	Fontes de Financiamento			Total	N-1
		Receitas Próprias	Fundos Comunitários	Fundos Alheios		
	Despesa Corrente	18 836 821,81 €	74 687,46 €	- €	18 911 509,27 €	14 443 022,57 €
D1	Despesas com o Pessoal	8 666 536,60 €	- €	- €	8 666 536,60 €	7 729 409,17 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	6 590 629,38 €	- €	- €	6 590 629,38 €	5 852 583,52 €
D12	Abonos variáveis ou eventuais	442 031,95 €	- €	- €	442 031,95 €	412 757,11 €
D13	Segurança social	1 633 875,27 €	- €	- €	1 633 875,27 €	1 464 068,54 €
D2	Aquisição de Bens e Serviços	4 638 114,16 €	74 687,46 €	- €	4 712 801,62 €	3 546 393,50 €
D3	Juros e Outros Encargos	- €	- €	- €	- €	- €
D4	Transferências Correntes Concedidas	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €	- €
D5	Subsídios	758 756,32 €	- €	- €	758 756,32 €	- €
D6	Outras Despesas Correntes	4 753 414,73 €	- €	- €	4 753 414,73 €	3 167 219,90 €
	Despesa Capital	843 484,01 €	6 626,63 €	- €	850 110,64 €	1 002 891,38 €
D7	Investimento	843 484,01 €	6 626,63 €	- €	850 110,64 €	1 002 891,38 €
	Despesa Efetiva (5)	19 680 305,82 €	81 314,09 €	- €	19 761 619,91 €	15 445 913,95 €
	Despesa Não Efetiva (6)	71 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	73 000 000,00 €	64 000 000,00 €
D10	Ativos Financeiros	71 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	73 000 000,00 €	64 000 000,00 €
	Total (7)=(5)+(6)	90 680 305,82 €	2 081 314,09 €	- €	92 761 619,91 €	79 445 913,95 €
	Operações de Tesouraria (C)	- €	- €	1 781 775,34 €	1 781 775,34 €	7 903 525,72 €
	Saldo para a Gerência Seguinte					
	Operações Orçamentais (8)=(4)-(7)	676 357,26 €	77 446,07 €	- €	753 803,33 €	5 957 677,26 €
	Operações de Tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	- €	- €	592 123,75 €	592 123,75 €	1 248 358,26 €
	Saldo Global	676 357,26 €	77 446,07 €	592 123,75 €	1 345 927,08 €	4 709 319,00 €

Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Rub	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquida			Receita por Cobrar no Final do Ano	Grau de execução (13) = (9) / (1)
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (8) + (9)	(11)	
	Receita Corrente	29 837 787,00 €	401 762,39 €	24 081 651,28 €	152 462,62 €	23 631 908,46 €	76 002,29 €	76 002,29 €	137 251,79 €	23 418 654,38 €	23 555 906,17 €	775 044,88 €	78,5%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	18 824 866,00 €	20 706,76 €	15 339 098,62 €	63 797,62 €	15 303 596,88 €	15 074,81 €	15 074,81 €	14 837,48 €	15 273 684,59 €	15 288 522,07 €	7 485,69 €	81,1%
R4	Rendimentos de propriedade	14 500,00 €	- €	6 984,44 €	- €	6 984,44 €	- €	- €	- €	6 984,44 €	6 984,44 €	- €	48,2%
R5	Transferências Correntes	4 782 000,00 €	- €	4 178 125,57 €	44 354,81 €	4 178 125,57 €	44 354,81 €	44 354,81 €	- €	4 133 770,76 €	4 133 770,76 €	- €	86,4%
R51	Administrações Públicas	4 002 000,00 €	- €	3 401 000,00 €	- €	3 401 000,00 €	- €	- €	- €	3 401 000,00 €	3 401 000,00 €	- €	85,0%
R512	Administração Central - Outras entidades	4 002 000,00 €	- €	3 401 000,00 €	- €	3 401 000,00 €	- €	- €	- €	3 401 000,00 €	3 401 000,00 €	- €	85,0%
R52	Exterior - UE	780 000,00 €	- €	777 125,57 €	44 354,81 €	777 125,57 €	44 354,81 €	44 354,81 €	- €	732 770,76 €	732 770,76 €	- €	93,9%
R6	Venda de bens e serviços	6 157 587,00 €	380 593,83 €	4 556 512,75 €	44 310,19 €	4 141 809,87 €	16 572,67 €	16 572,67 €	121 952,51 €	4 003 284,69 €	4 125 237,20 €	767 559,19 €	65,0%
R7	Outras receitas correntes	58 834,00 €	461,80 €	929,90 €	- €	1 391,70 €	- €	- €	461,80 €	929,90 €	1 391,70 €	- €	1,6%
	Receita Capital	1 000,00 €	- €	1 000,00 €	- €	1 000,00 €	- €	- €	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	- €	100,0%
R10	Outras receitas de capital	1 000,00 €	- €	1 000,00 €	- €	1 000,00 €	- €	- €	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	- €	100,0%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	5 000,00 €	- €	839,81 €	- €	839,81 €	- €	- €	- €	839,81 €	839,81 €	- €	16,8%
R12	Ativos financeiros	64 000 000,00 €	- €	64 000 000,00 €	- €	64 000 000,00 €	- €	- €	- €	64 000 000,00 €	64 000 000,00 €	- €	100,0%
R14	Saldo da gerência anterior	5 957 678,00 €	- €	5 957 677,26 €	- €	5 957 677,26 €	- €	- €	- €	5 957 677,26 €	5 957 677,26 €	- €	100,0%
	Total	99 801 465,00 €	401 762,39 €	94 041 168,35 €	152 462,62 €	93 591 425,53 €	76 002,29 €	76 002,29 €	137 251,79 €	93 378 171,45 €	93 515 423,24 €	775 044,88 €	

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Rub	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos	
											Emitidas	Recebidas
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Despesa corrente												
D1	Despesas com o pessoal	137 513,76 €	10 099 494,00 €	2 079 588,87 €	1 100 733,00 €	99 475,72 €	9 021 162,41 €	9 021 162,41 €	8 815 883,63 €	8 670 301,32 €	4 218,69 €	3 764,72 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	45 638,86 €	7 529 115,00 €	1 488 221,00 €	728 097,00 €	46 513,96 €	6 722 477,04 €	6 722 477,04 €	6 640 313,28 €	6 590 629,38 €	- €	- €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	- €	635 717,00 €	222 960,87 €	88 533,00 €	50 158,06 €	451 131,07 €	451 131,07 €	442 031,95 €	442 031,95 €	- €	- €
D1.3	Segurança social	91 874,90 €	1 934 662,00 €	368 407,00 €	284 103,00 €	2 803,70 €	1 847 554,30 €	1 847 554,30 €	1 733 538,40 €	1 637 639,99 €	4 218,69 €	3 764,72 €
D2	Aquisição de bens e serviços	9 613,72 €	7 609 693,00 €	7 830 611,00 €	7 815 225,00 €	2 143 903,47 €	5 450 403,53 €	5 327 570,33 €	4 753 383,72 €	4 712 945,13 €	143,51 €	143,51 €
D4	Transferências Correntes	- €	20 000,00 €	- €	- €	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €
D4.2	Instituições s/ fins lucrativos	- €	20 000,00 €	- €	- €	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €
D5	Subsídios	- €	2 900 000,00 €	- €	- €	- €	2 900 000,00 €	2 899 766,44 €	773 756,32 €	758 756,32 €	- €	- €
D6	Outras despesas correntes	- €	6 902 033,00 €	2 094 727,00 €	- €	51 701,87 €	4 755 604,13 €	4 755 604,13 €	4 755 604,13 €	4 753 431,22 €	16,49 €	16,49 €
Despesa de capital												
D7	Investimento	- €	1 146 646,00 €	- €	- €	122 860,33 €	1 023 785,67 €	1 023 785,67 €	869 828,73 €	850 110,64 €	- €	- €
D10	Ativos financeiros	- €	73 000 000,00 €	- €	- €	- €	73 000 000,00 €	73 000 000,00 €	73 000 000,00 €	73 000 000,00 €	- €	- €
Total		147 127,48 €	101 677 866,00 €	12 004 926,87 €	8 915 958,00 €	2 417 941,39 €	96 170 955,74 €	96 047 888,98 €	92 988 456,53 €	92 765 544,63 €	4 378,69 €	3 924,72 €

Rub	Descrição	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos anos futuros				
		Períodos anteriores	Período corrente	Total			2026	2027	2028	2029	2030
		(12)	(13)	(14)=(12)+(13)			(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)			
Despesa corrente											
D1	Despesas com o pessoal	45 319,64 €	8 621 216,96 €	8 666 536,60 €	205 278,78 €	149 347,03 €	230 754,01 €	66 000,00 €	- €	- €	- €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	45 319,64 €	6 545 309,74 €	6 590 629,38 €	82 163,76 €	49 683,90 €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	- €	442 031,95 €	442 031,95 €	9 099,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.3	Segurança social	- €	1 633 875,27 €	1 633 875,27 €	114 015,90 €	99 663,13 €	230 754,01 €	66 000,00 €	- €	- €	- €
D2	Aquisição de bens e serviços	47 147,62 €	4 665 654,00 €	4 712 801,62 €	574 186,61 €	40 582,10 €	4 622 759,61 €	2 655 288,97 €	1 851 653,82 €	830 250,00 €	415 125,00 €
D4	Transferências Correntes	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2	Instituições s/ fins lucrativos	- €	20 000,00 €	20 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5	Subsídios	- €	758 756,32 €	758 756,32 €	2 126 010,12 €	15 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
D6	Outras despesas correntes	- €	4 753 414,73 €	4 753 414,73 €	- €	2 189,40 €	12 994,95 €	399,75 €	399,75 €	0,00 €	- €
Despesa de capital											
D7	Investimento	3 766,85 €	846 343,79 €	850 110,64 €	153 956,94 €	19 718,09 €	1 082 764,42 €	750 903,47 €	449 293,58 €	30 750,00 €	- €
D10	Ativos financeiros	- €	73 000 000,00 €	73 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total		96 234,11 €	92 665 385,80 €	92 761 619,91 €	3 059 432,45 €	226 836,62 €	5 949 272,99 €	3 472 592,19 €	2 301 347,15 €	861 000,00 €	415 125,00 €

Anexo às Demonstrações Orçamentais de 2025

fevereiro de 2026



Conteúdo

0. NOTA INTRODUTÓRIA	4
1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA	5
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA	6
3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	6
4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA	7
5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	8
6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – FORMAS DE ADJUDICAÇÃO	8
7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA	9
8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA	10
9. OUTRAS DIVULGAÇÕES	11
9.1. ENCARGOS CONTRATUAIS	11
9.2. DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS	12
9.3. SALDO DE GERÊNCIA	12
9.4. COMPROMISSOS	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alterações orçamentais da receita	5
Tabela 2- Alterações orçamentais da despesa	6
Tabela 3 - Operações de tesouraria	7
Tabela 4- Situação dos contratos	Erro! Marcador não definido.
Tabela 5- Situação dos Contratos	8
Tabela 6- Transferências e subsídios – Receita	9
Tabela 7 – Transferências e subsídios – Despesa	10
Tabela 8 – Dívidas por Antiguidade de Saldos	12
Tabela 9 – Compromissos	13

As notas que compõem o presente Anexo, respeitam à numeração sequencial definida pela UniLeo, no Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas, na sua versão atual (2018).

As notas não aplicáveis à ADENE - Agência para a Energia, são identificadas com a seguinte menção:

“Nota não aplicável à ADENE”.



0. Nota Introdutória

A Lei de Orçamento de Estado para 2025, entrou em vigor a 1 de janeiro¹.

O orçamento da ADENE, submetido à EO-Entidade Orçamental (ex-DGO), em agosto de 2024, foi integralmente aprovado, pelo seu valor global de 83.677.866 euros, dos quais 58.000.000 euros previstos para aplicação em CEDIC, a subscrever no final do ano, no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

O orçamento de despesa, aprovado pela EO, foi de 86.677.866 euros, superior em 3.000.000 euros, em relação ao submetido, justificado pela transferência, do Fundo Ambiental, no mesmo montante, consignado ao pagamento de apoios no âmbito da constituição e operação inicial dos Espaço Energia (Aviso nº1/2025), do qual a ADENE é entidade coordenadora.

O presente aumento, foi considerado, pela EO, aleatoriamente, na rubrica 020219B0.00 Assistência técnica - Software Informático, tendo a ADENE, procedido à alteração orçamental, para reforço das rubricas 05 – Subsídios.

Por força das cativações aplicadas, no montante de 9.848.683 euros:

- Constituição de reserva, no valor de 2.033.458 euros;
- Cativações no montante de 7.815.225 euros, que incidiram no agrupamento "02-Aquisição de Bens e Serviços".

o orçamento inicial da despesa sofreu uma redução de 38% do total da despesa efetiva, traduzindo-se em dotações disponíveis no montante de 76.829.183 euros.

Nesta sequência, a ADENE solicitou:

- A reposição dos valores cativados, no montante de 7.815.225 euros, deferidos, conforme despacho de autorização da Senhora Secretária de Estado da Energia, datado de 23/01/2025;
- Abertura de crédito especial, no montante de 700.000 euros, para fazer face à despesa inerente à execução dos protocolos de cooperação técnica e financeira, celebrados com o Fundo Ambiental, no final do ano transato, o qual teve sequência, face à baixa execução orçamental.

Em setembro de 2025, por aplicação da alínea a) do nº 1 do artigo 6º do Decreto de Execução Orçamental ², a EO procedeu à cativação, no agrupamento de despesas com pessoal, do montante de 2.079.588,00 euros.

Nesta sequência, a ADENE solicitou:

¹ Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro

² Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março

A reposição parcial dos valores cativados, no montante de 1.100.733 euros, deferidos, conforme despacho de autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, datado de 19/11/2025 (Despacho n.º 81/SEAEN/2025).

1. Alterações Orçamentais da Receita

As alterações orçamentais efetuadas na receita, tiveram como objetivo ajustar, por rubrica económica, as previsões iniciais da receita.

Ao longo do ano, ocorreram dois tipos de alterações orçamentais:

- Permutativas, no montante de 5.000,00 euros, sem efeito no orçamento global da receita;
- Modificativas, no montante de 12.824.060,00 euros.

Tabela 1 - Alterações orçamentais da receita

Rub	Descrição	Tipo	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)+(4)
Receita							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	Modificativa	18 824 866,00 €	- €	- €	- €	18 824 866,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	Modificativa	14 500,00 €	- €	- €	- €	14 500,00 €
R5	Transferências Correntes	Modificativa	3 916 618,00 €	865 382,00 €	- €	- €	4 782 000,00 €
R51	Administrações Públicas	Modificativa	3 601 000,00 €	401 000,00 €	- €	- €	4 002 000,00 €
R512	Administração Central - Outras entidades	Modificativa	3 601 000,00 €	401 000,00 €	- €	- €	4 002 000,00 €
R52	Exterior - UE	Modificativa	315 618,00 €	464 382,00 €	- €	- €	780 000,00 €
R6	Venda de bens e serviços	Permutativa	6 162 587,00 €	- €	5 000,00 €	- €	6 157 587,00 €
R7	Outras receitas correntes	Modificativa	58 834,00 €	- €	- €	- €	58 834,00 €
R10	Outras receitas de capital	Modificativa	- €	1 000,00 €	- €	- €	1 000,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	Modificativa	- €	5 000,00 €	- €	- €	5 000,00 €
R12	Ativos financeiros	Modificativa	58 000 000,00 €	6 000 000,00 €	- €	- €	64 000 000,00 €
R14	Saldo da gerência anterior	Modificativa	- €	5 957 678,00 €	- €	- €	5 957 678,00 €
Total			86 977 405,00 €	12 829 060,00 €	5 000,00 €	- €	99 801 465,00 €

O aumento global do orçamento da receita foi de 12.824.060,00 euros, assim justificado: (i) integração do saldo de gerência transitado do ano anterior; (ii) registo da liquidação do valor de CEDIC aplicado no ano transato (iii) registo dos montantes de fundos europeus recebidos no ano.

2. Alterações Orçamentais da Despesa

As alterações orçamentais efetuadas na despesa, tiveram como objetivo ajustar o orçamento, em função das necessidades e da natureza da respetiva despesa.

Ao longo do ano, ocorreram dois tipos de alterações orçamentais:

- Permutativas, no montante de 7.768.792,59 euros, sem efeito no orçamento global da receita;
- Modificativas, no montante de 15.000.000,00 euros.

Tabela 2– Alterações orçamentais da despesa

Rub	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)+(4)
Despesa							
D1	Despesas com o pessoal	Permutativa	10 099 494,00 €	543 535,00 €	543 535,00 €	- €	10 099 494,00 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	Permutativa	7 585 900,00 €	335 017,00 €	391 802,00 €	- €	7 529 115,00 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	Permutativa	635 717,00 €	120 752,00 €	120 752,00 €	- €	635 717,00 €
D1.3	Segurança social	Permutativa	1 877 877,00 €	87 766,00 €	30 981,00 €	- €	1 934 662,00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	Permutativa	10 980 863,00 €	2 210 531,59 €	5 581 701,59 €	- €	7 609 693,00 €
D4	Transferências Correntes	Permutativa	- €	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €
D4.2	Instituições s/ fins lucrativos	Permutativa	- €	20 000,00 €	- €	- €	20 000,00 €
D5	Subsídios	Permutativa	55 350,00 €	3 003 860,00 €	159 210,00 €	- €	2 900 000,00 €
D6	Outras despesas correntes	Permutativa	5 757 429,00 €	1 525 000,00 €	380 396,00 €	- €	6 902 033,00 €
D7	Investimento	Permutativa	1 784 730,00 €	465 866,00 €	1 103 950,00 €	- €	1 146 646,00 €
D10	Ativos financeiros	Modificativa	58 000 000,00 €	15 000 000,00 €	- €	- €	73 000 000,00 €
Total			86 677 866,00 €	22 768 792,59 €	7 768 792,59 €	- €	101 677 866,00 €

O aumento global do orçamento da despesa foi de 15.000.000,00 euros, justificado pelo montante aplicado, no final do ano, em CEDIC`s, tendo o IGCP por sua iniciativa, subscrito o montante de 73.000.000,00 euros.

De salientar que o valor das alterações permutativas, encontra-se influenciado pelo montante de 3.000.000,00 euros, destinado a fazer face ao pagamento de apoios, no âmbito do Aviso nº 1/2025 – Operacionalização dos Espaços Energia, que por iniciativa da EO, foram inscritos na rubrica “D2 – Aquisição de Bens e Serviços”, quando deviam ter sido na rubrica “D5 – Subsídios”. O restante montante, decorre da necessidade de ajustamento da despesa às respetivas rubricas, em função da sua natureza.

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

(nota não aplicável)

4. Operações de Tesouraria

As operações de tesouraria, geram influxos e efluxos de caixa, movimentando tesouraria, mas não constituem operações de execução orçamental.

Os valores de operações de tesouraria, arrecadados pela ADENE, decorrem, maioritariamente, da aplicação do artigo 28º do Decreto-Lei nº 101-D/2021, de 7 de dezembro. De acordo, com este articulado, apenas 87% do valor recebido pela emissão de certificados energéticos, é receita da ADENE. Os restantes 13%, a favor do Fundo Ambiental (10%) e DGEG (3%), são registados como operação de tesouraria de recebimento e de pagamento aquando da transferência a favor destas entidades.

Constituem, ainda, operações de tesouraria, os valores recebidos de certificados emitidos, no âmbito da área geográfica da Região Autónoma da Madeira, destinados à AREAM³, bem como os fundos europeus, referentes a candidaturas em consórcio e que se destinam à restantes entidades.

Tabela 3 – Operações de tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Regularizações	Saldo final
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	- 1 248 358,24 €	2 112 681,83 €	1 781 775,34 €	1 509 575,50 €	592 123,75 €
	Total	- 1 248 358,24 €	2 112 681,83 €	1 781 775,34 €	1 509 575,50 €	592 123,75 €

O saldo inicial negativo, teve origem na entrega ao FITEC⁴, do produto de 10%, sobre os certificados emitidos no período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2021. Atendendo a que o SNC-AP, foi adotado no ano de 2021, os valores arrecadados até essa data, devem constituir uma despesa, pelo que se procedeu à regularização do valor de 1.509.575,50 euros.

Os recebimentos, ocorridos no ano de 2025, referem a:

- SCE retenção a favor do Fundo Ambiental, no valor de 1.403.659,99 euros.
- SCE retenção a favor da DGEG, no valor de 411.300,74 euros.
- SCE a favor da AREAM (RA Madeira), no valor de 293.921,45 euros.
- SGCIE retenção a favor da DGEG, no valor de 768,00 euros.
- Outros, no valor de 3.031,64 euros.

³ Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira

⁴ Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular

Os pagamentos, ocorridos no ano de 2025, referem a:

- SCE a favor da AREAM (RA Madeira), no valor de 298.727,91 euros, respeitante aos certificados energéticos, emitidos no período de dezembro de 2024, a novembro de 2025.
- Devolução à DGEG, do valor de 77.205,64 euros, recebido em excesso no final do ano de 2024.
- Subscrição de CEDIC`s, no valor de 1.400.000,00 euros, com recurso ao saldo de operações de tesouraria.
- Outros, no valor de 5.841,79 euros

5. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Neste mapa consta a informação sobre todos os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2025. Considerando o elevado número de contratos que a ADENE celebra anualmente com outras entidades, assim como os contratos que executa do ano e de anos anteriores, não é possível expor essa informação, sendo a mesma reportada ao Tribunal de Contas.

6. Contratação Administrativa – Formas de Adjudicação

Durante o ano de 2015, foram tramitados 338 processos aquisitivos, num total de 11.602 mil euros, com impacto quer no ano em referência quer em anos futuros.

Tabela 4– Situação dos Contratos

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento							
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial	
	Número de contratos (1)	Preço contratual (2)	Número de contratos (3)	Preço contratual (4)	Número de contratos (5)	Preço contratual (6)	Número de contratos (7)	Preço contratual (8)
Aquisição de serviços	10	4 798 002,44 €	0	- €	0	- €	0	- €
Locação ou aquisição de bens móveis	1	198 720,00 €	0	- €	0	- €	0	- €
Outros	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento							Total
	Ajuste direto		Consulta prévia		Parceria para a inovação			
	Número de contratos (9)	Preço contratual (10)	Número de contratos (11)	Preço contratual (12)	Número de contratos (13)	Preço contratual (14)	Número de contratos (15)	
Aquisição de serviços	125	1 397 210,51 €	177	577 752,21 €	0	- €	312	6 772 965,16 €
Locação ou aquisição de bens móveis	15	21 405,28 €	0	- €	0	- €	25	4 819 407,72 €
Outros	1	9 998,87 €	0	- €	0	- €	1	9 998,87 €

7. Transferências e Subsídios – Receita

Em 2025, foi arrecadada receita com origem em transferências correntes (valores transferidos sem que haja contrapartida direta de bens ou serviços em troca).

Contribuíram para este tipo de receita os valores com origem:

- nos fundos europeus: (i) adiantamentos de projetos cofinanciados aprovados; (ii) reembolso de despesa aprovada;
- nos contratos-programa e protocolos de cooperação técnica e financeira, estabelecidos com o Fundo Ambiental e a DGEG.

Tabela 5– Transferências e subsídios – Receita

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita Prevista (4)	Receita Recabida (5)	Receita prevista e não recabida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7) = (5) - (6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)
Transferências correntes	Horizon 2020	Pesquisa e inovação	Austrian Energy Agency	317 000,00 €	313 897,42 €	3 102,58 €	- €
	LIFE	Ambiente e a ação climática	Centre for Renewable Energy	463 000,00 €	418 073,34 €	44 926,66 €	44 354,81 €
	Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, do Ministro da Coesão e da Energia	Apoio às entidades promotoras na criação e operação inicial de novos Espaços Energia	Fundo Ambiental	2 900 000,00 €	2 900 000,00 €	- €	- €
	Ministro do Ambiente e Energia	Suporte técnico a assegurar pela ADENE à operacionalização do apoio aos Espaços Energia-Aviso n.º 1/2023	Fundo Ambiental	100 000,00 €	100 000,00 €	- €	- €
	Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira	Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve	Fundo Ambiental	256 000,00 €	256 000,00 €	- €	- €
		Mercado Voluntário de Carbono	Fundo Ambiental	145 000,00 €	145 000,00 €	- €	- €
	Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira	Observatório Nacional da Pobreza Energética	Fundo Ambiental	200 000,00 €	- €	200 000,00 €	- €
	Contrato Programa	Aktividades de interesse público, no âmbito da concretização de objetivos de política energética estabelecidos pelo Governo para 2025, bem como os respetivos apoios financeiros a conceder pela DGEG.	DGEG - Direção-Geral Energia e Geologia	401 000,00 €	- €	401 000,00 €	- €
Total				4 782 000,00 €	4 133 770,76 €	648 229,24 €	44 354,81 €

Destaca-se, na qualidade de coordenadora da rede de Espaços Energia⁵, a transferência do Fundo Ambiental, no montante de 2.900.000,00 euros.

Este montante destina-se à operacionalização e abertura aos cidadãos de 50 Espaços Cidadão Energia físicos, sendo da responsabilidade da ADENE, a receção, análise e aprovação de candidaturas submetidas por entidades elegíveis, bem como a análise da despesa apresentada e respetivo pagamento.

⁵ Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, do Ministro da Coesão e da Ministra do Ambiente e Energia



8. Transferências e Subsídios – Despesa

Foram aprovadas candidaturas até ao limite do valor recebido e orçamentado (2.900.000,00 euros)

Do valor de 2.900.000,00 euros recebido e orçamentado, foi aprovada despesa de 2.899.766,49 euros e colocado à disposição das entidades beneficiárias, a título de adiantamento, o montante de 758.756,32€.

Prevê-se que o restante montante, seja executado no decorrer do ano de 2026, mediante a apresentação dos pedidos de reembolso previstos no respetivo regulamento.

Tabela 6 – Transferências e subsídios – Despesa

9.2. Dívidas por Antiguidade de Saldos

A ADENE não tem pagamentos em atraso. Os valores por pagar à data de 31 de dezembro de 2025, encontram-se dentro do respetivo prazo de pagamento.

Os valores em dívida referentes à rubrica 01 – Despesas com Pessoal, respeitam aos impostos (segurança social e retenção na fonte), que incidiram sobre as remunerações de dezembro de 2025, sendo o seu pagamento efetuado até ao prazo legal instituído para o efeito.

Tabela 7 – Dívidas por Antiguidade de Saldos

Rub	Descrição	Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (dias) (C)						Pagamentos em atraso (E)=(2)+(3)+(4)-(D)	Total dívida por natureza da despesa		
		Dívida vincenda		>90 (1)	90-180 (2)	180-365 (3)	> 365 (4)		Curto prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Soma (H)=(F)+(G)
		Curto prazo (A)	M/L prazo (B)								
Despesa corrente											
D1	Despesas com o pessoal	149 347,03 €	- €					- €	149 347,03 €	- €	149 347,03 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	49 683,90 €	- €					- €	49 683,90 €	- €	49 683,90 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	- €	- €					- €	- €	- €	- €
D1.3	Segurança social	99 663,13 €	- €					- €	99 663,13 €	- €	99 663,13 €
D2	Aquisição de bens e serviços	40 582,10 €	- €					- €	40 582,10 €	- €	40 582,10 €
D4	Transferências Correntes	- €	- €					- €	- €	- €	- €
D4.2	Instituições s/ fins lucrativos	- €	- €					- €	- €	- €	- €
D5	Subsídios	15 000,00 €	- €					- €	15 000,00 €	- €	15 000,00 €
D6	Outras despesas correntes	2 189,40 €	- €					- €	2 189,40 €	- €	2 189,40 €
Despesa de capital											
D7	Investimento	19 718,09 €	- €					- €	19 718,09 €	- €	19 718,09 €
D10	Ativos financeiros	- €	- €					- €	- €	- €	- €
Total		226 836,62 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	226 836,62 €	- €	226 836,62 €

9.3. Saldo de gerência

A ADENE iniciou o ano com um saldo orçamental de 5.957.677,26 euros.

No decorrer do ano de 2025, gerou receita efetiva, no montante de 23.556.906,17 euros, das quais 732.770,76 euros, com origem na Fonte de Financiamento 482 - Fundos Europeus. Executou despesa efetiva, no montante de 19.761.619,91 euros.

Do saldo orçamental efetivo, foram utilizados 73.000.000,00 euros, na subscrição de CEDIC`s.

O saldo de operações de tesouraria, foi afetado pela subscrição de 1.400.000,00 euros em CEDIC`s.

O saldo orçamental para a gerência seguinte é de 753.803,33 euros.

O saldo de operações de tesouraria para a gerência seguinte é de 592.123,75 euros

9.4. Compromissos

No quadro abaixo, relevam-se os compromissos assumidos até ao final de 2025, com reflexo em anos futuros.

Do valor de 12.999 mil euros 78% já se encontram em execução.

Tabela 8 – Compromissos

Compromissos Futuros		
Anos	Assumidos	Em execução
2026	5 949 272,99	4 591 051,88 €
2027	3 472 592,19	2 723 385,44 €
2028	2 301 347,15	1 644 336,65 €
2029	861 000,00	830 250,00 €
2030	415 125,00	415 125,00
Total	12 999 337,33 €	10 204 148,97 €

A Contabilista Certificada
Madalena David

Assinado por: **Madalena Maria Pinto David**
Num. de Identificação: 07356350
Data: 2026.02.20 12:32:15+00'00'

A Diretora Financeira
Joana Saraiva

Assinado por: **JOANA RITA RODRIGUES SARAIVA**
Num. de Identificação: 12600473
Data: 2026.02.20 15:33:26+00'00'

O Conselho de Administração,

[Assinatura
Qualificada] Nelson
Nelson Higinio
Talambas da
Silva Lage

Assinado de forma
digital por [Assinatura
Qualificada] Nelson
Higinio Talambas da
Silva Lage
Dados: 2026.02.24
20:58:32 +01'00'

Presidente

Nelson Lage

[Assinatura
Qualificada] Bruno
Viriato Gonçalves
Costa Veloso

Assinado de forma digital
por [Assinatura
Qualificada] Bruno Viriato
Gonçalves Costa Veloso
Dados: 2026.02.23
12:07:52 Z

Vice-Presidente

Bruno Veloso

[Assinatura
Qualificada]
Ana Paula
Martins
Rodrigues

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Ana
Paula Martins Rodrigues
Dados: 2026.02.24 15:39:50 Z

Vice-Presidente

Ana Paula Rodrigues

Demonstrações Financeiras 2025

fevereiro de 2026



Adene

Agência para a Energia

Balanço individual do período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	356 989,16	362 375,71
Ativos intangíveis	3	1 030 067,81	1 012 258,51
Participações financeiras	18 e 22	25 576,91	26 030,30
Outros ativos financeiros	18	91 419,85	89 219,38
		1 504 053,73	1 489 883,90
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	981 514,86	550 233,74
Clientes, Contribuintes e Utentes	18	116 230,11	142 064,68
Outras contas a receber	18	1 171 312,07	567 977,31
Diferimentos	23.1	39 150,13	29 233,70
Outros ativos financeiros	18	74 400 000,00	64 000 000,00
Caixa e depósitos	1.3	1 345 927,08	4 709 319,02
		78 054 134,25	69 998 828,45
Total do Ativo		79 558 187,98 €	71 488 712,35 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	24	514 000,00	514 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	226 362,00	226 362,00
Reservas	24	36 821 217,65	32 259 918,45
Resultados transitados	24	1 022 489,85	1 237 501,37
Outras variações no património líquido	24	648 237,60	648 237,60
Resultado líquido do período	24	2 650 545,59	4 561 299,20
Total Património Líquido		41 882 852,69	39 447 318,62
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	68 803,04	85 030,26
Diferimentos	23.2	23 151 649,90	22 598 768,98
		23 220 452,94	22 683 799,24
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	322 766,90	279 984,89
Fornecedores	18	66 613,38	22 118,09
Estado e outros entes públicos	18	330 825,88	377 980,95
Financiamentos obtidos	34	1 683,18	4 493,47
Outras contas a pagar	18	3 757 886,74	1 907 695,53
Diferimentos	23.2	9 975 106,27	6 765 321,56
		14 454 882,35	9 357 594,49
Total do Passivo		37 675 335,29	32 041 393,73
Total do Património Líquido e Passivo		79 558 187,98 €	71 488 712,35 €

Demonstração dos resultados por naturezas individual do período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2025	2024
Prestações de serviços e concessões	13 e 30	14 275 028,45 €	13 849 589,15 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 e 30	621 879,88 €	606 863,18 €
Fornecimentos e serviços externos	25 -	4 085 178,13 € -	3 199 317,77 €
Gastos com pessoal	19 -	8 787 618,39 € -	8 002 561,86 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 -	400 797,00 € -	250 392,53 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	16 227,22 € -	82 769,38 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	não 9	888,75 €	108,85 €
Aumentos/Reduções de justo valor	18	2 200,47 € -	2 106,90 €
Outros rendimentos	13 e 29	1 698 938,40 €	3 036 822,15 €
Outros gastos	27 -	131 501,13 € -	928 747,91 €
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		3 210 068,52 €	5 027 486,98 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32 -	552 335,87 € -	461 603,35 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		2 657 732,65 €	4 565 883,63 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	3 492,22 €	9 664,44 €
Resultado antes de impostos		2 661 224,87 €	4 575 548,07 €
Imposto sobre o rendimento	33 -	10 679,28 € -	14 248,87 €
Resultado líquido do período		2 650 545,59 €	4 561 299,20 €

Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla					Resultado líquido do período	TOTAL
		Capital/ Património Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		514 000,00	226 362,00	32 259 918,45	1 237 501,37	648 237,60	4 561 299,20	39 447 318,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Correção de erros materiais	24	0,00	0,00	0,00	-215 011,52	0,00	0,00	-215 011,52
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	24	0,00	0,00	4 561 299,20	0,00	0,00	-4 561 299,20	0,00
	(2)	0,00	0,00	4 561 299,20	-215 011,52	0,00	-4 561 299,20	-215 011,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	24						2 650 545,59	2 650 545,59
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							-1 910 753,61	2 435 534,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Subscrições de capital/património	24	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
Outras operações	24	-1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 000,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	24	514 000,00	226 362,00	36 821 217,65	1 022 489,85	648 237,60	2 650 545,59	41 882 852,69

Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla					Resultado líquido do período	TOTAL
		Capital/ Património Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		514 000,00	226 362,00	28 600 006,28	1 237 501,37	648 237,60	3 659 912,17	34 886 019,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	24	0,00	0,00	3 659 912,17	0,00	0,00	-3 659 912,17	0,00
	(2)	0,00	0,00	3 659 912,17	0,00	0,00	-3 659 912,17	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	24						4 561 299,20	4 561 299,20
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							901 387,03	4 561 299,20
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	24	514 000,00	226 362,00	32 259 918,45	1 237 501,37	648 237,60	4 561 299,20	39 447 318,62

Demonstração individual dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		19 413 759,27	19 111 469,40
Pagamentos a fornecedores		-4 956 534,43	-3 970 727,40
Pagamentos ao pessoal		-7 032 661,33	-6 265 340,63
Caixa gerada pelas operações		7 424 563,51	8 875 401,37
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-12 137,34	-6 004,04
Outros recebimentos/pagamentos		223 575,28	-8 673 918,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	7 636 001,45	195 479,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-196 371,38	-3 135,00
Ativos intangíveis		-410 006,45	-622 006,33
Investimentos financeiros		-74 400 000,00	-64 000 000,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		64 000 000,00	55 000 000,00
Juros e rendimentos similares		6 984,44	15 430,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	-10 999 393,39	-9 609 710,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	-3 363 391,94	-9 414 231,50
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 709 319,02	14 123 550,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.3	1 345 927,08	4 709 319,02
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 709 319,02	14 123 550,52
- Equivalentes de caixa no início do período		4 709 319,02	14 123 550,52
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		4 709 319,00	14 123 550,52
De execução orçamental		5 957 677,26	10 086 646,23
De operações de tesouraria		-1 248 358,26	4 036 904,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 345 927,08	4 709 319,02
- Equivalentes de caixa no fim do período		1 345 927,08	4 709 319,02
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		1 345 927,08	4 709 319,00
De execução orçamental		753 803,33	5 957 677,26
De operações de tesouraria		592 123,75	-1 248 358,26

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025





Conteúdo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	5
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	17
3. ATIVOS INTANGÍVEIS	30
4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	32
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	32
6. LOCAÇÕES	34
7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	34
8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	34
9. IMPARIDADE DE ATIVOS.....	35
10. INVENTÁRIOS	36
11. AGRICULTURA	36
12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO.....	36
13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	36
14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	39
15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	40
16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	41
17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	41
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	42
19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	51
20. PARTES RELACIONADAS.....	53
21. RELATO POR SEGMENTOS.....	54
22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES.....	54
23. DIFERIMENTOS	55
24. PATRIMÓNIO.....	60
25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	63
26. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	64
27. OUTROS GASTOS	64
28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	66

29. OUTROS RENDIMENTOS	66
30. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	68
31. COMPROMISSOS.....	71
32. DEPRECIAÇÕES	71
33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	72
34. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	72
35. OUTROS COMENTÁRIOS	72
36. HONORÁRIOS DA REVISÃO LEGAL DE CONTAS.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desagregação de Caixa e Banco	15
Tabela 2 - Especialização dos exercícios	24
Tabela 3 - Ativos intangíveis - variação	30
Tabela 4 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período....	31
Tabela 5 - Ativos intangíveis – adições.....	31
Tabela 6 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.....	32
Tabela 7 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	33
Tabela 8 - Ativos fixos tangíveis – adições	33
Tabela 9 - Locações Operacionais – Locatárias	34
Tabela 10 - Imparidades de ativos geradores de caixa e não geradores de caixa	35
Tabela 11 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade.....	35
Tabela 12 - Valor por transação com contraprestação	36
Tabela 13 – Contratos programas/protocolos de cooperação	38
Tabela 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	39
Tabela 15 – Provisões	40
Tabela 16 – Detalhe Provisões	40
Tabela 17 – Ativos Contingentes	41
Tabela 18 - Ativos Financeiros	43
Tabela 19 - Ativos Financeiros – participações financeiras	44
Tabela 20 - Ativos Financeiros – Clientes.....	45
Tabela 21 - Ativos Financeiros – Devedores por Acréscimo de Rendimentos .	46
Tabela 22 - Ativos Financeiros – Devedores por Acréscimo de Rendimentos - OLMC	46
Tabela 23 - Passivos Financeiros	47
Tabela 24 - Benefícios dos Empregados.....	51

Tabela 25 - Benefícios dos Empregados - Remunerações Órgãos Sociais.....	52
Tabela 26 - Benefícios dos Empregados - Número de Colaboradores	53
Tabela 27 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas	53
Tabela 28 - Divulgações de partes relacionadas - Transações.....	54
Tabela 29 - Interesses em Outras Entidades	54
Tabela 30 - Diferimentos Passivos	55
Tabela 31 - Diferimentos Passivos - Certificados Energéticos	57
Tabela 32 -Diferimentos Passivos - Certificados energéticos - Rendimentos do Ano e Futuros	57
Tabela 33 -Diferimentos Passivos - Certificados Energéticos - Rendimentos Diferidos	57
Tabela 34 - Diferimentos Passivos – OLMC.....	58
Tabela 35 - Protocolos de Cooperação Técnica, celebrados em 2025, com o Fundo Ambiental	59
Tabela 36– Património.....	60
Tabela 37 - Património Social - Distribuição por Origem	61
Tabela 38 - Património Social - Variação	61
Tabela 39 - Património Social - Reservas.....	62
Tabela 40 - Património Social - Resultados Transitados.....	62
Tabela 41 - Fornecimentos e Serviços Externos	63
Tabela 42- Outros gastos.....	65
Tabela 43 - Outros gastos - Correções de exercícios anteriores	65
Tabela 44 - Outros Rendimentos	66
Tabela 45 - Outros Rendimentos – Rendimentos Suplementares	67
Tabela 46 - Outros Rendimentos – Correções de exercícios anteriores.....	68
Tabela 47 – Rendimento	69
Tabela 48 – Compromissos	71
Tabela 49 – Depreciações	72
Tabela 50 - Resultado Líquido.....	73



NOTA INTRODUTÓRIA

- i. As notas que compõem o presente Anexo, respeitam à numeração sequencial definida na Norma de Contabilidade Pública nº 1 – “Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras”, publicada no Anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Contabilização para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- ii. As notas não aplicáveis à ADENE - Agência para a Energia, são identificadas com a seguinte menção: “Nota não aplicável à ADENE”.

As contas da U-OLMC (Unidade Autónoma Operador Logístico de Mudança de Comercializador), referentes ao ano de 2025, integram as presentes Demonstrações Financeiras, ainda que sejam segregadas, para efeitos de apresentação autónoma à ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade e período de relato

I. Designação da entidade:

ADENE – AGÊNCIA PARA A ENERGIA

CAE Principal: 72190 - Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais

Número Identificação Pessoa Coletiva: 501618392

Pessoa coletiva de tipo associativo de direito privado com estatuto de utilidade pública, integrada na Administração Central do Estado, na qualidade de EPR-RG – Entidade Pública Reclassificada do Regime Geral.

Missão: promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e nas áreas do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade.

II. Endereço:

Rua Visconde Seabra, 3, 2º Piso 1700-421 Lisboa

Correio Eletrónico: geral@adene.pt

Sítio da internet: <https://www.adene.pt/>

III. Código da classificação orgânica (Entidade Orçamental):

14 - Ministério do Ambiente

19 - Secretaria de Estado da Energia

90 - Capítulo

17 - Divisão

00 - Subdivisão

IV. Legislação:

Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, publicado no Diário da República n.º 209/2000, Série I-A.

V. Recursos Humanos:

Número total de trabalhadores no início do período de relato: 161 (inclui os 3 elementos do Conselho de Administração, não considerado no ano 2024)

Número total de trabalhadores no fim do período de relato: 175

Os Órgãos Sociais, têm a seguinte estrutura:

- Assembleia Geral: composto por 3 membros, sendo um o Presidente, e dois Secretários.
- Conselho Fiscal: composto por 3 membros, sendo um o Presidente e dois Vogais.
- Conselho de Administração: composto por 5 membros, sendo um o Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Vogais com funções não executivas.

Duração dos mandatos: 3 anos

VI. Regime e organização contabilística:

A ADENE aplica, desde 2021, o SNC-AP, regime integral.

A Contabilidade de gestão foi implementada de acordo com a estrutura da ADENE e, com as suas necessidades de apuramento de resultados, por atividade, destacando-se a Unidade Autónoma Operador Logístico de Mudança de Comercializador (U-OLMC) e, dentro desta, a segregação por Eletricidade (SEN) e Gás (SNG), cujas Demonstrações Financeiras, estão sujeitas a apreciação autónoma, ainda que integradas nas contas da ADENE.

Para além da U-OLMC, a ADENE instituiu um regime de contabilidade separada, para os seus segmentos de negócio, Energia e Hídrica, a qual é apurada, através da contabilidade de gestão.

VII. Caracterização da Unidade Autónoma - Operador Logístico de Mudança de Comercializador

Dando cumprimento ao deliberado em reunião de Assembleia Geral, celebrada em 17 de outubro de 2017, e, em conformidade com os artigos aditados aos estatutos da ADENE, atualizados após a citada Assembleia Geral, passou a ser integrada a "Unidade Operador Logístico de Mudança de Comercializador" ("U-OLMC") como uma unidade interna, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, que prossegue em exclusivo as atribuições da ADENE no que respeita à operacionalização das mudanças de comercializador nos mercados de eletricidade e gás natural e atividades associadas, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 38/2017 de 31 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua atual redação, que define que a ADENE mantém transitoriamente a responsabilidade de OLMC, nos termos do n.º 1 do artigo 292º.

A U-OLMC está sujeita a regulação pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2017 de 31 de março.

Os agentes e trabalhadores que asseguram a atividade de OLMC, no âmbito da U-OLMC, estão sujeitos às garantias de imparcialidade e incompatibilidades aplicáveis aos trabalhadores da Administração Pública.

A U-OLMC integra os seguintes órgãos:

- Direção Executiva;
- Conselho Consultivo.

Compete à Direção Executiva da U-OLMC exercer todas as competências cometidas à ADENE enquanto entidade incumbida de exercer a atividade de OLMC pelo Decreto-Lei n.º 38/2017 de 31 de março, nomeadamente:

- a) Operacionalizar as mudanças de comercializador nos mercados de eletricidade e de gás natural;

- b) Gerir e assegurar a manutenção da plataforma eletrónica logística de mudança de comercializador e de prestação de informação;
- c) Assegurar a prestação de informação personalizada aos consumidores de eletricidade e de gás natural, nomeadamente nos seguintes âmbitos:
 - i. Procedimento para a contratação de um serviço de fornecimento de eletricidade e/ou de gás natural;
 - ii. Tarifas adequadas a cada perfil de consumo, determinadas com base na informação detida pelo operador e a pedido do consumidor;
 - iii. Tarifa(s) social(ais) existente(s) e aplicável(eis);
 - iv. Informação sobre procedimentos e prazos para o restabelecimento de ligações;
 - v. Informações sobre utilização eficiente de energia, destinados a promover a eficiência energética e a utilização racional dos recursos;
 - vi. Outras informações relevantes para o consumidor de eletricidade e gás natural;
- d) Elaborar relatórios semestrais relativos aos processos de mudança de comercializador, incluindo a análise e avaliação do nível da qualidade de serviço de mudança de comercializador e transmissão e divulgação dos resultados;
- e) Assegurar a recolha, armazenamento, tratamento e validação dos dados de consumo de eletricidade e de gás natural e a gestão da plataforma eletrónica para este efeito;
- f) Assegurar a transmissão dos elementos de informação necessários aos intervenientes no SEN e no SNG, incluindo aos comercializadores, sempre que solicitada e justificada a necessidade de transmissão dos mesmos;
- g) Elaborar um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e assegurar a implementação de mecanismos de acompanhamento e de gestão e conflitos de interesse devidamente publicitados;
- h) Aprovar o plano de atividades e orçamento anual;
- i) Aprovar o relatório de atividades e contas anual da U-OLMC.



VIII. Principais ocorrências no período de relato

Orçamento

A Lei de Orçamento de Estado para 2025, entrou em vigor a 1 de janeiro¹.

O orçamento da ADENE, submetido à EO- Entidade Orçamental (ex-DGO), em agosto de 2024, foi integralmente aprovado, pelo seu valor global de 83.677.866 euros.

No entanto, as dotações disponíveis, foram reduzidas, por via de:

- Cativações, no montante de 7.815.225 euros, cuja descativação foi integralmente autorizada;
- Reserva, no montante de 2.033.458 euros;
- Acréscimo de 3.000.000,00, com origem no Fundo Ambiental.

Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira

Em 2025, foram celebrados, com o Fundo Ambiental, dois Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira, a saber:

- Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve, no montante de 256.000,00 euros;
- Mercado Voluntário de Carbono, no montante de 145.000,00 euros.

Contrato-Programa

Nos termos do Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, do Ministro da Coesão e da Ministra do Ambiente e Energia, e em linha com o previsto no Acordo Operacional com a Comissão Europeia, de 18 de janeiro de 2022, modificado em 24 de novembro de 2024, foi, através do Contrato-Programa celebrado, a 27 de dezembro de 2024, com o Fundo Ambiental, atribuído à ADENE o papel de coordenadora da rede de “Espaços Energia”.

Neste âmbito, até 31 de dezembro de 2026, contribuirá para o cumprimento da meta associada à reforma RP-C21-r44 e, em particular, à meta 21.11, que

¹ Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro

prevê a operacionalização e abertura aos cidadãos de 50 Espaços Cidadão Energia físicos.

Para o efeito receberá um financiamento de 3.000.000,00 euros. repartido da seguinte forma:

- a) Suporte técnico à operacionalização do apoio aos Espaços Energia: 100.000,00 euros;
- b) Apoio às entidades promotoras na criação e operação inicial de novos Espaços Energia: 2.900.000,00 euros.

Foi, igualmente, e à semelhança de anos anteriores, celebrado com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), um contrato-programa, que estabelece um conjunto de atividades de interesse público, no âmbito da concretização de objetivos de política energética estabelecidos pelo Governo para 2025, bem como os respetivos apoios financeiros a conceder pela DGEG.

IX. Apresentação detalhada da entidade

A Agência para Energia foi criada em setembro de 2000, através do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, por transformação do Centro para a Conservação de Energia (CCE), criado em 1984. Em dezembro de 2001, pelo Decreto-Lei n.º 314/2001, de 10 de dezembro, a denominação da Agência para a Energia foi alterada para "ADENE – Agência para a Energia".

A ADENE - Agência para a Energia (adiante designada por "ADENE") é uma pessoa coletiva de tipo associativo de direito privado com estatuto de utilidade pública que se rege pelo Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, pelos estatutos e, supletivamente, pelas normas aplicáveis às associações de direito privado, em especial, pelos artigos 157.º a 184.º do Código Civil.

A ADENE tem por missão prioritária promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e suas interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições neste domínio, incluindo a eficiência energética, hídrica e a mobilidade.

O património da ADENE é constituído pelas contribuições dos seus associados, sendo atualmente composto por 514 unidades de participação, no valor total de 514.000,00 euros. No ano de 2025, foi excluído um associado, e admitido um novo.

Embora a ADENE seja uma associação que integra associados públicos e associados privados, os associados públicos detêm, por obrigação legal, a

maioria do património social (cfr. n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril).

Em 1 de agosto de 2023, foi nomeado um Conselho de Administração para o mandato 2023-2026, composto pelo Presidente e dois Vice-Presidentes que não pertencem aos quadros de qualquer um dos Associados e, por dois vogais não executivos pertencentes à DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia) e ao LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia).

Por estar maioritariamente sujeita ao controlo de gestão por parte de entidades públicas – em especial, da DGEG, do LNEG, da APA (Associação Portuguesa do Ambiente, I.P.) e da DGAE (Direção-Geral das Atividades Económicas) que detêm mais do que 50% do valor do Fundo Patrimonial e dos votos correspondentes – a ADENE foi considerada entidade adjudicante por aplicação da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos². Entendimento esse que, através da alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, ficou expressamente consagrado no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro.

Com vista a um maior controlo financeiro da atuação da ADENE, o Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril, através do aditamento do artigo 24.º-B ao Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, veio consagrar expressamente a sujeição da ADENE à jurisdição e ao controlo do Tribunal de Contas e pela Inspeção-Geral das Finanças, bem como a sujeição a parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), atual Entidade do Tesouro e Finanças, da DGEG e da APA das propostas de Plano de Atividades e de Orçamento para cada ano de atividade, de plano de investimentos e dos documentos de prestação anual de contas. Adicionalmente, mediante o aditamento do artigo 24.º-C operado pelo mesmo diploma, foi ainda consagrado o regime de transparência financeira aplicável à ADENE, devendo a sua contabilidade ser organizada nos termos legais, e de forma que permita identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes entre a ADENE e os respetivos associados que sejam entidades públicas, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho, na sua atual redação, aplicável com as necessárias adaptações.

Sem prejuízo das regras de contratação pública aplicáveis, o Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, continua a dispor que nas relações contratuais e, no que se refere ao regime de bens, se aplica o direito privado (artigo 8.º).

² Conforme o entendimento do Tribunal de Contas expresso no Relatório de Auditoria n.º 19/13 – 2.ª Seção, de setembro de 2013.

Os estatutos da ADENE foram alterados em 2017, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de Operador Logístico de Mudança de Comercializador (“OLMC”).

As últimas alterações aos Estatutos da ADENE foram introduzidas em 2023, conforme deliberado na 51.ª Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2023, no sentido de introduzir alterações ao ciclo de gestão como sejam: a antecipação da realização da primeira reunião anual ordinária da Assembleia Geral para a aprovação das contas, de 30 de abril para 31 de março do ano seguinte ao ano a que respeitam; a fixação da data limite para a reunião trienal da Assembleia Geral que deve ocorrer até ao dia 31 de julho, para apreciação e votação do Plano de Atividades e respetivo Orçamento (PAO) para o triénio seguinte, sob proposta do Conselho de Administração e ainda, a previsão da obrigação de, até ao dia 31 de julho de cada ano, o Conselho de Administração remeter aos Associados a versão aprovada do PAO para o ano seguinte, com vista a salvaguardar a submissão anual do seu projeto de Orçamento à Direção-Geral do Orçamento, sem prejuízo da aprovação pela Assembleia Geral, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior a que respeitam. Destaca-se ainda a aprovação por unanimidade dos Associados, da proposta efetuada pelo Conselho de Administração, de alteração de sede estatutária, a qual fica, todavia, condicionada à verificação das autorizações legais necessárias, razão pela qual ainda não se encontra vertida nos estatutos.

Para a prossecução da sua missão, a ADENE tem, designadamente, as seguintes atribuições legais (cfr. artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, e o estabelecido no Decreto-Lei n.º 38/2017):

- a) Colaborar com os organismos da Administração Pública na execução de atividades essenciais à concretização de políticas e medidas para o setor da energia, incluindo a eficiência energética na mobilidade, e suas interfaces com outros setores, bem como à concretização de políticas e medidas para o setor do ambiente relativas ao uso eficiente da água;
- b) Promover, preferencialmente em parceria, projetos na área da eficiência energética e eficiência hídrica;
- c) Promover e participar em ações de divulgação e difusão de novas tecnologias energéticas e tecnologias mais limpas;
- d) Fomentar a transferência de tecnologias na área energética, promovendo a formação de parcerias entre as instituições de I&DT, as empresas e as congéneres internacionais;
- e) Dinamizar a concretização de planos e ações tendentes ao aproveitamento das capacidades de intervenção existentes a nível nacional e

que podem convergir na melhoria da gestão de energia, na promoção do crescimento verde e no maior aproveitamento de recursos endógenos, designadamente a nível local e regional;

f) Prestar apoio na identificação e viabilização de medidas e projetos com fins energéticos, tendo em conta também a preservação do ambiente;

g) Desenvolver ações inerentes à sensibilização e informação das empresas e do público em geral para as questões da energia e para a dimensão ambiental a elas associada;

h) Promover ações de formação especializada na aplicação de instrumentos e tecnologias de gestão de energia;

i) Participar em redes ou associações nacionais ou internacionais de entidades com vocação similar;

j) Gerir o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, nos termos do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua atual redação;

k) Gerir o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, na sua atual redação;

l) Exercer a atividade de OLMC, nos termos do Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março;

m) Gerir outros sistemas que lhe sejam atribuídos por lei, nomeadamente a U-OLMC.

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 51.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (cfr. Lei n.º 98/87, de 26 de agosto, na sua atual redação), a ADENE é uma entidade sujeita à elaboração e prestação de contas, estando obrigada à submissão ao Tribunal de Contas, até ao dia 31 de março do ano seguinte àquele a que respeitam (cfr. artigo 65.º da Lei de Enquadramento Orçamental), por força da sua classificação como Entidade Pública Reclassificada no perímetro do Orçamento do Estado, sujeita ao regime geral, desde 1 de janeiro de 2020.

Em consequência da referida reclassificação, a ADENE passou a estar sujeita a um novo quadro jurídico-financeiro, incluindo novas obrigações de reporte a diversas entidades (tais como a Direção-Geral do Orçamento, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., entre outras) e a sua sujeição à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro), bem como a adoção de um novo referencial contabilístico, o Sistema Normativo de Contabilidade para as Administrações Públicas (SNC-AP), o que necessariamente tem implicado a adaptação e atualização dos seus sistemas de gestão.

As contas da ADENE estão ainda sujeitas, a um conjunto de trâmites legais: (i) parecer prévio da Entidade do Tesouro e Finanças, da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. e da Direção-Geral de Energia e Geologia; (ii) aprovação em Assembleia Geral.

Por outro lado, o encerramento da contabilidade da ADENE está condicionado ao encerramento prévio das contas da U-OLMC, as quais influenciam o património líquido da ADENE.

1.2 Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras (DF's) foram preparadas de acordo com o referencial do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro, que integra nos seus Anexos I. II. e III, a Estrutura Conceptual, as Normas de Contabilidade Pública (NCP 's) e o Plano de Contas Multidimensional.

As Normas que constam do referido Anexo II, são as que abaixo se identificam:

- EC - Estrutura conceptual
- NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
- NCP 3 - Ativos Intangíveis
- NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
- NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis
- NCP 6 - Locações
- NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos
- NCP 8 - Propriedades de Investimento
- NCP 9 - Imparidade de Ativos
- NCP 10- Inventários
- NCP 11- Agricultura
- NCP 12- Contratos de Construção
- NCP 13- Rendimento de Transações com Contraprestação
- NCP 14- Rendimento de Transações sem Contraprestação
- NCP 15- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- NCP 16- Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 17- Acontecimentos Após a Data de Relato
- NCP 18- Instrumentos Financeiros
- NCP 19- Benefícios dos Empregados
- NCP 20- Divulgações de Partes Relacionadas
- NCP 21- Demonstrações Financeiras Separadas

- NCP 22- Demonstrações Financeiras Consolidadas
- NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
- NCP 24- Acordos Conjuntos
- NCP 25- Relato por Segmentos
- NCP 26- Contabilidade e Relato Orçamental
- NCP 27- Contabilidade de Gestão

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCP's relevantes para a entidade, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar na ADENE com impacto significativo na quantia escriturada dos ativos e passivos, assim como, no reconhecimento de rendimentos e gastos do período de reporte. As estimativas efetuadas têm por base a informação histórica.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com o legalmente determinado.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os dois exercícios são comparáveis.

1.3 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

A 31 de dezembro dos anos de 2025 e 2024, o detalhe de caixa e depósitos era o seguinte:

Tabela 1 - Desagregação de Caixa e Banco

Descrição	2025	2024
Caixa	- €	- €
Depósitos à ordem	1 345 927,08 €	4 709 319,02 €
Depósitos à ordem no Tesouro	1 033 091,81 €	4 513 735,41 €
Depósitos bancários à ordem	312 835,27 €	195 583,61 €
Depósitos a prazo	- €	- €
Depósitos consignados	- €	- €
Depósitos de garantias e cauções	- €	- €
Total	1 345 927,08 €	4 709 319,02 €

Do total de 1.345.927,08 euros em Depósitos à Ordem, 1.033.091,81 euros correspondem a valores sediados no IGCP e 312.835,27 euros, a valores sediados na CGD – Caixa Geral de Depósitos.

Não obstante a obrigatoriedade do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), a ADENE tem vindo a ser excecionada, parcialmente, desse cumprimento, pelo facto do IGCP não conseguir garantir a Sibs Payments Gateway. No entanto, em 2025 o IGCP assegurou ter as condições tecnológicas para o efeito, pelo que se iniciaram os tramites necessários à transição e adoção à plataforma da ESPAP. Apesar de todos os esforços envidados pela ADENE, no final do ano o IGCP transmitiu que não conseguiria assumir, na integra, os requisitos necessários à transição.

Assim, a ADENE voltou a requerer ao IGCP a dispensa do cumprimento da UTE, para o ano de 2025 e 2026, até que a formalização da relação comercial entre a CGD e o IGCP fique concluída e a cobrança da receita própria do Sistema de Certificação Energética de Edifícios, demais sistemas de certificações voluntárias e Academia, através de Gateway de Pagamentos seja creditada na conta bancária da ADENE domiciliada no IGCP.

A rubrica “Outros ativos financeiros” corresponde à subscrição, junto do IGCP, de CEDIC’s (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo), no montante de 74.400.000,00 euros, de acordo com as suas disponibilidades de tesouraria. À semelhança do ano anterior, o prazo de maturidade desta aplicação foi de 3 dias, tendo ocorrido, em 2025, o vencimento do valor aplicado no ano transato. O valor aplicado em CEDIC’s em 2025, foi substancialmente superior ao aplicado em 2024, o que justifica a diminuição do saldo de Depósitos à Ordem.

O Fundo de Apoio à Inovação (FAI), instituído junto da ADENE, pelo Despacho n.º 32276-A/2008, de 17 de dezembro, do Ministro da Economia e da Inovação (entretanto alterado pelo Despacho n.º 5727/2013, de 2 de maio, do Secretário de Estado da Energia), foi através do Decreto-Lei n.º 114/2021, de 15 de dezembro extinto, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, sucedendo-lhe o Fundo Ambiental na suas atribuições, direitos e obrigações.

O processo encontra-se concluído, com exceção do saldo de 0,03 euros, existente no Novo Banco, por esta instituição não dar sequência ao encerramento da conta, por se tratar de uma carteira de fundos, cuja negociação não é permitida dado ser do extinto Banco Espírito Santo.

O valor sediado, nesta conta, não integra o saldo de disponibilidades da ADENE.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras anexas, referentes ao exercício de 2025, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da ADENE mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Contabilidade Pública.

É entendimento do Conselho de Administração que as informações constantes deste relatório refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da ADENE e dão uma visão geral balanceada e ajustada à realidade das suas políticas, organização e práticas em conformidade com as normas e diretrizes de referência adotadas, encontrando-se reunidas as condições para a manutenção da sua atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

2.1.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração utilizados correspondem aos definidos na NCP 5 – Ativos Tangíveis.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização.

Como referencial, a ADENE encontra-se obrigada à aplicação da Tabela publicada no Anexo III ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, denominado por Classificador Complementar 2, o qual contém:

a) Os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira. Os primeiros dígitos coincidem com as contas da Classe 4 do Plano de Contas Multidimensional;

b) As respetivas vidas úteis a serem utilizadas como referência pelas entidades, nomeadamente na aplicação do método de depreciação da linha reta/quotas constantes, em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, e são registadas em duodécimos, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada tipologia de bens.

Para cada bem, existe uma Ficha de Cadastro, a qual inclui: a) Identificação e localização do bem (por edifício, gabinete...); b) Numeração sequencial pelo ano de aquisição ou do 1º registo; c) Tipo de aquisição (compra, doação, cedência, transferência...); d) Valor inicial, valores de valorização posterior (revalorização ou grandes reparações), e) Critério de depreciação ou amortização, taxa anual, depreciação por ano e total, perdas por imparidade por ano e total; e f) Quantia escriturada. Cada bem é cadastrado e inventariado de per si, desde que constitua uma peça com funcionalidade autónoma e possa ser vendido individualmente. As Fichas de Cadastro dos bens são atualizadas até ao abate dos mesmos.

No abate é identificado o motivo (venda, doação, furto/roubo, destruição ou demolição, transferência, troca ou permuta), bem como o órgão e data de decisão e abate.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes e, de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2).

2.1.2 Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração utilizados correspondem aos definidos na NCP 3 – Ativos Intangíveis.

As amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização.

Os ativos adquiridos pela U-OLMC, são amortizados, pelo período de vida útil de 6 anos, independentemente da sua natureza, o que constitui uma exceção à adoção das vidas úteis constantes na tabela CC2.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis, e o método de depreciação dos vários ativos intangíveis, são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos intangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes e, de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2).

2.1.3 Ativos e Passivos não Correntes

Os ativos realizáveis e passivos exigíveis a mais de um ano, a contar com a data de balanço, são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.1.4 Investimentos Financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com a NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, os Investimentos Financeiros da ADENE, não reúnem os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. Esta Norma deve ser aplicada por todas as entidades que são investidoras com influência significativa sobre, ou controlo conjunto de uma participada, quando o investimento é consubstanciado pela detenção de um interesse de propriedade quantificável.

As participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e, criada provisão, sempre que sejam esperadas perdas potenciais. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

2.1.5 Passivos Financeiros

A classificação dos passivos financeiros é efetuada de acordo com a substância contratual, sendo independente da forma legal que assuma. Os passivos financeiros que constituem contas a pagar a fornecedores e outros credores são registados ao justo valor.



2.1.6 Outras Contas a Receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo, ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

2.1.7 Caixa e Bancos

A caixa e depósitos engloba o dinheiro em caixa e depósitos à ordem que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e que estejam sujeitos a um risco nulo ou insignificante de alterações de valor.

2.1.8 Provisões

As Provisões são registadas de acordo com o definido na NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de momento ou quantia incertos.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas quando, cumulativamente: (i) haja uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (ii) seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos (iii) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

As provisões distinguem-se de outros passivos, tais como contas a pagar e acréscimos, porque há incerteza acerca do momento ou da quantia dos dispêndios futuros exigidos na sua liquidação. Por oposição: (i) As contas a

pagar são responsabilidades para pagar bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos e tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; (ii) Acréscimos são responsabilidades para pagar bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos mas não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, ainda que, algumas vezes, seja necessário estimar a quantia ou momento dos acréscimos, a incerteza é muito menor do que nas provisões.

2.1.9 Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os passivos e ativos contingentes são aferidos de acordo com o definido na NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Em caso afirmativo, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorrer.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.1.10. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal.

2.1.11. Locações

Os critérios de classificação utilizados correspondem aos definidos na NCP 6 — Locações.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, sendo que os pagamentos devidos ao locador são reconhecidos e mensurados como

um gasto do período a que dizem respeito, numa base linear durante o prazo da locação.

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

2.1.12. Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A retribuição é feita sob forma de caixa, ou de equivalentes de caixa, e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

2.1.13. Rendimentos de transações sem contraprestação

Os subsídios são registados de acordo com o definido na NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação. Quando, em consequência de uma transação sem contraprestação, uma entidade reconhecer um ativo, também reconhece o rendimento equivalente à quantia do ativo mensurado.

Os subsídios de Estado associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios de Estado são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios de Estado que têm por finalidade compensar perdas já incorridas, ou que, não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

No que respeita às transferências efetuadas, a título de adiantamento, os recursos são reconhecidos como passivos até que sejam preenchidas todas as condições para efeitos de eliminação do passivo e respetivo reconhecimento do rendimento.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras e respetivas Notas deste anexo são apresentadas em Euros.

2.2.2. Não Compensação de saldos

As receitas e despesas não se compensam.

Os rendimentos e custos não se compensam.

Os ativos e passivos não se compensam.

2.2.3 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas ou exista fluxo financeiro. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e, cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

O princípio contabilístico da Especialização dos Exercícios, está intimamente relacionado com o entendimento das óticas da contabilidade, as quais ocorrem ou podem ocorrer em momentos distintos, nomeadamente em exercícios económicos diferentes.

Tabela 2 - Especialização dos exercícios

Ótica	Conceito	Demonstrações Financeiras
Financeira	Ativo/Passivo/Capital Próprio	Balanço
Económica	Rendimentos/Gastos	Demonstração de Resultados
Tesouraria	Recebimentos/Pagamentos	Demonstração de Fluxos de Caixa

2.2.4. Réditos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de encargos futuros que a ADENE venha a incorrer relacionados com as obrigações associadas ao rédito reconhecido, designadamente no que se refere a obrigações de verificação de qualidade de certificados emitidos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A ADENE não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a ADENE;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a ADENE;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a ADENE e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da ADENE receber o correspondente montante.

2.2.5 Segmento U-OLMC

Setor Elétrico Nacional (SEN) e Setor Nacional de Gás (SNG)

O reconhecimento do rédito é efetuado com base nos proveitos permitidos definidos pelo regulador, considerando as tarifas definidas anualmente pelo regulador e o cálculo estabelecido no Regulamento Tarifário do Setor Elétrico e no Regulamento Tarifário do Setor do Gás.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos).

No caso do SEN, os Réditos são reconhecidos anualmente, conforme o cálculo definido no n.º 4 do Art.º 113º do Regulamento Tarifário do Setor Elétrico com base nos valores ocorridos. A ERSE regula anualmente para o período t-2 respetivo e no final de cada período regulatório de 4 anos, os valores aceites pela ERSE de Proveitos Permitidos e os ajustes determinados pelo Regulamento, constituindo a diferença entre este(s) valor(es) e os réditos reconhecidos, para o ano t-2 e anteriores, Réditos Extraordinários devidos aos exercícios t-2 e anteriores.

No caso do SNG, os Réditos são reconhecidos anualmente conforme o cálculo definido nos n.ºs 6 e 8 do Art.º 103ª do Regulamento Tarifário do Setor do Gás, com base nos valores ocorridos nos anos "gás" s-2 (9meses) e s-1 (3Meses), correspondentes ao ano fiscal t-2. A ERSE regula anualmente para o período t-2 respetivo (anos "gás" s-2 e s-1) e no final de cada período regulatório de 4 anos, os valores aceites pela ERSE de Proveitos Permitidos e os ajustes determinados pelo Regulamento, constituindo a diferença entre este(s) valor(es) e os réditos reconhecidos, para o ano t-2 (anos "gás" s-2 e s-1) e anteriores, Réditos Extraordinários devidos aos exercícios t-2 (anos "gás" s-2 e s-1) e anteriores.

O ano t-2 corresponde em ambos os casos fiscalmente ao ano de contas encerrada (i.e., 2021), com a publicação para o SEN no final do ano t-1 (i.e., 2022) dos ajustes a efetuar no ano t (i.e., 2022) e a publicação para o SNG em meados do ano t (i.e., 2022) antes do fim do ano "gás" s-1 (i.e., Out2021/Set.2022) dos ajustes a efetuar no ano "gás" s (i.e., Out2022/Set2023), abrangendo parcialmente os anos t (i.e., 2022) e t+1 (i.e., 2023).

Para cada período regulatório do SEN e SNG (4 anos), a ERSE regula, nos termos dos respetivos regulamentos ³ e tendo por base a análise das contas relativas ao período regulatório anterior e a previsão submetida pelo OLMC para o período regulatório seguinte, os Proveitos Permitidos anuais seguintes numa lógica de modelo TOTEX, que constituem os valores máximos a reconhecer como réditos respetivamente para SEN e SNG. Estes valores não podem ser ultrapassados sem a sua aceitação pela ERSE na sua análise regulamentar anual e/ou após conclusão do período regulatório em causa.

As tarifas de Operação Logística de Mudança de Comercializador a aplicar pelo operador logístico de mudança de Comercializador ao operador global de sistema (SEN) e ao operador da rede de transporte (SNG) devem proporcionar os proveitos permitidos SEN e SNG da atividade de operação logística de mudança de Comercializador.

Segmento da eletricidade e gás

O reconhecimento do rédito é efetuado com base nos proveitos permitidos definidos pelo regulador, considerando as tarifas definidas anualmente pelo regulador e o cálculo estabelecido no Regulamento Tarifário do Setor Elétrico ⁴ e no Regulamento Tarifário do Setor do Gás ⁵.

Desvios tarifários

Os Regulamentos Tarifários dos setores da eletricidade e do gás, emitidos pela ERSE, definem a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e, contemplam nessa fórmula de cálculo, o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios serão recuperados.

³ SEN, Art.º 210.º et al. e SNG, Art.º 202.º et al.)

⁴ n.º 4 do Art.º 113º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto

⁵ n.ºs 6 e 8 do Art.º 103ª, Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto



Apuramento de Resultados

Os Resultados Líquidos apurados segregados por GN e EL respeitam à diferença entre os Proveitos Permitidos, definidos para cada ano, e os custos operacionais da atividade U-OLMC. Os Resultados podem ser afetados por reconhecimentos em anos seguintes, de rendimentos que resultem da aceitação e ajuste pela ERSE dos Proveitos Permitidos para exercícios anteriores.

2.2.6 Devedores e credores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos

Os devedores e credores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos são registados de acordo com o definido nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional.

Registam-se nesta conta as transferências e subsídios a receber, relativos a projetos financiados e cofinanciados, pelas instituições portuguesas e comunitárias. Os saldos das contas 201 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos e a conta 206 - Credores por devoluções de transferências, correspondem a despesa efetuada que aguarda o respetivo recebimento e a diferença positiva entre os valores recebidos a título de adiantamento e a despesa executada.

Entende-se como valor executado o que corresponde aos rendimentos apurados em função dos custos incorridos afetos a cada projeto.

Aquando da contratualização dos projetos (co)financiados, é recebida uma primeira tranche, a título de adiantamento. Ainda que os projetos sejam plurianuais, o valor do adiantamento corresponde ao produto entre a aplicação da taxa definida para adiantamento - maioritariamente na ordem dos 75% - ao montante total a financiar, o que origina por um determinado período, por vezes superior a um ano, uma posição credora por parte da ADENE.

Caso as despesas apresentadas pela ADENE, e consideradas elegíveis pelos respetivos Programas, não superem os montantes já recebidos, nomeadamente a título de adiantamento, no final do contrato a ADENE é notificada para proceder à sua devolução.

2.2.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e, cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e, todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor valor, entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

A reversão do registo de um ativo detido para venda, rege-se pela NCRF nº 8, nomeadamente o seu § 27. Os ativos que deixaram de ser classificados como detidos para venda devem ser mensurados pelo valor mais baixo entre:

- a) a sua quantia escriturada antes do ativo ser classificado como detido para venda, ajustada a qualquer depreciação ou revalorização que teria sido reconhecida se o ativo não estivesse classificado como detido para venda; e
- b) a sua quantia recuperável à data da decisão posterior de não vender.

2.2.8. Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que, proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Nota não aplicável à ADENE.

2.4 Pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de Principais provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e, baseiam-se na experiência histórica e, em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da ADENE, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

2.5 Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros

Nota não aplicável à ADENE.

2.6 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor a estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas ocorridas no ano de 2025 basearam-se no princípio da prudência e foram aplicados ao cálculo das provisões para processos judiciais e ao cálculo da especialização das férias e subsídio de férias e encargos.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Nota não aplicável à ADENE.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Nota não aplicável à ADENE.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o ano de 2025, os ativos intangíveis registaram variações decorrentes de adições, amortizações e eventuais perdas por imparidade, refletindo a evolução da quantia escriturada ao longo do período:

Tabela 3 - Ativos intangíveis - variação

Rubricas (1)	Início do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
Ativos Intangíveis				
Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	443 803,67 €	443 073,31 €	- €	730,36 €
Programas de computador e sistemas de informação	2 895 244,45 €	2 129 455,37 €	- €	765 789,08 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €
Outros	24 340,97 €	19 164,34 €	- €	5 176,63 €
Ativos intangíveis em curso	240 562,44 €	- €	- €	240 562,44 €
Total	3 603 951,53 €	2 591 693,02 €	- €	1 012 258,51 €
Rubricas (1)	Final do período			
	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos Intangíveis				
Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	443 803,67 €	443 568,26 €	- €	235,41 €
Programas de computador e sistemas de informação	3 463 442,34 €	2 511 081,58 €	- €	952 360,76 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €
Outros	24 340,97 €	24 340,97 €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	77 471,64 €	- €	- €	77 471,64 €
Total	4 009 058,62 €	2 978 990,81 €	- €	1 030 067,81 €

Tabela 4 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)		
Ativos Intangíveis											
Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	730,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	494,95 €	- €	- €	- €	235,41 €
Programas de computador e sistemas de informação	765 789,08 €	71 062,12 €	497 135,77 €	- €	- €	- €	381 626,21 €	- €	- €	- €	952 360,76 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	5 176,63 €	- €	- €	- €	- €	- €	5 176,63 €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	240 562,44 €	334 044,97 €	497 135,77 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	77 471,64 €
Total	1 012 258,51 €	405 107,09 €	- €	- €	- €	- €	- 387 297,79 €	- €	- €	- €	1 030 067,81 €

Tabela 5 - Ativos intangíveis – adições

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	71 062,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	71 062,12 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	334 044,97 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	334 044,97 €
Total	- €	405 107,09 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Total	405 107,09 €

As aquisições de Ativos intangíveis de maior materialidade respeitam, essencialmente, ao Desenvolvimento de uma nova plataforma de emissão de etiquetas para o CLASSE+, representando 58% do total das aquisições da rubrica "Programas de computador", bem como a serviços de Desenvolvimento da plataforma de registo do Mercado Voluntário de Carbono (MVC), os quais correspondem a 32% do total das aquisições registadas na rubrica "Ativos intangíveis em curso".

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Nota não aplicável à ADENE.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o ano de 2025, os ativos fixos tangíveis registaram variações decorrentes de adições, amortizações e eventuais perdas por imparidade, refletindo a evolução da quantia escriturada ao longo do período:

Tabela 6 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas (1)	Início do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	73 759,74 €	- €	58 893,56 €	14 866,18 €
Edifícios e outras construções	1 229 766,39 €	675 356,53 €	348 347,46 €	206 062,40 €
Equipamento básico	281 571,05 €	218 661,90 €	- €	62 909,15 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	940 903,88 €	862 365,90 €	- €	78 537,98 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €
Total	2 526 001,06 €	1 756 384,33 €	407 241,02 €	362 375,71 €

Rubricas (1)	Final do período			
	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	73 759,74 €	- €	58 893,56 €	14 866,18 €
Edifícios e outras construções	1 229 766,39 €	711 350,36 €	348 347,46 €	170 068,57 €
Equipamento básico	281 571,05 €	279 674,02 €	- €	1 897,03 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	1 100 555,41 €	930 398,03 €	- €	170 157,38 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €
Total	2 685 652,59 €	1 921 422,41 €	407 241,02 €	356 989,16 €

Tabela 7 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	14 866,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	14 866,18 €
Edifícios e outras construções	206 062,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 35 993,83 €	- €	- €	- €	170 068,57 €
Equipamento básico	62 909,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 61 012,12 €	- €	- €	- €	1 897,03 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	78 537,98 €	154 644,53 €	5 007,00 €	- €	- €	- €	- 68 032,13 €	- €	- €	- €	170 157,38 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	5 007,00 €	- 5 007,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	362 375,71 €	159 651,53 €	- €	- €	- €	- €	- 165 038,08 €	- €	- €	- €	356 989,16 €
Total	362 375,71 €	159 651,53 €	- €	- €	- €	- €	- 165 038,08 €	- €	- €	- €	356 989,16 €

Tabela 8 - Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas (1)	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)	
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)		
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	154 644,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	154 644,53 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	5 007,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 007,00 €
	- €	159 651,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	159 651,53 €
Total	- €	159 651,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	159 651,53 €

As aquisições de ativos fixos tangíveis de maior materialidade respeitam, essencialmente, à aquisição de 110 unidades de computadores portáteis HP EliteBook 8 14" G1i U5-225U e 50 unidades de Monitores HP FHD USB-C videoconferência Série 5 Pro 23,8" 524pm, representando 98% do total das aquisições da rubrica "equipamento administrativo".

Desde 2012, o imóvel de Alfragide encontrava-se classificado como Imóvel Detido para Venda. Em 2024, foi decidido manter o imóvel, procedendo-se à sua reclassificação como ativo fixo tangível.

A imparidade anteriormente registada, manteve-se, dado o nível de deterioração do imóvel.

6. LOCAÇÕES

Os contratos de locação operacionais vigentes, durante o ano de 2025, são os que se referem a viaturas e impressoras, como se identifica:

Tabela 9 - Locações Operacionais – Locatárias

Bens Locados (1)	Valor do Contrato com IVA (2)	Pagamentos efetuados (3)				Futuros Pagamentos (4)				Valor presente futuros pagamentos (5)
		Período		Acumulado		até 1 ano	entre 1 a 5 anos	superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viaturas										
ADENE_CP_040_2023_UGR Benecar, Lda_502587652 18.01.2024 a 18.04.2025	100 091,25 €	25 775,33 €	- €	100 091,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Mercedes-Benz Classe A Híbrido plug-in BA-53-SM Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BB-28-XH Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BB-91-ZN Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BC-65-TJ Peugeot e-208 Elétrico AZ-05-CP Peugeot e-208 Elétrico AZ-67-FF Peugeot 308 Híbrido plug-in BD-42-TM										
ADENE_CP_085_2025_UGR_Lote 1 PPL CAR_509298966 22.04.2025 a 17.04.2028	73 947,60 €	16 980,50 €	- €	16 980,50 €	- €	24 649,20 €	32 317,90 €	- €	56 967,10 €	- €
Tesla Modelo 3 Elétrico BP-77-UM Tesla Modelo 3 Elétrico BR-02-TV										
ADENE_CP_085_2025_UGR_Lote 2 VALPI RENT, Lda_502650230 18.04.2025 a 17.04.2028	170 478,00 €	39 777,90 €	- €	39 777,90 €	- €	56 826,00 €	73 874,10 €	- €	130 700,10 €	- €
Mercedes-Benz Classe A Híbrido plug-in BS-91-AT Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BS-87-AT Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BS-73-ZN Mercedes-Benz Classe C Híbrido plug-in BZ-03-OH										
Equipamentos Multifuncionais, para Impressão e Cópia										
ADENE_CPR_045_2024_USTI Beltrão Coelho, Lda_504654748 19.08.2024 a 19.08.2027	51 871,56 €	17 353,60 €	- €	22 086,03 €	- €	19 699,39 €	10 086,14 €	- €	29 785,53 €	3 076,68 €
Impressora Xerox C8055v_F (5)										
Total	396 388,41 €	99 887,33 €	- €	178 935,68 €	- €	101 174,59 €	116 278,14 €	- €	- €	3 076,68 €

7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Nota não aplicável à ADENE.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Nota não aplicável à ADENE.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Tabela 10 - Imparidades de ativos geradores de caixa e não geradores de caixa

Ativo (1)	Natureza (2)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)	Modelo utilizado	
					Justo valor (4)	Valor de uso (5)
Ativo Fixo Tangível_Imóvel (111512 U-377)	Não gerador de caixa	782 279,97 €	407 241,02 €	375 038,95 €		Custo de reposição
Investimentos Financeiros_Participações de Capit	Gerador de caixa	25 576,91 €	- €	25 576,91 €		Custo de restauro
Ativo Corrente_Clientes	Gerador de caixa	767 420,34 €	651 190,23 €	116 230,11 €	Justo Valor	
Ativo Corrente_Outros Devedores	Gerador de caixa	- €	- €	- €	Justo Valor	
Total		1 549 700,31 €	1 058 431,25 €	491 269,06 €		

Tabela 11 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade

Natureza	Custo Histórico (1)	Depreciação acumulada (2)	Quantia escriturada (3)=(1)-(2)	Quantia recuperável (4)	Perda por imparidade (5)=(3)-(4)	Perda por imparidade reconhecida em 2025 (6)	Reversão da perda por imparidade por imparidade (7)=(5)-(6)
Gerador de Caixa Investimentos Financeiros	25 576,91 €	- €	25 576,91 €	25 576,91 €	- €	- €	888,75 €
Gerador de Caixa Clientes	767 420,34 €	- €	767 420,34 €	116 230,11 €	651 190,23 €	400 797,00 €	- €
Total	792 997,25 €	- €	792 997,25 €	141 807,02 €	651 190,23 €	400 797,00 €	888,75 €

As imparidades registadas, no ano de 2025, tiveram como base:

- DGEG: Constituição de imparidade, no valor de 400.797,00 euros, relativa à fatura FA nº 2025/8, emitida a 19 de março de 2025, no âmbito do Contrato-Programa de 2024. Optou-se por considerar o valor total da fatura, atento o facto de ainda se encontrar em dívida a FA nº 2020/3, emitida a 4 de março de 2020, no valor de 250.393,23 euros.
- Desreconhecimento de imparidades registadas sobre dívidas de clientes antigas, inicialmente classificadas como de cobrança duvidosa. Estes saldos são considerados incobráveis, por já terem decorrido mais de 5 anos desde a sua exigibilidade, sem registos de pagamento ou evidência de diligências de recuperação, nos termos do artigo 310.º do Código Civil Português. A reversão é realizada em conformidade com a NCP 9 – Imparidade de Ativos (SNC-AP), refletindo a impossibilidade de recuperação contabilística destes valores e garantindo que as contas apresentem uma imagem fiel da situação financeira da entidade.

Manteve-se a imparidade existente sobre o imóvel da titularidade da ADENE.

10. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável à ADENE.

11. AGRICULTURA

Nota não aplicável à ADENE.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nota não aplicável à ADENE

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Tabela 12 - Valor por transação com contraprestação

Tipo de Transação com contraprestação (1)	Rendimento do Período reconhecido em 2025 (2)
Prestação de serviços	14 275 028,45 €
Certificados energéticos	11 342 173,71 €
Mudança de comercializador	1 916 645,00 €
Formação ministrada	485 210,24 €
Etiquetagem energética	409 327,50 €
Sistema de gestão de consumos intensivos	103 722,00 €
Outras	17 950,00 €
Venda de bens	- €
Juros	3 492,22 €
Royalties	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €
Outros	1 668 135,06 €
Fundo Ambiental - Protocolos de Cooperação Técnica	833 533,95 €
DGEG - Contrato Programa	776 404,65 €
AREAM - Protocolo de delegação de competências	58 196,46 €
Total	15 946 655,73 €

As transações com contraprestação, ascendem a 15.946.655,73 euros, correspondendo 90% desse valor à rubrica “Prestação de Serviços”.

Pelo detalhe apresentado no quadro, importa destacar algumas particularidades:



- **Certificados Energéticos**

Representa 80% do total das prestações de serviços, assumindo-se este segmento, como o garante do autofinanciamento da ADENE.

O valor de rendimento dos certificados energéticos é influenciado da seguinte forma:

- I. Pelo registo do rendimento obtido no ano referente à emissão, na área geográfica do Continente dos respetivos certificados energéticos, deduzido do valor da retenção efetuada nos termos da legislação em vigor⁶, a favor do Fundo Ambiental (10%) e da DGEG (3%);
- II. Excluem-se os valores cobrados de certificados energéticos emitidos na área geográfica da Região Autónoma da Madeira, que não constituem rendimento da ADENE, porquanto são pertença da AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira;
- III. Pelo efeito do fator de sustentabilidade, que pode ser positivo ou negativo, conforme explicitação efetuado no ponto 23.2 do presente documento.

- **Mudança de comercializador**

Representa 13% do total das prestações de serviços.

O valor de rendimento da Mudança de comercializador é influenciado da seguinte forma:

- i) Pelos proveitos permitidos, publicados pela ERSE;
- ii) Pelo ajustamento aos proveitos permitidos provenientes das estimativas de Proveitos para o ano em execução publicados pela ERSE.

- **Rendimentos Suplementares**

Representa 10% do total das Transações com Contraprestação.

O valor de rendimento é influenciado da seguinte forma:

⁶ Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07 de dezembro

- a) Contratos-Programa e Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados com o FA e a DGEG, com o objetivo de promover atividades de interesse público, para concretização de políticas de ação climática e de ambiente, abaixo identificados:

Tabela 13 – Contratos programas/protocolos de cooperação

Acordos com entidades vigentes no ano de 2025			
	Início	Fim	Rendimentos 2025
Fundo Ambiental			
Apoio à Gestão	27/12/2022	30/11/2025	92 500,00
Observatório Nacional da Pobreza Energética	20/10/2023	31/12/2025	296 810,86
Comunidade Energia	01/04/2024	31/12/2025	133 874,86
Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve	01/10/2024	31/12/2025	53 958,23
Mercado Voluntário de Carbono	19/11/2024	31/12/2025	134 550,00
Combate à Pobreza Energética Espaços Energia	12/12/2024	31/12/2025	121 840,00
Espaços Energia			
DGEG			
CP DGEG 2024 Apoio Eco.AP	01/01/2025	31/12/2025	81 213,17
CP DGEG 2024 Apoio SGCIE	01/01/2025	31/12/2025	219 910,93
CP DGEG 2024 Energia e Pobreza	01/01/2025	31/12/2025	159 330,70
CP DGEG 2024 Destacados	01/01/2025	31/12/2025	155 174,22
CP DGEG 2024 Contact Center	01/01/2025	31/12/2025	160 775,63
Total			1 609 938,60 €

- b) Protocolo de Delegação de Competências, celebrado a 2 de dezembro de 2022, com a AREAM – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira, com o objetivo de delegar competências na emissão e cobrança, dos certificados energéticos, emitidos no âmbito daquela região, recebendo, a ADENE, pelo exercício das competências delegadas, 19,8% sobre o produto dos certificados energéticos, emitidos naquela região, deduzido da retenção de 10% a favor do Fundo Ambiental.

- **Juros**

Os juros, respeitam exclusivamente aos rendimentos obtidos, pela aplicação, junto do IGCP, EPE, de CEDIC´s - Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo. O CEDIC aplicado em 2025, foi constituído com taxa de juro de 0%.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Tabela 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do Período reconhecido em 2025 (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €
Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	- €	- €	- €	- €	- €
Taxas	- €	- €	- €	- €	- €
Multas e outras penalidades	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências sem condições	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências com condições	621 879,88 €	- €	270 248,85 €	- 100 008,36 €	370 257,21 €
Fundos europeus	621 879,88 €	- €	270 248,85 €	- 100 008,36 €	370 257,21 €
Subsídios sem condição	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios com condição	- €	- €	- €	- €	- €
Legados, ofertas e doações	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	1 835,68 €	- €	- €	- €	- €
Indemnizações	1 835,68 €	- €	- €	- €	- €
Total	623 715,56 €	- €	270 248,85 €	- 100 008,36 €	370 257,21 €

Os Fundos Europeus são uma tipologia de apoios, com origem em diversos programas comunitários, que cofinanciam a despesa elegível, que se encontra contratualizada, referente aos objetivos do programa.

Após a candidatura aprovada e contratualizada, a ADENE tem direito a receber um adiantamento, de percentagem variável, em média de 75%, em consonância com as regras de cada programa.

Os rendimentos são reconhecidos à medida que ocorrem, e assumem a natureza de subsídios à exploração.

O saldo final credor, releva que foram recebidos mais adiantamentos do que a despesa efetuada, justificado pelas candidaturas serem plurianuais e os adiantamentos recebidos no primeiro ano, isto é, aquando da contratualização formal da candidatura.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O movimento das provisões em 2025, é o que se apresenta no quadro abaixo:

Tabela 15 – Provisões

Tipo (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)
		Reforços (3)	Aumento quantia escriturada (4)	Outros aumentos (5)	Total de aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total de diminuição (10)=(7)+(8)+(9)	
Processos judiciais em curso	85 030,26 €	8 346,60 €	- €	- €	8 346,60 €	- €	24 573,82 €	- €	24 573,82 €	68 803,04 €
Total	85 030,26 €	8 346,60 €	- €	- €	8 346,60 €	- €	24 573,82 €	- €	24 573,82 €	68 803,04 €

O movimento de provisões, reflete a redução da expectativa de perda de um processo laboral e a instauração de novo processo judicial, de âmbito laboral, contra a ADENE, tendo sido constituída provisão de 50% do seu valor.

Tabela 16 – Detalhe Provisões

Processo	Tribunal	Autor	Estimativa responsabilidade	% Probabilidade Desfecho Desfavorável	Valor Provisão 2025	Provisão 2024	Ajustamento 2025
1747/15.2BELSB	Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	Valor de Fundo – Sistemas de Conhecimento de Estratégico, Lda.	33 750,00 €	5%	1 687,50 €	1 687,50 €	- €
1864/23.5T8FIG	Tribunal do Trabalho de Coimbra	Jorge Manuel de Jesus Magueta	9 795,74 €	33%	3 264,92 €	3 264,92 €	- €
11728/24.0T8LSB	Tribunal do Trabalho de Lisboa	Manuel João de Albuquerque Pereira Bóia	144 551,89 €	33%	47 702,12 €	72 275,95 €	-24 573,83 €
30227/24.3T8LSB	Tribunal do Trabalho de Lisboa	Lúis Correia Baeta	15 603,78 €	66%	10 298,49 €	7 801,89 €	2 496,60 €
1256/25.1T8LSB	Tribunal do Trabalho de Lisboa	Susana de Oliveira Vaz Queiroz de Vasconcelos Rosa	11 700,00 €	50%	5 850,00 €	- €	5 850,00 €
Total					68 803,04 €	85 030,26 €	-16 227,22 €

Como Ativo Contingente, releva-se o montante de 1.119.369,08 euros, a ressarcir pelo Fundo Ambiental, organismo que sucedeu ao PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética. O presente valor corresponde aos gastos incorridos, com o apoio à Direção Executiva do PNAEE.

Em dezembro de 2025, foi a ADENE informada que, de acordo com o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, a presente questão será resolvida no âmbito da instalação da AGE (Agência de Geologia e Energia).

De acordo com o mapa de responsabilidades obtido no Banco de Portugal não existem quaisquer garantias prestadas pela ADENE.

Tabela 17 – Ativos Contingentes

Natureza Ativos Contingentes	Estimativa efeito financeiro
PNAEE/FEE -Fundo de Eficiência Energética Reembolso dos custos incorridos pela ADENE, no período entre os anos de 2013 a 2021	1 119 369,08 €
Total	1 119 369,08 €

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nota não aplicável à ADENE.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Em janeiro de 2026, foi promulgada a nova **Agência de Geologia e Energia (AGE, I. P.)**, criada para concentrar as competências anteriormente atribuídas à Direção-Geral de Energia e Geologia, ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, à ADENE – Agência para a Energia, à Entidade Nacional para o Setor Energético, à Empresa de Desenvolvimento Mineiro e à Empresa de Desenvolvimento Mineiro Internacional.

A reforma, a concretizar faseadamente até junho de 2027, visa simplificar procedimentos, eliminar redundâncias e aumentar a agilidade administrativa no setor energético e geológico. À data de emissão do presente relatório, aguarda-se a constituição formal da comissão instaladora da AGE, I. P., permanecendo ainda por clarificar o efeito prático da integração da ADENE – Agência para a Energia na nova estrutura, designadamente no que respeita ao enquadramento institucional, operacional e financeiro, bem como ao tratamento das dívidas tituladas pela Direção-Geral de Energia e Geologia.

Adicionalmente, o contexto internacional tem sido marcado por conflitos armados, tensões geopolíticas e instabilidade nos mercados energéticos globais, fatores que têm contribuído para volatilidade nos preços da energia, perturbações nas cadeias de abastecimento e maior incerteza macroeconómica. Estes desenvolvimentos poderão ter impactos indiretos na atividade da ADENE,

nomeadamente ao nível da execução de programas financiados, da procura por serviços técnicos especializados e da calendarização de investimentos públicos e privados no setor energético.

Não obstante, à data de encerramento das contas e de emissão do presente relatório, não se verificaram impactos materiais que afetem de forma significativa a posição financeira, o desempenho económico ou os fluxos de caixa reportados, nem foram identificados quaisquer acontecimentos subsequentes adicionais que mereçam ressalva ou que coloquem em causa a informação financeira divulgada.

A evolução futura do enquadramento geopolítico e do processo de reorganização institucional será objeto de acompanhamento contínuo, sendo que eventuais impactos relevantes serão refletidos nas demonstrações financeiras dos períodos subsequentes, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros

Em 2025, os ativos financeiros da ADENE têm a seguinte composição:

Tabela 18 - Ativos Financeiros

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos			
		Compras (3)	Ganhos de justo valor (4)	Reversões por perdas de imparidade (5)	Outros (6)
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	26 030,30 €	- €	- €	888,75 €	- €
Outros ativos financeiros	89 219,38 €	- €	2 200,47 €	- €	- €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	550 233,74 €	- €	- €	- €	1 395 089,09 €
Clientes	142 064,68 €	- €	- €	- €	374 962,43 €
Outros Devedores	12 031,20 €	- €	- €	- €	391 164,95 €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €
Devedores por acréscimo de rendimentos	555 946,11 €	- €	- €	- €	1 546 161,90 €
Outros ativos financeiros - Cedic` s	64 000 000,00 €	74 400 000,00 €	- €	- €	- €
Total	65 375 525,41 €	74 400 000,00 €	2 200,47 €	888,75 €	3 707 378,37 €

Rubricas (1)	Diminuições				Quantia escriturada final (11)
	Alienações (7)	Perdas de justo valor (8)	Perdas por imparidade (9)	Outros (10)	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	1 342,14 €	25 576,91 €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	91 419,85 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	963 807,97 €	981 514,86 €
Clientes	- €	- €	400 797,00 €	- €	116 230,11 €
Outros Devedores	- €	- €	- €	169 500,62 €	233 695,53 €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €
Devedores por acréscimo de rendimentos	- €	- €	- €	1 164 491,47 €	937 616,54 €
Outros ativos financeiros - Cedic` s	64 000 000,00 €	- €	- €	- €	74 400 000,00 €
Total	64 000 000,00 €	- €	400 797,00 €	2 299 142,20 €	76 786 053,80 €

A rubrica de participações financeiras, é constituída pelas entidades abaixo:



Participações Financeiras

Tabela 19 - Ativos Financeiros – participações financeiras

Rubrica	Entidade	Natureza	NIF	Valor subscrito	Ano subscrição	%	Valor contabilizado a 31.12.2025
Participações financeiras - justo valor	ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	504454536	2 500,00 €	2012	1,29%	2 500,00 €
	CBE - Centro Biomassa para a Energia	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	502360984	19 951,91 €	1991	3,22%	19 951,91 €
	AdePorto - Agência de Energia do Porto	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	507886550	625,00 €	2017	0,28%	625,00 €
	ITeCons - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	507487648	2 500,00 €	2007	0,25%	2 500,00 €
Total				25 576,91 €			25 576,91 €

Em 2025, ocorreu a dissolução e liquidação da sociedade AGENEAL, com o NIF 504329073, provocando a anulação dessa participação.

Outros ativos financeiros - Fundo de Compensação do Trabalho

Corresponde aos montantes das contribuições, até 1 de janeiro de 2024, data em que foi suspensa a adesão e pagamento de contribuições para o FCT⁷.

O valor constituído até à data pode ser recuperado pela ADENE, com a condição de ser aplicado como financiamento: (i) da qualificação e formação certificada dos trabalhadores; (ii) de custos e investimentos com habitação dos trabalhadores; (iii) de investimentos realizados de comum acordo entre empregador e trabalhadores, como refeitórios ou creches, entre outros.

O prazo limite para resgatar a verba do FCT é 31 de dezembro de 2026.

Em 2025, na sequência da valorização das respetivas Unidades de Participação foi efetuado, o respetivo ajustamento, no montante de 2.200,47 euros.

Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos

A rubrica de "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos" expressa no Balanço, o direito a receber relativo à diferença positiva

⁷ Decreto-Lei nº 115/2023, de 15 de dezembro

entre os valores já recebidos, nomeadamente a título de adiantamento, e o valor da despesa executada, submetida e/ou aceite.

No exercício de 2025, o saldo registado tem como proveniência:

- Adiantamentos, no valor de 773.756,32 euros, atribuídos às entidades beneficiárias, no âmbito dos apoios concedidos para a operacionalização dos Espaços Energia (Aviso nº 1/2025), que ainda não se convertem em despesa;
- Fundos Europeus, no montante de 207.758,54 euros, que respeitam a 10 projetos financiados, cuja despesa aprovada é superior ao valor dos adiantamentos recebidos.

Apesar de alguns projetos já terem terminado em 2025 e anos anteriores, existem ainda valores em conta corrente, decorrente do hiato temporal entre a data de término da respetiva execução física e o apuramento e validação, por parte dos respetivos fundos, da despesa submetida.

O valor líquido recebido, em 2025, foi de 777.125,57 euros.

Cientes

Tabela 20 - Ativos Financeiros – Cientes

Descrição	2025	2024
Cientes c/c	116 230,11 €	142 064,68 €
Cientes de Cobrança Duvidosa	651 190,23 €	417 229,65 €
Imparidades	- 651 190,23 € -	417 229,65 €
Total	116 230,11 €	142 064,68 €

As dívidas classificadas como de cobrança duvidosa, respeitam exclusivamente a dívida da DGEG. No âmbito dos Contratos-Programa de 2019 e de 2024, celebrados entre a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a ADENE, foram emitidas, respetivamente, a fatura n.º 3/2020, em 4 de março de 2020, no valor de 250.393,23 euros, e a fatura FA n.º 2025/8, em 19 de março de 2025, no valor de 400.797,00 euros. Em ambos os casos, à data de fecho das contas, os montantes mantinham-se em dívida, tendo a ADENE desenvolvido diligências junto da DGEG com vista ao respetivo recebimento. Atendendo à antiguidade e ao tempo em mora da fatura de 2020, que levou ao reconhecimento de uma imparidade em exercícios anteriores e considerando essa experiência na avaliação do risco de recuperabilidade da fatura emitida em

2025, a ADENE procedeu ao reconhecimento de uma imparidade no valor de 400.797,00 euros, sem prejuízo de eventual recuperação futura.

Devedores por acréscimo de rendimentos

Tabela 21 - Ativos Financeiros – Devedores por Acréscimo de Rendimentos

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
CP DGEG 2025	400 797,01 €	776 404,66 €	400 797,00 €	776 404,67 €
Fundo Ambiental	21 729,50 €	257 111,17 €	198 505,67 €	80 335,00 €
OLMC	111 603,22 €	508 066,24 €	556 165,12 €	63 504,34 €
AREAM	5 531,46 €	4 579,83 €	5 531,46 €	4 579,83 €
Juros obtidos	3 492,22 €		3 492,22 €	- €
Outros	12 792,70 €			12 792,70 €
Total	555 946,11 €	1 546 161,90 €	1 164 491,47 €	937 616,54 €

Protocolos DGEG, FA e APA

Concorrem para a rubrica de outras contas a receber os valores a faturar, às seguintes entidades:

- i) DGEG, no âmbito do Contrato-Programa em vigor no ano de 2025;
- ii) FA, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica “Comunidades de Energia Renovável”;

OLMC

A remuneração dos serviços prestados pelo OLMC é definida e paga nos termos dos Regulamentos Tarifários do Sistema Elétrico Nacional e do Sistema Nacional de Gás, definidos pela ERSE.

Tabela 22 - Ativos Financeiros – Devedores por Acréscimo de Rendimentos - OLMC

Saldo inicial	111 603,22 €
Proveitos Permitidos	491 383,00 €
Faturas Emitidas	556 165,08 €
Ajuste Definitivo aos Proveitos GN 2023	1 449,00 €
Ajuste Financeiro Definitivo aos Proveitos GN	6 763,00 €
Ajuste Provisório aos Proveitos GN 2025	8 457,00 €
Correção aos Proveitos GN 2018	14,20 €
Saldo final	63 504,34 €

A rubrica "Outras contas a receber" inclui o desvio originado pela diferença entre os rendimentos registados devidos pela operação do OLMC (SNG), nos termos do n.ºs. 6 e 8 do Art.º 103º do Regulamento Tarifário do Setor do Gás, com base nos valores ocorridos, e a faturação da Tarifa de OLMC (SNG) emitida em 2025, ao Operador de Redes de Transporte, REN Gasodutos. Em 31 de dezembro de 2025, o desvio acumulado (2018 a 2025) é de 63.504,34 euros (111.603,22 euros em 2024) originado pela diferença entre os rendimentos registados na operação do OLMC (SNG) e a faturação da tarifa OLMC (SNG) emitida. Este valor é regularizado nos anos seguintes por acerto automático de faturação adicional da Tarifa OLMC, nos termos do regulamento tarifário do Setor do Gás.

Passivos Financeiros

Tabela 23 - Passivos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		- €	- €	- €
Credores por transferências e subsídios obtidos	279 984,89 €	- €	- €	42 782,01 €
Fornecedores	22 118,09 €	5 833 792,09 €	- €	- €
Outros passivos financeiros	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	377 980,95 €	- €	- €	6 766 245,55 €
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	1 539 491,75 €	- €	- €	1 656 077,11 €
Outros acréscimos de gastos	109 173,11 €	- €	- €	4 198 059,14 €
Outros Credores				
Entidade contabilística estado	- €	- €	- €	562,50 €
Retenção a favor Fundo Ambiental (SCE)	117 243,46 €	- €	- €	1 403 660,02 €
Retenção a favor Fundo DGEG (SCE)	34 241,86 €	- €	- €	411 300,69 €
Cobrança a favor AREAM (SCE - RAMadeira)	27 936,68 €	- €	- €	293 921,51 €
Retenção a favor Fundo DGEG (SGCIE)	96,00 €	- €	- €	768,00 €
Outros	79 512,67 €	- €	- €	4 771,72 €
Total	2 587 779,46 €	5 833 792,09 €	- €	14 778 148,25 €

Rubricas	Diminuições			Quantia escriturada final
	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €
Credores por transferências e subsídios obtidos	- €	- €	- €	322 766,90 €
Fornecedores	5 789 296,80 €	- €	- €	66 613,38 €
Outros passivos financeiros	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €	6 813 400,62 €	330 825,88 €
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	- €	- €	1 539 491,75 €	1 656 077,11 €
Outros acréscimos de gastos	- €	- €	4 198 010,55 €	109 221,70 €
Outros Credores				
Entidade contabilística estado	- €	- €	- €	562,50 €
Retenção a favor Fundo Ambiental (SCE)	- €	- €	- €	1 520 903,48 €
Retenção a favor Fundo DGEG (SCE)	- €	- €	- €	445 542,55 €
Cobrança a favor AREAM (SCE - RAMadeira)	- €	- €	298 727,74 €	23 130,45 €
Retenção a favor Fundo DGEG (SGCIE)	- €	- €	- €	864,00 €
Outros	- €	- €	82 699,44 €	1 584,95 €
Total	5 789 296,80 €	- €	12 932 330,10 €	4 478 092,90 €



Credores por transferências e subsídios obtidos

A rubrica de "Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos" expressa no Balanço, o valor a pagar, relativo à diferença negativa entre o valor acumulado a 31 de dezembro de 2025, de despesa executada, submetida e aceite como elegível, e os valores acumulados já recebidos, para cada projeto a título de reembolso e/ou adiantamento.

Nestes termos, no final de cada exercício, caso a execução financeira do projeto seja inferior aos montantes recebidos, independentemente da sua natureza (adiantamento e/ou reembolso), pode existir dívida da ADENE, a qual é registada na conta "206 - Outros Credores por Subsídios e Transferências".

No ano de 2025, foi apurado um valor a reembolsar de 307.766,90 euros, relativo a 9 projetos.

A justificação para estes montantes, está relacionada com os valores de adiantamento, que nalguns projetos podem atingir 75% do valor total da candidatura aprovada.

De notar, que sendo os projetos plurianuais, é expetável que a despesa a executar, nos anos seguintes, seja pelo menos igual ao valor recebido.

Concorre ainda para esta rubrica, o montante de 15.000,00 euros pendente de pagamento à Camara Municipal de Almada, na sequência do seu pedido de pagamento de adiantamento, no âmbito do Aviso nº 1/2025 – Operacionalização dos Espaços Energia.

Fornecedores

O saldo existente, deve-se às faturas relativas a serviços continuados prestados e emitidas em dezembro registados no final do mês.

Ressalva-se, ainda, que os pagamentos por conta do orçamento de 2025, só foram permitidos até ao dia 29 de dezembro, conforme n. 3 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Decreto Execução Orçamental para 2025).

De referir que a ADENE não tem pagamentos em atraso, conforme declaração emitida e submetida à EO, nos termos do no art.º 15 da Lei n.º 8/2012.

Estado e Outros Entes Públicos

O saldo da rubrica "Estado e outros entes públicos" decompõem-se nos seguintes montantes a pagar:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, no valor de 8.933,17 euros;

- Imposto sobre o Valor Acrescentado, no valor de 172.410,93 euros, referente ao IVA apurado no período de dezembro, cujo pagamento ocorrerá em 2026;
- Segurança Social, no valor de 149.481,78 euros, referente a contribuições e cotizações, que incidiram sobre as remunerações de dezembro, cujo pagamento ocorrerá em 2026.
- Importa referir que todos os montantes acima identificados correspondem a responsabilidades correntes, dentro dos respetivos prazos legais de pagamento, não existindo, à data de encerramento das contas, quaisquer dívidas em atraso à Autoridade Tributária e Aduaneira nem à Segurança Social.

A ADENE está sujeita ao pagamento de tributação autónoma, em sede de IRC, a qual é calculada com base no valor de despesas de representação e encargos com viaturas, estando as viaturas elétricas dispensadas de tributação⁸. Em 2025, foi estimado o imposto a pagar em 2026, tendo sido deduzida a importância de 1.746,11 euros relativa à retenção de IRC, que incidiu sobre os juros auferidos, pela aplicação CEDIC, vencida em 2025.

O “Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares”, referentes às retenções de dezembro, foi integralmente pago no ano.

A ADENE é sujeito passivo misto de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), liquidando imposto sobre as suas prestações de serviço e, deduzindo o imposto que incide sobre as suas aquisições, quando elegíveis para este imposto, encontrando-se sujeita ao regime mensal. O valor expresso em balanço no ano de 2025, identifica os valores de IVA, apurados a favor do Estado, com referência ao período de dezembro, cujo pagamento é obrigatório até ao dia 25 de fevereiro de 2026.

As rubricas de “Credores por acréscimos de gastos” contemplam gastos relacionados com:

Remunerações a liquidar – Férias e Subsídio de Férias e Encargos

Nesta rubrica encontra-se especializada a estimativa de gastos com pessoal a pagar em 2026, relativo a férias, subsídio de férias, prémios e respetivos encargos, cujo direito foi adquirido em 2025. O aumento da estimativa face ao ano de 2025 é justificado, essencialmente, pela atualização salarial ocorrida no ano e pelo aumento de colaboradores.

⁸ Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.



Outros credores por acréscimos de gastos – Autos de Receção e especialização de faturas

Regista o gasto com serviços prestados em 2025, cujas faturas foram emitidas/recebidas em 2026, num total de 99.627,98 euros, bem como a especialização dos custos já incorridos, mas sem o registo da respetiva receção em 2025, num total de 9.593,72 euros.

Devoluções de Receita – SCE

No âmbito das suas atribuições, cabe à ADENE, através do Portal SCE, a emissão de certificados energéticos e a sua respetiva cobrança.

Ainda que o valor seja integralmente cobrado pela ADENE, e por esta faturado, de acordo com o artigo 28º do Decreto-Lei nº 101-D/2020, de 12 de julho, vigente desde 1 de julho de 2021, o produto dessa venda deve ser repartido anualmente pelo Fundo Ambiental e pela DGEG, na proporção de 10% e 3%, respetivamente.

Por outro lado, por não dispor ainda dos instrumentos necessários à implementação do SCE na RAM, a AREAM, nos termos do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 23/2021/M, de 30 de agosto, tem delegado competências na ADENE no âmbito da gestão do SCE e do respetivo portal. Neste sentido, a ADENE procede, mensalmente, ao apuramento e entrega à AREAM do produto da venda de certificados, deduzido da parte que é devida ao Fundo Ambiental, isto é, 90% do valor arrecadado. Por outro lado, pelo apoio prestado, a ADENE tem direito a receber da AREAM, 19,8% que incidem sobre o valor devido à AREAM.

À data do balanço, encontra-se pendente, para entrega às entidades beneficiárias, o montante correspondente à retenção efetuada no período de dezembro 2024 a dezembro 2025, cuja entrega será concretizada em 2026.

Devoluções de Receita – SGCIE

A Lei nº 7/2013, de 22 de janeiro, aprovou o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do SGCIE e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril.

Assim sendo, de acordo com o número 3 do art.º 14, os montantes resultantes da cobrança das “taxas” previstas nas atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de

energia e de controlo da sua execução e progresso, no âmbito do SGCIE, instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, nos termos dos artigos 2.º a 10.º n.º 1, reverterem em 40% para a DGEG.

À data do balanço, encontra-se pendente, para entrega à DGEG, o montante correspondente à retenção efetuada no mês de dezembro 2024 até ao mês de dezembro 2025.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Aplica-se à ADENE, o Código de Trabalho.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, e prémio de desempenho, cujo limite máximo corresponde a um salário.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor, que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Para além das acima referidas, a ADENE não tem quaisquer outras responsabilidades com empregados, nomeadamente responsabilidades pós-emprego, na forma de planos de benefícios definidos.

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

Tabela 24 - Benefícios dos Empregados

Rubricas	2025	2024
Remunerações	7 128 932,63 €	6 506 083,22 €
Encargos sobre remunerações	1 478 442,43 €	1 356 375,20 €
Gastos de ação social	133 953,06 €	122 553,10 €
Seguro de acidentes no trabalho	46 290,27 €	17 550,34 €
Total	8 787 618,39 €	8 002 561,86 €

O valor de remunerações inclui 289.940,85 euros (278.983,19 euros em 2024), referente a remunerações certas e variáveis devidas aos órgãos sociais, como se identifica abaixo:

Tabela 25 - Benefícios dos Empregados - Remunerações Órgãos Sociais

Cargo	Nome	Mandato		Remuneração Mensal Bruta			Remuneração Anual		
		Período	Data Início	Remuneração Base	Despesas de Representação	Total	Fixa	Variável	Total
Presidente	Nelson Lage	2020/2026	01/08/2020	5 022,08 €	2 008,23 €	7 030,31 €	97 940,00 €	8 171,32 €	106 111,32 €
Vice-Presidente	Bruno Veloso	2022/2026	01/07/2022	4 519,87 €	1 807,95 €	6 327,82 €	88 146,57 €	3 363,43 €	91 510,00 €
Vice-Presidente	Ana Paula Rodrigues	2023/2026	01/05/2023	4 519,87 €	1 807,95 €	6 327,82 €	88 146,57 €	4 172,96 €	92 319,53 €
				14 061,82 €	5 624,13 €	19 685,95 €	274 233,14 €	15 707,71 €	289 940,85 €

As remunerações dos Órgãos de Gestão foram aprovadas por deliberação da Assembleia Geral de 31 de julho de 2020, lavrada na sua ata n.º 42. A determinação da classificação da ADENE tem por base a tabela de classificação que divide em 3 grupos (A, B e C) as entidades do setor empresarial do Estado constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, na sua atual redação, e é realizada em função da média ponderada da pontuação atribuída em cada um dos indicadores, tendo em consideração os indicadores de "Contributo do esforço financeiro público para o resultado operacional", "Volume de emprego", "Ativo líquido" e "Volume de negócios" (cfr. ponto 3 do Estatuto Remuneratório). O apuramento desta classificação, à data, posiciona a ADENE como integrando o grupo C, com as remunerações mensais para seu Órgão de Gestão previstas no ponto 4 do Estatuto Remuneratório. Nos termos da alínea c) do ponto 10 do Estatuto Remuneratório, considerando os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público, e demais boas práticas aplicáveis, a Comissão de Remunerações estabelece critérios objetivos com a aprovação dos Planos de Atividades e Orçamento, avalia e propõe à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão do exercício e/ou mandato aos membros do Órgão de Gestão. A título comparativo, a aplicação por semelhança do Regime de Gestores Públicos à ADENE resultaria numa entidade de tipo C.

As remunerações de referência são alteradas e recalculadas para o mandato subsequente dos Órgãos Estatutários, tendo por referência os indicadores médios dos 3 últimos anos económicos completos e a data da sua eleição (cfr. ponto 5 do Estatuto Remuneratório). Estas remunerações de referência são ajustadas sempre que for alterado o valor padrão do vencimento mensal líquido do Primeiro-Ministro, com efeitos ao mês imediatamente a seguir ao da produção de efeitos da referida alteração (cfr. ponto 6) do Estatuto.

No ano de 2025, foram atualizados os valores remuneratórios aos Órgãos Sociais.

No último triénio, o nº médio de colaboradores, tem vindo a aumentar como se detalha abaixo:

Tabela 26 - Benefícios dos Empregados - Número de Colaboradores

Descrição	2025	2024	2023
nº de colaboradores	172	158	145
Membros de órgãos estatutários	3	3	3
Total de colaboradores	175	161	148
nº médio de colaboradores	169	157	140

O aumento líquido de colaboradores contribuiu para o aumento dos custos com pessoal.

20. PARTES RELACIONADAS

O quadro abaixo, identifica as transações ocorridas, no ano de 2025, com as entidades que detêm o património da ADENE.

Tabela 27 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas

Designação	NIF	Sede	% Controlo		Controlo final
			Direto	Indireto	
DGEG- Direção-Geral de Energia e Geologia	600076610	Av. 5 de Outubro, nº 208 1069-203 Lisboa		25,10%	n/a
LNEG- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia	508424780	Estrada da Portela Bairro do Zambujal 2610-999 Amadora		24,71%	n/a
DGAE- Direção-Geral das Atividades Económicas	600082580	Av. Visc. de Valmor 72, 1069-041 Lisboa		11,67%	n/a
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil	501389660	Av. do Brasil 101, 1700-066 Lisboa		2,53%	n/a
CCRN-Comissão de Coordenação da Região Norte	600074404	Rua Rainha D. Estefânia, 251, 4150-304 Porto		0,39%	n/a
ISQ- Instituto de Soldadura e Qualidade	500140022	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 33 - Talaíde - Taguspark 2780-920 Porto salvo		0,39%	n/a
FEUP-Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	501413197	s/n, R. Dr. Roberto Frias, 4200-465 Porto		0,19%	n/a
AMP Área Metropolitana do Porto	502023305	Palácio dos Correios, R. do Estêvão 21, 4000 200 Porto		0,19%	n/a
EDP	500697256	Avenida 24 de Julho, 12, 1249-300 Lisboa		9,73%	n/a
GALP ENERGIA	504499777	Avenida da Índia, 8 1349-065 Lisboa		9,53%	n/a
CBE- Centro de Biomassa para a Energia	502360984	CBE- Centro de Biomassa para a Energia		0,97%	n/a
APA- Agência Portuguesa do Ambiente	510306624	Zona Industrial, 3220-119 Miranda do Corvo		11,67%	n/a
ITECons	507487648	Rua Pedro Hispano, Pólo II da Universidade de Coimbra, 3030-289 Coimbra		0,19%	n/a
CEPSA Portuguesa Petróleos, S.A	500513295	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 108 - 3.º, 1070-067 Lisboa		0,19%	n/a
Cooperativa Eléctrica de Loureiro, C.R.L	501109439	R. Dr. Sá Carneiro 830, Oliveira de Azeméis		0,19%	n/a
Cooperativa Eléctrica S. Simão de Novais, C.R.L	500971064	R. da Corredoura 320, 4765-121 Novais		0,19%	n/a
Cooperativa Electrificação A Lord, C.R.L.	501390120	R. da Cooperativa 27, 4580-809 Lordelo		0,19%	n/a
Elergone Energia Lda	508625521	Rua de Almeiriga, n.º 586, 4450-608 Leça da Palmeira		0,19%	n/a
ENDESA Energia, S.A	980245974	Quinta da Fonte, Edifício D. Manuel I, Piso 0, Ala B, 2770-203 Paço de Arcos		0,19%	n/a
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	502124083	Avenida D. João II, Edifício Meridiano, nº 30, Piso 3, 1990-092 Lisboa,		0,19%	n/a
LUSÍADAENERGIA, S.A	513816666	Lugar Campilhos, 8375-021 S.B. Messines		0,19%	n/a
Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A	503264113	Rua Coto Covelo, S/N, 5000-024 Adoufe, Vila Real		0,19%	n/a
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	503956538	Estrada Nacional 114-2 Lt. 26 A 29 2070-046 - Cartaxo		0,19%	n/a
A Celer - Cooperativa Electrificação de Rebordosa	501120009	Avenida Dr. António Rangel, nº 93, 4585-353 Rebordosa		0,00%	n/a
CEVE - Cooperativa Eléctrica Vale D'Este	500960577	Rua Padre Domingos Joaquim Pereira, 1233, 4760-563 Louro, V. N. Famalicão		0,19%	n/a
PH Energia, Lda	513239731	Rua Aleixo da Mota, Nº 86, R/C, 4150-044 Porto		0,19%	n/a
S317 Consulting S.A.	513560491	R. Rodrigues Sampaio 31 2º Dto. 1150-278 Lisboa		0,19%	n/a

Tabela 28 - Divulgações de partes relacionadas - Transações

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação			Transação			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		(3)			(3)				
		Tipo	Quantia	%no total das transações	Tipo	Quantia	%no total das transações		
DGEG- Direção-Geral de Energia e Geologia	Associada	Prestação de serviços	400 797,00 €	64,79%	Aquisições	- €	0,00%	400 797,00 €	
LNEG- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia	Associada	Prestação de serviços	2 791,00 €	0,45%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
DGAE- Direção-Geral das Atividades Económicas	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil	Associada	Prestação de serviços	1 168,50 €	0,19%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
CCRN-Comissão de Coordenação da Região Norte	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
ISQ- Instituto de Soldadura e Qualidade	Associada	Prestação de serviços	4 825,00 €	0,78%	Aquisições	4 864,65 €	5,71%	- €	
FEUP-Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Associada	Prestação de serviços	13 687,75 €	2,21%	Aquisições	22 140,00 €	26,01%	- €	
AMP-Área Metropolitana do Porto	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
EDP	Associada	Prestação de serviços	1 334,25 €	0,22%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
GALP ENERGIA	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
CBE- Centro de Biomassa para a Energia	Associada		- €			2 454,08 €	2,88%	- €	
APA- Agência Portuguesa do Ambiente	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
ITECons	Associada		- €			55 662,27 €	65,39%	- €	
CEPSA Portuguesa Petróleos, S.A	Associada	Prestação de serviços	4 265,95 €	0,69%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Cooperativa Eléctrica de Loureiro, C.R.L	Associada	Prestação de serviços	63,95 €	0,01%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Cooperativa Eléctrica S. Simão de Novais, C.R.L	Associada	Prestação de serviços	- €	0,00%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Cooperativa Electrificação A Lord, C.R.L.	Associada	Prestação de serviços	144,14 €	0,02%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Elergone Energia Lda	Associada	Prestação de serviços	26 172,98 €	4,23%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
ENDESA Energia, S.A	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	Associada	Prestação de serviços	155 963,47 €	25,21%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
LUSÍADAENERGIA, S.A	Associada	Prestação de serviços	2 955,63 €	0,48%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A	Associada	Prestação de serviços	3 295,63 €	0,53%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Associada	Prestação de serviços	429,82 €	0,07%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
A Celer - Cooperativa Electrificação de Rebordosa	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
CEVE - Cooperativa Eléctrica Vale D'Este	Associada	Prestação de serviços	751,06 €	0,12%	Aquisições	- €	0,00%	- €	
PH Energia, Lda	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
S317 Consulting S.A.	Associada		- €			- €	0,00%	- €	
Total			618 646,13 €	1,00		85 121,00 €	1,00	400 797,00 €	

21.RELATO POR SEGMENTOS

Nota não aplicável à ADENE.

22.INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

As participações da ADENE, em 2025, discriminam-se da seguinte forma:

Tabela 29 - Interesses em Outras Entidades

Rubrica	Entidade	Natureza	NIF	Valor subscrito	Ano subscrição	%	Valor contabilizado a 31.12.2025
Participações financeiras	ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	504454536	2 500,00 €	2012	1,29%	2 500,00 €
	CBE - Centro Biomassa para a Energia	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	502360984	19 951,91 €	1991	3,22%	19 951,91 €
	AdePorto - Agência de Energia do Porto	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	507886550	625,00 €	2017	0,28%	625,00 €
	ITeCons - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade	Associação sem fins lucrativos, de direito privado e utilidade pública	507487648	2 500,00 €	2007	0,25%	2 500,00 €
Total				25 576,91 €			25 576,91 €

No início do ano, a ADENE detinha, ainda, participação na entidade Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada. Esta entidade, por deliberação da sua Assembleia Geral, foi, a 28 de fevereiro de 2025, dissolvida e liquidada, cabendo à ADENE, o recebimento da sua quota-parte, no montante de 81,55 euros.

23.DIFERIMENTOS

23.1 Diferimentos Ativos

Esta rubrica, regista, em nome do Princípio da Especialização dos Exercícios, o valor das despesas de seguros e renda de janeiro 2026, já pagas no corrente ano, mas cujo custo incorre no ano seguinte.

23.2 Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do passivo corrente e não corrente (diferimentos) tem a seguinte composição:

Tabela 30 - Diferimentos Passivos

Diferimentos Passivos	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Passivo não corrente:				
Sustentabilidade do SCE	22 598 768,98 €	5 628 985,95 €	5 076 105,03 €	23 151 649,90 €
Total	22 598 768,98 €	5 628 985,95 €	5 076 105,03 €	23 151 649,90 €
Passivo corrente:				
Sustentabilidade do SCE	5 766 142,30 €	6 349 978,89 €	6 319 055,73 €	5 797 065,46 €
Rendimentos a reconhecer - OLMC	324 546,99 €	1 805 072,88 €	1 420 052,24 €	709 567,63 €
Protocolo Fundo Ambiental	674 632,27 €	3 401 000,00 €	607 159,09 €	3 468 473,18 €
Total	6 765 321,56 €	11 556 051,77 €	8 346 267,06 €	9 975 106,27 €

Sustentabilidade do SCE

O Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que entrou em vigor a 1 de dezembro de 2013, veio implementar o regime da Certificação Energética de Edifícios. Este regime, foi objeto de várias alterações, encontrando-se atualmente em vigor o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07 de dezembro, que

determina as responsabilidades da ADENE, como entidade gestora do SCE, ao longo do prazo de validade dos Certificados Energéticos (CE) emitidos.

A partir de 1 de julho de 2021 com a publicação do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07 de dezembro, em conformidade com o art.º 23º, os certificados passaram a ter a validade de 1, 3, 8 ou 10 anos consoante o tipo de certificado, o objeto da certificação energética e o estado do edifício.

A cobrança da “taxa” dos CE é feita no ato da sua emissão, sendo a sua receita arrecadada e contabilizada nesse momento. Todavia, a ADENE tem responsabilidades na gestão e manutenção do Sistema até ao período máximo de 10 anos para cada um dos CE emitidos, pelo que é de vital importância assegurar que as receitas arrecadadas com a emissão das taxas de certificação sejam repartidas ao longo do período de validade de cada um dos CE emitidos.

Através do peso dos gastos no valor da taxa cobrada, foi por deliberação do Conselho de Administração de 10 de outubro de 2014, aprovada a adoção do seguinte critério de contabilização das receitas provenientes da cobrança de taxas da Certificação Energética ao longo do período de validade de cada um dos certificados emitidos:

- Contabilização de 45% do valor da taxa de emissão dos Certificados no ano em que esta se concretiza;
- Diferimento dos restantes 55% do valor da taxa pelos anos de vigência dos certificados.

Este sistema de contabilização permite manter a sustentabilidade do sistema sem qualquer tipo de dependência de fatores externos que possam ser perturbadores da continuidade do mesmo. Garante-se também que, independentemente da evolução futura do SCE, a ADENE terá sempre condições de assegurar a manutenção da base de dados dos certificados energéticos emitidos ao longo do seu prazo de validade.

A base de cálculo, corresponde ao valor arrecadado pela ADENE, pelos certificados emitidos, no âmbito da região do Continente, deduzido dos valores a favor do Fundo Ambiental e da DGEG.

O quadro infra, dá nota, dos valores de suporte aos cálculos de 2025.



Tabela 31 - Diferimentos Passivos - Certificados Energéticos

Região	Nº Certificados Emitidos	Período de Validade	Valor Bruto Cert. Emitidos	Retenções		Valor Líquido a favor ADENE
				Fundo Ambiental (10%)	DGEG (3%)	
Continente	1 032	1	439 427,50 €	43 942,75 €	13 182,82 €	382 301,93 €
	86	3	33 325,00 €	3 332,50 €	999,75 €	28 992,75 €
	778	8	606 275,00 €	60 627,50 €	18 188,25 €	527 459,25 €
	247 153	10	12 630 925,34 €	1 263 092,53 €	378 927,76 €	10 988 905,05 €
Total	249049		13 709 952,84 €	1 370 995,28 €	411 298,59 €	11 927 658,97 €

O quadro infra, apresenta a repartição de 55% do rendimento líquido a favor da ADENE, pelos anos de validade de cada tipologia de certificado.

Tabela 32 -Diferimentos Passivos - Certificados energéticos - Rendimentos do Ano e Futuros

Valor Líquido a favor ADENE	Rendimento do ano 45%	Rendimento a diferir 55%										
		2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	Total	
382 301,93 €	382 301,93 €											- €
28 992,75 €	13 046,74 €	7 973,01 €	7 973,01 €									15 946,01 €
527 459,25 €	237 356,66 €	41 443,23 €	41 443,23 €	41 443,23 €	41 443,23 €	41 443,23 €	41 443,22 €	41 443,22 €				290 102,59 €
10 988 905,05 €	4 945 007,27 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,20 €	671 544,18 €	6 043 897,78 €
11 927 658,97 €	5 577 712,60 €	720 960,43 €	720 960,44 €	712 987,43 €	712 987,43 €	712 987,43 €	712 987,42 €	712 987,42 €	671 544,20 €	671 544,18 €		6 349 946,38 €

Do valor líquido de certificados emitidos em 2025, 5.577.712,60 euros (45%) respeitam a rendimento do ano, e 6.349.946,38 euros (55%) são repartidos pelos próximos 9 anos.

O quadro abaixo, apresenta o cenário de diferimento de rendimentos:

Tabela 33 -Diferimentos Passivos - Certificados Energéticos - Rendimentos Diferidos

Ano Repartição Rendimentos	Ano Emissão Certificados										Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		2025
2025		595 971,61 €	620 508,80 €	683 883,91 €	648 490,76 €	593 028,75 €	589 796,73 €	681 076,77 €	654 850,46 €	698 534,43 €		5 766 142,22 €
2026			620 508,80 €	597 157,23 €	648 490,76 €	593 028,75 €	589 796,73 €	681 076,77 €	647 511,60 €	698 534,39 €	720 960,43 €	5 797 065,46 €
2027				597 157,77 €	599 583,12 €	593 028,75 €	589 796,73 €	681 076,77 €	647 511,60 €	689 851,44 €	720 960,44 €	5 118 966,62 €
2028					599 583,03 €	551 192,42 €	589 796,73 €	681 076,77 €	647 511,60 €	689 851,44 €	712 987,43 €	4 471 999,41 €
2029						551 192,90 €	540 976,00 €	681 076,77 €	647 511,60 €	689 851,44 €	712 987,43 €	3 823 596,14 €
2030							540 976,00 €	608 055,96 €	647 511,60 €	689 851,44 €	712 987,43 €	3 199 382,43 €
2031								608 051,12 €	600 734,47 €	689 851,44 €	712 987,42 €	2 611 624,45 €
2032									600 734,47 €	634 635,29 €	712 987,42 €	1 948 357,18 €
2033										634 635,29 €	671 544,20 €	1 306 179,49 €
2034											671 544,18 €	671 544,18 €
											6 349 946,38 €	28 948 715,36 €

Em 2025, o efeito líquido da sustentabilidade do SCE foi negativo, no montante de 583.804,16 euros, em resultado da transferência de 6.349.946,38 euros para anos futuros e da transferência de anos transatos, no valor de 5.766.142,22 euros.

Este efeito, releva o aumento dos certificados emitidos, que se tem verificado nos últimos anos.

O diferimento acumulado para anos futuros, num total de 28.948.715,36 euros, é representado no balanço como Curto Prazo, pelo valor de 5.797.065,46 euros e como Médio/Longo Prazo, pelo valor de 23.151.649,90 euros.

OLMC

Para além dos rendimentos a reconhecer inerentes à atividade normal, destaca-se o acréscimo de rendimentos devido à incumbência cometida à ADENE através do Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março, de gestão da atividade de OLMC, revogado pelo Decreto-Lei Nº 15/2022 de 14 de janeiro, na sua atual redação, que transitoriamente mantém a responsabilidade de OLMC na ADENE nos termos do nº1 do artigo 292º.

A remuneração dos serviços prestados pelo OLMC é definida e paga nos termos dos Regulamentos Tarifários do Sistema Elétrico Nacional e do Sistema Nacional de Gás, definidos pela ERSE.

A 31 de dezembro de 2025, o desvio acumulado, no segmento Eletricidade, é de 709.567,63 euros, conforme abaixo detalhado:

Tabela 34 - Diferimentos Passivos – OLMC

Saldo inicial	324 546,99 €
Proveitos Permitidos	1 416 805,00 €
Faturas Emitidas	1 773 045,64 €
Ajuste Definitivo Proveitos Permitidos EL 2024	3 238,00
Ajuste Financeiro Definitivo Proveitos Permitidos	32 018,00
Saldo final	709 567,63 €

Protocolo Fundo Ambiental

No ano de 2025, foram celebrados com o FA - Fundo Ambiental, dois protocolos de cooperação técnica e financeira, a saber:

Tabela 35 - Protocolos de Cooperação Técnica, celebrados em 2025, com o Fundo Ambiental

Protocolo de Cooperação celebrados em 2025	Montante
Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve	256 000,00 €
Mercado Voluntário de Carbono	145 000,00 €

Foi igualmente, nos termos do Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, do Ministro da Coesão e da Ministra do Ambiente e Energia, celebrado um contrato programa, com o Fundo Ambiental, atribuindo à ADENE o papel de coordenadora da rede de “Espaços Energia”. Neste âmbito, até 31 de dezembro de 2026, contribuirá para o cumprimento da meta associada à reforma RP-C21-r44 e, em particular, à meta 21.11, que prevê a operacionalização e abertura aos cidadãos de 50 Espaços Cidadão Energia físicos. Para o efeito a ADENE recebeu um financiamento de 3.000.000,00 euros. repartido da seguinte forma:

- i. Suporte técnico à operacionalização do apoio aos Espaços Energia: 100.000,00 euros;
- ii. Apoio às entidades promotoras na criação e operação inicial de novos Espaços Energia: 2.900.000,00 euros.

24. PATRIMÓNIO

O património social é constituído pelas contribuições dos Associados:

Tabela 36– Património

Associadas	Contribuinte	Tipo Entidade	Nº UP'S	Capital Subscrito	%Capital Subscrito
DGEG- Direção-Geral de Energia e Geologia	600076610	Pública	129	129 000,00 €	25,10%
LNEG- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia	508424780	Pública	127	127 000,00 €	24,71%
DGAE- Direção-Geral das Atividades Económicas	600082580	Pública	60	60 000,00 €	11,67%
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil	501389660	Pública	13	13 000,00 €	2,53%
CCRN- Comissão de Coordenação da Região Norte	600074404	Pública	2	2 000,00 €	0,39%
ISQ- Instituto de Soldadura e Qualidade	500140022	Privada	2	2 000,00 €	0,39%
FEUP- Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	501413197	Pública	1	1 000,00 €	0,19%
AMP- Área Metropolitana do Porto	502823305	Pública	1	1 000,00 €	0,19%
EDP	500697256	Privada	50	50 000,00 €	9,73%
GALP ENERGIA	504499777	Privada	49	49 000,00 €	9,53%
CBE- Centro de Biomassa para a Energia	502360984	Privada	5	5 000,00 €	0,97%
APA- Agência Portuguesa do Ambiente	510306624	Pública	60	60 000,00 €	11,67%
ITECons	507487648	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
CEPSA Portuguesa Petróleos, S.A	500513295	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Cooperativa Eléctrica de Loureiro, C.R.L	501109439	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Cooperativa Eléctrica S. Simão de Novais, C.R.L	500971064	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Cooperativa Electrificação A Lord, C.R.L.	501390120	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Elergone Energia Lda	508625521	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
ENDESA Energia, S.A	980245974	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	502124083	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
LUSÍADAENERGIA, S.A	513816666	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A	503264113	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	503956538	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
A Celer - Cooperativa Electrificação de Rebordosa	501120009	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
CEVE - Cooperativa Eléctrica Vale D'Este	500960577	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
PH Energia, Lda	513239731	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
S317 Consulting, S.A	513560491	Privada	1	1 000,00 €	0,19%
Total			514	514 000,00 €	100,00%

Tabela 37 - Património Social - Distribuição por Origem

Património Social - Distribuição por Origem		
Nacional Público	393 000,00	76%
Nacional Privado	121 000,00	24%
Total	514 000,00	100%

A percentagem total detida por entidades públicas, é de 76,46%, correspondendo 73,15% a quatro entidades: DGEG (com 25,10%), LNEG (com 24,71%), DGE (com 11,67%) e APA (com 11,67%).

Os associados DGEG, LNEG e DGAE, em conformidade com o n.º 2 do art.º 15 do Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, devem sempre deter, conjuntamente, a maior contribuição para o património social.

Os Associados participam nas reuniões da Assembleia Geral, mas não intervêm na gestão corrente da ADENE.

As variações de Património, encontram-se representadas no quadro abaixo:

Tabela 38 - Património Social - Variação

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património Social	514 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	514 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	226 362,00 €	- €	- €	226 362,00 €
Reservas	32 259 918,45 €	4 561 299,20 €	- €	36 821 217,65 €
Resultados transitados	1 237 501,37 €	4 561 299,20 €	4 776 310,72 €	1 022 489,85 €
Outras variações no património	648 237,60 €	- €	- €	648 237,60 €
Resultado Líquido do Exercício	4 561 299,20 €	2 650 545,59 €	4 561 299,20 €	2 650 545,59 €
Total	39 447 318,62 €	9 123 598,40 €	9 338 609,92 €	41 882 852,69 €

Conforme ata nº 55, foi em reunião da Assembleia Geral de 31 de julho de 2025, deliberado, por unanimidade, a exclusão da entidade Elusa, Lda e a admissão da entidade S317 Consulting S.A. Esta modificação, não provocou qualquer alteração ao valor do património social.

Em 31 de dezembro de 2025, o Património Líquido totaliza o valor de 41.882.852,69 euros, tendo o resultado líquido obtido no período, no valor de

2.650.545,59 euros, contribuído para o acréscimo em relação ao período homólogo.

Conforme Ata nº 52/2025, foi em reunião de Assembleia Geral, realizada a 28 de março de 2025, deliberada favoravelmente proposta de aplicação de resultados e ajustamento às reservas:

Reservas

Tabela 39 - Património Social - Reservas

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas				
Energia	33 072 848,32 €	4 278 174,75 €	- €	37 351 023,07 €
Hídrica	- 1 810 100,74 €	- €	256 218,74 €	- 2 066 319,48 €
U-OLMC	997 170,87 €	539 343,19 €	- €	1 536 514,06 €
Total	32 259 918,45 €	4 817 517,94 €	256 218,74 €	36 821 217,65 €

Resultados Transitados

Tabela 40 - Património Social - Resultados Transitados

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	1 237 501,37 €			1 237 501,37 €
Integração Resultado líquido de 2024		4 561 299,20 €	- €	4 561 299,20 €
Constituição de Reserva		- €	4 561 299,20 €	- 4 561 299,20 €
Correções de exercícios anteriores		- €	215 011,52 €	- 215 011,52 €
Total	1 237 501,37 €	4 561 299,20 €	4 776 310,72 €	1 022 489,85 €

No decorrer do exercício de 2025, a entidade procedeu à identificação de um ajustamento materialmente relevante, respeitante ao reconhecimento de rendimentos associados a projetos financiados por fundos europeus, registados em exercícios anteriores. Em exercícios anteriores, foram reconhecidos

rendimentos com base em estimativas de financiamento superiores aos montantes que vieram a ser efetivamente aprovados e recebidos pelas entidades financiadoras. Os projetos em causa encontram-se atualmente encerrados, não sendo expectável qualquer recebimento adicional. O valor total do rendimento indevidamente reconhecido ascende a 215.011,52 €. Atendendo à natureza do erro e à sua materialidade, procedeu-se à respetiva correção de forma retrospectiva, em conformidade com o disposto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, através do ajustamento dos Resultados transitados, não tendo sido reconhecido qualquer impacto nos resultados do exercício de 2025.

25.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tem a seguinte composição:

Tabela 41 - Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2025	2024	Variação
Limpeza, higiene e conforto	55 194,50 €	17 826,02 €	209,63%
Seguros	2 114,16 €	1 333,55 €	58,54%
Comunicação	118 794,77 €	126 777,09 €	-6,30%
Rendas e alugueres	872 727,15 €	620 674,62 €	40,61%
Material de escritório	2 851,51 €	2 213,53 €	28,82%
Comissões	4 685,83 €	142 864,56 €	-96,72%
Publicidade, comunicação e imagem	238 894,94 €	91 024,04 €	162,45%
Trabalhos especializados	2 157 702,98 €	1 756 707,13 €	22,83%
Deslocações, estadas e transportes	357 749,11 €	359 759,82 €	-0,56%
Outros	274 463,18 €	80 137,41 €	242,49%
Total	4 085 178,13 €	3 199 317,77 €	27,69%

Em termos globais, as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, apresentam um aumento, em valor absoluto de 885.860,36 euros.

As variações mais expressivas, com aumentos relativos significativos são:

- Limpeza, Higiene e conforto: o aumento deveu-se a uma reclassificação do registo dos gastos de limpeza.
- Rendas e Alugueres: aumentou, devido à atualização da renda do edifício e do novo contrato de locação de viaturas.
- Publicidade, Comunicação e imagem: verificou-se um aumento com o objetivo de reforçar o posicionamento no mercado e fortalecer relações com parceiros no âmbito da conferência dos 25 anos da ADENE.
- Trabalhos Especializados: comporta o aumento da aquisição de licenças informáticas para assegurar a continuidade das operações e dar resposta a necessidades técnicas, o aumento deveu-se ainda ao desenvolvimento gráfico e implementação para as novas instalações.
- Outros: registou-se um aumento relativo à aquisição de serviços para apoio à organização da conferência de Energia da CPLP.

As variações mais expressivas, com reduções relativas significativas são:

- Comissões: a diminuição acentuada deve-se à reclassificação dos gastos com recebimentos de clientes que, em 2024 estavam na conta 6225 comissões, e, em 2025 passaram para a conta 62617 – Contratos com a plataforma de pagamento.

Os gastos incorridos com “Trabalhos Especializados” representam mais de metade dos Fornecimentos e Serviços Externos, com 53% em 2025 e 55% em 2024.

26. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Nota não aplicável à ADENE.

27. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, tem a seguinte composição:

Tabela 42- Outros gastos

Rubricas	2025	2024
Impostos e Taxas	34 902,42 €	34 640,82 €
Gastos e perdas nos restantes Investimentos financeiros	- €	- €
Correções Exercícios Anteriores	76 883,88 €	871 052,94 €
Donativos	- €	6 500,00 €
Quotizações	17 814,79 €	16 264,68 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros	1 900,04 €	289,47 €
Total	131 501,13	928 747,91

Impostos e Taxas

Regista o valor do IVA suportado, em resultado da aplicação do método de dedução pró-rata. A taxa provisória aplicada foi de 97%, correspondendo à taxa de 3%, sobre iva dedutível, que em valor absoluto corresponde a 28.231,10 euros.

Esta rubrica, regista ainda, o IVA, no valor de 6.671,32 euros, constante das Notas de Crédito emitidas pela ADENE, sem o reconhecimento da respetiva receção, por parte do adquirente⁹, cujo direito à dedução cessa ao fim de dois anos.

Correções de exercícios anteriores

Em 2025, a rubrica “Correções de exercícios anteriores” no montante de 76.883,88 euros, inclui os itens abaixo elencados:

Tabela 43 - Outros gastos - Correções de exercícios anteriores

Gastos - Correções de exercícios anteriores	2025
Devolução Transferências e Subsídios Obtidos	44 354,81 €
Ajuste Financeiro Definitivo Proveitos Permitidos EL OLMC	32 018,00 €
Outros	511,07 €
Total	76 883,88 €

⁹ n.º 5 do art.º 78 do CIVA



Devolução Transferências e Subsídios Obtidos

Na sequência do encerramento de alguns projetos, foram apurados como ajustamento aos Subsídios à Exploração, 44.354,81€ que dizem respeito à reposição de valores no âmbito das atividades desenvolvidas no projeto financiado Sinergia, Observatório e Barómetro. Este valor, foi restituído ao respetivo programa.

Ajuste Financeiro Definitivo Proveitos Permitidos EI OLMC

O valor de 32.018,00€ diz respeito às correções de exercícios anteriores, referentes à U-OLMC, decorrem de ajuste aos proveitos permitidos, que por lei, ocorrem nos três anos subsequentes.

Outros

O valor de 511,07€ diz respeito à devolução de clientes de Notas de crédito de anos anteriores.

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Em 2025, não ocorreram quaisquer gastos referentes a juros.

29. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros Rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tem a seguinte composição:

Tabela 44 - Outros Rendimentos

Rubricas	2025	2024
Rendimentos Suplementares	1 679 599,26 €	2 604 345,33 €
Correções de exercícios anteriores	15 695,48 €	428 428,51 €
Indemnizações	1 835,68 €	1 386,08 €
Diferenças de câmbio favoráveis	- €	87,35 €
Outros	1 807,98 €	2 574,88 €
Total	1 698 938,40 €	3 036 822,15 €



Rendimentos Suplementares

Tabela 45 - Outros Rendimentos – Rendimentos Suplementares

Rubricas	2025	2024
Rendimentos Suplementares:		
Protocolo de Cooperação-FA	833 533,95 €	1 087 988,67 €
Protocolo de Cooperação-DGEG	776 404,65 €	400 797,01 €
Protocolo de Cooperação-APA	- €	12 792,70 €
AREAM - Protocolo	58 196,46 €	57 255,57 €
OLMC Ajustes	11 464,20 €	1 044 960,60 €
Outros	- €	550,78 €
Total	1 679 599,26 €	2 604 345,33 €

Esta rubrica, denota um decréscimo, decorrente de:

- Protocolos de Cooperação Técnica com o Fundo Ambiental, montante de 833.533,95 euros, referente a: (i) Observatório Nacional da Pobreza Energética, no valor de 266.074,55 euros; (ii) Mercado Voluntário de Carbono, no valor de 134.550,00 euros; (iii) Compromisso Eficiência Hídrica do Algarve, no valor de 53.958,23 euros; (iv) Comunidades de Energia, no valor de 133.874,86 euros; (v) Apoio à Gestão, no valor de 123.236,31 euros; (vi) Espaços Energia 121.840,00 euros.
- CP-DGEG para o ano de 2025, no valor 776.404,65 euros;
- Protocolo de delegação de competências, celebrado com a AREAM, em dezembro de 2022, no qual foi estabelecido que a ADENE, enquanto gestora do SCE, procede à cobrança de certificados energéticos, emitidos no contexto da região da Madeira, recebendo para o efeito 19,8% dos valores cobrados;
- OLMC, a diminuição face a 2024 é justificado pela diminuição de ajustes aos proveitos permitidos efetuado pela ERSE ao sector da eletricidade.

Correções de exercícios anteriores

Em 2025, a rubrica “Correções de exercícios anteriores” no montante de 15.695,48 euros, inclui os itens abaixo elencados;

Tabela 46 - Outros Rendimentos – Correções de exercícios anteriores

Rendimentos - Correções de exercícios anteriores	2025
MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia S.A	12 504,37 €
Recebimentos Clientes	1 944,95 €
Reembolso Fidelidade	1 246,16 €
Total	15 695,48 €

O valor de 12.504,37 euros refere-se à regularização de um gasto reconhecido no exercício de 2021, associado ao fornecedor MEO, que não procedeu à reclamação do respetivo valor. Neste contexto, e não existindo expectativa de pagamento futuro procedeu-se à reversão do gasto.

O valor de 1.944,95 euros diz respeito a recebimentos de clientes sem a respetiva identificação e o valor de 1.246,16 euros refere-se a reembolso por parte da seguradora Fidelidade respeitante a viagem não efetuada por um colaborador, no ano de 2024.

30. Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos / prestação de serviços

Na rubrica “Subsídios à exploração” encontra-se inscrito o montante de 606 863,18 euros, correspondendo na íntegra aos rendimentos imputados aos projetos cofinanciados, cujos pedidos de pagamento foram, ou serão, submetidos às respetivas entidades financiadoras.

O montante líquido recebido no exercício foi de 416 931,55 euros e encontra-se inscrito na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos” na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As rubricas “201 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos” e “206 - Credores por Devolução de Transferências” expressam no Balanço, os adiantamentos recebidos dos projetos, deduzidos de eventuais aprovações de despesa, entretanto ocorridas, evidenciando, a primeira os valores a receber, e a segunda os valores a devolver, esta última, pelo facto da despesa executada ser, à data do balanço, inferior aos valores recebidos a título de adiantamento.

Serviços prestados

O rendimento reconhecido pela ADENE nos exercícios findos em 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

Tabela 47 – Rendimento

Rubricas	2025	2024
Prestação de Serviços		
Taxas SCE	11 342 173,71 €	11 038 365,15 €
U-OLMC	1 916 645,00 €	1 849 667,00 €
Classe +	326 047,50 €	399 743,00 €
Formação	485 210,24 €	404 390,00 €
Fundo Ambiental	- €	- €
SCIE - Gestão de Consumos	103 722,00 €	82 864,00 €
Move +	19 100,00 €	12 150,00 €
Casa +	27 100,00 €	41 500,00 €
Aqua+	37 080,00 €	13 050,00 €
Outras	17 950,00 €	7 860,00 €
Total	14 275 028,45 €	13 849 589,15 €

A ADENE é beneficiária do pagamento de “taxas” de registo dos certificados energéticos emitidos nos termos Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07 de dezembro.

No entanto, o valor do certificado cobrado, não corresponde na totalidade ao proveito registado. Por um lado, é afetado pelo valor líquido da sustentabilidade, que em 2025, foi negativo em 583.804,16 euros (337.086,05 euros em 2024). Por outro é deduzido do valor a entregar ao Fundo Ambiental e à DGEG e ainda à devolução à AREAM, na parte que lhe cabe.

A ADENE é, de igual modo, beneficiária de “taxas” de registo no SGCIE, conforme estabelecido no art.º 18º do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, na sua atual redação, designadamente a partir de 2017, através do art.º 14º da Lei 7/2013, de 22 de janeiro, constituindo-se como proveito da ADENE 60% do valor arrecadado neste âmbito.

O relançamento, em 2017 do então denominado Sistema de Etiquetagem Energética de Produtos com um novo modelo de negócios, assente numa estratégia de maior oferta de valor para as empresas e consumidores, bem com uma nova marca de suporte ao sistema: CLASSE+, tem permitido concretizar a

angariação de receitas adicionais, as quais, face à sua importância crescente, se passaram a individualizar.

Em 2017, a ADENE foi incumbida através do Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março, do exercício da atividade de OLMC de Energia, no âmbito do SEN e do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), promovendo a transparência dos mercados de eletricidade e gás natural e disponibilizando aos consumidores finais o acesso fácil à informação a que têm direito.

A partir do ano de 2018 a ADENE passou a ser responsável pela plataforma de Gestão do Processo de Mudança de Comercializador (GPMC), destinada à gestão dos processos de mudança de comercializador. Esta constitui uma plataforma de serviço para os agentes do mercado da energia (eletricidade e gás natural), nomeadamente, comercializadores e distribuidores, e tem como objetivos:

- Operacionalização das mudanças de comercializador nos mercados de eletricidade e gás natural;
- Gestão e manutenção da plataforma eletrónica de logística de mudança de comercializador e prestação de informação;
- Elaboração de relatórios semestrais relativos aos processos de mudança de comercializador, incluindo a análise e avaliação do nível da qualidade de serviço de mudança de comercializador e transmissão e divulgação dos resultados;
- Recolha, armazenamento, tratamento e validação dos dados de consumo de eletricidade e gás natural e gestão da plataforma informática para este efeito;
- Transmissão dos elementos de informação necessários aos intervenientes no SEN e SNGN, incluindo aos comercializadores sempre que solicitado e justificada a necessidade de transmissão dos mesmos.

A tarifa de operação logística de mudança de comercializador é definida pela ERSE nos termos dos respetivos Regulamentos Tarifários (SEN e SNG) e faturada aos operadores de rede de distribuição (ORD) EDP Distribuição-Energia S.A. e REN – Gasodutos, S.A.



31.COMPROMISSOS

A 31 de dezembro de 2025, a posição dos compromissos assumidos para anos seguintes é a seguinte:

Tabela 48 – Compromissos

Compromissos Futuros		
Anos	Assumidos	Em execução
2026	5 949 272,99	4 591 051,88 €
2027	3 472 592,19	2 723 385,44 €
2028	2 301 347,15	1 644 336,65 €
2029	861 000,00	830 250,00 €
2030	415 125,00	415 125,00
Total	12 999 337,33 €	10 204 148,97 €

Os compromissos assumidos encontram-se reportados na Entidade Orçamental.

Respeitam, maioritariamente, a contratos de prestações de serviços, e consomem recursos orçamentais em cada um dos anos, em que ocorrerá a despesa.

Do valor de compromissos plurianuais assumidos até 31 de dezembro de 2025, cerca de 78% correspondem a contratos que se encontram em execução.

32.DEPRECIACÕES

A rubrica de “Gastos/reversões de Depreciação e de Amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tem a seguinte composição:

Tabela 49 – Depreciações

Rubricas	2025	2024
Ativos Fixos Intangíveis	387 297,79 €	298 493,52 €
Ativos Fixos Tangíveis	165 038,08 €	163 109,83 €
Total	552 335,87 €	461 603,35 €

33. Imposto sobre o Rendimento

A ADENE está sujeita ao pagamento de tributação autónoma, em sede de IRC, a qual é calculada com base no valor de despesas de representação e encargos com viaturas, estando as viaturas elétricas dispensadas de tributação. Em 2025, foi estimado o imposto a pagar em 2026, tendo sido deduzida a importância de 1.746,11 euros relativa à retenção de IRC, que incidiu sobre os juros auferidos, pela aplicação CEDIC, vencida em 2025.

34. Financiamentos Obtidos

Na qualidade de entidade pública a ADENE encontra-se obrigada à utilização do cartão do tesouro, emitido pelo IGCP. O funcionamento deste cartão é semelhante ao de um cartão de crédito, emitido pela Banca Comercial. O valor expresso em balanço, corresponde ao montante utilizado, no período de dezembro, cujo débito em conta ocorrerá em janeiro e fevereiro de 2026.

35. Outros comentários

Como referido, a U-OLMC, integra as Demonstrações Financeiras da ADENE, apesar das mesmas serem objeto de apresentação separada, para divulgação junto da ERSE.

Atendendo à materialidade dos valores que envolvem a U-OLMC, julga-se prudente efetuar uma breve menção às contas da ADENE, expurgadas daquela Unidade.

Como se afere abaixo, o impacto da U-OLMC, no resultado líquido da ADENE é positivo em 402.389,88 euros.

Tabela 50 - Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS	ADENE + OLMC	OLMC	ADENE - OLMC
Prestações de serviços e concessões	14 275 028,45 €	1 916 645,00 €	12 358 383,45 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	621 879,88 €	- €	621 879,88 €
Fornecimentos e serviços externos	- 4 085 178,13 €	- 588 351,43 €	- 3 496 826,70 €
Gastos com pessoal	- 8 787 618,39 €	- 701 510,96 €	- 8 086 107,43 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 400 797,00 €	- €	- 400 797,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	16 227,22 €	- €	16 227,22 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	888,75 €	- €	888,75 €
Aumentos/Reduções de justo valor	2 200,47 €	- €	2 200,47 €
Outros rendimentos	1 698 938,40 €	11 540,78 €	1 687 397,62 €
Outros gastos	- 131 501,13 €	- 37 633,76 €	- 93 867,37 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 210 068,52 €	600 689,63 €	2 609 378,89 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 552 335,87 €	- 198 299,75 €	- 354 036,12 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 657 732,65 €	402 389,88 €	2 255 342,77 €
Juros e rendimentos similares obtidos	3 492,22 €	- €	3 492,22 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- €	- €
Resultado antes de impostos	2 661 224,87 €	402 389,88 €	2 258 834,99 €
Imposto sobre rendimento do período	- 10 679,28 €	- €	- 10 679,28 €
Resultado líquido do período	2 650 545,59 €	402 389,88 €	2 248 155,71 €

36. HONORÁRIOS DA REVISÃO LEGAL DE CONTAS

O valor mensal, relativo a honorários com a revisão legal de contas, é de 1.307,76 euros sem IVA.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,
Madalena David

Assinado por: **Madalena Maria Pinto David**
Num. de Identificação: 07356350
Data: 2026.02.20 17:44:58+00'00'

A DIRETORA FINANCEIRA,
Joana Saraiva

Assinado por: **JOANA RITA RODRIGUES SARAIVA**
Num. de Identificação: 12600473
Data: 2026.02.23 11:37:58+00'00'

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

[Assinatura Qualificada] Nelson Lage
Presidente

[Assinatura Qualificada] Nelson Higinio Talambas da Silva Lage
Dados: 2026.02.24 20:59:05 +01'00'

[Assinatura Qualificada] Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dados: 2026.02.23 12:06:57 Z

Bruno Veloso
Vice-Presidente

[Assinatura Qualificada] Ana Paula Martins Rodrigues
Dados: 2026.02.24 15:41:07 Z

Ana Paula Rodrigues
Vice-Presidente



Agência para a Energia

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Ex.ma Assembleia Geral da ADENE – Agência para a Energia

Ex.mo Conselho de Administração

Ex.mos Senhores

INTRODUÇÃO

A pedido do Conselho de Administração e de acordo com a alínea b), do art.º 29.º dos Estatutos e ainda do disposto no art.º 22.º do Decreto-lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025 da ADENE. Por analogia com o disposto no n.º 2, do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais vamos ainda expressar a nossa concordância ou não com a Certificação Legal de Contas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Conselho de Administração da ADENE a preparação e apresentação do Relatório e Contas do exercício de 2025, principal instrumento de análise financeira, que contempla, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa, o Anexo, o relatório de Atividades e todos os mapas orçamentais elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

É ainda da responsabilidade do C.A. que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira e o seu desempenho financeiro de acordo com o SNC-AP, aplicando-o de forma consistente, bem como a adoção de pressupostos, características qualitativas, definições e critérios de reconhecimento, bases de mensuração, políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A nossa responsabilidade consiste em apreciar o Relatório e Contas que, incluí todos os mapas discriminados no ponto anterior, apresentados pelo Conselho de Administração da ADENE, competindo-nos expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daqueles documentos. Procedemos ainda à apreciação da Certificação Legal de Contas elaborada por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas cujo seu representante é o Presidente do Conselho Fiscal, na sequência do exame de auditoria que esta entidade desenvolveu às contas da ADENE.

ÂMBITO

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada sobre a avaliação que fizemos da informação financeira e orçamental contida nos documentos de prestação de contas antes referidos, de modo a verificar se a mesma se encontra isenta de distorções que possam ter efeito material relevante na estrutura financeira da instituição. O nosso exame foi planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- A fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- A adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- A verificação se os critérios de valorimetria adotados são consistentes com o normativo contabilístico para as Administrações públicas;
- A adequação da apresentação da informação financeira;
- O cumprimento da legalidade no que concerne às obrigações legais e estatutárias;
- A verificação dos valores constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus critérios, cálculos e coerência; e
- A conformidade dos valores apresentados no Relatório de Atividades com os valores apresentados nos restantes documentos da Prestação e de Contas.

ASPETOS QUE ENTENDEMOS ASSINALAR

- Verificámos o registo dos subsídios, participações e donativos ou legados não tendo detetado nenhuma imprecisão material que possa afetar o valor das demonstrações financeiras.
- Chamamos a atenção que, sem embargo de o Relatório e Contas apontar para a constituição do Conselho Consultivo, conforme disposição estatutária (art.º 31.º dos Estatutos da ADENE), o referido órgão, a esta data, ainda não se encontra constituído.
- Em janeiro de 2026 foi promulgada em Diário da República a nova Agência de Geologia e Energia (AGE, I.P.) criada para concentrar as competências anteriormente atribuídas à Direção Geral de Energia e Geologia, ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, à ADENE – Agência para a Energia, à Entidade Nacional para o Setor Energético, à Empresa de Desenvolvimento Mineiro e à Empresa de Desenvolvimento Mineiro Internacional. A reforma, a concretizar faseadamente até junho de 2027, tem como objetivo apresentado simplificar procedimentos, eliminar redundâncias e aumentar a agilidade administrativa no setor energético e geológico. À data de emissão do presente relatório, aguarda-se a constituição formal da comissão instaladora da AGE, I.P. permanecendo ainda por clarificar o efeito prático da integração da ADENE na nova estrutura, designadamente no que respeita

ao enquadramento institucional, operacional e financeiro, bem como ao tratamento das dívidas tituladas pela Direção Geral de Energia e Geologia.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do nosso parecer sobre o relatório e contas.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Em nossa opinião o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025 contém os elementos indispensáveis para procedermos a uma análise técnica que nos habilita a dar um parecer favorável à sua apresentação discussão, votação e aprovação, tendo em atenção a Certificação Legal de Contas.

Existem 10 colaboradores com idade superior a 60 anos, o que representa cerca de 5,81% do quadro do pessoal da entidade e que, em princípio, passarão, num horizonte relativamente curto, à condição de aposentados, pelo que a Agência tem de ter em atenção a necessidade de proceder à sua eventual substituição.

Referimos que, à data da elaboração deste parecer, não tivemos acesso aos pareceres sobre este Relatório e Contas da Entidade do Tesouro e Finanças e da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P..

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de administração e a todos os serviços da ADENE a colaboração prestada na execução dos trabalhos.

Lisboa, 04 de março de 2026

Assinado por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues**

Num. de Identificação: 05784261

Data: 2026.03.04 13:18:28+00'00'

O Conselho Fiscal



Fernando Peixinho & Associado, S.R.O.C., Lda.
(n.º 92 e registada na CMVM com o n.º 2016-1419)
Representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues
(ROC n.º 1047 e registado na CMVM com o n.º 2016-0660)

Assinado por: **FILIPE MANUEL CAMPOS SILVA**

Num. de Identificação: 07325040

Data: 2026.03.04 15:56:32+00'00'

Filipe Campos Silva



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ADENE – Agência para a Energia**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 79.558.188 euros e um total de património líquido de 41.882.853 euros, incluindo um resultado líquido de 2.650.546 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ADENE – Agência para a Energia** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado no Anexo às demonstrações financeiras, o Fundo de Apoio à Inovação (“FAI”), foi instituído, junto da entidade, tendo em 01.01.2022 sido extinto e fundido no Fundo Ambiental. Consequentemente, desde 01.01.2022, o número de identificação fiscal da Entidade deixou de ser utilizado pelo FAI por via da sua extinção e fusão no Fundo Ambiental. Neste âmbito, a Entidade encontra-se a apoiar e colaborar com o Fundo Ambiental no que respeita à operacionalização da sucessão deste Fundo nas obrigações e direitos do FAI, em particular na transição para o Fundo Ambiental das contas bancárias afetas ao FAI e saldos bancários existentes encontrando-se o processo concluído, com a exceção de um saldo de €

0,03, existente no Novo Banco, por esta instituição não dar sequência ao encerramento da conta, por se tratar de uma carteira de fundos, cuja negociação não é permitida dado ser do extinto Banco Espírito Santo. Chamamos a atenção para o facto de a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) impor à ADENE o regime anual de rendimentos permitidos, o que se tem traduzido em saldos na conta de Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, referentes ao valor que excede o montante máximo concedido pela ERSE.

Em janeiro de 2026 foi promulgada a criação da Agência de Geologia e Energia (AGE, I.P.) criada para concentrar as competências anteriormente atribuídas à Direção Geral de Energia e Geologia, ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, à ADENE – Agência para a Energia, à Entidade Nacional para o Setor Energético, à Empresa de Desenvolvimento Mineiro e à Empresa de Desenvolvimento Mineiro Internacional. A reforma, a concretizar, faseadamente, até junho de 2027, visa simplificar procedimentos, eliminar redundâncias e aumentar a agilidade administrativa no setor energético e geológico. À data de emissão do presente relatório, aguarda-se a constituição formal da comissão instaladora da AGE, I.P. permanecendo ainda por clarificar o efeito prático da integração da ADENE na nova estrutura, designadamente no que respeita ao enquadramento institucional, operacional e financeiro, bem como ao tratamento das dívidas tituladas pela Direção Geral de Energia e Geologia.

Conforme divulgado na Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, do Anexo às demonstrações financeiras, até ao final do exercício de 2021, ano em que o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) foi extinto, a ADENE incorreu num total de gastos com o apoio à Direção Executiva do PNAEE no montante acumulado de € 1.119.369,08. O reembolso deste valor à ADENE é competência do Fundo Ambiental, organismo que sucedeu ao Fundo de Eficiência Energética, sendo que à presente data não foi recebido e não havendo contrato para a vinculação do Fundo Ambiental ao seu pagamento não se encontra relevado nas contas da ADENE, sendo tratado como um ativo contingente. Em dezembro de 2025 a ADENE foi informada que, de acordo com o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, a presente questão será resolvida no âmbito da instalação da AGE (Agência de Geologia e Energia).

Na conta 59 – “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” está relevado um saldo credor, no valor de € 648.237,60 decorrente de uma redução do Fundo Patrimonial Social (Património/Capital), deliberada em Assembleia Geral extraordinária, de 17 de outubro de 2017 (ata n.º 35). Tal deliberação não tem acolhimento em nenhum dos pressupostos constantes do Código das Sociedades Comerciais (Art.º 94.º), de aplicação subsidiária à ADENE, pelo que se trata de uma deliberação anulável, nos termos do art.º 58.º do mesmo diploma. Sem prejuízo do prazo previsto para a anulação da deliberação se ter esgotado entendemos que, por se tratar de uma redução do Fundo Patrimonial Social (Património/Capital) não justificada, a mesma deverá ser revertida, sem embargo existir um parecer jurídico que permite tal operação, ainda que, na nossa opinião, não seja sobreponível à norma contabilística e do direito comercial que regulam tais matérias.

O valor da caução entregue à “ADP Valor – Serviços Ambientais, S.A.” no valor de € 225.000,00 encontra-se registada na rubrica de “outras contas a receber” no ativo corrente. No entanto, como não é expectável que a mesma seja devolvida em 2026 devia ter sido considerada na rubrica de “outras contas a receber” no ativo não corrente.

A linha de Outros Ativos Financeiros no ativo não corrente apresenta o valor de € 91.419,85 referente ao Fundo de Compensação do Trabalho. De acordo com a recomendação da Comissão de Normalização Contabilística o mesmo deve ser registado como ativo corrente uma vez que a data-limite para a sua mobilização é 31 de dezembro de 2026.

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras, e em particular o mais recente ataque ao Irão, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, com elevados impactos na economia da energia, tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional.

Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da entidade para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste

a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 93.515.423 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 92.761.620 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e de relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 05 de março de 2026

Assinado por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues**
Num. de identificação: 05784261
Data: 2026.03.05 14:37:47+00'00'

Fernando Peixinho & Associado, S.R.O.C., Lda.

(n.º 92 e registada na CMVM com o n.º 2016-1419)

Representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues

(ROC n.º 1047 e registado na CMVM com o n.º 2016-0660)